

ANAIS DA IV MOSTRA CIENTÍFICA DA FACULDADE
MULTIVIX – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ISSN: 2526-0510



MOSTRA
CIENTÍFICA

DA MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ENTRE O SABER E O FAZER

VOLUME 4, NÚMERO 1, 13 E 14 DE NOVEMBRO DE 2019

**ANAIS DA IV MOSTRA CIENTÍFICA DA FACULDADE
MULTIVIX – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

13 e 14 de novembro de 2019

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS ANAIS

Profa. Me. Ednea Zandonadi Brambila Carletti

ISSN: 2526-0510

***INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM***

Campus 1:

Rua Moreira, nº 29, Bairro Independência

Cachoeiro de Itapemirim-ES

CEP: 29.306-017

Campus 02 - Sede:

Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº 2531 a 2597, Lambari, Monte Belo,

Cachoeiro de Itapemirim-ES

CEP: 29.320-899

Site: <http://cachoeirodeitapemirim.multivix.edu.br/>

Telefone: (28) 3526-4250

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.
A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

ANAIS DA IV MOSTRA CIENTÍFICA DA MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim
v.4, n. 1. 13 e 14. Nov. 2019 – Anual

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Diretor Administrativo e Financeiro

Fernando Bom Costalonga

Direção Geral

Alcione Cabaline Gotardo

Coordenadora Acadêmica

Síndia Pessin Andreon

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial:

Eliene Maria Gava Ferrão

Alcione Cabaline Gotardo

Síndia Pessin Andreon

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti

Bianca de Almeida Peres

Valderedo Sedano Fontana

Anais da IV Mostra Científica da Multivix Cachoeiro de Itapemirim/ Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo - Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – v. 4. n. 1, 13 e 14 dez. 2019 – Cachoeiro de Itapemirim: MULTIVIX, 2017.

Anual
ISSN 2526-0510

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – MULTIVIX.

CDD. 000

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim realiza neste ano de 2019 a “*IV Mostra Científica: entre o saber e o fazer*”, envolvendo todos os cursos da unidade, possibilitando novas propostas de pesquisa e uma diversidade na discussão dos temas.

A Mostra Científica permite uma maior aproximação do docente com o discente, viabilizando um saber que ultrapassa a sala de aula, e coloca em prática o conhecimento adquirido. Através dela se potencializa a prática da pesquisa, ensino e extensão, proporcionando ao aluno uma nova visão sobre a transmissão do conhecimento.

A contribuição dos estudos e artigos apresentados ultrapassa os muros institucionais e abarca a sociedade como um todo. Aprendizados e experiências que enriquecem o âmbito da pesquisa e permitem que saber e fazer estejam, lado a lado.

Desejamos que o leitor possa desfrutar e adquirir conhecimento através destes escritos.

Boa leitura a todos!

Tadeu Antônio de Oliveira Penina
Diretor Geral

SUMÁRIO

LÚPUS: UM MAL AINDA POUCO CONHECIDO E SUA OCORRÊNCIA NO SEXO FEMININO - Mônica Mello de Azevedo, Raissa de Oliveira Curty, Sara Avelino Braga Sarte, Victor Menezes Tunholi Alves.....	08
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO EM BEBEDOUROS PÚBLICOS DA SEDE DE PRESIDENTE KENNEDY/ES - Beatriz Gonçalves do Carmo, Eduardo Soares de Souza, Victor Menezes Tunholi Alves.....	16
ALTERAÇÃO POSTURAL COM ÊNFASE NA PROTRUSÃO E RETRUSÃO: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR DA ODONTODOLOGIA E FISIOTERAPIA - Stella Peterle de Barros Lins, Caroline Soares Bastos, Joana de Silis Siqueira Friço, Natália Grancieri.....	24
EDUCAÇÃO DOMICILIAR: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E SUAS DIRETRIZES - Jeovana Moreira de Sousa, Lorraine Zini Barradas, Rodrigo Junio Martins Backer, Thais Mengali Colle, Giovanna Carrozzino Werneck.....	30
ACOLHENDO JUVENTUDES: PLANTÃO PSICOLÓGICO NAS ESCOLAS - Thiago de Sousa Luis, Giovanna Carrozzino Werneck.....	36
A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR - Alba Valéria Ferreira Barbosa, Cristiano dos Reis, Gessica Teixeira Rosa, Maite Imaculada Cremasco de Gouveia, Giovanna Carrozzino Werneck.....	40
PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO ESPORTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE ATLETAS DE UMA EQUIPE DE FUTEBOL AMADOR - Ariane Ferreira, Micheila Santos, Rebeca de Moraes, Rhamon Novato, Giovanna Carrozzino Werneck.....	46
ATENÇÃO PSICOLÓGICA ESCOLAR - Andreia dos Santos Kuster, Anna Kassy Barboza Serafim, Carlos Alexandre Carvalho Jacinto, Revelin Cristina Ferreira, Giovanna Carrozzino Werneck.....	50
ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM ADOLESCENTES E PAPEL DA ESCOLA - Gisele de Souza Zambon, Larissa Camargo Emilio Bastos, Larissa Silva Serafim, Giovanna Carrozzino Werneck.....	56
O TRABALHO NO CENÁRIO SOCIAL CONTEMPORÂNEO - Joyce Fernandes de Oliveira, Matheus Alves Gomes, Wedison Ramos Macedo, Fabiana Davel Canal.....	62
DO CÂNCER AO ADOECIMENTO: UMA REVISÃO DAS CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS E DO ENFRENTAMENTO - Mismana Bedim Silva, Flávia Moreira Oliveira.....	68
ESTÁGIO BÁSICO II: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA E PRÁTICA DOS ALUNOS E DA ESCOLA - Ingrid Batista Nicácio, Josiane Talha ferro Martins, Paula Bolonini Tobias, Thiago de Sousa Luis, Giovanna Carrozzino Werneck.....	79

A APLICABILIDADE DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE INVIOABILIDADE E IMUNIDADE PARLAMENTAR - Marcelo Altoé, Felipe Afonso Poggian, Gabriel Vasques, Matheus Cirilo, Victor Rizo Schiavo.....	85
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: ÂMBITO DE ATUAÇÃO E POLÊMICAS SOBRE O TAL - Ramon Rezende Souza, Layla C. Fornazier Zerbone, André da Silva Minto, Kaio do Espírito Santo Bortolo, Victor Rizo Schiavo	92
ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DO TRABALHO: SOB ASPECTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - Emmily de Souza Coelho, Jhulia Evellyn dos Santos Vieira, Victor Rizo Schiavo	99
DISTRITO FEDERAL, ORA ESTADO, ORA MUNICÍPIO EM CASOS DE VANDALISMO, COMO PROSSEGUIR? João Molinari Nunes, Otávio Eduardo Verly Thallis Cantalejo Gussani, Victor Rizo Schiavo,	104
ESTADO DE SÍTIO - Felipe Curty, Beatriz Nascimento, João Lazaro Marques, Victor Rizo Schiavo	108
O PROTAGONISMO JUDICIAL E A CRISE NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS EM RELAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Isabella Ferreira Santos, Nilton Costa Filho .	115
O MINISTÉRIO PÚBLICO E A OPERAÇÃO LAVA JATO - Jaqueline Ribeiro Thiengo, Lucas Ribeiro de Carvalho, Stela Maria Pastore, Thiago Goulart Bergamini, Victor Rizo Schiavo	121
O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - Bárbara Debona Ungarato, Eliza Mara dos Santos Silva Gonçalves, Eveline Kobi Neves, Letícia Ferraz da Cunha, Victor Rizo Schiavo	128
ACESSO À JUSTIÇA: DIREITO E GARANTIA CONSTITUCIONAL NA OBTENÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL E DO BEM-ESTAR SOCIAL - Anderson Petilde Lima, Ivy de Souza Abreu	134
O AUMENTO DE CASOS DE FEMICÍDIO NO ESPÍRITO SANTO E A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES CAPIXABAS - Marcelo de Freitas Mota Filho, Ivy de Souza Abreu.....	142
ARMA DE FOGO COMO POTENCIAL FATOR DE RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL - Marcelo de Freitas Mota Filho, Ivy de Souza Abreu	148
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: ESTUDO SISTEMÁTICO A PARTIR DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - Graziely Vargas Veronez.....	155
A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES) EM RELAÇÃO AO ARTIGO 225/C.R.F.B. 1988 - Marcela de	

Oliveira Marques, Natássya Neves Carvalho, Vilma de Oliveira Lima, Victor Rizo Schiavo	161
BRASÍLIA: O INÍCIO DO SONHO - David Rabelo, Maria Vitória Bedim dos Santos, Thais Custódio Biazatti, Victor Rizo Schiavo.....	169
O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E AS RELAÇÕES DE CONSUMO VIRTUAIS - Arthur Áquila Macedo· Victor Rizo Schiavo	175
CONGRESSO NACIONAL E AS IMPARCIALIDADES DE SUAS DECISÕES: UMA ANÁLISE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA – Kessia Paixão Garbrecht, Carlos Eduardo Rody, Jaildo Faria Piva, Dara Quirino Moreira, Victor Rizo Schiavo.....	180
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: DESAFIOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - Kely Fraga Fornazier, Edinilson Henrique de Menezes, Geana Silva Viana, Mariana Vieira, Victor Rizo Schiavo.....	186
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) EM UM DESAFIO TECNOLÓGICO CHAMADO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE) - Ana Elisa Sabatini, Esther da Silva Baptista, Stefany Soares Dias Veiga, Verônica Rodrigues Mendes, Victor Rizo Schiavo	192
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE 5ª GERAÇÃO: O DIREITO À PAZ E SEUS REFLEXOS NO MUNDO DO TRABALHO - INÉRCIAS, AVANÇOS E RETROCESSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEGISLAÇÃO - Erik Machado de Araujo Dias, Thaynande Freitas Bernardes Cordeiro, Amanda Oliveira Stefanato, Melissa Mota Morés, Victor Rizo Schiavo	199
DITADURA MILITAR DE 1964: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS VIOLADOS - Amanda Fiorio, Isabella Verissimo Ribeiro Bordoni, Juliana Mapelli Martins, Micaela Batista Gomes Ferreira, Victor Rizo Schiavo	206
ESTADO DE SÍTIO: UMA ANÁLISE DO GOVERNO ARTUR BERNARDES - André Lugão Mendes, Fabrício da Costa Oliveira Gomes, João Pedro Moreira Ferreira, Thiago Costa Almeida, Victor Rizo Schiavo	213
ESTADO DE SÍTIO: UMA ANÁLISE DA REVOLTA DA VACINA NOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 1904 - Beatriz Guimarães Dutra, Enzo Menezes Rosseto, Marcella Rodrigues Meneguzzo, Maria Eduarda Fraga Carvalho, Victor Rizo Schiavo	220
INTERVENÇÃO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Jorgian de Lima Gomes, Luiz Sérgio Silva Jordão, Jaqueline dos Nunes Quirino Santos, Vynicius Silveira Olose, Victor Rizo Schiavo	227
SAÚDE BUCAL: REALIDADES E DIFICULDADES ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS - Emilly Martins Camargo, Larissa Fim Paqueli, Maria Fernanda Souza Santiago, Renata Scaramussa Tosta Puppim, Wendel Grolla, Ednéa Zandonadi Brambila Carletti.....	233

ESTIMULANDO A CRIATIVIDADE COM O DESAFIO DE IMPLANTAR UMA NOVA FÁBRICA - Débora Cristina de Souza Silva, Luzia de Fátima Souza, Aline Juriatto Fagundes, Alair Diório Costa Junior	239
TESTE DE HIPÓTESE PARA A TOMADA DE DECISÕES - João Pedro Pinto Brandão, Lucas Barina Erler, Tayná Martins Bravin, Frirlei Cardozo dos Santos	247
TESTE DE HIPÓTESE PARA A TOMADA DE DECISÕES PARA A MÉDIA POPULACIONAL - Carlos Eduardo Gomes Cardoso, Christovão Pina Guimarães, Moises Pereira Cunha, Frirlei Cardozo dos Santos	252
TESTE DE HIPÓTESE PARA A TOMADA DE DECISÕES PARA UMA PROPORÇÃO POPULACIONAL - Mateus Faria Silva, Maycon Maraga Souza, Vitor Raimundo Peixoto, Frirlei Cardozo dos Santos	258
DETERMINAÇÃO DO TEOR DE ÁLCOOL NA GASOLINA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES - Luís Henrique Nascimento da Silva, Lucas Miranda Simões, Ronildo P. de Souza Longo, Fernanda Souza Silva, Frirlei Cardozo Santos	263
MOMENTO DE INÉRCIA – UM MOMENTO NA CADEIRA - Bruno Gomes Rodrigues, Cristóvão Pina Guimarães, Erika Cristina Sabino, Moisés Pereira Cunha, Leonardo Teixeira Mardegan	269

LÚPUS: UM MAL AINDA POUCO CONHECIDO E SUA OCORRÊNCIA NO SEXO FEMININO

Mônica Mello de Azevedo

Raissa de Oliveira Curty

Sara Avelino Braga Sarte¹

Victor Menezes Tunholi Alves²

1 INTRODUÇÃO

Gatti (2017) afirma que a palavra Lúpus tem origem do latim “lobo”, pois durante o período da Idade Média os enfermos apresentavam lesões cutâneas que faziam menção a “mordidas de lobo”. Então, em 1846 Von Hebra deu a denominação de “asa de borboleta” às lesões faciais que surgiam após exposição aos raios ultravioleta e as associou ao Lúpus Eritematoso. Porém, somente no fim do século XIX que seu filho, Moritz Kaposi, caracterizou as duas formas de manifestação da doença, sendo elas: (i) lúpus discoide, associado a lesões que se restringiam a pele; e (ii) lúpus sistêmico, à forma da doença que causava injúrias em articulações e órgãos, induzindo por vezes convulsões e febre, além de lesões cutâneas. Anos mais tarde, Sir Willian Osler classificou o lúpus como uma enfermidade reumática e não mais dermatológica.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Reumatologia (2019), o lúpus é uma doença inflamatória autoimune ocasionada pelo desequilíbrio do sistema imunológico, a qual pode atingir diversos órgãos de forma progressiva e crônica, desencadeando uma ampla diversidade de sintomas em conformidade ao sistema comprometido.

Essa enfermidade não apresenta predisposição por sexo ou idade, e segundo estudos epidemiológicos estima-se que no Brasil, aproximadamente 65.000 indivíduos possuem a doença, sendo em sua maioria mulheres entre a faixa etária

¹ Graduandas em Biomedicina pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Doutorado e Mestrado em Ciências Veterinárias pela UFRRJ. Graduação em Medicina Veterinária pela UFRRJ. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

de 15 a 40 anos. Neste contexto, uma a cada 1.700 brasileiras desenvolve o Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES), o que compromete o dia a dia do paciente tanto na questão social/ profissional quanto pessoal. (XAVIER; ZANOTTI; RIBEIRO, 2013).

Esse trabalho visa explicitar a incidência do lúpus eritematoso sistêmico em mulheres, bem como as consequências que este pode acarretar para a vida das mesmas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Borba et al. (2008), Silva e Ribeiro (2015) e Neder et al. (2017) afirmam que o Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) é caracterizado como uma enfermidade autoimune, sendo esta uma inflamação crônica que afeta vários tecidos e sistemas, dentre os quais o tecido conjuntivo mostra-se frequentemente acometido. Trata-se de uma enfermidade incomum que poderá ser desencadeada por fatores ambientais, hormonais e infecciosos, como raios ultravioletas, e infecções virais. Tal doença apresenta como característica principal a produção de inúmeros auto anticorpos que se ligam a seus respectivos autos antígenos.

[...] a formação excessiva desses autos anticorpos decorre de alteração dos linfócitos B, ou de uma alteração das células T [...] os autos anticorpos são dirigidos principalmente contra o DNA, levando a formação de imunocomplexos, que se depositam nos tecidos e/ou ativam complemento, liberando fatores que induzem ao processo inflamatório, e causando as lesões em múltiplos órgãos. [...] (SILVA e RIBEIRO, 2015).

Em relação à origem genética, observa-se a comprovação da ocorrência elevada entre gêmeos monozigóticos em relação aos dizigóticos, com porcentagem de 67% para aqueles. O LES também se faz presente em crianças geradas a partir de união consanguínea entre familiares de 1º grau.

[...]. Os genes envolvidos que aumentam a chance são o HLA classes II e III, HLA-DR2, HLA-DR3, alelos nulos para C4; deficiência dos componentes inicia da cascata complemento C1q, C2 e C4; deficiência do receptor Fc de imunoglobulinas e deficiência dos mecanismos de autorregulação. É necessário quatro a oito genes para predispor um indivíduo a desenvolver lúpus [...] (GATTI, 2017).

A exposição a raios ultravioletas está entre os fatores ambientais contribuintes para o desenvolvimento de Lúpus Eritematoso Sistêmico. Em paralelo, o estilo de vida, especialmente relacionado ao tabagismo, além de fatores étnicos, como por exemplo, afrodescendentes e hispânicos, enquadram como elementos de risco para o desenvolvimento desta doença (ARAÚJO, 2004; GATTI, 2017).

De acordo com Borba et al. (2008), existem critérios de classificação criados pela American College of Rheumatology (ACR), os quais declaram que pacientes portadores de LES poderão desenvolver injúrias físicas, como lesão discóide eritematosa, que se transforma em cicatriz atrófica; eritema malar; úlcera oral; fotossensibilidade; artrite (devido à poliartralgia e mialgia, à qual é caracterizada como uma inflamação nas articulações, sem, contudo ocasionar deformidades); danos renais; problemas pulmonares, associados à embolia e derrame pleural; modificações hematológicas; anticorpos antinucleares; além de variações imunológicas e neurológicas, esta última podendo evoluir para psicose, problemas psicossociais e convulsões.

O ACR, em 1999, propôs a definição de 19 síndromes clínicas neuropsiquiátricas atribuídas ao LES - chamado de "O LES Neuropsiquiátrico" -, no intuito de uniformizar a nomenclatura e facilitar as pesquisas clínicas, sobretudo os estudos multicêntricos. Essa classificação reconhece cinco grupos de transtornos neuropsiquiátricos: transtorno de humor, transtorno de ansiedade, disfunções cognitivas, psicose e estado confusional agudo. (SANTOS, VILAR E MAIA, 2017).

Ademais, portadores do LES poderão desenvolver perda progressiva de peso; cefaleia; febre; alopecia, entre outros sintomas, chegando até a prejudicar o bom funcionamento de órgãos essenciais como o fígado e o pâncreas (SILVA et al., 2016).

De acordo com Silva et al. (2013), os antígenos liberados do apoptose de células (morte celular programada), devido a fatores ambientais e/ou genéticos, são considerados os principais fatores indutores da formação de anticorpos auto-reativos, condição imprescindível para o desencadeamento da doença. Assim, o LES tem seu perfil imunológico caracterizado pela produção desses anticorpos após o reconhecimento de fragmentos apoptótico, através de receptores de células B (BCR). Após o reconhecimento e o processamento destes fragmentos, verifica a

ativação de linfócitos TCD4⁺, que passarão a sintetizar citocinas relacionadas na ativação de linfócitos B e formação de anticorpos auto-reativos. Ao ocorrer à ligação do auto-anticorpo com o antígeno tem-se a estruturação do imunocomplexo e ativação do sistema complemento, culminando na liberação de fatores solúveis que induzem o processo inflamatório causando lesão em múltiplos órgãos, principalmente nos glomérulos renais, articulações, pele e vasos sanguíneos.

Almeida et al. (2017) afirmam que os pacientes portadores de LES devem atentar-se a sua alimentação, tendo em vista que o acúmulo de gordura corrobora a uma deficiência metabólica que aumenta a concentração de citocinas pró-inflamatórias maximizando o quadro inflamatório. Além disso, consumo abaixo do recomendado de micronutrientes, como ferro, auxilia a evolução de uma anemia, alteração clínica frequentemente apresentada por portadores da enfermidade.

O LES apresenta maior incidência no gênero feminino, numa proporção de 9 a 10 mulheres para 1 homem, em idade fértil. Essa prevalência pode ser em parte justificada por uma condição hormonal, especialmente relacionado ao estrogênio, que estimulará a atividade dos linfócitos B para a síntese de anticorpos, além de reduzir a apoptose de células B auto reativas (ARAÚJO, 2004; GATTI, 2017). Portanto, a elevação de estrógeno em mulheres férteis ou gestantes poderá aumentar a incidência da doença acarretando em manifestações cutâneas, articulares, hematológicas e renais. Segundo estudos, mulheres grávidas com LES apresentam cerca de 4 vezes mais complicações obstétricas e aumento de 20 vezes na mortalidade materna (LISBOA; BRITO 2014). Além disso, Silva e Ribeiro (2015) relatam que a presença de anticorpos antifosfolipídeos, comuns no LES, aumenta os riscos de complicações durante a gravidez, e é reconhecido como um fator de risco para trombofilia.

A exposição solar altera o DNA e modifica as proteínas nucleares induzindo a síntese de interleucinas, tais como IL-1, IL-6 e TNF- α , ativando a produção de anticorpos pelos plasmócitos corroborando a um quadro inflamatório. Na pele a lesão mais comum é a malar, e ao realizar biópsia é possível verificar depósitos de imunoglobulinas na junção dermoepidérmica (GATTI, 2017).

O acometimento renal ocorre em diversos pacientes, no entanto aqueles que possuem anticorpo anti-dsDNA e o antígeno de histocompatibilidade HLA-DR2 apresentam maior comprometimento. A síndrome nefrótica com proteinúria, hematúria e hipertensão arterial pode acarretar na perda de função renal (GATTI, 2017).

Xavier (2013) relata que o LES é considerado de difícil diagnóstico tendo em vista que a sintomatologia da doença é ampla e não existe exame laboratorial específico. Porém, critérios de classificação propostos pela American College of Rheumatology poderão auxiliar no diagnóstico da doença, uma vez que a presença de quatro das onze manifestações clínicas tendência a confirmação do LES, como eritema malar, artrite, alterações hematológicas e renais sendo mais frequentes (BORBA et al., 2008).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Reumatologia (2019), a evolução do LES caracteriza-se por períodos de remissão intercalados com períodos de maior atividade. Nesse momento, é aconselhável a solicitação de alguns exames laboratoriais, como hemograma e de urina, para verificar se há ativação da doença ou não. Com a finalidade de avaliar a atividade e gravidade do LES o SLEDAI (Systemic Lupus Erythematosus Disease Activity Index) foi desenvolvido. Trata-se de um órgão que analisa 24 parâmetros clínicos e 8 laboratoriais classificando a doença em quatro graus, sendo o de grau um com atividade discreta e o de grau quatro com atividade mais intensa (NEDER et al., 2017).

O tratamento do LES depende dos sintomas apresentados pelo paciente, sendo ou não necessária à introdução de medicamentos. Em geral, o tratamento inclui o uso de corticosteroides, antiinflamatórios não hormonais, hidroxicloroquina (antimaláricos; podem auxiliar no aumento da intolerância à luz solar), azatioprina, ciclosporina, ciclofosfamida (usada nas formas graves de nefrite, deve ser evitada durante a gravidez), metotrexato e micofenolato mofetil, além de infusões de imunoglobulinas (trata trombocitopenia durante a gravidez) (LISBOA; BRITO 2014). Além disso, uma dieta regulada, a prática de atividades físicas, restrição de bebidas alcoólicas e tabagismo são essenciais. É necessário alterar o comportamento do

paciente para que ocorra o sucesso do tratamento e o mesmo possa ter uma condição de vida mais saudável (NEDER et al., 2017).

Ademais, Alcântara, Aguiar e Monteiro (2011) e Santos, Vilar e Maia (2017) afirmam que alterações neuropsíquicas são bastante frequentes entre os indivíduos portadores do LES, sendo estas representadas por quadros de psicose, ansiedade e depressão. Segundos tais autores, estes transtornos são ocasionados pelas intensas dores e sofrimento psicológico imposto ao paciente.

Vale, contudo, ressaltar que portadoras do LES possuem maior probabilidade de desenvolver câncer no colo do útero, uma vez que a imunossupressão ocasionada tanto pela doença quanto pela utilização de fármacos, como metotrexato e ciclofosfamida, no tratamento da mesma, impossibilitam a resistência do organismo contra a colonização pelo HPV (SKARE; ROCHA, 2014).

É importante frisar que, medicamentos utilizados no tratamento do LES podem ainda interferir na fertilidade da mulher, uma vez que alguns desses são à base de esteroides, que possuem influência na função ovariana, principalmente em idades mais avançadas, como a ciclofosfamida. Após estudos realizados entre 2010 e 2011 nos Estados Unidos, constatou que tal medicação possui relação com a infertilidade em mulheres (GASPARIN et al., 2015).

Em razão de o Lúpus ser uma doença ainda em estudo, não existem medidas precisas para a sua prevenção, entretanto, algumas ações podem ser adotadas visando diminuir os fatores de risco que favorecem no desencadeamento deste, como por exemplo, adquirir hábitos alimentares saudáveis, bem como a prática de atividades físicas, evitar exposição indevida ao sol, utilizar medicamentos, principalmente hormonais, somente sob orientação médica, cuidar do bem-estar tanto físico quanto psicológico, o que contribui para a promoção de saúde.

3 CONCLUSÃO

A partir das pesquisas realizadas e união das informações obtidas, pode-se concluir que o Lúpus Eritematoso Sistêmico apresenta alta incidência em mulheres,

sendo uma doença de razão desconhecida causada por diversos fatores, como o fator hormonal. As consequências advindas da doença podem afetar a vida pessoal e profissional da mulher, pois o lúpus acomete principalmente mulheres na faixa etária mais produtiva, de 15 a 40 anos, além de gerar um desgaste físico e emocional muito grande devido à severidade clínica da doença, do uso de medicamentos e da mudança abrupta do estilo de vida.

4 REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, G. C.; AGUIAR, C.C.M.; MONTEIRO, K. C. C. A vivência de mulheres com lúpus eritematoso sistêmico. *Revista de Psicologia, Fortaleza*, v. 2 - n. 1, p. 78-85, jan. /jun. 2011.

ALMEIDA, C. S et al. Perfil antropométrico e consumo alimentar de mulheres com lúpus eritematoso sistêmico, 2017. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/215/209>>. Acesso em: 07 de outubro de 2019

ARAÚJO, A. D. A doença como ponto de mutação: os processos de significação em mulheres portadoras de lúpus eritematoso sistêmico. 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17423/1/AdrianaDA.pdf>>. Acesso em: 04 de outubro de 2019.

BORBA, Eduardo Ferreira et al. Consenso de Lúpus Eritematoso Sistêmico, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbr/v48n4/v48n4a02>>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

GASPARIN, A.A; CHAKR, R. M. S; BRENOL, C. V.; PALOMINOS, P. E.; XAVIER, R. M.; SOUZA, L.; BRENOL, J. C. T.; MONTICIELO, O. A. Hormônio anti-Mülleriano como preditor de reserva ovariana em pacientes lúpicas: uma revisão. 2015. *Revista Brasileira de Reumatologia*. vol.55 no. 4 São Paulo jul. /ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0482-50042015000400363>. Acesso em: 04 de outubro de 2019.

GATTI, Deydre. Lúpus eritematoso sistêmico, 2017. Disponível em: <revista.uniplac.net/ojs/index.php/uniplac/article/view/2580>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

LISBOA, Ana; BRITO, Iva. Lúpus eritematoso sistêmico e gravidez: implicações terapêuticas. 2014. Disponível em: <www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-34132014000100004>. Acesso em: 04 de outubro de 2019.

NEDER, Patrícia Regina Bastos et al. Adesão ao tratamento de lúpus: efeitos de três condições de intervenção, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862017000100017&lang=pt>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

SANTOS, L. M. O; VILAR, M. J; MAIA, E. M. C. Mulheres com lúpus eritematoso sistêmico, sintomas depressivos e apoio social. 2017. Psicologia, Saúde & Doenças vol.18 no.1 Lisboa abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862017000100004&lang=pt>. Acesso em: 04 de outubro de 2019.

SILVA, Erlane Brito da et al. O lúpus eritematoso sistêmico e a autoimagem da mulher portadora, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/4719/pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

SILVA, E. C. et al. Mecanismos Imunológicos Do Lúpus Eritematoso Sistêmico. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/USER/Downloads/R1092-1.pdf>>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

SILVA, Laís Vieira da; RIBEIRO, Luiza Helena. Lúpus eritematoso sistêmico e gravidez: uma revisão da literatura, 2015. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2015/v13n4/a5190.pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

SKARE, T. L; ROCHA. B. V. Câncer cervical e de mama em pacientes com lúpus eritematoso sistêmico. 2014. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. vol.36 no.8 Rio de Janeiro Aug. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032014000800367>. Acesso em: 04 de outubro de 2019.

Sociedade Brasileira de Reumatologia. Lúpus Eritomatoso Sistêmico. 2019. Disponível em: <<https://www.reumatologia.org.br/doencas-reumaticas/lupus-eritematoso-sistemico-les/>>. Acesso em: 06 de outubro de 2019.

XAVIER, H. V. et al. Concepções atribuídas por mulheres ao processo de adoecimento por Lúpus. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200004>. Acesso em: 04 de outubro de 2019

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO EM BEBEDOUROS PÚBLICOS DA SEDE DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Beatriz Gonçalves do Carmo

Eduardo Soares de Souza¹

Victor Menezes Tunholi Alves²

1 INTRODUÇÃO

Cerca de 71% da superfície do planeta é constituída por água. Porém apenas 3% desse total é água doce (própria para manutenção da vida). Os outros 68% são de água salgada (imprópria para consumo humano devido à presença de determinados sais e minerais). A água é responsável pelas mudanças climáticas e manutenção da vida em oceanos, rios e lagos. Além disso, a água doce está ligada a saúde humana, sendo utilizada no metabolismo celular (RIBEIRO; ROLIM, 2017).

A água possui determinadas implicações na saúde humana, onde as principais são: reservatórios de vetores transmissores de doenças (mosquitos e caramujos); agentes tóxicos caracterizados por contaminantes biológicos e químicos; agentes patogênicos que ocasionam distúrbios gastrointestinais. Ademais, a água pode promover impactos físicos, tal qual ocorre em casos de inundações (CONFALONIERI; HELLER; AZEVEDO, 2010).

A Portaria nº 2.914 de 2011, do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), relata os padrões de potabilidade da água para consumo humano, para que a mesma não ofereça riscos à saúde humana. Esta relata ainda que, o Estado deve se assegurar da administração e do uso consciente dos recursos hídricos, bem como garantir a potabilidade e qualidade da água, e, assegurar o funcionamento correto das etapas de tratamento, abastecimento e distribuição da água, haja vista que, falhas nestes procedimentos podem acarretar em contaminação (BRASIL, 2011c).

¹ Graduando em Biomedicina pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Doutorado e Mestrado em Ciências Veterinárias pela UFRRJ. Graduação em Medicina Veterinária pela UFRRJ. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Isso reforça a importância do controle da qualidade microbiológica da água para consumo humano, pois essa avaliação tem o objetivo de evitar contaminações transmitidas através da água e garantir a saúde da população. Para atingir esse objetivo é necessário certificar-se que todas as legislações que garantem o controle da água sejam cumpridas (SANTOS et al., 2013).

Entende-se indispensável à realização de práticas que permitem uma maior qualidade e controle da água, desde análises físico-químicas e microbiológicas até a limpeza periódica dos bebedouros públicos. Estas medidas permitem a verificação de microrganismos ou características patogênicas ao homem e posterior remanejamento para evitar este tipo de contaminação. Além disso, essas medidas têm importância para a saúde pública, uma vez que a água se encontra dentro dos padrões exigidos pelo Ministério da Saúde tem-se menor incidência de casos de doenças por veiculação hídrica. A falta de um fornecimento, manutenção e monitoramento adequado da água, além de entregar ao consumidor uma água fora dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde aumentam as chances do consumidor desenvolver patologias advindas de uma água sem devido tratamento.

Neste contexto, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a água de bebedouros de diferentes pontos da cidade de Presidente Kennedy e investigar se há ou não a presença de microrganismos que possam levar alguma patogenicidade à população que é oferecida este consumo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem a finalidade de promover uma análise físico-química e microbiológica da qualidade da água oferecida para consumo humano, ressaltando a importância de uma higienização periódica nesses bens de consumo público, caso haja ou não microrganismos patogênicos presentes na água distribuída.

As análises serão feitas através da coleta de amostras de água em diferentes bebedouros públicos de 3 pontos de grande e fácil acesso da população, dentre eles o primeiro estabelecido é o PAM (Pronto Atendimento Médico Tancredo Neves), que recebe muitas pessoas por ser o único local na cidade para primeiros socorros em

casos de acidentes, o segundo ponto é o Posto de Saúde, área de atendimento médico especializado à população e o terceiro a Farmácia Popular que promove acesso da população a medicamentos e possui grande movimento.

Desta forma as análises serão feitas com auxílio dos equipamentos: Oxímetro AT 160 SP, Phmetro AT 315 SP, Turbidímetro Microprocessado Plus II. Bem como a utilização de meios específicos como Lauril, caldo lactosado e/ou verde brilhante para verificação do microbiológico. Após a coleta das amostras de água seguindo os procedimentos corretos, seguiremos com as análises físico-químicas com o auxílio dos aparelhos supracitados, em seguida anotar e comparar os resultados com os valores preconizados pelas Portarias nº 518/2004 e nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde. Procederemos com o exame bacteriológico e após período de incubação tomaremos os resultados. Ao final concluiremos a qualidade da água das amostras analisadas.

3 DESENVOLVIMENTO

Toda água antes de ser disponibilizada para consumo deve passar por um tratamento, para evitar riscos à saúde. Esse tratamento é realizado nos sistemas de tratamento da água, que dispõe de etapas voltadas à eliminação de microrganismos patogênicos e substâncias que interferem na sua qualidade. Uma dessas etapas é a desinfecção, que tem o objetivo de inativar bactérias provenientes da própria água, ou que foram inseridas durante o armazenamento ou distribuição da mesma (WHO *apud* MARTINS, 2017).

Segundo a Portaria nº 2.914 de 2011, do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a potabilidade da água deve atender parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos. Além disso, o sistema de abastecimento deve ser composto por obras civis e equipamentos, os quais são capazes de canalizar e distribuir a água potável, para todas as populações, sob responsabilidade do poder público. Os responsáveis por essa operação devem assegurar a manutenção da distribuição e da qualidade da água para consumo e adotar ações para avaliar se a água que é consumida pela população atenda a esta norma (BRASIL, 2011c).

O Potencial Hidrogeniônico representa a concentração de íons de hidrogênio em uma solução aquosa, que varia de 0 a 14 e através dessa variação designa a intensidade de acidez, neutralidade ou alcalinidade da água. O valor do pH é uma ferramenta de grande importância na análise de água podendo direcionar as análises que serão realizadas, uma vez que microrganismos patogênicos possuem faixa ótima de pH para se desenvolverem e realizar o seu metabolismo basal. De acordo com o Ministério da Saúde na Portaria nº 1469/2000, tem-se que o valor de aceitação do pH varie entre 6,00 a 9,5 no sistema de distribuição.

Os organismos vivos dependem de oxigênio para a manutenção de seus processos metabólicos para a produção da energia necessária para o seu crescimento e posterior reprodução. A matéria orgânica presente nos cursos d'água tende a ser consumida naturalmente por microrganismos aeróbicos existentes, consumindo o Oxigênio Dissolvido na água. Quando a carga poluidora do curso é excessiva, o oxigênio dissolvido se esgota e serão predominantes os organismos anaeróbicos, até que mais oxigênio se dissolva na água. Sendo assim, a quantidade de OD presente na água analisada tem influência sobre qual é o tipo de mecanismo utilizado pela bactéria para a obtenção de energia, que por sua vez, tende a indicar quais microrganismos podem se desenvolver na presença ou não de OD (CETESB, 2017).

A turbidez da água se dá devido à presença de materiais sólidos em suspensão, o que faz com que a luz seja espalhada e absorvida ao invés de atravessar a amostra, isto se deve a presença de matéria orgânica e inorgânica, organismos microscópicos. É um parâmetro que indica qualidade visual da água. A Portaria nº 1469/2000 estabelece 5,0 uT como padrão de aceitação na água para consumo humano.

A condutibilidade elétrica refere-se à capacidade que certa solução aquosa possui em conduzir correntes elétricas. Tal capacidade depende unicamente da presença de íons, valência, motilidade, medidas de temperatura, mobilidade. Grande parte dos ácidos, bases e sais inorgânicos são relativamente bons condutores elétricos, por sua vez, compostos orgânicos em sua maioria conduzem pouca corrente elétrica. Dentre as aplicações práticas para levantamento da medida de condutibilidade está

à indicação do grau de mineralização da água e a concentração de minerais dissolvidos (SANTOS, MOHR, 2013).

Através da Avaliação Microbiológica da água tem-se a verificação de presença ou não de coliformes totais ou termotolerantes. Os coliformes termotolerantes são microrganismos pertencentes ao grupo coliforme capazes de fermentar a lactose a 44-45°C, sendo representado principalmente pela *Escherichia coli*, e por outras bactérias do gênero *Klebsiella*, *Enterobacter* e *Citrobacter*. Desses grupos, a *E. coli* é de origem exclusivamente fecal, estando sempre presente em fezes humanas, mamíferos, fermentadora de lactose e manitol, com produção de ácido, gás e indol a partir do triptofano, oxidase negativa. É considerado o indicador primordial de contaminação fecal na avaliação da qualidade da água (CETESB, 2017).

A Portaria 1469/2000 do Ministério da Saúde estabelece para padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano, a ausência de *E. coli* ou coliformes termotolerantes em 100ml.

Bactérias, vírus e protozoários e helmintos são os microrganismos responsáveis por espalhar enfermidades pela água, a maioria dessas doenças afetam o trato gastrointestinal, porém algumas podem acometer outros órgãos, tais como sistema nervoso, músculos e coração. Esses organismos geralmente estão presentes em locais que recebem efluentes, como esgotos domésticos que são ricos em nutrientes orgânicos. Apesar de causar doenças graves em humanos, um simples método de saneamento básico já é suficiente para evitar a contaminação da água por esses organismos (PELCZAR; CHAN; KRIEG, 2009).

Apesar da água não ser só utilizada para beber, estima-se que 80% da mortalidade é causada pela contaminação da água potável através das fezes, isso ocorre devido uma característica específica de bactérias e protozoários que quando formam células de repouso (cistos) se tornam mais resistentes podendo sobreviver por longos períodos, além de resistir a temperaturas extremas (ALDSWORTH; DODD; WAITES, 2015).

A higienização adequada desses bebedouros é eficaz, pois evita que os patógenos de veiculação hídrica circulem, sendo necessária uma maior atenção na limpeza desses objetos, reduzindo a contaminação da água e garantindo uma melhor qualidade de água e de vida aos consumidores.

4 RESULTADOS ESPERADOS

A partir das análises realizadas com amostras coletadas dos bebedouros espera-se encontrar uma água dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, sendo assim, espera-se uma faixa de pH entre 6,0 e 9,5, baixa concentração de Oxigênio Dissolvido disponível para reprodução de organismos vivos, turbidez em 5,0 uT de acordo com as normas e padrões de qualidade de água.

Almeja-se ainda, mesmo que se trate de uma localidade próxima a praias, que a condutibilidade elétrica seja baixa, excluindo o argumento de que a água do mar próxima a sede pode acarretar num aumento de sais na água referida, aumentando assim sua capacidade de conduzir correntes elétricas. Por fim objetiva-se alcançar ausência de *E. coli* ou coliformes termotolerantes em 100ml da água analisada para padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos apresentados no presente trabalho, conclui-se que é indispensável à análise e avaliação de água oferecida para consumo humano em quaisquer que sejam as localidades. Além das análises certifica-se necessário o controle microbiológico acompanhado de uma limpeza periódica que deve ser feita nos bebedouros públicos.

Conclui-se ainda, que todas as medidas e valores propostos pelo Ministério da Saúde são uma forma de manter em foco a diminuição da incidência de doenças por veiculação hídrica, assim como alterações metabólicas que podem ser causadas por características que estejam alteradas na água consumida com pH, presença elevada de sais.

Ademais, devem ser mais frequentes as limpezas nos bebedouros públicos, as análises físico-químicas e microbiológicas devem ser priorizadas e periodicamente realizadas para um controle maior da qualidade da água que está sendo oferecida a população, além do estabelecimento de uma fiscalização regular e rotineira nos bebedouros, da mesma forma observar após a implementação de algumas mudanças se os índices de doenças por veiculação hídrica têm diminuído em resposta às novas medidas de monitorização da água.

6 REFERÊNCIAS

ALDSWORTH, Tim; DODD, Christine E. R.; WAITES, Will. Microbiologia de Alimentos. In: CAMPBELL-PLAT, Geoffrey. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2015, 6, 117-179.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância Ambiental em Saúde**. Brasília: Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde - Ascom/Pre/ FUNASA, 2002a. 44p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

CETESB. **Qualidade das Águas Doces no Estado de São Paulo - Apêndice E - Significado Ambiental e Sanitário das Variáveis de Qualidade**. São Paulo, p. 3-47, 2017. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2017/11/Ap%C3%AAndice-E-Significado-Ambiental-e-Sanit%C3%A1rio-das-Vari%C3%A1veis-de-Qualidade-2016.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2019.

CONFALONIERI, Ulisses; HELLER, Léo, AZEVEDO, Sandra. Água e Saúde: aspectos globais e nacionais. In: BICUDO, C. E. D. M; TUNDISI, José G; SCHEUENSTUHL, Marcos C. Barnsley. **Águas do Brasil: análises estratégicas**. – São Paulo, Instituto de Botânica, 2010, 2, 27-38.

MARTINS, Tiago José Carrilho. **Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Humano – desenvolvimento e aplicação de ferramenta informática para a sua gestão integrada**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) - Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2017. 100p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/9311/1/Sistemas%20de%20Abastecimento%20de%20A%CC%81gua%20para%20Consumo%20Humano_versa%CC%83o%20final.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2019.

PELCZAR Jr, Michael J.; CHAN, E.C.S; KRIEG, Noel R. **Microbiologia: conceitos e aplicações**. 2 ed. São Paulo: Pearson, 2009. 517 p.

RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves; ROLIM, Neide Duarte. Planeta água de quem e para quem: uma análise da água doce como direito fundamental e sua valoração mercadológica. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, Caxias do Sul, v. 7, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/issue/view/205>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SANTOS, J. O. D. et al. A qualidade da água para o consumo humano: Uma discussão necessária. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, Pombal, v. 7, n. 2, p. 9-16, abr./jun. 2013. Disponível em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/2279/1805>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SANTOS Renata de Souza, MOHR Tainara. SAÚDE E QUALIDADE DA ÁGUA: Análises Microbiológicas e Físico-Químicas em Águas Subterrâneas. **Revista contexto & saúde**, UNIJUÍ, v. 13 n. 24/25, p. 46-53, JUL/DEZ 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/2877/3353>>

ALTERAÇÃO POSTURAL COM ÊNFASE NA PROTRUSÃO E RETRUSÃO: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR DA ODONTODOLOGIA E FISIOTERAPIA

Stella Peterle de Barros Lins
Caroline Soares Bastos
Joana de Silis Siqueira Friço¹
Natália Grancieri²

1 INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade é o envolvimento de duas ou mais áreas de conhecimentos, com a mesma finalidade, unindo conhecimentos científicos, técnicos e experiências profissionais (FERREIRA, 2009), respeitando o território de cada campo de conhecimento (BASTOS, SOUSA, 2016).

Segundo o Conselho Federal de Odontologia (2016), o Cirurgião-Dentista tem a finalidade de promover a saúde bucal da população, em pessoas de todas as faixas-etárias, por meio de tratamentos que acompanham o diagnóstico, recuperação e a manutenção. O foco é trabalhar na vigilância, realizando procedimentos como implantes, próteses e tratamento ortodôntico. Também faz extrações e cirurgias, incluindo em urgências e emergências com agravo por acidente na área buco-maxilo-facial.

Outro profissional da área de saúde é o Fisioterapeuta que pode trabalhar na promoção do bem-estar, manutenção, prevenção, tratamento e reabilitação do paciente. Possui um amplo campo de atuação (SILVA, 2007). O Fisioterapeuta é um dos profissionais integrantes da equipe multiprofissional e por isso pode contribuir de maneira efetiva no tratamento de disfunções que envolvem a articulação temporomandibular. Nesses casos, ele pode prestar assistência integral aos pacientes, partindo desde o momento da avaliação passando pelo planejamento até

¹Graduandas do Curso de Odontologia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES,

² Doutoranda em Biotecnologia (UFES). Mestrado em Genética e Melhoramento pela UFES. Graduação em fisioterapia. Professora da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

a execução de ações para reestabelecer o movimento funcional e assim reduzir e até mesmo eliminar a sintomatologia (KINOTE et al. 2011).

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é enfatizar a importância da interdisciplinaridade dos profissionais de Odontologia e Fisioterapia e a relevância de uma anamnese realizada com qualidade no processo de diagnóstico clínico e também por exame de imagem por esses profissionais. Assim como, identificar terapias que possam estar interligadas, enfatizando a protrusão e retrusão em relação à postura corporal que na qual denota a todo desvio que está fora do eixo de uma angulação pré-estabelecida, podendo ser fisiológicas ou patológicas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura exploratória visando trazer para o mesmo a fundamentação científica para atingir o objetivo proposto. Foram utilizados artigos científicos e livros, envolvendo assuntos interdisciplinares entre a Odontologia e a Fisioterapia, utilizando as palavras-chave: Interdisciplinaridade, Protrusão e Retrusão. A pesquisa ocorreu no período de setembro e outubro de 2019.

3 DESENVOLVIMENTO

A “[...] protrusão se refere ao deslocamento de segmento no sentido anterior e retrusão que se refere ao deslocamento no sentido posterior [...]” (LAROSA, 2018) em relação à mandíbula e maxilas, conexo a má postura. Sendo assim, com o tronco em extensão, pode-se perceber alteração postural apresentando uma protrusão da mandíbula e que pode também estar associada à protrusão dos ombros e desalinhamento de outras estruturas corporais. Em situações complexas como essa, é de muita importância que os procedimentos de tratamento sejam feitos de modo interdisciplinar, que na qual constitui na junção de duas ou mais áreas envolvidas para um trabalho, estudo e/ou intervenção com o mesmo intuito de contribuir para a melhora da saúde do paciente (FERREIRA, 2009). De acordo com Bastos e Sousa, (2016):

O movimento em prol da interdisciplinaridade surgiu na Europa, principalmente na França e na Itália, em meados da década de 1960, época em que explodiram os movimentos estudantis, reivindicando um novo estatuto de universidade e de escola.

O trabalho interdisciplinar desenvolve o espírito de trabalho em equipe, realçando o envolvimento interpessoal, de comunicação, de otimização, unindo conhecimentos científicos, técnicos e experiências profissionais distintas, que podem ficar ocultos quando estão em um plano individual, respeitando o território de cada campo de conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem e os diferenciam (BASTOS; SOUSA, 2016).

A partir dos conceitos interdisciplinares, percebe-se que é importante a união das áreas de Odontologia e Fisioterapia, com o propósito de construir diagnósticos e terapias, incluindo no exame clínico, uma anamnese detalhada, que se pressupõe em um questionário, por exemplo, com perguntas sobre sua rotina pessoal, profissional, hábitos, principal queixa e história médica, podendo ser realizado através de uma conversa seguindo uma ficha de protocolo. Recomenda-se que a anamnese seja realizada de forma de registro, para que aconteçam menos inadvertências (STABILE, 2018), além dos exames de imagem e laboratoriais. Alguns exames são úteis para se estabelecer o diagnóstico inicial após a manifestação dos sinais e sintomas, enquanto outros auxiliam no desenvolvimento de um diagnóstico diferencial (NICOLL; MARK LU; MCPHEE, 2019).

Sabe-se que um diagnóstico preciso influenciará diretamente na conduta terapêutica, pois é a partir dele que é possível decidir, respeitando as condutas éticas e também as condições do paciente, qual o melhor método a ser realizado, levando sempre em consideração as condutas menos invasivas possíveis, considerando-as procedimentos cirúrgicos. As complicações advindas de falhas nas fases pré-operatória e pós-operatória precoce podem resultar em graves consequências para pacientes e profissionais (PRADO; SALIM, 2018).

Para uma boa análise da protrusão e retrusão da mandíbula e das maxilas, relacionando com a má postura, a avaliação clínica facial deve ser feita com o paciente em pé, com a coluna vertebral ereta, pupilas voltadas para o horizonte e a

musculatura facial relaxada. É importante que sejam evitadas posições compensatórias reproduzíveis involuntariamente pelo paciente, principalmente na região perioral (PRADO; SALIM, 2018), para que assim sejam notadas a harmonia facial, a assimetria, mesmo sabendo que não possuímos os lados da face idênticos, porém devemos apenas considerar os fatores com aspectos desproporcionais que podem estar prejudicando as funcionalidades das articulações temporomandibulares, mastigação, entre outros fatores funcionais.

Contudo, os profissionais da Odontologia e da Fisioterapia podem evitar tratamentos não aptos, como por exemplo, tratamentos ortodônticos desnecessários e de risco para o paciente, favorecendo assim tratamentos mais acessíveis e confortáveis (STABILE, 2018).

4 DISCUSSÃO

A partir do estudo das revisões bibliográficas e da fundamentação científica que obtivemos, abordando a relação da interdisciplinaridade entre duas áreas da saúde (odontologia e fisioterapia) e ressaltando a importância de um bom diagnóstico da protrusão e retrusão da mandíbula e das maxilas, podemos definir alternativas de condutas terapêuticas, como, tratamento ortodôntico, no caso das más oclusões, fisioterápico quando o diagnóstico é somente a protrusão e retrusão exercida pela má postura corporal ou cirurgia ortognática, quando o diagnóstico e prognóstico excluem os tratamentos fisioterápicos e ortodônticos, relevando a anatomia da face.

Quando se trata de oclusão, temos o alinhamento dos dentes superiores com os inferiores ao fechar a boca, portanto, [...] maloclusão não significa doença ou saúde, e sim dentes mal posicionados ou desalinhados. “(FERNANDES NETO; NEVES; SEMAMOTO JR, 2013). Temos também definições de suas classificações, Pinam, Bromam e Rocha (2013) cita estudioso como Ceribelli em 1842, classificando as, mas oclusões em *mordex normalis* (oclusão normal), *mordex rectus* (mordida topo a topo), *mordex abertus* (mordida aberta), *mordex prorsus* (protrusão), *mordex retrorsus* (retrusão) e *mordex tortusus* (mordida cruzada).

Existem casos mais complexos em que quando a patologia não está ligada somente a má postura, mas em tratamentos conjugados, assim como a terapia ortodôntica e cirurgia ortognática. Para Larry et al. (2016) em Ortodontia para Cirurgia Ortognática:

O entendimento do papel do ortodontista, bem como da terapia ortodôntica específica quando relacionada com a cirurgia ortognática, é essencial para o cirurgião bucomaxilofacial (BMF). Discrepâncias oclusais e deformidades dentam faciais moderadas a grave em adolescentes e adultas normalmente requer tratamento ortodôntico e cirurgia ortognática combinados para obter resultados ótimos, estáveis, funcionais e estéticos. As metas básicas da ortodontia e da cirurgia ortognática são (1) satisfazer as preocupações do paciente, (2) estabelecer resultados funcionais ótimos e (3) proporcionar bons resultados estéticos. Para fazer isso, o ortodontista e o cirurgião BMF devem ser capazes de diagnosticar corretamente as deformidades dentais e esqueléticas existentes, estabelecer um plano de tratamento apropriado e executar de modo adequado o tratamento recomendado. Em grande parte, o ortodontista é limitado pelo crescimento e, embora o ortodontista possa mover dentes e, até certo ponto, o osso alveolar, ele não tem qualquer efeito apreciável sobre o osso basal dos maxilares.

Com a atuação do Fisioterapeuta, ele pode realizar um conjunto de ações que darão suporte para o sucesso dos pacientes que alterações posturais como em casos de protrusão e retrusão postural proporcionando alívio das sintomatologias e também reestabelecer o funcionamento e posicionamento normal das estruturas. Dentro das intervenções fisioterapêuticas, incluem-se as mobilizações manuais, o treinamento postural em combinação com outras intervenções, relaxamento e reeducação proprioceptiva e postural. Além de exercícios, massagens, alongamentos, ultrassom, laser e as técnicas manuais. Com isso a Fisioterapia promove melhora significativas (RICHENE; CORDEIRO, 2018). O tratamento dessas disfunções restringia-se ao médico ortopedista e aos odontólogos, porém atualmente abrange fisioterapeutas e também fonoaudiólogos e psicólogo, em alguns casos. Essa equipe multidisciplinar tem o papel de realizar de forma conjunta o diagnóstico e o tratamento adequado destas disfunções (RICHENE; CORDEIRO, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, conceituando o que é a interdisciplinaridade e compreendendo o que é protrusão, retrusão e má postura corporal, percebe-se que profissionais de diferentes áreas podem atuar de modo a complementar e contribuir para melhora rápida e eficiente do paciente. Assim, a Odontologia e a Fisioterapia

podem trabalhar em conjunto, tanto no processo de diagnóstico como também na fase terapêutica.

6 REFERÊNCIAS

BASTOS, Paulo Roberto Haidamus de Oliveira; SOUSA, Iane Franceschet. Interdisciplinaridade e Formação na Área da Saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**. 2016.

FERNANDES NETO, Alfredo Julio; NEVES, Flávio Domingues; SIMAMOTO JR, Paulo César. **Oclusão**. 1ª ed. São Paulo: Artes Médicas, 2013.
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4ª ed. Curitiba: Positivo, 2009.

KINOTE, A.P.; MONTEIRO, L.T.; VIEIRA, A.A.; FERREIRA, N.M.; VASCONCELLOS, A.P. Perfil funcional de pacientes com disfunção temporomandibular em tratamento fisioterápico. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 24, n. 4. 2011

LAROSA, Paulo Ricardo R. **Anatomia Humana – Textos e Atlas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

NICOLL, Diana; MARK LU, Chuanyi; MCPHEE, Stephen J. **Manual de Exames Diagnósticos**. 7ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2019.

PINZAN, Arnaldo; BRONFMAN, Caroline Nemetz; ROCHA, Thais Lima. Classificação das maloclusões. In: JANSON, Guilherme et al. **Introdução à Ortodontia**. 1ª ed. São Paulo: Artes Médicas, 2013. cap. 2, p. 23.

Profissão: Cirurgião-Dentista. **Conselho Federal de Odontologia**, Brasília, 02 de maio de 2016. Disponível em: <<http://cfo.org.br/website/17829/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

RICHENE, Rafaela Vaz; CORDEIRRO, Rafaella Soares. A Atuação Fisioterapêutica nas disfunções da articulação temporomandibular. **Journal of Specialist**, v. 3, n. 3. 2018.

SILVA, José Euclides Poubel. Fisioterapia tem amplo campo de atuação. **Conselho Federal de Fisioterapia**, Brasília, 07 de maio de 2007. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=157>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

STABILE-PEREIRA, Cecília. Avaliação Pré e Pós-Operatória. In: PRADO, Roberto; SALIM, Martha. **Cirurgia Bucomaxilofacial: diagnóstico e Tratamento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. cap. 2, p. 33.

WOLFORD, Larry, et al. Ortodontia para Cirurgia Ortognática. In: MILORO, Michael et al. **Princípios de Cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson**. 3ª ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016. seq. 7 Cirurgias Ortognática, p. 1031.

EDUCAÇÃO DOMICILIAR: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E SUAS DIRETRIZES

Jeovana Moreira de Sousa

Lorraine Zini Barradas

Rodrigo Junio Martins Backer

Thais Mengali Colle¹

Giovanna Carrozzino Werneck²

1 INTRODUÇÃO

“Educar”, de acordo com dicionário etimológico tem origem do termo educare que significa “conduzir para fora” ou “direcionar para fora”, ou seja, conduzir o sujeito para fora de si mesmo e prepará-lo para viver em sociedade. Em todos os âmbito de vivência social somos colocados em diversos momentos frente a educação, é ela que foi a grande protagonista das revoluções de nossa civilização. Nos entrelaçamos em seus fios desfrutando de toda sua grandiosidade quando anseiamos aprender, ensinar, conviver, saber, fazer. (BRANDÃO, 2017)

Além dos espaços cotidianos como igrejas, ruas, ambiente familiar, temos a escola como uma também importante fonte para educação. Nelas além de um seguimento nacional de ensino, sujeitos compartilham experiencias, aprendem diferentes culturas, práticas, aprendem a lidar com frustrações, com o respeito e com o cuidado, esses sujeitos estão em um ambiente de socialização (CURY, 2006).

Mas no Brasil essas escolas que deveriam ser um ambiente de construção social infelizmente vem tomando caminhos lesivos por conta de inumeros fatores como analfabetismo, evasão escolar, baixo índice de conclusão do Ensino Médio, professores desvalorizados, bullying entre os estudantes, valores morais que divergem dos que as famílias defendem, pais que deixam os filhos apenas para criação e educação da escola, sem nenhum amparo e cuidado extra. Por esses e outros motivos vem sendo cada vez mais crescente a procura pelo ensino domiciar

¹ Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestrado em Letras pelo IFES. Graduação em Psicologia. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

que por ora é inconstitucional no Brasil, mas já existe um projeto de lei que está sendo tramitado e é pertinente a possibilidade desta lei ser aprovada. (MINATTO, 2017). Desta maneira, o trabalho em tela, apresentará os parâmetros da crescente discussão sobre a modalidade de ensino domiciliar e seus pontos mais relevantes que envolvem a educação nos tempos atuais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho tem como ênfase a análise das concepções de alunos e responsáveis a respeito do ensino domiciliar no Brasil, ressaltando os pontos positivos e negativos desse ensino. Ao considerar que o ensino domiciliar é um projeto de lei no Brasil.

Desenvolvido através de um questionário online fechado, que contém 6 perguntas obrigatórias, aberto para todos que desejassem responder. Sendo utilizado também uma entrevista semi-estruturada, voltada para os alunos, pais e professores, aplicada em dois alunos, dois pais e um professor. Contam também para um melhor desenvolvimento com artigos e livros que abordam diferentes concepções do mundo estudantil e da aprendizagem.

3 DESENVOLVIMENTO

Segundo Minatto (2017) a educação no Brasil se iniciou por volta do século XVI com os Jesuítas que tinham como objetivo proclamar a fé e, por consequência, educar. Suas práticas pedagógicas eram voltadas para o castigo corporal como punição a indisciplina e falta de interesse nos estudos. Esse modelo perdurou por muito tempo em nosso país.

A educação foi caminhando e em seu percurso foi adquirindo novas características, em 1930 com intensificação do capitalismo industrial a educação passou a ter maiores exigências. A constituição de 1946 trouxe alguns avanços que ajudaria o caminhar da constituição de 1988.

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal e em dezembro do

mesmo ano o deputado Octávio Elísio apresentou na Câmara Federal o projeto lei que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Constituição de 1988, nas palavras de Carneiro (2015, p. 33): “[...] significou a reconquista de cidadania sem medo.”

De 1988 até 1996 o caminhar da educação teve uma jornada intensa, mas finalmente em 17 de dezembro de 1996, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 9.394 que dispõe a respeito da Lei de Diretrizes e Bases em vigor até os dias de hoje.

Apesar de toda a legislação e investimentos na educação pública, o ensino brasileiro ainda apresenta deficiências, o que contribui para tornar crescente a ideia da prática de um ensino domiciliar. Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), (2019, *online*), entre os anos de 2011 e 2018 o crescimento de adeptos dessa modalidade foi de aproximadamente 2.000%. Ainda segundo a ANED hoje são cerca 7.500 famílias que praticam o ensino domiciliar no Brasil (MINATTO, 2017).

Segundo Cury (2006) a modalidade de ensino domiciliar tem origem inglesa, conhecida como “*homesschooling*”, é um meio alternativo de ensino e consiste na prática por meio da qual os pais ou outros responsáveis pela criança ou adolescente assumem a responsabilidade pela sua educação formal e deixam de delegá-las às instituições oficiais de ensino. Assim, em vez do jovem frequentar a escola para ter acesso à educação, este estudará em seu próprio domicílio. Em 1994, foi apresentada uma proposta de educação em casa para o congresso e após essa, outras propostas foram tramitadas no mesmo, porém todas foram negadas (MINATTO, 2017).

No ano de 2015, o então Deputado Federal Eduardo Nantes Bolsonaro cria o projeto de lei 3261/2015:

Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para os menores de 18 (dezoito) anos, altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Segundo a Câmara dos deputados o projeto de lei foi apresentado, porém acabou sendo arquivado. Em 2018, com a candidatura de Jair Messias Bolsonaro como presidente, a pauta do ensino domiciliar começa a ser discutida, tendo em vista a proposição, no Plano de Metas Nacionais Prioritárias de Governo, mais especificamente na Ação 22, onde se encontrava formulado: “Educação domiciliar Regular o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo STF, por meio de Medida Provisória, beneficiando 31 mil famílias que se utilizam desse modo de aprendizagem”

Desde então, a ascensão de discussões sobre esse assunto é eminente. Há um grande número de pessoas que se colocam a favor desta modalidade de ensino, Segundo Cury (2006), as deficiências no ensino formal oferecido pelo Estado é uma das bases que levam os pais a optarem por essa opção.

Segundo Novaes (2019), os motivos que levam as famílias brasileiras a optarem pelo ensino domiciliar variam e entre eles estão valores religiosos, flexibilidade dos horários, liberdade em optar por um currículo diferenciado, prosseguir ou retroseguir no aprendizado de acordo com as possibilidades e necessidades do educando

Em contrapartida, há um grande debate sobre os malefícios que podem ser gerados com a presença do ensino domiciliar. Entre eles se destaca a importância da socialização. Cury (2006) afirma a existência de dois tipos de socialização: a primária e a secundária. A primeira é dada pela família onde são passados conceitos mais amplos de educação e desenvolvimento. No entanto a família apenas não é capaz de passar inúmeras formas de vivência de que todos participam e precisam participar para além dessa primeira socialização, assim “[...] na consolidação de formas coletivas de convivência democrática a educação escolar dada em instituições próprias de ensino torna-se uma importante agência de socialização secundária para a vida social e formação da personalidade”. (CURY, 2006, p. 670). Em relação a importância do ensino escolar, o autor (CURY, 2006, p. 673) aponta:

Como uma agência socializante, a instituição escolar propicia tanto a transmissão do acúmulo de conhecimento por meio do desenvolvimento de

capacidades cognoscitivas quanto à transmissão de normas, valores, atitudes relativa à vida social.

No mesmo raciocínio, Barbosa (2013, p .225-226) faz uma crítica do ensino em casa:

Sendo assim, não obstante às possíveis generalizações feitas ao papel da escola no que diz respeito à socialização, o ensino em casa suscita questionamentos também ao tipo de aluno que se deseja formar, acarretando a seguinte crítica: se por um lado alguns pais se satisfazem com o desenvolvimento intelectual da criança e por isso desejam aplicar-lhes os conteúdos escolares, por outro, a sociedade necessita de pessoas que mediante a convivência coletiva e confronto com a desigualdade e contraditório, tenham desenvolvido também a cidadania.

4 RESULTADOS

A partir dos levantamentos das respostas obtidas do questionário e da entrevista, é notório que a maior parte das pessoas conhecem o ensino domiciliar, consideram que o mesmo pode afetar a forma de aprender e prejudicar o desenvolvimento desses alunos, tendo em vista também que não se sentem preparados para tal ensino e acreditam que o motivo para optar por um ensino domiciliar seria a má qualidade da educação escolar brasileira.

Esse ensino também é visto como algo que só se faz acessível para aquelas pessoas que possuem condições financeiras, podendo atrapalhar no desenvolvimento social da criança já que ela não irá para escola onde encontrará outras pessoas e conviverá com elas durante um período de tempo, o que gera também uma desqualificação das escolas e dos profissionais que nela atuam.

Em contrapartida foram apresentados pontos positivos em ter esse ensino, sendo eles a não restrição de conteúdos que os pais poderão aplicar, e o fortalecimento dos vínculos familiares já que a criança passará mais tempo com os pais e estarão mais presente nos momentos de estudo dos seus filhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos apresentados no presente trabalho, conclui-se que o ensino domiciliar vem ganhando cada vez mais visibilidade e adesão dos pais, a visibilidade deste tema vem crescendo principalmente pelo projeto de lei 3261/2015 criado pelo

então Deputado Federal Eduardo Nantes Bolsonaro em 2015, e impulsionado em 2018 na candidatura e eleição para presidente de Jair Messias Bolsonaro. E os principais motivos que levam os pais a adesão do ensino domiciliar citados nas entrevistas e questionário feitos são a desvalorização dos professores, *bullying* entre os estudantes, valores morais que divergem dos que a família defende, dentre outros.

Tendo em vista que a educação nas escolas é um importante meio de socialização, e uma garantia de crianças e adolescentes e dever dos pais de manter os mesmos matriculados cabem aos governos investirem em escolas com boa infraestrutura, valorização dos professores, conscientização sobre o *bullying*, dentre outras medidas que torne a escola um espaço de aprendizagem, formação humana, socialização do conhecimento, garantindo, assim, que os direitos dos estudantes não sejam negligenciados.

Para aqueles que querem investir no ensino domiciliar, ainda é um campo sem muitas definições, que precisa ser explorado e regulamentado de acordo com as demandas brasileiras.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. M. R. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?** 2013, 351 f. Tese (Doutorado) –Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2017.

CURY, C. R. J. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 667-688, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n96/a03v2796.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

MINATTO, R. O. **O reconhecimento do ensino domiciliar para crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro. Uma análise do Recurso Extraordinário nº 888815, do Supremo Tribunal Federal.** 2017. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – São Paulo, Criciúma, 2017.

Disponível em:

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6091/1/RAFAELA%20OSTETTO%20MINATTO.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

ACOLHENDO JUVENTUDES: PLANTÃO PSICOLÓGICO NAS ESCOLAS

Thiago de Sousa Luis¹

Giovanna Carrozzino Werneck²

1 INTRODUÇÃO

Buscamos salientar no seguinte trabalho, informações necessárias de interesse acadêmico e social sobre as variadas facetas no campo escolar, dentre elas, a atuação do psicólogo escolar como plantonista. O trabalho refere-se às atividades desenvolvidas por meio de Plantão Psicológico, em uma Escola Viva de Ensino Médio, em Cachoeiro de Itapemirim – ES, por estagiários do curso de Psicologia, da Faculdade Multivix/Cachoeiro de Itapemirim. Ressaltar-se, que o plantonista irá agir de forma acolhedora sobre o sofrimento do aluno/jovem e trabalhar as questões que emergem no momento de realização do Plantão. Apropriando-se de teorias da Psicologia Humanista, que visa à atenção total no ser humano, à empatia, à escuta focaliza-se, portanto, no que o ser traz para o cenário do plantão. Sendo a escola um ambiente onde acontece, em conjunto com a família, a formação humana e a promoção da saúde mental, a questão do urgente e emergente, sofrimento e desequilíbrio, são inevitáveis. Portanto é imprescindível inserir nos currículos escolares a problematização de temas relativos à saúde mental e ao sofrimento humano, de modo a criar redes de acolhimento e potencializar relações de afeto e empatia entre os jovens.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi configurado em cima das obras e artigos expostos, sobre o Plantão Psicológico, a Função do Psicólogo Escolar, Estudos e Pesquisas sobre as Escolas e o Projeto de Estágio “Plantão Psicológico nas Escolas”, que foi escrito e desenvolvido pela Professora e Psicóloga Giovanna Carrozzino Werneck.

¹ Graduando em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestrado em Letras pelo IFES. Graduação em Psicologia. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

3 O PLANTÃO PSICOLÓGICO

O Plantão Psicológico é pensado e praticado, basicamente, como um modo de acolher e responder a demandas por ajuda psicológica. Isso significa colocar à disposição da clientela que o procura um tempo e um espaço de escuta abertos à diversidade e pluralidade dessas demandas. Tassinari (1999) define o Plantão Psicológico como:

[...] um tipo de atendimento psicológico, que se completa em si mesmo, realizado em uma ou mais consultas sem duração pré-determinada, objetivando receber qualquer pessoa no momento exato de sua necessidade para ajudá-la a compreender melhor sua emergência e, se necessário, encaminhá-la a outros serviços. Tanto o tempo da consulta, quanto os retornos dependem de decisões conjuntas (plantonista/cliente) no decorrer do atendimento. É exercido por psicólogos que ficam à disposição das pessoas que procuram espontaneamente o serviço em local, dias e horários preestabelecidos, podendo ser criado em diversos locais e instituições. Em cada ambiente, precisará criar estratégias específicas, desde sua divulgação (processo de sensibilização à comunidade) até sua relação com a própria instituição/local. (TASSINARI, 1999, p. 44).

Dessa maneira, o Plantão Psicológico é a ferramenta cabível para lidar com assuntos de praticidade, desenvoltura breve e específica no que o aluno (no contexto escolar) elenca como relevante e fator de crise e sofrimento psíquico. A prática do Plantonista é sem agendamentos pré-estabelecidos, o esperado é que o aluno vá ao plantonista, uma vez que se vê desconfortável ou em crise emocional. Mas, por vezes, cabe ao psicólogo plantonista compreender que sobre o aluno, para a curiosidade e a inquietação sobre o trabalho desenvolvido por ele, assim, deve-se ter plena paciência e discernimento sobre os reais motivos do aluno procurar o plantão psicológico, e sobre eles, desenvolver o trabalho de escuta.

A escuta e atenção no aluno são ferramentas primordiais do processo de plantão Psicológico nas escolas. Por vezes o aluno não se vê reconhecido, ou valorizado. A pressão acadêmica curricular, as várias conturbações familiares e as excentricidades nos processos relacionais afetivos, fazem com que ocorra um desgaste em inúmeros alunos, com isso aumenta-se a ansiedade e preocupações, e a falta de autoconhecimento também, o que pode ocasionar em vários transtornos e desequilíbrios emocionais. Por isso é necessário e torna-se possível valorizar o encontro entre plantonista e aluno, e desse encontro fazer acontecer possíveis estratégias de enfrentamento em decorrência ao sofrimento. (ROSENBERG, 1987).

Ainda é precursor a desinformação das escolas e dos seus agentes quanto ao plantão. Gerando estranhezas e pequenos contratemplos, porém com a crescente preocupação social com a saúde mental, os recorrentes casos de transtornos mentais, e o número considerável de alunos em situações de sofrimento, fazem-se importante o exercer do Profissional Plantonista nas escolas, operando com sua teoria e prática centralizada no emergente da sua demanda: o aluno.

Na escola é comum encontrarmos barreiras e obstáculos para a funcionalidade do trabalho de plantão. Uma delas é a falta de interesse de alguns atores escolares no que diz respeito aos ambientes de circulação do aluno, suas queixas, a comunicação precisa sobre o sofrimento. A dificuldade em se ter informações básicas sobre o que se trata a saúde mental e o exercer do Plantonista nas escolas, faz com que os muros e lacunas apareçam, para atrasar a aplicabilidade do plantão escolar.

Contudo, cabe ao Plantonista, usar de métodos de conscientização, juntamente coma equipe pedagógica, para reforças os assuntos de cunho psicológico entre os corredores das escolas, para a familiarização entre alunos, docentes e plantonistas seja regulada, organizada e concretizada.

4 O PLANTÃO PSICOLÓGICO NA ESCOLA VIVA LICEU “MUNIZ FREIRE” CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES

O trabalho do plantonista com o aluno é individual e sigiloso, sem a necessidade e presença dos atores escolares, exceto em ocasiões de organização da demanda de aluno e na procura dos mesmos que se encontram em suas salas, antes de irem ao local de Plantão. É estabelecido com a escola um compromisso semanal, quando os plantonistas (Estagiários do Curso do Oitavo Período de Psicologia da Faculdade Multivix) vão e atendem os respectivos alunos que possuem autorização dos responsáveis para participarem desse atendimento. O cronograma é de duas horas semanais de carga horária para cada estagiário plantonista.

Tem-se um ambiente sólido e preparado para receber os estagiários e os alunos. Os estagiários usam a base Humanista e as demais teorias de Carl Rogers de ver o

aluno/jovem como um todo, o ser humano em sua completude e a importância do processo empático na relação com o outro no aqui e agora.

Como foi notada, uma falta de informação entre os alunos e entre os educadores, coordenadores e outros membros da escola, alguns estagiários criaram um modelo de divulgação em sala, para sensibilizar os alunos e comunidade escolar, sobre o plantão psicológico e a função do psicólogo plantonista na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho e todo o projeto de ação desenvolvido sobre o sistema de Estágio de Plantão Psicológico nas Escolas vêm vislumbrar como se dá a organização do plantonista nas escolas, suas dificuldades e como o mesmo age em seu campo de atuação, em especial os plantonistas da Escola Viva Liceu “Muniz Freire” de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Sendo assim, trouxe a discussão do processo que o plantão encara ao ser inserido no cotidiano escolar, e das possíveis transformações que podem ocorrer ao longo do processo, as quais potencializam os efeitos da escuta e empatia promovidas pelo plantão. O caminho se constrói ao longo do processo, contudo já são visíveis as mudanças (re) construídas por uma intervenção que vai além dos modelos clínicos e psicométricos, os quais a Psicologia Escolar Crítica busca superar.

REFERÊNCIAS

REBOLÇAS, M. S. S.; DUTRAS, E. Plantão Psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Revista de Abordagem Gestalt**, v. 16, n. 1, 2010. p. 19-28. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004>. Acesso em: 12 set. de 2019

ROSENBERG, R. L. **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa**. São Paulo: EPU, 1987.

TASSINARI, M. A. **Plantão psicológico centrado na pessoa como promoção de saúde no contexto escolar**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <https://apacporgbr.files.wordpress.com/2017/01/art2081.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR

Alba Valéria Ferreira Barbosa

Cristiano dos Reis

Gessica Teixeira Rosa

Maite Imaculada Cremasco de Gouveia¹

Giovanna Carrozzino Werneck²

1 INTRODUÇÃO

É notório o valor que a sociedade hoje emprega a psicologia. É necessário que sempre haja uma revisão de papéis sobre atuação do psicólogo em todos seus contextos. A sociedade deve estar ciente que seu valor excede as retrógradas práticas. A partir da década de 70 a psicologia da saúde acrescentou ao seu escopo notoriedade e reconhecimento através da prática nos mais variados setores atingindo mesmo os pacientes com maior debilidade causada por um agravamento do seu adoecimento físico, chegando ao atendimento dos familiares e, não obstante atendendo toda a multidisciplinaridade de funcionários de um hospital. Sua atuação crescente e abrangente nos remete aos limites que ainda não foram alcançados, mas devido a sua atuação ser amplificada por demandas das mais variadas a psicologia traz abrangência ao “fazer “e de ajustes emocionais necessários, amparo, alento, e impactando diretamente o estado psicológico para que haja mudança do estado emocional de um paciente e de seus familiares, levando a uma mudança de comportamento em relação à doença, vai ajustar as formas de enfrentamento do processo de adoecimento e suas naturais consequências.

O ambiente hospitalar hora tão frio torna-se acolhedor, vai demonstrar a importância do lúdico, demonstrar e propiciar aos pacientes as formas de lidar com situações estressantes. “Outrossim, o presente projeto tem como finalidade trabalhar com reflexões e técnicas de representatividade, para compreensão das atividades produzidas durante as dinâmicas são introduzidas estratégias com materiais e métodos usados no psicodrama. Os conflitos internos passam a uma externalização e

¹Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Mestrado em Letras pelo IFES. Graduação em Psicologia. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

assim podem ser tratada a luz de psicologia. "Aos poucos se percebe que a liberação do conteúdo emocional outrora guardado começa se organizar e vislumbra-se na prática seu processo de melhora, percebe-se que a esperança foi mobilizada para ser externalizada. A psicologia hospitalar passar por várias fases e a nova concepção bem ampliada cria um modelo para garantir o conjunto de princípios de atendimento de modo que ao apresentar seus resultados incontestáveis para que a saúde mental do paciente hospitalizado e seus familiares tenham a devida importância e que a depender do seu adoecimento a sua recuperação seja abreviada, e seu comportamento mental reorganizado.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho tem como finalidade promover a colaboração com serviço de psicologia hospitalar visando à realidade do paciente e a importância do Psicólogo neste contexto, considerando as intervenções realizadas neste âmbito, visto que o Psicólogo nesta referida entidade é um agente promotor de saúde e que não se encontra no serviço de maneira isolada, pois, participa de uma interdisciplinaridade.

As dificuldades se apresentam quando ainda se tem em relação da psicologia uma visão retrógrada e ou ultrapassada com a saúde mental focada não no sujeito, mas na doença. O contexto emocional nas relações entre médicos, paciente, e familiares, nos faz lembrar da importância de ressignificar para todos os trabalhos da psicologia neste contexto. Mostrar com naturalidade o atravessar este estado de adoecimento sobre outra perspectiva de atendimento interdisciplinar em que a psicologia é fundamental para que o processo seja um facilitador para recuperação do paciente. Sendo assim, buscou-se base para a realização das intervenções hospitalares na teoria criada por Jacob Levy Moreno – "O psicodrama". Inspirada no teatro traz propostas através da dramatização de desempenhar papéis, utilizando de forma lúdica a aplicação de atividades socioeducativa, jogos, brincadeiras, dentre outros. Para Moreno, O psicodrama era tido como uma ciência que explorava a verdade por métodos de dramatização. Deste modo esta metodologia possibilita o desempenho livre de papéis, aumentando a espontaneidade e a criatividade. As intervenções são voltadas para uma demanda social e de maneira grupal, para a promoção da saúde do paciente e de seus familiares. O psicodrama como teoria prática psicológica vem se desenvolvendo e sendo adaptado para o atendimento clínico seja ele grupal ou individual.

3 DESENVOLVIMENTO

A partir da década de 70 a Psicologia Hospitalar ou da saúde vem ganhando notoriedade e reconhecimento. Sua atuação vem crescendo e se tornando abrangente, o seu limite ainda é estudado. As instituições de saúde, hospitais e outros vêm reconhecendo a relevância e a abrangência da mesma. Os psicólogos buscam com sua atuação neste âmbito, o aumento e a frequência de comportamentos saudáveis. Os ajustes emocionais são necessários para que muitos pacientes tenham consciência que não estão à beira da morte por causa de uma doença que ora os debilita, o estado de saúde física impacta diretamente em seu estado psicológico e na sua relação consigo mesmo. A psicologia hospitalar irá trazer um novo olhar entre saúde e doença e fará com que se incluam novos projetos de vida, mudanças de atitude e comportamento em relação à doença, vai ajustar formas de enfrentamento e suas naturais consequências. Isto demonstra a ampliação da importância destes profissionais na área hospitalar, destacando seu papel nas equipes multiprofissionais que ali atuam. A definição de Psicologia Hospitalar ainda é desconhecida para a maioria das pessoas, inclusive para os próprios profissionais da Psicologia, que muitas vezes conhecem pouco da atuação dos psicólogos em hospitais. É possível que muito deste desconhecimento se dê pelo fato de que a Psicologia Hospitalar é considerada uma nova especialidade da Psicologia

Através da compreensão do modelo biopsicossocial de saúde e das políticas de humanização nos hospitais, a presença da Psicologia no contexto hospitalar junto às equipes multidisciplinares se tornou uma realidade, uma vez que procura perceber o ser humano em sua dimensão biológica, psicológica e social (Moreira et al., 2012) e busca resgatar a importância dos aspectos emocionais, indissociáveis dos aspectos físicos na intervenção da saúde (Brasil, 2001).

Outro ponto que aparece frequentemente nos estudos sobre Psicologia Hospitalar é a comunicação nas situações de terminalidade. Como vimos anteriormente, a morte ainda é encarada como um tabu nos hospitais, pois os profissionais não foram preparados para lidar com ela sem considerá-la frustrante do ponto de vista profissional.

Através de intervenções mensais com a abordagem psicodramática de Jacob Levy Moreno, colaborar com serviço no referido hospital na tentativa de ampliar os atendimentos psicológicos. Nestas abordagens fazemos com que através das interações entre paciente e acompanhante com os profissionais da psicologia eles compreendam que sua situação é uma parte de suas vidas, e não o fim, e que assim como qualquer outro desafio na vida temos saídas e temos profissionais/pessoas dispostas a encarar com eles esses desafios. Eles não estão sozinhos e não precisam ser mais fortes do que já estão sendo até aquele momento. A máscara de uma pessoa forte e inabalável, e emocionalmente sadia cai na presença das angustias e aflições que o adoecimento traz. É pesada e insustentável, é mais forte, quem sabe ele precisará de alguém para desabafar e ajudá-lo a passar pelos desafios de uma enfermidade ou perda traumática. É nesse contexto onde outro autor nos diz “Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana seja apenas outra alma humana” (Carl G. Jung). Em todos os momentos, inclusive, naqueles onde permeiam muitas incertezas e dor saber que você está ali, pode ser determinante na recuperação dos hospitalizados.

4 RESULTADOS

A partir do estudo, observou-se que a intervenção do Psicólogo Hospitalar é talvez um dos poucos sustentos que o paciente encontra por um determinado tempo dentro de um hospital por falta de conhecimento dos próprios pacientes e familiares. Mas que abrange inúmeras atividades, principalmente junto aos pacientes, equipes e familiares. Por isso, a psicologia da saúde tem o intuito e a consciência de alcançar os pacientes com maior debilidade causada por seu adoecimento, chegando o atendimento a ele e aos familiares.

Sua atuação crescente e abrangente vem nos remeter aos limites que ainda não foram alcançados, mas devido a sua atuação ser amplificada por demandas das mais variadas a psicologia traz abrangência ao “fazer” e de ajustes emocionais necessários, amparo, alento e impactando diretamente o estado psicológico para que haja mudança do estado emocional de um paciente e de seus familiares. Isto o psicólogo ajuda o paciente e a equipe na busca de estratégias para diminuir este sofrimento provocado pela gravidade da doença e pela iminência da morte.

A morte é um tema constante no ambiente do hospital, tanto para o paciente como para os familiares e para a equipe. O trabalho do Psicólogo Hospitalar visa apresentar pontos importantes com o objetivo de conscientizar os pacientes e os familiares levando o entendimento sobre a situação diante da necessidade. E também destacar a importância da prática psicológica frente às angústias dos pacientes identificando formas de acesso rápido ao profissional da psicologia.

Assim, a proposta é levar alento, alegria, esperança e dizer que não se subjuguem junto com o adoecimento, mas se alimentem da alegria de viver e que estaremos por perto para ouvir, para ajudar a realinhar seus sonhos e doar nosso tempo numa escuta que só terá fim depois de retornarem a um conforto emocional suficientemente “confortável”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da psicologia hospitalar por vezes se tornou algo subjetivo a critério do médico, uma necessidade eminente de acalmar uma trágica notícia, o que por vezes se faz necessário. Porém, substancialmente o psicólogo está preparado para diversos momentos e necessidades dos pacientes. O trabalho deste profissional também é proativo e não só reativo. Verificamos com a abordagem “surpresa” que nós psicólogos podemos estar presente mesmo quando não somos diretamente solicitados. Os acompanhantes e pacientes que estão em tratamento intensivo, por vezes sentem a necessidade de serem notados, e não serem como alguém que “está dando trabalho”, e sem autonomia naquele momento. Então, uma ação proativa de empatia com os pacientes, e a percepção de um “resgatar de sentimentos, perseverança, e autoestima” são necessários em ambientes de vulnerabilidade emocional e é importante e imprescindível. Podemos então dizer que somos os profissionais certos em todos os momentos certos ou incertos.

6 REFERÊNCIAS

DALGALARRONDO, P.; **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Livro digital/recurso online [Minha Biblioteca]

<<https://paulorogeriadamotta.com.br/psicodrama-de-moreno/amp/>>. Acesso em 26 de set. de 2019.

MELO, Armando Sérgio Emerenciano de; FILHO, Osterne Nonato Maia; CHAVES, Hamilton Viana. **Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0153.pdf>>. Acesso em 04 set. 2019.

GONÇALVES, C. S.; WOLFF, J. R.; ALMEIDA, W. C. de. Lições de Psicodrama: introdução ao pensamento de J. L. Moreno. 2. ed. São Paulo: Agora, 1988.

MARINEAU, R.F. (1992). Jacob Levy Moreno 1889-1974 - Pai do Psicodrama, da Sociometria e da Psicoterapia de Grupo. São Paulo: Ágora.

<[Http://www.ufrgs.br/museupsi/lafec/27.pdf](http://www.ufrgs.br/museupsi/lafec/27.pdf)>. Acesso em 23 ago. 2019.

<[Http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf](http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf)>. Acesso em 23 ago. 2019.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO ESPORTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE ATLETAS DE UMA EQUIPE DE FUTEBOL AMADOR

Ariane Ferreira

Micheila Santos

Rebeca de Moraes

Rhamon Novato¹

Giovanna Carrozzino Werneck²

1 INTRODUÇÃO

O trabalho proposto é composto por alunos em formação do curso de Psicologia da Faculdade Multivix, iniciado no ano de 2017 com sua conclusão no ano de 2021. Cursando o sexto período, os estudantes são das cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Vargem Alta, no município de Jaciguá. Nessa referente pesquisa, serão abordadas as práticas da psicologia do esporte dentro de uma escolinha de futebol para crianças e adolescentes.

O objetivo geral desse projeto é auxiliar na melhoria de desempenho dos atletas, minimizando ou neutralizando os pontos fracos, a fim de reforçar a grande importância que a Psicologia do Esporte tem para com seu objeto de estudo. Para tanto, procuraremos proporcionar uma melhoria na memória, foco e concentração dos atletas a partir de técnicas como estabelecimento de metas, uso da visualização, controle da ansiedade, entre outras. Também auxiliar para uma mudança positiva a respeito da autoconfiança, motivação, autocontrole e autoconhecimento dos jogadores, salientando a importância do trabalho em equipe dentro do ambiente em que estão inseridos.

Buscamos nos aprofundar no assunto através das bases teóricas sobre o tema, e assim, alcançar os objetivos elencados, procurando trazer uma resolução para a problemática proposta e contribuir para o desenvolvimento dos atletas da escolinha em que será feita a intervenção.

¹ Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Mestrado em Letras pelo IFES. Graduação em Psicologia. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Levando em consideração a realidade da escolinha de futebol averiguada e a perceptível falta de apoio psicólogo no desenvolvimento dos atletas, nossa pesquisa tem por objetivo responder a seguinte problemática: "Quais as principais contribuições da psicologia do esporte no processo de desenvolvimento para com os atletas de uma equipe de futebol amador de Cachoeiro de Itapemirim?".

A presente pesquisa será uma pesquisa de campo de caráter pesquisa-ação. Isso se dá pelo envolvimento direto do investigador com o objeto de estudo, não se limitando a apenas observar, mas indo até este objeto em seu contexto original. Há uma interferência por parte do pesquisador para que ocorra uma alteração no meio, se fazendo necessária, uma análise do que a pesquisa acrescentou para aquele ambiente. "Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação." (TRIPP, 2005).

Para tanto, atuaremos em uma escolinha de futebol para crianças e adolescentes, localizadas na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Utilizaremos por base teórica, livro, artigos, periódicos e afins sobre a psicologia do esporte, e através disso, procurará investigar os comportamentos e propor atividades e exercícios, que já são utilizados em times grandes, com os jovens amadores em início de carreira.

3 DESENVOLVIMENTO

A princípio será feita uma investigação individual e grupal sobre os aspectos citados na problemática desta pesquisa, procurando explorar cada ponto apresentado. Através de entrevistas e questionários, procuraremos examinar quais as particularidades que estão fragilizadas e propor algumas técnicas, dentro da abordagem do esporte, que auxilie e proporcione uma melhoria das capacidades e habilidades, além de uma otimização da comunicação social e comportamentos competitivos. Para Pires (2017, p. 25), "O objetivo e a meta do treinamento psicológico é a modificação dos processos e estados psíquicos (percepção, pensamento, motivação) [...]. Essa modificação será alcançada com a ajuda de procedimentos psicológicos."

Nossa atuação na escolinha será feita em um período de dois meses, atuando nos dias de treino dos atletas, com dois encontros semanais, totalizando uma média de dez encontros. A proposta é de, em cada encontro, qualificar algum aspecto proposto para que, ao final do trabalho, haja uma melhoria significativa dos estados psíquicos dos jogadores. Para Pires (2017), a psicologia do esporte tem por finalidade “(...) o estudo do comportamento humano no contexto esportivo, isto é, o estudo das causas e efeitos psíquicos (emoções, pensamentos e comportamentos) que o atleta apresenta antes, durante e após a atividade esportiva.”.

A Psicologia do Esporte se baseia em uma variedade de segmentos dentro da área da educação física, como aprendizagem motora, desenvolvimento motor, controle motor, biomecânica, treinamento esportivo e fisiologia do exercício, se estendendo ao campo da nutrição esportiva, medicina esportiva e sociologia do esporte. Por isso a proposta desse projeto abrange proporcionar um desenvolvimento tanto físico e comportamental como psicológico a esses atletas. Para Riera (1985) e Miracle (1992) o psicólogo do esporte precisa ter funções bem-definidas, como assessorar, informar, ensinar e ser agente de transformação, “(...) cabe clarificar a técnicos, dirigentes, atletas e demais envolvidos no contexto do esporte e do exercício físico os princípios que norteiam o comportamento humano.”.

4 RESULTADOS

Por ser uma pesquisa em andamento, pretende-se com este projeto gerar uma transformação dentro dessa escolinha de futebol, procurando obter resultados qualitativos e permanentes quanto ao rendimento dos atletas, proporcionando um desenvolvimento psicomotor que contribua na formação esportiva deles.

Também espera-se contribuir para pesquisas dentro da área da Psicologia do esporte, que ainda são pouco exploradas, permitindo que esses resultados possam servir de base para novos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, se faz necessário mais estudos dentro da área do esporte, permitindo que a psicologia também possa contribuir para o desenvolvimento e alto

rendimento dos atletas em diversas modalidades esportivas, visto a necessidade da atuação do psicólogo neste campo.

Além disso, auxiliar atletas do futebol amador quanto às questões do comportamento humano, trabalhando emoções, pensamentos e comportamentos durante e após a atividade esportiva. A psicologia do esporte é um ramo da psicologia que ainda tem muito a ser explorado e pode trazer melhorias significativas ao estado psíquico dos jogadores, por isso a relevância de mais pesquisas para promoção da saúde mental dentro deste cenário.

6 REFERÊNCIAS

MIRACLE, L. (1992). As profissões do mundo do esporte. Barcelona: Editorial Planeta. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 391-399, abr./jun. 2010.

PIRES, Ludmila da Silva. **O que é psicologia do esporte e o que um psicólogo esportivo faz?** Belo Horizonte, outubro de 2017. Disponível em <<https://psicologiaacessivel.net/2017/10/23/o-que-e-psicologia-do-esporte-e-o-que-um-psicologo-esportivo-faz/>> Acesso em 14 de setembro de 2019.

RIERA, J. (1985). **Introducción a la psicología del deporte**. Barcelona: Ediciones Martinez Roca. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 391-399, abr./jun. 2010.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, dezembro de 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de setembro de 2019.

ATENÇÃO PSICOLÓGICA ESCOLAR

Andreia dos Santos Kuster

Anna Kassy Barboza Serafim

Carlos Alexandre Carvalho Jacinto

Revelin Cristina Ferreira¹

Giovanna Carrozzino Werneck²

1 INTRODUÇÃO

Mediante as experiências vivenciadas na disciplina Estágio Básico II, em 2019/1, na Escola de Estadual de Ensino Fundamental e Médio: “Washington Pinheiro Meirelles” (Escola Viva), além do acolhimento e aceitação dos alunos, professores e demais pessoas, considerando as ações desenvolvidas, houve a manifestação de interesse por parte da pedagoga da escola e de um professor pela continuação das ações, que teve por público alvo os adolescentes do Ensino Médio.

Assim, o início das ações ocorreu em 12 de setembro de 2019 e possui a previsão de término para 10 de dezembro de 2019, visando possibilitar a expressão de sentimentos e do sofrimento psíquico em espaço adequado à escuta não punitiva e empática; oportunizar a reorganização psíquica e perspectiva de futuro; desenvolver estratégias para melhorar a qualidade da comunicação entre as pessoas envolvidas; proporcionar suporte emocional para os alunos e o todo o corpo escolar, sob a supervisão de psicóloga professora da Multivix Cachoeiro de Itapemirim, campus II, sede.

A partir disso, acredita-se que estar inserido no ambiente escolar proporcionará um aprendizado pela prática, o que se torna ainda mais enriquecedor. Trata-se de uma possibilidade de levar para a sociedade tudo que foi aprendido em sala de aula de uma forma empática e transformadora. A possibilidade de estar em contato direto com um público onde as taxas de suicídio têm crescido tanto, somadas as taxas de depressão despertou um interesse imediato, e a melhor estratégia encontrada, como

¹ Graduando em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestrado em Letras pelo IFES. Graduação em Psicologia. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

intervenção mediante as demandas e em virtude da atenção emergencial, foi o plantão psicológico. Como afirma Tassinari (1999) “(...) o plantão psicológico objetiva facilitar uma maior compreensão da pessoa e da sua situação imediata”. O plantonista e o cliente vão juntos procurar no ‘momento já’ as potencialidades inerentes que podem estar adormecidas ou que precisem ser deflagradas a partir de uma relação calorosa, sem julgamentos, onde a escuta sensível e empática, a expressividade do plantonista e seu genuíno interesse em ajudar, desempenham papel primordial na promoção da saúde mental dos jovens.

2 MATERIAL E MÉTODO

O presente trabalho possui por ênfase o Plantão Psicológico na escola com o intuito de oportunizar o acolhimento e escuta do aluno em quadro emergencial em um espaço reservado e adequado a este atendimento em horários demarcados. Foi-se realizado o mapeamento da escola, apresentado o projeto a pedagoga além de apresentar, informar e esclarecendo dúvidas dos alunos acerca da proposta. Outrossim, foi solicitado autorização da escola para a possível divulgação das ações do projeto em meios acadêmicos, como forma de fomentar a pesquisa/produção do conhecimento em Psicologia, garantindo o sigilo dos participantes. Assim, fica-se de plantão para o atendimento com frequência de 2 (duas) vez por semana, com duração de 2 (duas) horas, podendo ser de forma intercalada para melhor organização dos envolvidos no projeto. Sendo dividido em: Grupo A – Anna Kassy e Andréia todas as terças feiras no turno vespertino e Grupo B – Carlos e Révilin todas as quintas feiras no turno matutino.

3 DESENVOLVIMENTO

De acordo com Tassinari (1999) o plantão psicológico consiste em um trabalho, que se completa em si mesmo, com o objetivo de acolher e compreender as demandas do sujeito que procura ajuda para expor sua problemática de forma imediata, o qual se realiza de uma a três sessões, sem duração pré-determinada. O intuito, também, é explorar possibilidades de resolução do problema adotando a postura de escuta aberta, para então, intervindo na necessidade presente, buscando ajudá-la a compreender melhor a sua emergência e, se necessário, encaminhá-la a outros

serviços. O cuidado prestado na urgência, fornecimento de informações e também, como um espaço de escuta e de ressignificação de crenças e comportamentos, posteriormente, pode ocorrer o encaminhamento dessa pessoa para outros serviços e especialidades.

O tempo da consulta e os retornos, são decididos no decorrer do atendimento, de acordo com a necessidade do sujeito. Esse tipo de serviço prestado pelos profissionais de psicologia tem dias e horários preestabelecidos, e, que podem ser desenvolvidos em diversos locais e instituições. Ressalva que em cada ambiente será necessário desenvolver estratégias específicas, visando o atendimento da demanda, assim como, a reação com a instituição/local (TASSINARI, 1999, p. 44).

Contudo, sabe-se que processo de medicalização vem atribuindo às pessoas classificações diversas e rótulos, a fim de passar uma justificativa aceitável aos problemas e dificuldades que os sujeitos possam apresentar, pode-se considerar como os maiores rótulos, as patologias. Assim, segundo Freitas e Baptista (2015) medicalização é um dispositivo que transforma problemas políticos, sociais e culturais em questões pessoais a serem tratadas ou medicadas. Isola-se o indivíduo de um contexto para analisar em detalhe suas particularidades e torná-las patológicas. Produz-se um modo de olhar para o outro como se ele fosse uma simples somatória de características biológicas e comportamentais, ambas tomadas como ponto de partida para a definição da presença de possíveis patologias.

Diante disto, é importante ressaltar, que no exercício do Plantão Psicológico Escolar, não há preocupação com diagnósticos ou enquadramentos de qualquer natureza, pois a função e objetivo principal do plantonista são se colocar à disposição, no modo de escuta, cuidado e abertura, a quem busca a atenção psicológica, na perspectiva de valorizar o encontro e as possibilidades de reflexão sobre a experiência de sofrimento vivida que daí pode decorrer (ROSENBERG, 1987).

Portanto, esse projeto contribuirá para que mais pessoas não sejam rotuladas, assim como buscara diminuir o olhar estereotipado direcionados aos alunos que não se enquadram no padrão de “normalidade” criado pela sociedade. Pois, de acordo com o código de ética do Psicólogo “IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio

do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática”. (Código de Ética Profissional do Psicólogo, p. 7, 2005). Além de, atender as demandas de pessoas em situação de sofrimento, como: alunos desmotivados, alunos com dificuldades para a aprendizagem; com problemas familiares e sociais; com comportamentos suicidas e auto lesivos, dentre outras.

5 RESULTADOS

Percebeu-se que cada aluno se comporta e age sob suas escolhas/attitudes de forma semelhante, ao que se refere a autoanálise e conhecimento de sua própria demanda e converge quanto, a forma e a quem externalizar suas emoções, sentimentos e sensações o que lhes causa receio, insegurança ao ponto de optarem não se abrir parcialmente devido a experiências negativas vividas. Diante disto, no momento de escuta são propostas também medidas e/ou técnicas (relaxamento, autoestima, entre outros) para que eles consigam praticar sem necessitarem de auxílio e/ou suporte do diário do plantonista, com intuito de elaborar junto ao aluno meios estratégicos de resignificação e de enfrentamento dos desafios diários da demanda apresentada (CABALLO, 2003).

Além disso, perceberam-se que antes de conversarmos sobre o que realmente sentiam (demanda), observou-se uma retração por ambas as partes, por não saberem exatamente o motivo que os levaram até ali (sendo esses encaminhados pela coordenação da escola). Diante disso, optamos por nos apresentar melhor e iniciarmos o plantão falando um pouco sobre nós como profissionais psicólogos em formação, para que assim, a conversa fluísse melhor e conseguimos desenvolver o plano terapêutico, ao mesmo passo percebeu-se também que os alunos são cheios de sonhos, pensam muito no futuro e parecem ser bem resolvidos.

Em um dos casos atendidos a paciente apresentou a queixa de baixa autoestima e superproteção para com as pessoas de quem é próxima, chegando a um nível não saudável para a mesma e para quem com ela convive. Diante disto, buscou-se esclarecer que a baixa autoestima é uma nomenclatura atribuída a um repertório de comportamento que não está sendo processado de uma forma saudável pela mesma,

e que deveria ser substituído por um repertório mais saudável, somente pensamentos positivos a respeito de si, sem ações, não resulta em mudança alguma, então foi sugerido à técnica “registro de pensamentos disfuncionais”, ou seja, uma análise e registro de cada micro atitude que gerava baixo autoestima, como abaixar a cabeça em diversos momentos, não sair de casa, não saber dizer não para pessoas, estar no convívio de pessoas abusivas, para que a partir desse levantamento pudesse acontecer à substituição de repertório, como levantar a cabeça ao invés de abaixar, sair de casa mesmo às vezes sem vontade, treinar a dizer não para as pessoas, e principalmente se afastar de pessoas que apontam somente os defeitos e são abusivas, e se aproximar mais de pessoas que a amam, e levantam o seu humor (CABALLO, 2003).

Como este projeto ainda está em desenvolvimento, não foi feito nenhum tipo de encaminhamento, pois, esse, apenas será uma possibilidade ao final do atendimento, se os plantonistas observarem a necessidade e, também, se o aluno apresentar comportamentos de automutilação, pensamentos suicidas e outros aspectos graves. Ressalta-se que o encaminhamento é sugerido mediante a necessidade observada, mas se o aluno recusar, não cabe ao plantonista obrigá-lo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a escola em alguns momentos confunde qual é o objetivo e finalidade do plantão psicológico na escola proposta pelos estagiários, mesmo esse sendo esclarecido no início das ações. Dessa maneira, faz-se alusão ao olhar clínico patologizador e reducionista da singularidade do sujeito, em que o estabelecimento escola busca “encontrar” uma solução (enquadramento) para a demanda apresentada. Além disso, até a presente data, com as ações já efetivadas, pode-se notar que algumas demandas trazidas no espaço de escuta, atenção e acolhimento são estimuladas, enfatizadas e provocadas por fatores que envolvem certo nível de exclusão de interior sob a perspectiva de Bourdieu (1989), como por exemplo, o *bullying*, as rotulações e estigmatizações.

É extremamente produtivo e realizador somar nas demandas da escola, observando esses adolescentes com tantos conflitos e contribuindo como plantonistas em

questões que têm gerado diversos conflitos. Estamos vivenciando um pouco da Psicologia na prática escolar e com isso, vemos o resultado que temos obtido nas falas dos atendidos, bem como nas dos profissionais das escolas. É válido ressaltar a importância do profissional psicólogo nas escolas, afirmação que vem sendo construída pelas experiências (re) construídas no decorrer deste processo, as quais mostram quantas dificuldades os adolescentes enfrentam e que muitas vezes não têm com quem conversar, e por isso, podem contribuir para o desenvolvimento de quadros psíquicos mais graves. O plantão psicológico é uma intervenção eficaz neste contexto, contudo são necessárias ainda outras pesquisas para ampliação do escopo teórico-metodológico do tema dentro da Psicologia Escolar.

7 REFERÊNCIAS

- CABALLO, V. E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais**. São Paulo: Santos Edição, 2003.
- CHRISTOFARI, A. C.; FREITAS, C. R. de; BAPTISTA, C. R. Medicalização dos Modos de Ser e de Aprender. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 4, p. 1079-1102, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2005.
- ROSENBERG, R. L. **Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa**. São Paulo: EPU, 1987.
- TASSINARI, M. A. **Plantão Psicológico Centrado na Pessoa como promoção da saúde no contexto escolar**. 1999. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM ADOLESCENTES E PAPEL DA ESCOLA

Gisele de Souza Zambon
Larissa Camargo Emilio Bastos
Larissa Silva Serafim¹
Giovanna Carrozzino Werneck²

1 INTRODUÇÃO

Ao observar o cenário escolar é notório que os autores da educação estão cada vez mais classificando as crianças quanto seu nível de inteligência, comportamentos em sala de aula, capacidade de socialização, entre outros critérios considerados importantes pelos mesmos. Contudo, através dessas classificações e critérios, a criança acaba por ser destinada logo cedo a um futuro promissor ou rotulada como um aluno fracassado desde sua infância.

Estes julgamentos e imposições decorridos do presente discurso médicos no interior da escola estabelecem no desenvolvimento da criança uma crença de incapacidade. Desta forma, ao encontrarem-se no período de adolescência, ocorrerá questionamentos sobre si próprio, perda do corpo infantil e a descoberta progressiva de tornar-se adulto. Todas essas indagações e o conflito com o novo eu, devem ser bem conduzidos, pois ao contrário podem favorecer para a origem de transtornos de humor e em particular como é o foco do trabalho em tela, a ansiedade e depressão.

Por conseguinte, é necessário através desta pesquisa, analisar as demandas e lócus onde a escola possa intervir de forma a minimizar os casos de ansiedade e depressão. Para este objetivo, torna-se fundamental olhar pela ótica dos alunos, buscando compreender em quais situações eles presenciam que proporcione uma maior instabilidade emocional, e, sobretudo como eles enxergam o papel da escola frente a estas dificuldades.

¹ Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestrado em Letras pelo IFES. Graduação em Psicologia. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 MATERIAL E MÉTODO

Para a compreensão e estudo a respeito do papel da ansiedade e depressão e papel da escola, buscou-se compreender como os próprios alunos enxergam a função da mesma em relação a estes problemas. Desta forma utilizou-se como método a entrevista semiestruturada por possibilitar um diálogo entre o entrevistador e o aluno entrevistado, respeitando principalmente seu tempo. Através disso permitiu-se também uma maior flexibilidade para aprofundar ou confirmar determinadas informações apresentadas.

3 DESENVOLVIMENTO

A adolescência é um período de constantes modificações em que múltiplas mudanças físicas, psíquicas, afetivas e sociais têm lugar (BRITO 2011). De acordo com Silva (2008), estas mudanças são experiências importantes onde ocorrerão transformações mentais e orgânicas capazes de proporcionar manifestações peculiares em relação ao comportamento normal para a faixa etária. Contudo, apesar de ser um processo natural como afirma o mesmo autor, essas mudanças que são manifestadas podem ser confundidas com doenças mentais ou presença de comportamentos inadequados. Porém, são experiências importantes para o desenvolvimento mental do mesmo.

Essas confusões segundo Crujo e Marques (2009), são advindas historicamente, pois a depressão infantil foi reconhecida tardiamente, e apenas a partir dos anos 60 do século passada o transtorno foi incluído em um sistema de classificação, criado pelo Group for the Advancement of Psychiatry (Grupo para o Avanço da Psiquiatria). Uma hipótese que tenha contribuído para tal foi o fato de as crianças terem mais dificuldade em expressar plenamente os seus afetos. No tempo mencionado, entretanto, acreditava-se que os pré-adolescentes eram incapazes de experienciar depressões, e os casos depressivos que surgiam não eram vistos como uma crise da própria idade (CRUJO, MARQUES, 2009).

Ao tomarmos consciência da gravidade do mesmo, observa-se segundo Knobel (2007) conforme citado por Jatobá e Bastos (2007), que nessa fase vários períodos de luto são vivenciados na qual as principais perdas são: do corpo infantil, dos pais da

infância, da identidade e do papel sócio familiar infantil, que devem ser elaborados para alcançar a posição adulta definitiva. Desta forma, ainda de acordo com os autores, se os conflitos próprios dessa fase foram mal conduzidos, podem favorecer para a origem de transtornos de humor, e em particular como é o foco deste trabalho, a depressão. Assim, a depressão na adolescência vem se constituindo em um crescente e preocupante problema de saúde pública, ainda que poucos estudos epidemiológicos sobre o tema, neste período da vida, tenham sido realizados (JATOBÁ, BASTOS, 2007, p.02).

Dessa forma, diagnóstico precoce e intervenção antecipada tornam-se essenciais, assim como a detecção de eventuais fatores de risco que as possam promover (CRUJO, MARQUES, 2009, p. 01). A ansiedade deve ser diagnosticada quando interfere como funcionamento diário do adolescente e da família. Torna-se necessário avaliar o impacto que esta tem na aprendizagem e na frequência escolar da criança e do adolescente, e nas relações familiares dos mesmos. O tratamento deve ser planejado em conjunto envolvendo o adolescente, a família, a escola e por vezes os amigos, pois todos esses afetam diretamente no indivíduo (BRITO 2011).

Por outro lado, a depressão, embora frequentemente não reconhecida seja também comum nesta faixa etária (JATOBÁ, BASTOS, 2007). Estudos mostram segundo Brito (2011) que nos cuidados de saúde primários, 2 em 3 adolescentes com depressão não são identificados e não recebem nenhum tratamento.

Para este problema, existem fatores de risco que influenciam e, sobretudo devem ser mencionados e definidos, que são: Os fatores individuais, familiares e sociais (CRUJO, MARQUES, 2009, p.04).

Desta forma, torna-se essencial destacar o papel da escola na vida da criança e do adolescente devido ser um ambiente de socialização no qual os mesmos interagem com outros segmentos do seu cotidiano como a família, amigos etc. Mediante a isso, observa-se que aprendizagem no ambiente escolar é propiciada por diversos fatores, dentre esses o cognitivo, o social e o emocional. O aprender vai além da capacidade intelectual da pessoa, pois depende também da forma como ela se relaciona com os seus pares, com o professor e como sente e percebe esse ambiente escolar (MUNIZ, FERNANDES, 2016).

A escola vista dessa forma, faz com que tenhamos uma visão mais crítica, enxergando que este ambiente pode gerar situações que causam ansiedade no aluno, como as regras a serem cumpridas e as avaliações. Há estudos que sugerem que a ansiedade deve sempre ser considerada no ambiente escolar para compreender melhor os comportamentos e o rendimento do aluno (MUNIZ, FERNANDES, 2016). Por conseguinte, a escola e, especialmente, a sala de aula devem ser lugares nos quais as agruras a que estão expostos os adolescentes possam ser minimizadas e o aumento do conhecimento se torne o instrumento que possa efetivamente auxiliá-los a crescer, se desenvolver e evoluir (JATOBÁ, BASTOS, 2007).

4 RESULTADOS

A partir do estudo feito através do referencial teórico e principalmente por meio da entrevista semiestruturada, observou-se que a mesma gerou respostas semelhantes entre os entrevistados. Foi possível ter uma amostra da visão que alunos entre 16 e 17 anos tem sobre o que é ansiedade, depressão e os motivos serem tão recorrentes os casos em crianças e adolescentes, assim como também, foi possível analisar o que pensam em relação ao papel da escola neste cenário. De acordo com os entrevistados, ansiedade significa não ter paciência e não saber esperar que as coisas aconteçam no seu curso normal, mas ficar agitado para que tudo aconteça logo. Também consideram algo prejudicial à própria pessoa. Quanto à depressão, classificam como uma doença que faz a pessoa se sentir triste, solitária e em alguns casos com desejo de suicídio.

Nenhum dos entrevistados alega ter depressão, mas todos conhecem ou convive com alguém que tem a doença. Relatam ser uma situação muito difícil não só para a pessoa que possui o transtorno, como também para quem convive com a mesma. A maioria dos entrevistados responsabiliza a escola pelo aumento do índice de casos de ansiedade e depressão em crianças e adolescentes. Devido a isso, acreditam que a escola precisa ter um posicionamento neste meio, sobretudo, dando uma atenção maior a alunos que sofrem algum tipo bullying.

Destacam-se também falas como que a instituição deve procurar observar os alunos que se isolam dos demais a fim de averiguar o motivo. Acreditam também que um dos

principais motivos que levam ao aumento dos casos nestas idades seja vários fatores, dentre eles o uso excessivo de internet que faz o sujeito se isolar. O bullying que é também muito recorrente nas escolas. E qualquer tipo de preconceito, seja ele racial, de gênero ou outros. Salientam por estes motivos a necessidade de psicólogos em escolas, para que os alunos que passarem por algum destes problemas, tenham apoio e acompanhamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos fatos apresentados no presente trabalho compreende-se que é fundamental para a instituição escolar se atentar aos possíveis casos de depressão que ocorrem no interior das escolas. Esta preocupação, entretanto, deve ser multifatorial, não culpando somente o aluno por sintomas apresentados. Todavia, devem-se olhar todos os fatores que circundam o aluno como família, amigos, sua cultura. Tendo principalmente como premissa que o sujeito é um ser biopsicossocial, onde sua genética interage com o meio em que vive. A escola dessa forma sendo a segunda socialização em que o adolescente está inserido deve se preocupar em criar espaços de interlocução juntamente com os autores da educação e a presença de um psicólogo escolar para a possibilidade de criação de estratégias para o manejo de casos como aqui apresentados.

6 REFERÊNCIAS

BRITO, Silva. Ansiedade e depressão na adolescência. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, v.27, n.2, p. 208-212, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpcg/v27n2/v27n2a10.pdf>>. Acesso em: 8 de mai. 2019.

CRUJO, Margarida; MARQUES, Cristina. As perturbações emocionais –ansiedade e depressão na criança e no adolescente. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, Centro Hospitalar de Lisboa Central, v. 25, n. 5, p. 576-581, 2009. Disponível em: <<http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10675/10411>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

JATOBÁ, Joana; BASTOS, Othon. Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças, Universidade de Pernambuco (UPE), v. 56, n.3, p. 172-175, agosto, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v56n3/a03v56n3.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MUNIZ, Monaliza; FERNANDES, Débora. Autoconceito e ansiedade escolar: um estudo com alunos do ensino fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 427-436, Setembro/Dezembro, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00427.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, Olga. A ansiedade depressão e agressividade em Crianças e jovens em risco no contexto de famílias sócio culturalmente desfavorecidas. **Departamento de Psicologia e Educação**, Relatório de estágio para obtenção do grau de mestre em Psicologia, 2ºciclo. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2706/1/Relat%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em 8 out. 2019.

O TRABALHO NO CENÁRIO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Joyce Fernandes de Oliveira

Matheus Alves Gomes

Wedison Ramos Macedo¹

Fabiana Davel Canal²

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ao longo do tempo já possuiu muitos significados, inclusive o de castigo. Entretanto, com a evolução e o estabelecimento da cultura capitalista e consumista, o ofício passou a ser visto como um caminho necessário para adquirir bens e estabelecer padrões de vida, além disso, “o trabalho é rico de sentido individual e social. É o meio de produção da vida de cada um, criando sentidos existenciais ou contribuindo na estruturação da personalidade e da identidade” (BORGES e TAMAYO 2001, apud PINHEIRO; MONTEIRO, 2007, p. 36).

A situação de não estar empregado promove nos indivíduos comportamentos variados como forma de defesa frente à sua ‘não participação ativa na sociedade’ ou como tentativa de resolução do problema, sendo estes o “[...] isolamento social, abuso de álcool e outras drogas, conflitos no âmbito familiar e social, apego exagerado ao esporte ou religião, envolvimento com a criminalidade ou opção por trabalho informal” (GIATTI, BARRETO & CÉSAR, 2008; SANTOS, 2008; TERRA, CARVALHO & AZEVEDO, 2006; ARGOLO & ARAÚJO, 2004; TUMOLO L. & TUMOLO P., 2004; LIMA & BORGES, 2002, apud BARROS; OLIVEIRA, 2009, p. 90). Concomitante aos comportamentos descritos há a manifestação de sentimentos como “[...] desespero, perda de esperança, revolta e desorientação, pânico e vergonha, fracasso, inutilidade, incompetência, abandono e impotência (TUMOLO & TUMOLO, 2004; MOURA, 2001, apud CHAHAD; CHAHAD, 2005, p. 191)”.

Uma breve visita aos estabelecimentos de recrutamento de pessoas comprova o grande número de cidadãos em situação de desemprego. Em números, por exemplo,

¹ Graduandos em Psicologia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim. Bolsista FAPES.

² Mestre em Psicologia Institucional (UFES). Especialista em Psicologia Social (CFP). Graduação em Psicologia pela UFES. Professora na Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

a cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES é a segunda cidade com maior índice de desemprego no Estado do Espírito Santo, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e analisados pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (IDEIES). No ano de 2018, foram 303 postos de trabalho fechados.

Diante dessa realidade, já muito estudada por outras áreas como a sociologia e a economia, por exemplo, decidiu-se verificar como o desemprego afeta a saúde mental do indivíduo e quais relações ele estabelece com o trabalho.

Se o desemprego por si só já é um problema, principalmente de ordem econômica, propomos um olhar mais direcionado aos indivíduos, que muito mais que números estatísticos, representam uma vivência subjetiva da situação do desemprego. Em outras palavras buscamos “humanizar o desempregado”.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa constituiu-se de entrevista semiestruturada, composta por 21 perguntas fechadas e abertas. A coleta do material foi realizada em dois lugares: num primeiro momento na porta da Agência de Trabalho e Emprego de Cachoeiro de Itapemirim - ES (SINE), na qual abordamos os trabalhadores que se dirigiam até lá para procurar emprego, e posteriormente, em uma empresa de gestão de pessoas, especializada em recrutamento e seleção de pessoas na mesma cidade.

Ao todo obtivemos 53 entrevistas, com pessoas entre 18 a 53 anos, de ambos os sexos. Não escolhemos nenhum público específico, mas todos desempregados que se dirigiam e que concordavam ao SINE ou à empresa de gestão de pessoas foram entrevistados, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido.

A compilação dos dados foi baseada em uma análise quantitativa e outra qualitativa. Assim, após a transcrição, transformamos os dados obtidos em estatísticas, para que se tornasse mais clara a relação entre o que os autores que versam sobre o tema propõem e a realidade encontrada em no município citado. Concomitantemente com a análise estatística, procedeu-se também com a análise de conteúdo, em que

analisamos as mensagens transmitidas nas entrevistas exaustivamente, de forma a entender como o discurso produzido é fruto do contexto social que atravessa o indivíduo (OLIVEIRA, 2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O fator emprego é extremamente importante, tanto na dimensão social, quanto na financeira. Devido à atual crise econômica, aliada às novas tecnologias, às leis de mercado, aos modos de gestão, entre outros fatores, como já mencionamos, tem acontecido o aumento dos índices de desemprego. Por consequência atribui-se tamanha relevância a esta problemática que se tornou “[...] a maior questão política do mundo desde as últimas décadas do século XX [...]” (LUDEMIR, 2008, p. 455).

Segundo o autor, a dimensão existencial é a possibilidade de uma existência ativa através do trabalho, de construir um mundo e estabelecer relações. Dentro desse espectro existencial, o trabalho pode ser dividido em mais três dimensões: 1) o trabalho propriamente dito, a atividade laboral, 2) produção de bens e 3) a ação que constitui a construção subjetiva e social (ARENDETT, 1987; apud RIBEIRO, 2009).

A dimensão socioeconômica segundo Ribeiro (2009) compreende a relação de transformação ocorrida entre o homem e o trabalho, que produz o homem e a sociedade. É através dessa dialética que o homem se eleva como ser social, constituindo sua identidade e subjetividade.

Por fim a dimensão psicossocial diz respeito ao trabalho como mediador entre homem e natureza. Essa relação permite o acesso à produção e a emancipação humana, sendo elemento central na construção da identidade e reconhecimento social (RIBEIRO, 2009).

Dentro do jargão popular de que “o trabalho dignifica o homem”, foi possível identificar o papel central que este ocupa na vida das pessoas, não só do aspecto existencial, da necessidade que o modelo econômico atual impõe, mas também como dispositivo que permite ao homem emancipação e reconhecimento. Não trabalhar, estar desempregado representa a perda de identidade. Nas palavras de alguns

entrevistados "*sem trabalho eu não sou homem*" (E49), "*me sinto incapacitado sem um emprego*" (E29), "*sem emprego eu não sou nada*" (E30), "*me sinto inferior sem emprego*" (E14).

4 O DESEMPREGO E A SAÚDE MENTAL

A situação de desemprego e os impactos negativos na saúde mental são fatores correlatos. Em razão daquele, perde-se o lugar social de sujeito produtivo na sociedade através de um processo socialmente construído - e por vezes velado - de descrédito ao sujeito não empregado, o que desencadeia inúmeros sentimentos, percepções e emoções que alteram o comportamento, geram sofrimento e em muitos casos levam ao adoecimento do homem (PINHEIRO; MONTEIRO, 2007).

No curso das entrevistas, observa-se que 35% dos entrevistados encontram-se desempregados há no máximo 6 meses, o que se pode considerar "recente" em vista de outros sujeitos entrevistados que estão desempregados há mais de 4 anos (17%). Entretanto, mesmo encontrando-se em fases diferentes do ciclo transacional do desempregado, as respostas dos participantes desempregados de 6 a 8 meses já demonstram quadros como insônia, ansiedade e dermatite, evidenciando os impactos nocivos à saúde mental dos entrevistados desempregados, independentemente do tempo em que se encontra em tal situação. Estes quadros de saúde apenas reforçam as consequências para a saúde mental em razão da supervalorização social do emprego e as implicações mediante a ausência deste (BRAGA, 1999).

O trabalho ocupa posição central na vida do indivíduo, como forma de sobrevivência, de base para construção de identidade, de mundo, das relações sociais, como vimos acima. Nesse sentido, é de se esperar que o desemprego acarrete consequências, não apenas materiais e econômicas, mas também na saúde e aspectos subjetivos. Pereira e Brito (2006) (apud CALDAS, 2000) trazem reflexões sobre os impactos do desemprego na subjetividade. Os autores afirmam a existência de uma ligação psíquica entre trabalhador e trabalho. Para eles, estar trabalhando é uma forma de atenuar as angústias e incertezas, pois, no trabalho, o indivíduo sente-se protegido diante das contingências humanas. Além disso, a convivência em grupo reforça sua identidade e reconhecimento social.

A situação de não estar empregado promove nos indivíduos comportamentos variados como forma de defesa frente à sua ‘não participação ativa na sociedade’ ou como tentativa de resolução do problema, sendo estes o “[...] isolamento social, abuso de álcool e outras drogas, conflitos no âmbito familiar e social, apego exagerado ao esporte ou religião, envolvimento com a criminalidade ou opção por trabalho informal” (GIATTI, BARRETO & CÉSAR, 2008; SANTOS, 2008; TERRA, CARVALHO & AZEVEDO, 2006; ARGOLO & ARAÚJO, 2004; TUMOLO L. & TUMOLO P., 2004; LIMA & BORGES, 2002, apud BARROS; OLIVEIRA, 2009, p. 90).

Portanto, tornar-se necessário uma intervenção dos profissionais de psicologia e outras áreas da saúde a fim de lidar com o possível arranjo entre os comportamentos e sentimentos dos indivíduos desempregados que podem evoluir para quadros como “[...] gastrites, úlceras, desenvolvimento de cânceres, fadiga, síndrome do pânico, depressão, fobia social, ansiedade, entre outros” (SILVA, 2006, apud PINHEIRO & MONTEIRO, 2007, p. 41)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do desemprego como um problema global, para um recorte bem específico dessa problemática em nossa pesquisa. Constatamos a relação entre o desemprego e a saúde mental, que por vezes não é evidenciada e reconhecida pelo sujeito, mas que se manifesta nos discursos, o que demarca a necessidade de inserção de psicólogos que atuem ante essa realidade. Além disso, foi possível identificar o papel central que o trabalho ocupa na vida dos indivíduos, e as construções específicas e individuais que cada um tem deste.

Por fim, cabe ressaltar a necessidade políticas públicas que tenham sua atuação pautada não apenas na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, mas em programas voltados a assistência psicológica.

Assim, ressaltamos a importância de deixar de quantificar o desempregado como um número ou dado estatístico, mas assisti-lo em sua dimensão subjetiva e individual.

6 REFERÊNCIAS

BRAGA, Marcos A. da Silva. Desemprego: reflexão e discussão a partir de um depoimento. **Trabalho de Conclusão de Curso**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1999.

CHAHAD, C.; CHAHAD, J. Os impactos psicológicos do desemprego e suas consequências sobre o mercado de trabalho. **Revista da ABET**, v. 5, n. 1, p. 179-218. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15693>>. Acesso em: 26 jun. 2019

OLIVEIRA D.C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. *RevEnferm (UERJ)*, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, p.569-76, 2008. Disponível em:< <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

PEREIRA, Maria Cecília; BRITO, Mozar José de. Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 143-181, mar. 2006. . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482006000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 jun. 2019

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; MONTEIRO, Janine Kieling. Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 35-45, dez. 2007.. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172007000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 jun. 2019.

DO CÂNCER AO ADOECIMENTO: UMA REVISÃO DAS CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS E DO ENFRENTAMENTO

Mismana Bedim Silva¹

Flávia Moreira Oliveira²

1 INTRODUÇÃO

Segundo os dados do INCA (Instituto Nacional de Câncer) baseado nas análises dos anos de 2017 e 2018 houve um aumento significativo de casos de câncer de cerca de 166% em seus registros. No ano de 2017 foram confirmados 218.640 casos entre homens e mulheres e no ano de 2018 obteve-se a estimativa de 582.590 novos diagnósticos entre homens e mulheres, sendo que entre esse período, houve a incidência no total de 364.250 casos a mais, um elevado índice de crescimento da doença e mortalidade somente no Brasil. De forma sistematizada, o Ministério da Saúde define o câncer como:

[...] o crescimento desordenado de células que invadem órgãos e tecidos. Essas células doentes podem espalhar-se para outras regiões, o que conhecemos como metástase. Atualmente, existem mais de 100 tipos de câncer na literatura médica mundial. (Ministério da Saúde).

Hipócrates utilizou o termo câncer, como “Karkinos”, “Karkinoma” pelo qual o definiu como lesões tumorais ulcerosas e não ulcerosas (Decat e Araújo, 2010, citado por Silva, 2012). Cerca de 1600 a.C, com os registros históricos egípcios de papiros, já se havia menção a essa doença, porém, não conhecida com o termo atual, o que prova que desde a antiguidade as pessoas já conviviam com patologias oncológicas.

A construção da vinculação das características agressivas do câncer com o próprio significado da doença se deu a partir da visão do médico grego Galeno, o qual a considerou como um mal incurável (Silva, Aquino, Santos, 2008).

As concepções acerca do câncer foram frutos de constructos históricos e sociais conforme Silva, Aquino, Santos, (2008) alguns a consideram como uma maldição,

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade do Espírito Santo MULTIVIX – ES, mismana_bs@hotmail.com;

² Doutorado e Mestrado em Psicologia Social pela UERJ. Graduação em Psicologia pela UERJ. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

outros uma doença como qualquer outra, há aqueles que a veem como um “castigo divino” e muitos a consideram como uma sentença de morte. Portanto, pode-se dizer que, considerando essas concepções populares historicamente produzidas, existe um grande receio por parte da população em geral em receber um diagnóstico de câncer.

Este contexto aponta para a existência de fatores oriundos de múltiplos âmbitos da existência que influenciam a visão dos indivíduos sobre o adoecimento. Além da compreensão sócio-histórica, cabe também destacar que o entendimento da etiologia do câncer tende a levar em conta sua característica multifatorial.

Diante disso, estudar os impactos psicológicos, afetivos que o diagnóstico e a vivência de uma doença oncológica podem causar torna-se tema relevante de investigação e aprofundamento de conhecimentos. Compreender estes aspectos possibilita ao profissional de saúde atento, olhar mais acurado para subsidiar suas ações de cuidado, principalmente no contexto hospitalar, espaço este em que pacientes e familiares encontram-se em situação de grande vulnerabilidade.

2 METODOLOGIA

Com o objetivo de ampliar e aprofundar a compreensão acerca dos impactos psicológicos oriundos do diagnóstico e da vivência do câncer junto às pacientes hospitalizados, este estudo realizou o levantamento e a leitura de artigos e livros sobre o tema da oncologia, psico-oncologia e perfil dos pacientes oncológicos, de modo a efetuar uma revisão bibliográfica sistematizada acerca das informações atualmente disponíveis sobre as referidas temáticas.

Para tanto, buscou-se materiais relevantes para esta área de estudos em base de dados científicos e bibliotecas universitárias, bem como se realizou o mapeamento de dados nacionais atuais acerca das doenças oncológicas junto aos sites de instituições e órgãos responsáveis, tais como o Instituto Nacional do Câncer (INCA) e o Ministério da Saúde.

3 DESENVOLVIMENTO

De acordo com o INCA e o Ministério da Saúde, o crescimento das patologias oncológicas possui agentes multifatoriais determinantes para o seu surgimento, fatores esses que são divididos em causas internas e externas. Estas causas vão desde o histórico familiar e o fator do ambiente e convívio social no qual a pessoa se insere (causas externas) até a pré-disposição genética e a forma pela qual o organismo se defende frente às agressões externas (causas internas).

Alguns estudos também investigam como a crescente industrialização alimentar, o alto índice de agrotóxicos nas hortaliças e vegetais, a expansão da informática e tecnologias de acesso rápido, como smartphones e aparelhos portáteis altamente evoluídos, o desmatamento, o aquecimento global e entre outras modificações do modo de vida, que visam facilitar a rotina da humanidade podem mascarar riscos e problemas a saúde tanto física, quanto mental, gerando problemas como doenças predisponentes, crônicas, ao desenvolvimento dos cânceres, ou seja, uma junção de uma série de fatores.

Conforme (CARVALHO, 2003), o interesse investigativo sobre fatores psicossociais e o desenvolvimento da doença câncer é recente. A Psicologia nos últimos vinte anos vem aprimorando suas pesquisas no que se referem aos estudos da personalidade, comportamentos e suas relações, e como isso intervém no surgimento e na vivência do câncer. Entre outros fatos, essas abordagens psicológicas culminam nos aspectos pelos quais o indivíduo situa-se antes da doença, no seu descobrimento, no tratamento e na fase terminal. Aplica-se também na prevenção, no estado emocional e social do sujeito e nas respectivas etapas do tratamento.

No entanto, pode-se afirmar que a busca por entendimento psicossomático das patologias é antiga. No campo mais sistematizado da psicologia, têm-se em Sigmund Freud (1856-1939), em sua obra “Estudos sobre a Histeria” (1895), um marco da visão sobre as manifestações psicossomáticas por meio de uma concepção mais aprofundada dos aspectos psíquicos relacionados ao sintoma (Silva, 2012). Ainda segundo a autora, Freud instituiu um rompimento com o modelo médico vigente, modelo este que considerava apenas os aspectos fisiológicos no funcionamento somático do corpo. Freud, porém, estava mais propenso a trabalhar

com a Psicanálise, logo, a medicina acabou estando distante de seu campo de estudo.

Este rompimento de Freud com o pensamento médico acabou por marcar duas origens distintas para o entendimento da Psicossomática: a Psicossomática Psicanalítica que, pauta-se na teoria e clínica psicanalítica como metodologia de investigação e a Medicina Psicossomática, instituída de princípios da medicina, relaciona e estuda a vida pessoal do indivíduo e seu meio, onde não se define ao certo as origens orgânicas da doença (Silva 2012). E ainda, conforme a autora, na medicina psicossomática, o próprio indivíduo passa a considerar fatores como o estilo de vida e seu ambiente no desenvolvimento de suas patologias.

Nos estados psicossomáticos, o corpo age de forma equivocada. A desorganização somática é o efeito do aparecimento de enfermidades, tais como o câncer. Conforme as ideias de Sebastiani (1997), vejamos uma ilustração: a homeostase representa o equilíbrio que o corpo possui em situações normais como em emergenciais. Porém, há também a homeostase no sentido de equilíbrio psíquico e suas funções psíquicas; conhecido como “mecanismos de defesa”. Esses mecanismos em algumas circunstâncias de conflito, podem se situar como uma ação destrutiva, trazendo riscos a pessoa ou como uma estratégia adaptativa para enfrentar tais momentos. A somatização se estabelece quando o indivíduo na situação conflituosa perde o equilíbrio das suas funções homeostáticas e não consegue as manter (Silva, 2012). De acordo com estudos de Teixeira e Balen (2002, p. 520) citado por Silva (2012, p. 19):

[...]. Quando um organismo é submetido a estímulos, caracterizados como estressores, desencadeia uma série de respostas orgânicas. Estas respostas mobilizam os sistemas endócrino, nervoso, imunológico e psicológico, automaticamente é deflagrado um mecanismo que visa restaurar o equilíbrio. Porém, a homeostase nem sempre é conseguida, conseqüentemente, este mesmo organismo tenderá a apresentar reações adversas na tentativa de adaptar-se à situação.

Segundo Deitos e Gaspary (1996, p. 127) apud Silva (2012, p. 19, 20):

Alterações em estados comportamentais e emocionais que são acompanhados de necessidade adaptativa a circunstâncias ambientais desencadeiam modelos complexos de alterações neuroendócrinas. Portanto, estressores psicossociais têm sido implicados na predisposição e

progressão de vários processos fisiopatológicos, incluindo doenças infecciosas, bacterianas, alérgicas, cutâneas, autoimunes e neoplásicas, através de alterações nos mecanismos de proteção imunológica.

Uma vez que a situação estressante demanda descarga de energia para restabelecimento homeostático, nem sempre essa energia é direcionada para os locais certos, sendo que algumas partes dos sistemas orgânicos serão estimuladas sem necessidade e as sobrecargas nesses locais podem desencadear um distúrbio psicossomático. Geralmente esses locais de descarga de energia são correlacionados com histórias instáveis e passadas do indivíduo de acordo com Silva (2012).

Todas as pessoas possuem uma forma distinta de enfrentar as situações estressantes, porém alguns se mostram mais bem-sucedidos em suas estratégias, e outros apresentam uma maior dificuldade de modo que essa ativação energética acaba dando vazão a doenças fisiológicas e/ou a transtornos psicológicos, psiquiátricos por (Silva, 2012).

Alguns estudos indicam que, proporcionalmente, os números de depressão em pacientes com câncer são maiores que na população em geral. Há uma influência social na forma que cada gênero lida com as questões emocionais no processo do adoecimento. Os homens tendem a agir com certa indiferença; pelo estado de choque ou pela negação da enfermidade. Já os jovens têm maior índice de ansiedade e os idosos, depressão. Os riscos para transtornos psiquiátricos são peculiares ao processo da doença, independentemente da idade da pessoa. A ansiedade (está presente no início do diagnóstico e do tratamento, por temor ao futuro) e a depressão (estigma do câncer, relacionado à idade, ao órgão acometido e ao sexo, se apresentam mais perante o tratamento quimioterápico) são inerentes ao processo, por Ferreira, *et al* (2017).

A depressão pode ser uma consequência direta das terapias antineoplásicas. Acredita-se que a ativação de citocinas pró-inflamatórias, secundária à terapia com antineoplásicos e em resposta à destruição de tecidos pelos tratamentos radioterápicos e quimioterápicos, seja o principal mecanismo biológico relacionado aos sintomas depressivos. Os transtornos psiquiátricos em pacientes com câncer frequentemente não são diagnosticados e, portanto, não tratados. As barreiras para o tratamento podem decorrer da incerteza sobre o diagnóstico e o tratamento, além do tempo, por vezes limitado, para investigar questões emocionais e dos

custos associados ao tratamento. A própria natureza dos transtornos psiquiátricos, muitas vezes, é atribuída ao próprio câncer, Ferreira *et al* (2017, p.325 e 326).

Conforme Silva, Aquino, Santos (2008), o câncer promove no indivíduo reações adversas no corpo e também em seu psiquismo; sentimentos, angústias e pensamentos conflituosos, resultantes da desorganização psíquica. Com o descobrimento do diagnóstico, no geral, as principais reações psicológicas que se instauram na pessoa são a ansiedade, a raiva e a depressão.

Normalmente, a depressão surge, pelo fato do indivíduo de início, não aceitar sua doença. O temor, apreensão, a desesperança e a impotência costumam serem as principais reações comportamentais em relação à ideia de uma “sentença de morte” ou a “ameaça do destino”.

Além de aspectos que acabam por facilitar a expressão afetiva do paciente via depressão, há uma preocupação que leva a pessoa a ansiedade e a angústia quando se pensa sobre a proeminência da morte. No decorrer do tratamento entre ganhos (expectativa positiva ao tratamento) e perdas (surgimento de novos sintomas e tumores), a ansiedade tende a aumentar, devido à incerteza do futuro.

Nas cirurgias mutilantes, dolorosas, o alto nível de medicações, procedimentos terapêuticos invasivos é comum que pacientes apresentem reações de raiva, medo, angústia, pena de si mesmo e a sensação da perda do controle de sua vida.

Diante da necessidade de lidar com a objetividade da doença, os pacientes também se percebem em meio a esta profusão de sentimentos e estados psicológicos. Uma inicial visão de impossibilidade de sobrevivência física e afetiva pode ser espontaneamente, ou sustentada pela intervenção de profissionais da psicologia, transformada e trabalhada de modo a dar espaço para a construção de uma vivência mais harmoniosa e sustentável do processo de adoecimento. Neste ponto, entra em cena como recurso de saúde o mapeamento e a construção de estratégias de enfrentamento.

Enfrentamento vem do significado de “lutar”, “contender”, “enfrentar” e tem sua origem do verbo “*to cope*”. A psicologia clínica bem como a social, e entre outras áreas, se veem interessadas em pesquisar as diversas formas e tentativas das pessoas se adaptarem às situações de estresse, comuns ao cotidiano. Ao nos depararmos com uma situação crítica da vida, como o diagnóstico de câncer e todo peso social e significado cultural que esta doença carrega compreender o sentido do enfrentamento e como o mesmo se apresenta torna-se fundamental. (ANTONIAZZI, DELL’AGLIO E BANDEIRA, 1998)

O enfrentamento muitas vezes é associado a uma forma do indivíduo utilizar os mecanismos de defesa do ego (inconscientemente) a fim de lidar com os conflitos, no entanto, entendimentos atuais apontam que as estratégias pautadas nos mecanismos de defesa nem sempre são funcionais e construtoras de perspectivas futuras de vida. Assim, considerando o entendimento de Folkman & Lazarus (1980, citado por ANTONIAZZI, DELL’AGLIO E BANDEIRA, 1998) atualmente, para além dos mecanismos de defesa, há de se considerar as estratégias de enfrentamento como ações pautadas no contexto presente, que visam uma orientação direcionada para o futuro e baseada na experiência e vivências conscientes.

Há certos tipos de comportamentos que no geral, as pessoas utilizam para lidar com o estresse, como, a busca pela informação, ações diretas, inibição da ação, processos intrapsíquicos e a busca pelo apoio social, porém, não há um consenso sobre qual é a melhor estratégia a se utilizar, haja vista cada indivíduo definir sua estratégia de acordo com seus aspectos e seu contexto biopsicossocial.

O indivíduo é o foco nos estudos sobre o enfrentamento, para apresentar uma das compreensões do exercício do enfrentamento de modo prático, os estudos de Folkman e Lazarus (ANTONIAZZI, DELL’AGLIO E BANDEIRA, 1998) apontam que as estratégias de enfrentamento podem ser focadas no problema, quando o indivíduo se esforça para administrar ou melhorar seu meio ou o aspecto objetivo que provoca o estresse, podendo agir diretamente sobre ele e transformá-lo ou interrompê-lo; ou na emoção, em que se visa compreender o processo emocional e transformá-lo de modo mais favorável ao contexto por meio de ações que aliviem

tensão provocada pelo elemento estressor; haja vista a impossibilidade de se eliminar ou transformar de modo concreto o elemento estressor.

Esses tipos de enfrentamento, focados no problema ou na emoção, variam conforme os tipos de estressores, o momento em que o indivíduo se depara com o estressor e a possibilidade efetiva de modificar o estressor. Considerando pacientes já diagnosticados com câncer, podemos dizer que, de acordo com o prognóstico da doença, haverá intensa alternância entre as estratégias de enfrentamento propostas por Folkman e Lazarus.

Cabe destacar que o paciente com câncer utiliza estratégias de enfrentamento que são afetadas por suas condições biopsicossociais, isso significa dizer que além do contexto biológico de seu problema “A forma como o grupo social percebe o surgimento de uma doença e a evolução do tratamento do câncer influencia a escolha dos recursos de enfrentamento que o paciente utilizará” (SANTANA, ZANIN, MANGLIA, 2008, p.372).

Os grupos sociais incluem a rede social e o apoio social, porém, há diferenças entre ambos. A rede social é o grupo que a pessoa possui algum vínculo, como a família, amigos e outros grupos (associação social ou comunitária, grupos religiosos, voluntariados) e variam conforme a frequência dessas interações segundo Santana, Zanin, Manglia (2008). De acordo com os conceitos de Griep (2003) ter uma rede social, no entanto, não significa que o indivíduo terá apoio da mesma, embora a rede social tenha como característica a estrutura social onde o apoio é formado. Já, o apoio social refere-se à funcionalidade (quantitativa ou qualitativa) da rede social. Significa que a pessoa é valorizada pelo grupo e tende a receber ajudas material e emocional do mesmo (Santana, Zanin, Manglia, 2008).

De acordo com Santana, Zanin, Manglia (2008) a busca da prática religiosa/pensamento fantasioso seguem como estratégias de enfrentamento por parte dos pacientes, seguida pela focalização no problema, a busca pelo suporte social e a focalização na emoção.

A procura de suporte social é uma estratégia de enfrentamento importante quanto à “busca por informação” do diagnóstico e a doença. Esses recursos auxiliam na diminuição da tensão e ansiedade ocasionadas pelo câncer. Alguns motivos que levam os pacientes evitarem exposição ao “suporte social” derivam-se da aparência resultante da submissão a tratamentos intensivos e invasivos tais como cirurgias mutiladoras, efeitos colaterais da quimioterapia e radioterapia, dentre outros.

A estratégia “focalização na emoção é pouco utilizada, visto que a maior parte dos pacientes desempenha maior foco no problema (restauração da estabilidade da saúde)”, (SANTANA, ZANIN, MANGLIA, 2008, p. 375). Ressalta-se, porém, a importância da “regulação emocional” para quadros de ansiedade que o paciente vivencia ao longo do tratamento.

Estudos comprovaram que em pacientes oncológicos de nasofaringe a adequação da resposta emocional ao problema de saúde está relacionada à qualidade de vida do paciente, portanto, nesses casos, demonstra-se que a intervenção psicológica é ideal para incentivar a construção de estratégias de enfrentamento junto aos pacientes (Santana, Zanin, Manglia, 2008).

Há também uma importância do convívio social, relacionado à rede social que colabora com a adesão e êxito ao tratamento, quanto aos aspectos de ajustamento emocional e autocuidado. Os pacientes se sentem satisfeitos com o apoio que recebem

Dados empíricos apontam correlação positiva entre altos escores do apoio social percebido com variáveis como capacidade de expressão da fala; avaliação positiva da aparência física; baixos escores de sintomas depressivos e boa saúde mental. Os pesquisadores concluem que intervenção voltada para a melhoria da percepção do suporte social recebido pode aumentar a sobrevivência destes pacientes (Santana, Zanin, Manglia, p.377, 2008).

Todos os temas abordados indicam que cada indivíduo constrói uma forma única de vivenciar o processo de adoecimento por câncer. Para cada paciente a repercussão psicológica, a vivência física, emocional e social trará a marca de sua história, do modo com a sua rede social encara o adoecimento, os significados que cada um

gera em cada fase do adoecimento – diagnóstico, tratamento, recuperação –, e seus modos de lidar com o fato da doença existir em sua vida.

Os estudos buscam sistematizar o entendimento geral dessa experiência, porém todos eles resguardam a possibilidade de variabilidade da manifestação das estratégias de enfrentamento e, conseqüentemente, da vivência da situação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante os conteúdos expostos no presente trabalho, conclui-se que é indispensável a atualização e aprimoramento de pesquisas da Psico-oncologia sobre o referente tema, que é de extrema relevância nos dias atuais, bem como a participação efetiva de psicólogos da saúde presentes no diagnóstico ao tratamento e reabilitação do paciente junto aos mesmos.

Além disso, o aprofundamento por meio dos estudos e pesquisas relacionados ao câncer, os tratamentos necessários, além da consideração do contexto biopsicossocial do paciente surgem de forma a informar e promover conhecimentos e vivências sobre essa doença cada vez mais abrangentes nos indivíduos, desmistificando a temática e as ideias ainda receiosas para muitos.

Logo, vale ressaltar as variáveis de enfrentamento disponíveis aos pacientes relacionados também aos perfis psicológicos constantes nos pacientes em decorrência do diagnóstico e do tratamento, salientando os conhecimentos e práticas provindas da psicologia que são eficazes no processo de significação e restauração do equilíbrio e do estado biopsicossocial frente ao processo de adoecimento, em contrapartida às tentativas médicas em erradicar a patologia e suas conseqüências fisiológicas.

Para além do atual estudo, intenciona-se, em um segundo momento, um aprofundamento da compreensão desta temática por meio da investigação de campo junto a grupos específicos de pacientes, familiares e profissionais de modo a verificar as principais estratégias de enfrentamento atualmente em ação.

5 REFERÊNCIAS

- ANTONIAZZI, Adriane Scomazzon; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; BANDEIRA, Denise Ruschel. O conceito de coping: uma revisão teórica. **Estud. psicol. (Natal), Natal**, v. 3, n. 2, p. 273-294, Dec. 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1998000200006>.
- CARVALHO, Maria Margarida. Definição, foco de estudo e intervenção. **Introdução a Psiconcologia**, São Paulo, Ed. Livro Pleno, págs. 35, 36 e 37, 2003.
- FERNANDES, Gilberto; INOCENTE, Nancy J. Estratégias para enfrentamento (coping): Um levantamento bibliográfico. **XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba**, São Paulo, págs. 1-3, 2010.
- FERREIRA, Andreia *et al.* Prevalência de Ansiedade e Depressão em Pacientes Oncológicos e Identificação de Variáveis Predisponentes. **Revista Brasileira de Cancerologia 2016**, Minas Gerais, 62(4), 321-328, 2017.
- INCA. Registros de Câncer, Brasil, 2018. **Disponível em:** <<https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>>. Acesso em: 12 de set. de 2019.
- LEITE, Franciéle *et al.* Estratégias de enfrentamento e relação com condições sociodemográficas de mulheres com câncer de mama. **Acta Paul Enferm.**, Espírito Santo, págs. 211-216, 2011.
- MINISTERIO DA SAUDE, Brasil, 2018. **Disponível em:** <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/cancer>>. Acesso em: 07 de out. de 2019.
- PAULA, de Adegício *et al.* Perfil do paciente com câncer: considerações pós diagnósticas de qualidade de vida no âmbito psicossocial. **HU - Revista Médica Oficial do Hospital da Universidade Federal de Juiz de Fora**, Minas Gerais, vol, 29, págs. 426-429, 2003.
- SANTANA, Jeanny Joana; ZANIN, Carla; MANIGLIA, José Victor. Pacientes com câncer: enfrentamento, rede social e apoio social. **Paidéia**, São Paulo, 2008, 18(40), 371-384, 2008.
- SILVA, Manoela L. Uma leitura psicossomática sobre a doença câncer. **Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Aprimoramento Profissional/SES- Fundap**, São Paulo, págs. 8-23, 2012.
- SILVA, Shirley; AQUINO, Thiago; SANTOS, Roberta. O paciente com câncer: cognições e emoções a partir do diagnóstico. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Paraíba, vol. 4, número 2, págs. 75-78, 2008.

ESTÁGIO BÁSICO II: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA E PRÁTICA DOS ALUNOS E DA ESCOLA

Ingrid Batista Nicácio
Josiane Talhaferro Martins
Paula Bolonini Tobias
Thiago de Sousa Luis¹
Giovanna Carrozzino Werneck²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo de apresentar os resultados obtidos através do Estágio Básico II, supervisionado pela professora Giovanna Carrozzino Wenerk na Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim - ES. O período do estágio teve uma duração de dois meses, com 5 (cinco) intervenções na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Professora Inah Werneck”.

Ao chegar no local, fomos recepcionados pelo o diretor da escola, onde levantou uma série de demandas sobre os alunos.

O diretor enfatizou que essa parceria com a psicologia é o que ele já estava buscando nas instituições universitárias. O mesmo ressaltou que as demandas dentro da escola são muitas, uma delas são os alunos da série do 6º ano do turno vespertino. Assim, foram levantadas as seguintes informações: falta de interesse nas aulas, desrespeito, indisciplina, alunos defasados, falta da participação familiar nas escolas e pais imaturos. O diretor informou que conseqüentemente, essas ações dos alunos dentro das salas de aula, acabam deixando os professores desanimados, cansados e as aulas ficam desgastantes, por ter que chamar atenção várias vezes dos alunos e que não estão conseguindo lidar com os mesmos.

A adolescência é o período da vida, situado entre a infância e a idade adulta, em que o indivíduo luta por se encontrar, começando a explorar e a examinar características psicológicas do self para descobrir quem é e como se encaixará no mundo social em que vive (STEINBERG; MORRIS, 2001, p. 4).

¹ Graduando em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestrado em Letras pelo IFES. Graduação em Psicologia. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Sabemos que, tem se tornado normal a transferência das causas do fracasso escolar para o campo médico, as escolas ditam um padrão de normalidade e qualquer que estiver fora desse padrão é rotulado como “problema”, perdendo assim a sua subjetividade.

No entanto, os baixos desempenhos e dificuldades na aprendizagem formal emitidos pelos alunos, só podem ser compreendidos quando se considera a pluralidade de variáveis que compõem o processo ensinar/aprender. A partir daí pode se compreender que apesar das dificuldades apresentarem-se no indivíduo, estas não equivalem como um problema único dele e conseqüentemente, só podem ser compreendidas quando se olha para todo o processo.

Por isso, deixamos claro que este trabalho não tem por objetivo de reforçar que o problema está apenas centrado no aluno e sim mostrar o quanto o nosso meio externo e interno influenciam em nossas ações.

A ausência de recursos adequados para enfrentar as tarefas nucleares do desenvolvimento e para lidar com as exigências cotidianas poderá colocar o adolescente em situação de vulnerabilidade ao sofrimento psicológico (Dryfoos, 1990, 1997; Snow, 1985, cit. in Bizarro, 1999, apud NUNES, 2011, p. 11). Diante disso, o grupo escolheu como foco as emoções dos alunos, ressaltando o quanto é necessário que o ser humano trabalhe desde cedo as suas emoções, identificando-as e expressando-as de forma que não traga prejuízos para a sua vida.

Assim, o estágio é de extrema importância para compreender tanto a teoria como a prática, visto que uma complementa a outra, pois nos apropriamos da fundamentação teórica nos beneficiamos de diversos pontos de vista para uma tomada de decisão dentro de uma ação contextualizada, obtendo possibilidades de julgamento para compreender os diversos contextos do cotidiano; portanto é necessário obter a teoria não deixando de lado a prática de forma que ao refletir sobre a educação possamos discutir e agir para transformá-la. A aproximação entre elas nos apresenta novos horizontes que nos impulsionam buscar novas práticas de ensino que facilitem a aprendizagem dos alunos e os valorizem como um todo, levando em conta que cada um tem suas particularidades e subjetividades.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho tem como propósito de propiciar uma profunda reflexão sobre as práticas institucionais, a patologização e a importância do adolescente ter o seu lugar de fala e ser ouvido com empatia.

As intervenções foram realizadas para promover o conhecimento do próprio eu, aprender a regular as emoções e externalizar opiniões, envolvendo todo o contexto da sociedade. Sendo assim, buscou-se por meio de artigos científicos e livros, juntamente com a disciplina ministrada em sala de aula, para a construção deste trabalho.

3 A ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO PERTENCENTE A CLASSE DOMINANTE

A escola, desde os tempos antigos tem por finalidade de tornar o sujeito padronizado de acordo com as normas da sociedade. A classe dominante institui o que é importante o aluno saber, as regras, condutas e culturas, fazendo com que a exclusão não ocorra somente quando o aluno está fora do ambiente escolar, mas também, quando o mesmo está presente nesse âmbito, por não se adequar culturalmente.

Desta forma, o aluno que não consegue se adaptar a uma cultura a qual ele não pertence, se tornando impossível de ser uniformizado, é rotulado por alguma patologia, e por fim, acaba sendo medicalizado. De modo que, a queixa escolar é centrada totalmente no aluno, onde toda a responsabilidade da não aprendizagem é consequência do comportamento do mesmo, tornando os professores fracassados. Contudo, deve-se ressaltar que existem um conjunto de questões sociais e políticas a serem envolvidas nesse processo de tornar o aluno receptivo para o aprender.

A globalização do século XXI, a velocidade das informações, a busca infidável que os seres humanos possuem para alcançar o sucesso profissional, a ausência de tempo, a família sendo substituída pela tecnologia, a falta de atividades lúdicas na infância, a carência apresentada pelo o adolescente de ser ouvido e entendido, a má remuneração dos educadores, a desigualdade de classes e culturas, torna todo esse

curso da educação mais complexo.

A Psicologia é convidada a dar respostas à essa problemática, a fim de se obter “fórmulas mágicas” que resolvam os impasses presentes no cotidiano escolar, “curando” as crianças. Por muito tempo a Psicologia respondeu a essas demandas curativas, patologizando as crianças, pois sua história é marcada pelo modelo médico, a partir do qual, busca-se realizar procedimentos tendo como foco o diagnóstico e o tratamento. (FREITAS; ASSIS, 2014, p. 35)

A psicologia tendo um modelo clínico por muito tempo, se sucedeu a essa prática de patologizar o aluno para ser medicalizado. Porém atualmente, a prática do psicólogo, ao longo do tempo vem se transformando, tornando-se mais crítica, envolvendo não só a demanda do aluno que é apresentada pela escola, mas sim todo o seu contexto social e biológico. Desta forma, o psicólogo escolar, juntamente com o corpo da escola, vem se aperfeiçoando nas intervenções, com o propósito de problematizar as questões já institucionalizadas.

4 A IMPORTÂNCIA DAS EMOÇÕES

Sabendo que a fase da adolescência é reconhecida por ser carregada com uma forte turbulência emocional, repleta de conflitos e oscilações de humor. Na vida cotidiana, o ser humano é exposto a diferentes fatores, que influenciam nas emoções e consequentemente no comportamento.

A adolescência é caracterizada por uma multiplicidade de alterações físicas, afetivoemocionais e relacionais que abalam as estruturas do self existentes e obrigam à (re)definição da identidade. Nesta fase de vida, a percepção do adolescente sobre si próprio – representada pelo Conceito de Si (CS) – vai sofrendo alterações progressivas. Este processo de maturação e desenvolvimento acarreta dificuldades e desafios particulares que podem gerar alterações emocionais, configurando em alguns casos perturbações de ansiedade e depressão. (NUNES, 2011, p. 1)

Diante do que foi exposto, é notável a importância do monitoramento em relação a saúde mental do adolescente, visto que essa fase é de extrema importância ao longo da vida e que a mesma sofre diversas alterações hormonais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do Trabalho do Estágio Básico II, foram realizadas várias

técnicas de grupo com os alunos, com o foco nas emoções dos mesmos. Observamos que, os alunos são muito ansiosos, não conseguem identificar e expressar as suas emoções de forma que não trouxesse consequências negativas.

“Processos de regulação de emoções são comportamentos, habilidades e estratégias que podem ser conscientes ou inconscientes, automáticos ou controlados por esforço, e que servem para modular, inibir ou incitar a experiência e a expressão emocional” (Gross & Thompson, 2007, apud, MACEDO; SPERB, p. 134). Assim, é necessário estratégias para regular as emoções, ter consciência sobre elas e saber usa-las de forma correta.

Para se atingir uma compreensão dessa realidade, foram levantadas algumas questões com os alunos, para que os mesmos pudessem se expressar e refletir sobre as suas emoções em determinadas situações, focando no meio familiar e escolar.

Por fim, fechamos com os alunos com a técnica do barbante, para que os mesmos observassem o quanto eles são influenciados pelos meios externos. Desta forma, deixamos que os mesmos falassem sobre o quanto foi importante para eles as técnicas e o que gostariam de melhorar neles mesmos.

Após a realização das intervenções, observamos que, os alunos são muito ansiosos, possuem uma baixa auto-estima, não conseguem identificar e expressar as suas emoções, agindo impulsivamente, sem pensar nas consequências e nos sentimentos do seu próximo, visando somente o seu próprio bem-estar. Também, vimos que os alunos são pré-adolescentes e adolescentes com opiniões formadas e gostam de expressa-las, os mesmos foram participativos durante as técnicas e possuem muitas dificuldades de aprendizagem, não conseguindo entender comandos básicos.

6 REFERÊNCIAS

CHRISTOFARIL, A.C.; FREITASL, C.; BAPTISTAL, C. Medicalização dos Modos de Ser e de Aprender. Disponível em: <file:///C:/Users/ingri/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/INGRID/PSICOLOGIA/7º%20PERÍODO/APRENDIZAGEM%20E%20PROCESSOS%20RELACIONADOS/AV2/201912_13385_Texto+aula+21+05+Ap+e+Processos+Relacionados.pdf>. Acesso em: 17 de Setembro 2019.

DAZZANI, Maria. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893201000200011>. Acesso em: 07 de Outubro 2019.

FREITAS, Claudyanne; ASSIS, Maria. Psicologia e queixa escolar em tempos acelerados: Desafios ao psicólogo. *Perspectivas em Psicologia*, v. 18, n.2, 2014. p. 19-38. Disponível em: <<file:///C:/Users/ingri/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/INGRID/PSICOLOGIA/8%20Período/Intervenção%20psicopedagogica/Artigo+Psicologia+e+Queixa+Escolar+em+Tempos+Acelerados.pdf>>. Acesso em: 07 de Outubro 2019.

MACEDO, Lídia; SPERB, Tania. Regulação de Emoções na Pré-Adolescência e Influência da Conversação Familiar. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n2/02.pdf>>. Acesso em: 16 de Agosto 2019.
NUNES, A.C. Conceito de Si e Alterações Emocionais em Adolescentes. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4872/1/ulfpie039643_tm.pdf>. Acesso em: 17 de agosto 2019.

ROCHA, Lídia; SPERB, Tania. Regulação de emoções na pré-adolescência e influência da conversação familiar. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01023772201300020000>. Acesso em: 07 de outubro 2019.

ROTTA, N.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. Transtorno da Aprendizagem. Abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.

A APLICABILIDADE DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE INVOLABILIDADE E IMUNIDADE PARLAMENTAR

Marcelo Altoé
Felipe Afonso Poggian
Gabriel Vasques
Matheus Cirilo¹
Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2018, tivemos eleições ao qual nos proporcionaram mudanças drásticas na política, de uma forma ao qual nunca tínhamos visto nos últimos 30 anos. Uma polarização e uma onda enfatizada por uma gama de movimentos suprapartidários envolvendo a população de forma unilateral.

Com essa movimentação sendo realizada em prol mudanças, uma das pautas e símbolos da campanha do então vencedor é o Sr. Jair Messias Bolsonaro, o qual tem sua reputação ilibada. Em meio a essa onda, um de seus filhos, Flávio Bolsonaro, foi eleito com grande número de votos pelo partido PSL, acreditando os eleitores de que se tratava de honesto e de imagem semelhante ao seu genitor.

Más verdades sobre a real história do então eleito Senador Flavio Bolsonaro e um trabalho competente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Estado do Rio de Janeiro, proporcionou a investigação pelo Ministério Público às ligações do então eleito parlamentar com antigos funcionários, em principal Fabrício Queiroz, onde foram concluídas provas apresentando movimentações financeiras atípicas de seu ex-assessor.

No primeiro momento, será tratado do surgimento do instituto da imunidade parlamentar. Por segundo temos o caso do parlamentar supracitado propriamente dito,

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES.

² Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pós-Graduado em Direito Ambiental. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. victor_rizo_schiavo@hotmail.com.

explicando as minúcias do ocorrido, permitindo um entendimento do leitor sobre o que ocorre na mídia nacional e com um dos filhos do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Por fim, dentro das matérias a serem tratadas no presente artigo, temos a interligação entre o caso envolvendo o congressista e seu assessor com a teoria da imunidade parlamentar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica e jornalística como fonte de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto. Além disso, buscar-se-á fontes secundárias para aprofundamento das questões propostas, especialmente publicações de estudos acadêmicos e artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico.

3 TEORIA E HISTORICIDADE DA INVOLABILIDADE E IMUNIDADE PROCESSUAL PARLAMENTAR

Em tese, as imunidades parlamentares surgiram como uma luz da defesa da independência do parlamento no sistema constitucional inglês. Nos artigos 26 a 28 da CRFB/1824 apresenta-se prevista a imunidade parlamentar, senão vejamos:

Art. 26. Os Membros de cada uma das Câmaras são invioláveis pelas opiniões, que proferirem no exercício das suas funções. Art. 27. Nenhum Senador, ou Deputado, durante a sua deputação, pode ser preso por Autoridade alguma,

salvo por ordem da sua respectiva Câmara, menos em flagrante delito de pena capital. Art. 28. Se algum Senador, ou Deputado for pronunciado, o Juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta a sua respectiva Câmara, a qual decidirá, se o processo deva continuar, e o Membro ser, ou não suspenso no exercício das suas funções (BRASIL, 1988).

Montesquieu advertia que era extremamente importante que o poder político estivesse devidamente seccionado. A proposta separação se daria na estrutura de Estado como sendo dividido em Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

Dessa maneira, o ideal de separação dos poderes garante gradativamente que a busca para concretizar seus interesses, e assim a área governamental exerça suas atribuições sem interferências dos demais poderes de forma a consolidar a independência entre os poderes. A teoria apresentada compreende o instituto da imunidade em duas áreas distintas de aplicabilidade, a imunidade material e a imunidade formal.

A imunidade material, também denominada de indenidade parlamentar, garante aos membros do Poder Legislativo a possibilidade de liberdade de atuação sem interferência de óbices de natureza legal e políticas decorrentes de processos judiciais tendenciosos ou da perseguição de governo intencionado em dismantelar um opositor poderoso.

Tem-se que a imunidade material abrange apenas os atos cometidos no exercício das atribuições parlamentares, ou seja, deve existir ligação entre o pronunciamento e a condição de agente político. A garantia da imunidade material abrange inclusive o desempenho das funções de representante do Poder Legislativo, qualquer que seja o âmbito dessa atuação, parlamentar ou extraparlamentar.

A inviolabilidade parlamentar se deve ao consentimento de foro parlamentar com prerrogativa infestável da Casa, não havendo interferência das áreas civil, e de outras casas que possa ingressar com ações processuais quanto às palavras proferidas e opiniões pertinentes ao grupo social em se defende, sendo de forma justa e aceitável.

A imunidade formal, disposta no art. 53, §2º e §3º da CRFB/88, se refere à proteção processual que abrange os membros do Congresso Nacional, Deputados e Senadores

Federais, haja vista que um dos membros apenas poderá ser preso se houver crime inafiançável, devendo ser os autos remetidos à respectiva Casa.

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

[...] § 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação (BRASIL, 1988).

No Brasil esses privilégios se manifestaram pela primeira vez na Constituição de 1891. Atualmente, o foro privilegiado é pautado em nossa Constituição, e abrange grande parte dos três poderes da união.

4 O CASO FLAVIO BOLSONARO

Em um relatório publicado pela o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Estado do Rio de Janeiro, o órgão aponta uma movimentação suspeita de uma quantia aproximada de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) na em conta bancária do ex-assessor de senador eleito Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz.

O pedido de suspensão do processo feito pelo parlamentar explicitou que o senador teria mais envolvimento com o caso do que se fazia supor. Depois, um jornal da TV brasileira (Jornal Nacional) obteve dois documentos do COAF, os quais indicam a realização de vários depósitos em espécie na conta do então deputado, entre junho e julho de 2017. Ao todo foram 48 (quarenta e oito) depósitos no valor de R\$ 2.000,00, somando R\$ 96.000,00. O parlamentar afirmou que o valor é relativo à venda de um imóvel. O comprador do imóvel e amigo do parlamentar, Fábio Guerra, confirmou a transação, mas não soube informar o valor exato pago.

Por fim, o Jornal Nacional revelou que o senador realizou o pagamento de R\$ 1.016.839,00 de um título bancário da Caixa Econômica Federal (CEF). O Conselho não sabe quem seria o beneficiário deste pagamento. Flávio se, alegando que isso se tratava de um "apartamento" comprado em planta.

Já Fabrício Queiroz é citado no relatório do COAF por ter movimentado um valor de R\$ 1.200.000,00 em sua conta bancária entre os anos de 2016 e 2017. Segundo o relatório, o valor é incompatível com seus vencimentos. Segundo o investigado, o valor seria fruto de operações de compra e venda de carros usados.

O senador Flávio Bolsonaro acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para que a corte suspendesse as apurações do MPRJ a respeito das movimentações financeiras suspeitas de Queiroz. O pedido foi acatado de forma liminar pelo ministro Luiz Fux. Advogados do parlamentar argumentam que o Ministério Público obteve dados sigilosos de forma ilegal junto ao COAF.

O movimento de Flávio Bolsonaro acatado pelo ministro plantonista Fux, na prática, paralisou as investigações até o dia 31 de janeiro de 2019, quando terminou o recesso do STF. O caso passou a ser analisado pelo relator Marco Aurélio Mello.

O pedido da defesa de Flávio também constrange o atual Ministro da Justiça, o ex-juiz federal Sérgio Moro, que, quando à frente da Operação Lava Jato, sempre apontou o expediente do foro privilegiado como sendo um fator de morosidade no Poder Judiciário e causado de impunidade. O Procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, se manifestou em rede social contra a decisão do ministro Luiz Fux. Após o encerramento do prazo previsto pelo ministro Luiz Fux, o ministro Marco Aurélio indeferiu o pedido liminar do parlamentar e autorizou novamente a COAF do RJ a continuar as investigações pertinentes ao Senador.

5 INTERLIGAÇÃO ENTRE O CASO FLÁVIO BOLSONARO E IMUNIDADE PROCESSUAL

É de entendimento público que Flávio Bolsonaro sempre foi contra o foro privilegiado e práticas de imunidade processual. Durante alguns anos exercendo significativos mandatos sempre criticou o foro privilegiado alegando a impunidade daqueles homens e mulheres privilegiados que teriam de fato verdades a serem ditas, mas que eram escondidas ou relevadas pela politicagem.

Seus ideais políticos eram apoiados por seu pai, Jair Bolsonaro, atual presidente da República, que antes ocupou sete mandatos como deputados federal e Eduardo Bolsonaro então deputado federal. Flávio se pronunciou diversas vezes ao longo de sua carreira política com o respaldo de ambos e suas opiniões e em grande maioria foi ao lado de seu pai.

No entanto, após o escândalo envolvendo seu nome, suas opiniões mudaram e o Senador Flávio decide em janeiro, logo assim que as suspeitas caíram sobre ele, apelar para o supremo.

Segundo o Ministro relator, a fundamentação para negar o pedido vem da prerrogativa de que Flávio ainda não titulava mandato como Senador, e sim como Deputado estadual, e que em tal situação seria impossível conceder o pedido uma vez que não está pautada na Constituição da República Federativa do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se no primeiro capítulo toda a base histórica e a fundamentação necessária para que um leitor possa, basicamente, compreender as nuances da imunidade parlamentar e conseguir fazer nexos com os demais dados expostos no decorrer da leitura.

No segundo e no terceiro capítulo há a conexão da teoria exposta no capítulo “I” com as informações que são paulatinamente expostas em redes e mídias sociais. No capítulo “II” há uma análise mais profunda do caso concreto, possibilitando ao leitor o entendimento da realidade e do andamento do caso em questão. No terceiro e último capítulo do presente artigo científico há a ligação dos conteúdos expostos no primeiro e segundo capítulos, possibilitando a interligação de conhecimentos e a análise mais aprofundada do caso Flávio Bolsonaro, com parâmetros não alcançados sem uma exaustiva pesquisa e em um grande empenho na realização do entendimento das informações acessadas.

Conclui-se que, embora fora possível averiguar no presente artigo que, embora o caso de Flávio Bolsonaro esteja em andamento, já se pressupõe a existência de corrupção entre os acusados. Contudo, ainda, não há provas o suficiente para alguma condenação, portanto o desfecho do caso se encontra em aberto.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1824). Constituição do Império do Brasil (1824)**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 05 de junho de 2019

LENZA, Pedro. **“Direito Constitucional Esquematizado”, 21ª edição**. São Paulo, Saraiva, 2017.

GARCIA, Gustavo. **“Flávio Bolsonaro diz que respeita decisão do STF que negou pedido para suspender investigações”**, Jornal Globo, 01/02/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/01/flavio-bolsonaro-diz-respeitar-decisao-do-stf-que-negou-pedido-para-suspender-investigacoes.ghtml>>. Acesso em 10/05/2019.

GARCIA, Gustavo. **“Flávio Bolsonaro diz que respeita decisão do STF que negou pedido para suspender investigações”**, Jornal Globo, 01/02/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/01/flavio-bolsonaro-diz-respeitar-decisao-do-stf-que-negou-pedido-para-suspender-investigacoes.ghtml>>. Acesso em 10/05/2019.

MOURA, Monique Morais. **“Uma análise à imunidade parlamentar”**. Publicado em junho de 2015. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/40050/uma-analise-a-imunidade-parlamentar>>. Acesso em 18/06/2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: ÂMBITO DE ATUAÇÃO E POLÊMICAS SOBRE O TAL

Ramon Rezende Souza

Layla C. Fornazier Zerbone

André da Silva Minto

Kaio do Espírito Santo Bortolo¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade examinar o âmbito de atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e as polêmicas em torno deste tema. A Constituição da República de 1988 instituiu o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um órgão pertencente ao Poder Judiciário por meio da emenda constitucional (EC) n.º 45/2004, também conhecida como a Reforma do Judiciário. Desta forma, o CNJ foi concebido em 31 de dezembro de 2004 e, depois de analisada a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3.367, em 13 de abril de 2005 foi considerado constitucional pelo STF, sendo implementado em 14 de junho de 2005.

Este pretende analisar também o poder de controle acerca da atuação - Administrativa e Financeira – dos membros da Magistratura em sua amplitude que aqueles que fazem parte do Conselho Nacional de Justiça possuem, sendo esta sua função prioritária. Além de analisar a função do CNJ de zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, discutindo-se sua finalidade para com a população brasileira e a eficiência do órgão.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica e jornalística como fonte de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto. Além

¹ Graduando do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, kaiobortolo@gmail.com.

⁵ Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. victor_rizo_schiavo@hotmail.com;

disso, buscar-se-á fontes secundárias para aprofundamento das questões propostas, especialmente publicações de estudos acadêmicos e artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico.

3 A HISTORICIDADE DE CRIAÇÃO: ABORDAGEM DOUTRINÁRIA E LEGISLATIVA

Conforme Alex Muniz Barreto (2015, p. 494), o CNJ é um órgão que não possui funções tipicamente jurisdicionais, ocupando desta forma, “categoria *sui generis*” na estrutura do Poder Judiciário. Possui a sua sede em Brasília, atuando, porém, em todo o território nacional e tendo como objetivo primordial o controle da “atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes” (artigo 103-B, § 4º da CF/88).

O CNJ, segundo Pedro Lenza, possui também a atribuição de fiscalizar a prestação jurisdicional para que esta seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade em prol de toda a sociedade. Não obstante a importante função de “controle interno e disciplinar da atividade administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário” (BARRETO, 2015, p. 494), trata-se de um órgão muito importante tendo em vista que sua atuação alcança as políticas judiciárias, gestão, prestação de serviços aos cidadãos, moralidade e eficiência dos serviços, com observância ao artigo 103-B, § 4.º, incisos I a VII da CF/88.

A organização do CNJ se dá conforme os incisos I a VIII do art. 103-B da CF/88. Esse é, portanto, composto de 15 membros, “9 pertencem ao Judiciário, 4 às funções

essenciais à justiça (2 membros do MP e 2 da Advocacia) e 2 à sociedade (cidadãos)” (LENZA, 2015, p. 931). Já as indicações dos conselheiros se dão na seguinte proporção: a) STF – 3; STJ – 3; TST – 3; PGR – 2; CFOAB – 2 CD – 1; SF – 1 tudo conforme prescreve Pedro Lenza (2015).

Conforme o artigo 103-B, § 1.º da CF/88, o CNJ é presidido pelo presidente do STF. É chamado de “Membro nato” e, o Presidente não é sabatinado pelo Senado Federal que somente votará em casos de empate. Na situação em que estiver o Presidente do CNJ ausente ou por qualquer motivo impedido, será o mesmo substituído pelo vice-presidente do STF conforme prevê o artigo 103-B, § 1.º da CF/88. Quanto ao restante dos integrantes indicados necessitarão serem aprovados pela maioria absoluta do Senado Federal, antes da nomeação que será feita pelo Presidente da República, tudo conforme o artigo 103-B, § 2.º da CF/88. (LENZA, 2015, p. 934)

É importante ressaltar que o CNJ integra o Poder Judiciário, não exercendo função jurisdicional, mas sendo um órgão de controle interno do Poder Judiciário. A maioria absoluta do CNJ é composta por membros da Magistratura, porém, a presença de não magistrados na composição do CNJ não é inconstitucional, apenas tornando-o mitigado. Assim, a estrutura mitigada do Conselho Nacional de Justiça se materializa segundo a Emenda Constitucional 45/2004.

Os membros escolhidos fazem parte de uma seleção bem rígida, entretanto, o rito de escolha para sua composição ainda é difuso, já que as legislações competentes para expor sobre esse Órgão não explicitam como essa seleção deve ocorrer, sabendo-se apenas que os membros devem ser “sabatinaados pelo Senado Federal”, conforme as palavras de Pedro Lenza. Percebe-se, então, certo déficit na esfera legislativa no que diz respeito a isso.

4 O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: SUA EXPECTATIVA DE ATUAÇÃO E A REPERCUSSÃO ATUAL NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seria então, função do CNJ zelar pelo bom funcionamento e pela diretriz geral e principal do Supremo Tribunal Federal, caso a função e o âmbito de atuação desse Conselho fosse interpretado de forma extensiva. O CNJ seria, dessa forma, um auxiliar do STF na função de guardião da Constituição da República Federativa do

Brasil. Porém, a interpretação que se vê dos Ministros do Supremo sobre esse órgão, na prática, é diferente: O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu limitar os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar magistrados, senão vejamos:

Controle concentrado de constitucionalidade

- Ação direta. EC 45/2004. Poder Judiciário. CNJ. Instituição e disciplina. Natureza meramente administrativa. Órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura. Constitucionalidade reconhecida. Separação e independência dos Poderes. História, significado e alcance concreto do princípio. Ofensa a cláusula constitucional imutável (cláusula pétrea). Inexistência. Subsistência do núcleo político do princípio, mediante preservação da função jurisdicional, típica do Judiciário, e das condições materiais do seu exercício imparcial e independente. Precedentes e Súmula 649. Inaplicabilidade ao caso. Interpretação dos arts. 2º e 60, § 4º, III, da CF. Ação julgada improcedente. Votos vencidos. São constitucionais as normas que, introduzidas pela EC 45, de 8-12-2004, instituem e disciplinam o CNJ, como órgão administrativo do Poder Judiciário nacional. Poder Judiciário. Caráter nacional. Regime orgânico unitário. Controle administrativo, financeiro e disciplinar. Órgão interno ou externo. Conselho de Justiça. Criação por Estado-membro. Inadmissibilidade. Falta de competência constitucional. Os Estados-membros carecem de competência constitucional para instituir, como órgão interno ou externo do Judiciário, conselho destinado ao controle da atividade administrativa, financeira ou disciplinar da respectiva Justiça. Poder Judiciário. CNJ. Órgão de natureza exclusivamente administrativa. Atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar da magistratura. Competência relativa apenas aos órgãos e juízes situados, hierarquicamente, abaixo do STF. Preeminência deste, como órgão máximo do Poder Judiciário, sobre o Conselho, cujos atos e decisões estão sujeitos o seu controle jurisdicional. Inteligência dos arts. 102, *caput*, I, *r*, e 103-B, § 4º, da CF. O CNJ não tem nenhuma competência sobre o STF e seus ministros, sendo este o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito. Grifo nosso.

[ADI 3.367, rel. min. Cezar Peluso, j. 13-4-2005, P, DJ de 22-9-2003]

Portanto, em uma interpretação da lei, sendo o Supremo Tribunal Federal o guardião da Constituição (art. 102, CF/88), o Conselho Nacional de Justiça não estaria acima dele, não tendo poder para investigar ou fiscalizar os Ministros do STF, isto é, ao invés de ambos concorrerem para um mesmo objetivo, existem divergentes opiniões.

O CNJ, no que tange à atuação equivalente das instâncias inferiores relacionada aos ministros da suprema corte supostamente feriria a cláusula pétrea da separação dos poderes, uma vez que o judiciário Supremo, aquele capaz de rever decisões constitucionais, passaria a ser fiscalizado por um controle externo e a parte. Isso porque, membros que não são parte da própria Magistratura poderiam expedir atos regulamentares aos Ministros, recomendar providências, receber reclamações contra

³Supremo Tribunal Federal; **Controle Concentrado de Constitucionalidade**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?Item=8750>. Acesso em: 01 out. 2019;

membros, podendo até destituí-los do cargo e podendo, também, rever processos disciplinares, o que para a Suprema Corte não seria algo correto a ser feito, visto que se trata dos “Guardiões da Constituição”, estando em posição máxima superior.

Por conseguinte, além dos questionamentos levantados sobre a competência do CNJ, outras dúvidas já existentes sobre a relação desse instituto com o Supremo Tribunal Federal continuam a existir. Seria o Conselho Nacional de Justiça, que é competente para fiscalizar a magistratura como um todo, competente também para auxiliar o STF em sua função prioritária: ser guardião das diretrizes da CRFB/88? Isto é, esse órgão teria competência de fiscalizar o próprio Supremo? A ideia seria de união entre esses, de forma que o CNJ pudesse exercer sua função prioritária em prol da sociedade e não dos membros do Supremo Tribunal Federal, sendo competente para analisá-lo também.

Para tal efeito, seria necessário que o próprio STF tivesse uma interpretação extensiva do art. 103-B da CRFB/88 e aprovasse tal designação ao Conselho. Algo que dificilmente ocorrerá com o componente nato do CNJ sendo presidente do STF, considerando-se que seria inviável para ele dispor do próprio trabalho como questionável.

Os críticos mais crentes podem tentar argumentar que o Supremo Tribunal Federal é por si só, indubitável e, por representar o máximo poder em todo o ordenamento jurídico, não poderia admitir fiscalização acerca de seu funcionamento. Porém, são inúmeras as críticas levantadas acerca dessa corrente de pensamento e, também, pelo crescente judicialização da política e da legislação brasileira. O Supremo, constantemente, tem atuado e decidido de forma “contrária” ao que se considera a “letra da lei” e é inexistente um órgão capaz de regular e verificar a procedência dessas decisões e quais limites elas teriam.

A interpretação extensiva sobre a competência do Conselho Nacional de Justiça poderia ser uma possível solução para essas críticas referentes à judicialização do Supremo Tribunal Federal, como aquela formulada por Ernani Carvalho e Natália Leitão no artigo “Supremo Tribunal Federal e o Desenho Institucional do Conselho

Nacional de Justiça”, em que é defendido que o Conselho seria usado a favor do STF e não como auxiliador do mesmo em sua função de guardião.

Assim, verifica-se que as polêmicas que envolvem o Conselho Nacional de Justiça desde sua criação possuem caráter extremamente amplo, adentrando até mesmo o âmbito de atuação do Supremo Tribunal Federal. Por isso, acredita-se que a competência desse instituto será discutida ainda por muito tempo, havendo assim, para muitos, a chance de aliar os interesses do Conselho Nacional de Justiça aos do STF, a fim de que o primeiro possa dar maior nitidez para a população brasileira sobre a função do segundo de zelar pelo cumprimento dos preceitos e diretrizes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, diante deste estudo, que o Conselho Nacional de Justiça é envolvido em polêmicas desde a sua concepção. Porém, após a decisão do Supremo Tribunal Federal que decretou sua constitucionalidade, essas polêmicas deveriam ter sido findas, já que o órgão foi considerado um aliado do STF para zelar pelos princípios constitucionais, sendo fundamental para um melhor funcionamento do judiciário levando-se em conta suas funções.

Todavia, a ligação direta do STF com o CNJ é causa de outra polêmica no mundo jurídico. Isso porque, sabe-se da competência desse Conselho para investigar e fiscalizar magistrados, algo que foi reafirmado e categoricamente decidido recentemente, conforme exposto no Capítulo 2, mas qual seria o alcance dessa competência no que diria respeito ao próprio Supremo Tribunal Federal ainda causa tumulto. Essa competência, quando relacionada ao STF, soa inviável vez que o presidente de ambas as figura na mesma pessoa. A integridade do Supremo Tribunal Federal e sua função máxima de guardião da Constituição da República Federativa do Brasil não poderia ser questionada pela mesma pessoa que a exerce.

É justamente nesse aspecto que ocorrem as críticas positivas e negativas, que, novamente, questionam desde a *priori* de criação do CNJ e sua constitucionalidade até o maior alcance de atuação desse órgão e sua competência de fiscalização conforme

muito bem explorado por Julia Bagatini e Lisiane Beatriz Wickert no artigo “Ponderações Acerca do Conselho Nacional de Justiça”:

6 REFERÊNCIAS

- BAGATINI, Júlia; WICKERT, Lisiane Beatriz. **Ponderações Reflexivas Acerca do Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/620>. Acesso em: 01 out. 2019;
- BARRETO, Alex Muniz. O Conselho Nacional de Justiça. In: _____. **Direito Constitucional Positivo**. 2.ed. São Paulo: CL EDIJUR – Leme, 2015. p. 494-495.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Publicada no Diário Oficial da União n.º 191-A, de 05 de outubro de 1988. **Vade Mecum Saraiva – OAB e Concursos**. 9. ed. atual e ampl., São Paulo: Saraiva, 2016. Colaboração de Lívia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. Obra coletiva;
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Emenda Constitucional n. 45 de 2004 e Emenda Constitucional n. 61 de 2009**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_15.09.2015/art_103-B_.asp. Acesso em: 01 out. 2019
- CARVALHO, Ernani; LEITÃO, Natália. **O Poder dos Juízes: Supremo Tribunal Federal e o Desenho Institucional do Conselho Nacional de Justiça**. Revista de Sociologia e Política v. 21, n. 45: 13-27 mar. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/34437/21356>. Acesso em 01 out. 2019;
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011;
- LENZA, Pedro. Conselho Nacional de Justiça. In: _____. **Direito Constitucional Esquematizado**. 19.ed. rev, atual. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2015. p. 931-945;
- STF; [ADI 3.367](#). Relator: Ministro Cezar Peluso, j. 13-4-2005, P, DJ de 22-9-2006. **Controle Concentrado de Constitucionalidade**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=8750>. Acesso em: 01 out. 2019.

ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DO TRABALHO: SOB ASPECTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Emmily de Souza Coelho

Jhulia Evellyn dos Santos Vieira¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

O princípio da Dignidade da Pessoa Humana é um conceito bem abrangente, mas tem como base garantir que o Estado garanta que seus direitos sejam respeitados, garantindo assim, o bem-estar dos cidadãos. A sua relação com os valores morais objetiva garantir que o cidadão também seja respeitado em suas questões e valores pessoais, inclusive dentro de um ambiente profissional; onde ocorre, muitas das vezes, a violação desse direito, trazendo consequências ao empregado, mas por questões específicas e pessoais, pode preferir não ir atrás de seu direito ou até mesmo não ter conhecimento do mesmo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

É importante saber que o assédio moral é resultado de um estudo científico realizado inicialmente por Heiz Leymann e seu grupo de trabalho, através de entrevistas com pessoas, onde foram analisados certos fatos ocorridos no ambiente de trabalho e seus efeitos sobre a saúde de cada uma delas. Para que serve esta constatação? Serve para demonstrar que um julgamento de uma pessoa que se diz assediada, sem prova de problemas em sua saúde, por exemplo, não é assédio, pode ser um dano moral decorrente de situação vexatória, por exemplo, mais não é assédio, porque o assédio traz reflexos na saúde psíquica e/ou mental do assediado.

Esta sustentação está baseada nos estudos científicos realizados pelos precursores da tese do assédio moral, como o doutor Klaus Niedl, da Universidade de Viena, autor

¹ Graduandas do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, jevellyn94@gmail.com.

² Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. victor_rizo_schiavo@hotmail.com.

da primeira tese de doutorado sobre o *mobbing*, o doutor em psicologia do trabalho, Heiz Leymann, pela médica Marie-France Hirigoyen, pelo italiano Harald Ege e pelo alemão Dieter Zapf, os quais por volta dos anos 80 e 90 contribuíram para o aprimoramento da teoria do assédio moral no ambiente de trabalho

Entende-se por assédio moral um conjunto de condutas reiteradas, e na maioria das vezes praticadas por aquele que se encontra em situação hierarquicamente superior ao empregado assediado, de forma a atingi-lo, ou permitindo que outros empregados de mesmo nível funcional o atinjam, de forma a ofender sua honra e sua dignidade por meio de humilhações, ocasionando uma desestabilização no ambiente de trabalho. O assédio moral no ambiente de trabalho afronta o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da CF, bem como o preceito constitucional previsto no art. 225 do mesmo diploma legal, que assegura o meio ambiente de trabalho sadio, que também é apoiado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no Capítulo V, do Título II, que trata da segurança e medicina do trabalho. O assédio moral viola os direitos fundamentais, tornando a dignidade humana como primeiro fundamento dos direitos fundamentais.

Suzana da Rosa Tolfo cita em seu livro “Assédio Moral no Trabalho” que isso é um fenômeno social que tem se imposto na prática empresarial e jurídica, pois é um fenômeno multicausal que tem provocado inúmeros transtornos aos trabalhadores, aos processos produtivos e aos órgãos públicos vinculados ao problema. Tais consequências funestas são muitas vezes negligenciadas por agente públicos e empresários por não entenderem a profundidade que as pequenas agressões continuadas e frequentes têm na psique dos indivíduos, a deterioração causada nas relações interpessoais e desmotivação nos locais de trabalho, além do medo e insegurança que gera nas testemunhas.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará

justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico

3 DESENVOLVIMENTO

O assédio moral no ambiente de trabalho tem um caráter histórico, pois a partir do progresso da civilização do homem, vieram com ela também nas relações de trabalho a hierarquia e a privatização da propriedade, tornando o homem objeto de exploração por outro homem. Com esse avanço, a atividade começou a se tornar uma tortura. A escravidão é modelo disso, na qual o serviço era considerado indigno, e por essa razão era praticado pelos escravos, que eram tratados como pessoas insignificantes.

A violência psicológica tem um impacto muito grande na vida do empregado; na prática de expor o mesmo a situações humilhantes na frente dos colegas de trabalho ou até mesmo “ficar de marcação” para fazer com que ele se sinta ineficiente para tal cargo, são alguns exemplos de assédio moral. De acordo com que essas atitudes se tornem frequentes, se torna insustentável para o empregado permanecer no emprego por motivos de pressão psicológica e até mesmo física, como doenças devido ao estresse causado por essa situação.

Hoje em dia, é comum uma mesma pessoa ocupar várias funções principalmente quando trata-se de necessidade financeira com jornadas prolongadas, causando-lhes fadiga mental e física; O medo de ser despedido o faz sujeitar-se a qualquer medida imposta pelo empregador, já que hoje em dia muitas pessoas estão à procura de uma vaga de emprego, então não será de difícil substituição. O gráfico abaixo do site SCRIBD, expõe as consequências geradas na vida do empregado, seja para com os colegas de trabalho ou com o empregador:

Quadro 1 – Consequências geradas na vida do colaborador

SINTOMAS	MULHERES (%)	HOMENS (%)
Crises de choro	100	-
Dores generalizadas	80	80
Palpitações, tremores	80	40
Sentimento de inutilidade	72	40
Insônia ou sonolência excessiva	69,6	63,6

Depressão	60	70
Diminuição da libido	60	15
Sede de Vingança	50	100
Aumento da pressão arterial	40	51,6
Dor de cabeça	40	33,2
Distúrbios digestivos	40	15
Tonturas	22,3	3,2
Ideia de suicídio	16,2	100
Falta de apetite	13,6	2,1
Falta de ar	10	30
Passa a beber	5	63

Segundo o site guia trabalhista, uma das principais causas do assédio é quando o empregador expõe seu desejo em demitir o empregado através de ações; para não arcar com os custos de uma demissão sem justa causa, o empregador cria um ambiente insustentável na expectativa de que o empregado acabe pedindo demissão. Mas essas atitudes não são de exclusividade do empregador, ou seja, quando o empregado quer sair, mas não quer pedir demissão, muitas vezes se utiliza de artimanhas de modo a forçar o empregador a demiti-lo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o presente trabalho explicitou alguns problemas enfrentados pelos empregados em seu ambiente de trabalho, também se faz de suma importância expor alguns meios que cheguem perto de uma solução para o devido problema. Segundo o site Click Compliance, as formas de evitar este problema são as seguintes:

4.1 Canal de Denúncias

Ter um bom canal de denúncias é o primeiro passo para garantir a proteção do funcionário contra o assédio moral. Não coincidentemente, é um dos pilares principais de um programa de Compliance eficaz em geral. O canal deve ser seguro e sigiloso, já que uma das coisas que mais impede denúncias de assédio é o medo de retaliações, como ser demitido.

E o canal de denúncias não serve apenas para receber reclamações sobre comportamentos abusivos. Também é utilizado para receber denúncias de comportamento ilícito e qualquer outro que contrarie as normas da empresa. Ter o

canal reafirma o compromisso da empresa com a erradicação de comportamentos antiéticos e com o bem-estar dos funcionários. Tal compromisso pode ter um peso na hora de julgar a responsabilidade da empresa.

4.2 Políticas corporativas

Uma próxima etapa para garantir que sua empresa não seja subjetivamente responsabilizada por assédio moral no ambiente de trabalho é garantir que suas políticas corporativas delimitam o tipo de comportamento que é aceito e, nesse caso, não aceito, na empresa. O Código de Ética costuma cobrir por alto, mas ter tópicos específicos sobre o assédio garante ainda mais a segurança da empresa. Além disso, para garantir a melhor resolução para as vítimas, é importante delimitar os processos e protocolos que devem ser seguidos no caso de uma denúncia.

4.3 Mudança de cultura

Uma das finalidades gerais do programa de Compliance é uma mudança na cultura da empresa. Ou seja, garantir que o ambiente de trabalho é ético e íntegro, partindo das atitudes dos próprios funcionários, sem a necessidade de constantes punições. Ou seja, eventualmente ter funcionários que respeitam uns aos outros e contribuem para um ambiente saudável por conta própria.

Uma das formas que um programa de Compliance pode fazer isso é com políticas para cada setor. Por exemplo, o RH. Ao estabelecer protocolos de contratação, o RH pode fazer uma seleção de candidatos que apresentam perfis condizentes não só com a vaga, mas com o Compliance. Uma forma de fazer isso é normatizar checagens sobre o comportamento do candidato e possíveis denúncias contra ele em empregos anteriores.

5 REFERÊNCIAS

FERREIRA, Hádassa Dolores Bonilha. **Assédio Moral nas Relações de Trabalho**. Campinas, Russell Editores, 2004.

GUEDES, Márcia Novaes. **Terror Psicológico no Trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

DISTRITO FEDERAL, ORA ESTADO, ORA MUNICÍPIO EM CASOS DE VANDALISMO, COMO PROSEGUIR?

João Molinari Nunes
Otávio Eduardo Verly
Thallis Cantalejo Gussani¹
Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

Iremos realizar no presente instrumento, um pequeno resumo referente ao Distrito Federal e seus aspectos anômalos em relação ao crime de dano ao patrimônio, no caso em tela o vandalismo. Sendo que por essa razão, ele, pode tanto ser considerado um estado, como também pode ser considerado um município. Mostrar que o Distrito Federal é administrado por uma Lei Orgânica que é avaliada e votada na Câmara Legislativa do DF, por meio de dois turnos, com hiato mínimo de dez dias, e apoiada por dois terços da Câmara Legislativa. Com a origem da Constituição Federal de 1988, o Distrito Federal começou a ter total autonomia política, e foi por meio da mesma que ocorreu a criação da Câmara Legislativa.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”,

¹ Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES,

² Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico

3 DESENVOLVIMENTO

O Distrito Federal dispõe de capacidades legislativas reunidas de Estado e Município, como diz o 1º do art. 32 in verbis:

“Art. 14, LODF. Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, cabendo-lhe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal.”

“Art. 32, CF/88. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas às competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

§ 2º A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

§ 3º Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civis e militares e do corpo de bombeiros militar. ”

Segundo o Ministro Ayres Britto o Distrito Federal é uma unidade federativa de composição singular, dado que:

“(a) desfruta de competências que são próprias dos Estados e dos Municípios, cumulativamente (art. 32, §1º, CF);

b) algumas de suas instituições elementares são organizadas e mantidas pela União (art. 21, XIII e XIV, CF);

c) os serviços públicos cuja prestação está jungido são financiados, em parte, pela mesma pessoa federada central, que é a União (art. 21, XIV, parte final, CF). ”

Observa-se, portanto, que o Supremo Tribunal Federal bem observou estas características híbridas do Distrito Federal antes de tomar uma posição. Ato contínuo se pronunciou a Corte: "Conquanto submetido a regime constitucional diferenciado, o

Distrito Federal está bem mais próximo da estruturação dos Estados-membros do que da arquitetura constitucional dos Municípios. Isto por que:

- a) ao tratar da competência concorrente, a Lei Maior colocou o Distrito Federal em pé de igualdade com os Estados e a União (art. 24);
- b) ao versar o tema da intervenção, a Constituição dispôs que a 'União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal' (art. 34), reservando para os Municípios um artigo em apartado (art. 35);
- c) o Distrito Federal tem, em plenitude, os três orgânicos Poderes estatais, ao passo que os Municípios somente dois (inciso I do art. 29);
- d) a Constituição tratou de maneira uniforme os Estados-membros e o Distrito Federal quanto ao número de deputados distritais, à duração dos respectivos mandatos, aos subsídios dos parlamentares, etc. (§3º do art. 32);
- e) no tocante à legitimação para propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, a Magna Carta dispensou à Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal o mesmo tratamento dado às Assembléias Legislativas estaduais (inciso IV do art. 103);
- f) no modelo constitucional brasileiro, o Distrito Federal se coloca ao lado dos Estados-membros para compor a pessoa jurídica da União;
- g) tanto os Estados-membros como o Distrito Federal participam da formação da vontade legislativa da União (45 e 46)

Assim, podemos ver que o Distrito Federal é o território em que se situa Brasília. Não é Estado, nem Município. Assume peculiaridade dentro do princípio de que, numa Federação, a sede do Governo Federal não deve estar sob a jurisdição de qualquer dos Estados que a compõem. Competem-lhe atribuições que são próprias de Estado e outras que são de natureza municipal. Tem natureza jurídica controvertida: semi-estado, autarquia territorial, entidade estatal anômala. Foi considerada autarquia territorial. A Constituição de 1988 lhe deu nova configuração jurídica que não se compadece com a de autarquia territorial. 'É uma unidade federada autônoma, mas com restrições que o separam dos Estados, e com competências além das que cabem aos Municípios. Então, é algo diverso. No essencial ele se identifica com as demais unidades federadas. Talvez pudéssemos simplificar as coisas: a natureza do Distrito Federal está no ser um Distrito territorial autônomo para a sede da Capital Federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi proposto pela equipe envolvida podemos dizer que foi uma ótima experiência, onde falamos do Distrito Federal e seu aspecto anômalo, em relação ao crime de dano ao patrimônio público, no caso em tela o vandalismo. Podemos falar ainda que esta comissão científica foi de grande valia em nossos estudos, visando desde já à confecção de tais trabalhos a serem ministrados pela faculdade e seu corpo docente.

Foi relato ainda em nosso trabalho as visões e apontamentos de um Ministro em relação a este aspecto do Distrito Federal. Em relação às dificuldades relacionadas ao problema encontrado pela equipe de desenvolvimento, podemos relatar que a falta de matérias dispostos gratuitamente no complicou de moto significativamente.

5 REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso; **Comentário Contextual À Constituição** - 9ª Ed. 2014.

NASCIMENTO, Carlos Valder do, MENDES, Gilmar Ferreira, MARTINS, Ives Gandra da Silva; **Tratado de Direito Constitucional** - Vol. 2 - 2ª Ed. 2012.

BRITTO, Carlos Ayres; **Interpretação e Aplicabilidade das Normas** - editora Saraiva, 125 págs.

ESTADO DE SÍTIO

Felipe Curty
Beatriz Nascimento
João Lazaro Marques¹
Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

O estado de sítio se faz necessário em situações caóticas de desordem social que venham a ocorrer no meio da sociedade. Por isso, é importante entender seu início e como ele é aplicado e, assim, de forma profunda, como tal medida se revela importante e como essa situação afeta a sociedade de forma geral.

Concomitantemente, situações em que a aplicação do estado de sítio foi importante na história do Brasil, para o bem ou para o mal, revelando as formas e o contexto em que tal medida foi utilizada e também por quem foi utilizada, mostrando assim que as algumas das situações em que o país veio a enfrentar.

Não obstante, é razoável apresentar como se dá a execução dessa medida, deixando claro toda a ordem das situações que deve ser transcorrida até a decretação por completo do estado de sítio, reiterando, dessa forma, que sua aplicação não é necessariamente simples de se ocorrer, mas sim há certa dificuldade em sua decretação, tendo em vista que essa medida ocorre em situações extraordinárias em que a paz social se encontra gravemente ferida.³

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 ESTADO DE SÍTIO COMO FORMA DE DEFESA DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRATICAS

O Estado de Sítio trata-se de uma suspensão temporária dos direitos e garantias constitucionais, e que ocorre pela necessidade de defesa da ordem pública, ou seja, se trata de uma medida temporária usada quando o governo vem a enfrentar situações emergenciais. No estado de sítio o poder legislativo e judiciário passam para o poder executivo, ou seja, o executivo vem a assumir poderes anteriormente atribuídos aos legislativos e ao judiciário. “O estado de sítio, como se pode depreender do anteriormente exposto, consiste na suspensão temporária e localizada de garantias constitucionais. É essa a lição da doutrina e o ensinamento do próprio constituinte, em 1891”. (FERREIRA FILHO, 2002, p. 330).

Além disso, o estado de sitio só pode ser decretado em três hipóteses, conforme previsto no Art. 137 da Constituição Federal de 1988, sendo elas: A comoção grave ou repercussão Nacional (Inciso I, primeira parte); ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa (Inciso I, parte final); Devendo se frisar que ambas possuem o prazo de não mais que 30 dias, outra hipótese para decretação do Estado de Sítio é a declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira (Inciso II), podendo durar enquanto houver a guerra e a agressão.

A decretação do Estado de Sítio é competência privativa do chefe de Estado (Presidente da República), o mesmo só poderá exercê-lo após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, junto de uma autorização do Congresso Nacional após relatar suas justificativas, devendo ser decidido por maioria absoluta, mediante decreto legislativo, ou seja, o congresso é consultado antes da decretação do Estado de Sítio, lembrando que pode acontecer no caso de agressão confirmada ou iminente por forças estrangeiras, ou no caso de grave ameaça ou distúrbio da ordem estabelecida pela Constituição. Se não for dada tal autorização o Presidente não poderá decretar, sob pena de crime de responsabilidade política, mas caso venha ser dada essa autorização o presidente passa ter a opção entre decretar ou não, caso aprobe deverá ficar em funcionamento até que se encerre o Estado de Exceção. “O soberano a quem decide sobre o estado de exceção” (SCHMITT: 2004).

Em sua decretação deve conter a duração, as normas necessárias à sua execução, as garantias constitucionais que ficarão suspensas. Somente após publicado, o presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas. Além disso, mesmo em caso de comoção ou repercussão nacional, não existe a obrigação em designar a área abrangida dentro todo o território nacional. Nesse sentido, o estado de sítio poderá atingir todo o território nacional.

O estado de sítio consiste, pois, na instauração de uma legalidade extraordinária, por determinado tempo e em certa área (que poderá ser o território nacional inteiro), objetivando preservar ou restaurar a normalidade constitucional, perturbada por motivo de comoção grave de repercussão nacional ou por situação de beligerância com Estado estrangeiro. A aplicação de medidas coercitivas e a suspensão de direitos e garantias constitucionais são apenas meios para a consecução de seus objetivos. (JOSÉ AFONSO DA SILVA 2004, p. 748).

Quando o Estado de Sítio é decretado pela comoção de repercussão nacional, ou de ineficácia de medida coercitivas tomada durante o estado de defesa, a constituição traz as medidas que poderão ser aplicadas contra a população durante esse período, conforme o Art.139 da Constituição Federal, podendo ser: De obrigação permanente em determinada localidade, melhor dizendo, seria a suspensão do direito de liberdade; A detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; Restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; A suspensão da liberdade de reunião; A busca e apreensão em domicílio; A intervenção nas empresas de serviços públicos; A requisição de bens.

O estado de sítio em caso de comoção grave de repercussão nacional, portanto, um estado de crise que seja de efetiva rebelião ou de revolução que ponha em perigo as instituições democráticas e a existência do governo fundado no consentimento popular; (b) estado de sítio em caso de ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medidas tomadas durante o estado de defesa, que corresponde, praticamente, na conversão deste em estado de sítio. (JOSÉ AFONSO DA SILVA 2004, p.747)

Já na Hipótese de decretação de estado de sítio em razão de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, é possível a suspensões de qualquer das garantias Constitucionais, estando devidamente previstos no decreto presidencial justificado pelo presidente e autorizados pelo congresso nacional. Esse rol é taxativo, no estado de sitio repressivo, depende de qual a gravidade da calamidade para que sejam analisadas quais medidas devem ser tomadas, já no estado de sitio

defensivo (no caso de guerra declarada), até os direitos e garantias fundamentais podem ser suspensos.

3 ESTADO DE SÍTIO NO BRASIL

Como visto no capítulo anterior, o Estado de Sítio é uma forma de defesa das instituições democráticas. Nesse sentido, é importante mostrar de forma prática como e quando ocorreram algumas dessas situações no Brasil. O primeiro estado de sítio no Brasil foi decretado em 16 de novembro de 1904, pelo, então atual, presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. Esse decreto se deu pela revolta da população quando o presidente supracitado instituiu a lei da vacinação obrigatória, onde foram criadas as chamadas “brigadas de mata-mosquitos”, que agiam de forma hostil, entrando nas casas da população com escolta da polícia militar para realizar a dedetização sem autorização dos moradores da residência.

Enquanto a vacinação não for rigorosamente levada a cabo por ordem policial do mesmo modo que o batismo o é pela igreja, fica o país expostos ao perigo de repentinas e quase irresistíveis epidemias progressistas de varíola e ao despovoamento. (SPIX E MARTIUS, 1817-1820).

Em reação a vacinação obrigatória e a outras medidas impopulares do, então atual, presidente, a população, em cinco de novembro de 1904, saiu às ruas para protestar contra essa medida. Entretanto, poucos dias depois, a população que se opunha percebeu que o governo não ia abrir mão. Assim sendo, ocorreu uma grande revolta que durou seis dias, onde houve saques a lojas, tiroteios, bondes queimados etc. Então, no dia 16 de novembro foi decretado o estado de sítio pelo presidente, onde tropas cercaram a cidade e um dia depois a adentraram e prenderam os revoltosos, assim o governo pode continuar com a campanha de vacinação.

Em 1930, com a vitória de Júlio Prestes para presidente, começou uma revolução que ficaria famosa. Essa revolução marcaria mais um momento de estado de sítio no Brasil. Como dito, Júlio Prestes acabara de ser eleito presidente do Brasil, sucedendo, assim, Washington Luís. Entretanto, a Aliança Liberal, que era oposicionista, não aceitou a derrota de seus candidatos, Getúlio Vargas e João Pessoa, logo, chamaram as eleições de fraudulentas e armaram um levante contra o governo. Depois que esse levante conquistara algumas vitórias em determinados locais, Washington Luís conseguiu permissão do congresso para instaurar estado de sítio em alguns estados,

podendo estendê-lo a todo país. Assim sendo, tendo aval do congresso, logo o estado sítio contemplou todo o Brasil, tendo sua vigência programada até 31 de dezembro de 1930. Porém, Washington Luís, no fim do seu mandato foi deposto por militares, antes mesmo de chegar o dia da posse de Júlio Prestes que seria em novembro daquele ano. Dessa maneira, o governo passou para militares de alta patente que, logo depois, em três de novembro, passou o mais alto cargo do executivo para o líder do movimento revolucionário que saiu vitorioso, Getúlio Vargas.

Tal como anotado para o estado de defesa, o juízo de conveniência para a decretação do estado de sítio, por regra, cabe ao Presidente da República, que deverá solicitar prévia autorização ao Congresso Nacional. Contudo, a possibilidade de controle judicial do ato político da decretação, nas hipóteses de abuso de direito ou desvio de finalidade, devendo o controle ser feito *Cum Grano Salis*, parcimônia e em hipóteses excepcionais (tema polêmico, com divergência doutrinária e ausência de análise específica pelo STF). (LENZA, 2019, p. 1690).

A Revolta Comunista teve seu início em novembro de 1935 e fez com que o governo federal iniciasse uma forte repressão a esse movimento. Essa revolta teve início nas cidades de Natal e no Rio de Janeiro e logo que essa revolta chegou a Pernambuco, o atual presidente do país, Getúlio Vargas foi ao congresso pedir autorização para que fosse decretado estado de sítio em todo o país, sendo a duração de 30 dias. Entretanto, a parte do congresso que fazia oposição a Getúlio Vargas protestou, dizendo que não era necessária tal ação em todo país, já que as revoltas estavam concentradas, principalmente, no Rio Grande do Norte e Pernambuco. Porém, contando com maioria absoluta de parlamentares governistas, o estado sítio foi aprovado e declarou-se que todas as pessoas que tivessem participado dessas revoltas extremistas ou que houvesse suspeitas da participação, elas estariam passíveis de ser mantidas em custódia. Em 24 de novembro daquele ano, foi prorrogado o estado de sítio por mais 90 dias, com a justificativa que os extremistas ainda estavam atuando e que eles ainda não tinham desistido do seu objetivo. E então, em março de 1936 foi declarado estado de guerra quando acabava o estado de sítio, assim conferindo ao chefe do executivo poderes especiais só conferidos em estado de guerra.

4 ESTADO DE SÍTIO: FINALIDADES

É certa em dizer, que o estado de sítio é uma medida de real importância, para que exista o controle social em casos em que a sociedade pode se encontrar em estado

emergencial a qualquer momento, como por exemplo, os países subdesenvolvidos, onde as crescentes desigualdades sociais levam a população a se revoltarem, e muitas vezes expressar de formar radical sua indignação, gerando assim um transtorno social.

Conforme ensinava Rui Barbosa a expressão: 'garantias constitucionais' pode ser tomada em sentido lato e em sentido estrito. Em sentido lato, essa expressão designa 'as providências que, na Constituição, se destinam a manter os poderes no jogo harmônico das suas funções, no exercício contrabalançado e simultâneo de suas prerrogativas'. Emprega-se, pois, 'no mesmo sentido em que os ingleses nos freios e contrapesos da Constituição' (...). Em sentido estrito, 'garantias constitucionais se chamam, primeiramente, as defesas postas pela Constituição aos direitos especiais do indivíduo. Consistem elas no sistema de proteção organizado pelos autores da nossa lei fundamental em segurança da pessoa humana, da vida humana, da liberdade humana. (FERREIRA FILHO 2002, p. 331)

Com relação às medidas coercitivas que podem ser usadas contra a população (conforme presente no art. 139, I que traz como medida a obrigação de permanecer em localidade determinada), é correto em dizer, que a liberdade individual pode ser restringida, afetando assim o dia a dia da população e junto disso atrapalhar para que o mesmo possa atuar nos seus afazeres diários, como expressar uma vontade rotineira, fazendo uma correlação com o caso prático supracitado acima, a Revolta da Vacina, onde o exército cercou a cidade, deixando assim a população privada tanta da liberdade de sair da localidade, como de expressar uma vontade interna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, a importância da instauração imediata de um regime excepcional fica visível, além de está previsto constitucionalmente e se fazer necessário em momentos de crises, como em situações de emergência nacional, agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou em casos de calamidade pública. Tendo como objetivo, restabelecer a ordem pública, ainda que os direitos e garantias individuais fiquem suspensos temporariamente para a defesa de um bem maior, que é do interesse de toda a coletividade.

6 REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2. ed. São Paulo: Bom tempo, 2008. 142 p. (Estado de Sítio).

BRASIL ESCOLA. **ESTADO DE SÍTIO**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/politica/estado-sitio.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional - Controle de constitucionalidade**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

Revista Brasileira De Direito Constitucional. Direitos fundamentais: direito de todos? O dever ético constitucional e a reserva do possível. Disponível em: <<http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-259> Joao_Carlos_Navarro_de_Almeida_Prado.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

FLAITT, Ricardo. **Estado de Sítio: Costa-Gavras traça retrato das ditaduras na América Latina**. 2014. Disponível em: <<http://cinezen cultural.com.br/site/2013/03/05/estado-de-sitio-costa-gavras-traca-retrato-das-ditaduras-na-america-latina/>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Direito de Segurança dos cidadãos**. Rio de Janeiro: Civilização Liberal, 1978.

MOARES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2006

SCHMITT, Carl. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

O PROTAGONISMO JUDICIAL E A CRISE NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS EM RELAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Isabella Ferreira Santos¹

Nilton Costa Filho²

1 INTRODUÇÃO

Os excessos das demandas judiciais em relação à saúde são um exemplo claro do protagonismo judicial frente a um dever que o Poder Judiciário não tem a função típica do garantidor. Desta forma, observa-se que o órgão detentor desta dessa garantia, o Estado, por meio do Poder Executivo, não tem exercido o seu papel frente ao que lhe é delegado como o instrumento necessário para prover tal salvaguarda.

Certo é que o direito à saúde é constitucional o que leva aos cidadãos a recorrerem por tal garantia, entretanto, a reivindicação judicial de tal direito não deveria ser largamente utilizada como forma de obtenção de benefício. O que leva a crer que há crise nos poderes, e tem afetado diretamente a população causando detrimientos em longo prazo no funcionamento do Estado como um todo, e também dos indivíduos particulares que por não encontrarem o fornecimento da saúde para suas necessidades, optam por utilizar da via judiciária para resolução de seus problemas.

O Estado não tem cumprido com os seus deveres mínimos, fazendo com que surtam efeitos demasiadamente negativos, e levantam-se os questionamentos quanto ao problema da “governabilidade” frente a tal assunto. Se é dever do Estado, posto pela Constituição federal, o que tem ocorrido para que tal ente não se responsabilize pelo seu encargo? A judicialização não está ajudando a população, ao contrário disso, está dificultando o acesso à maioria.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Cândido Mendes - Campos (2016), Especialista em Direito Civil e Processo Civil pelo Centro Universitário de Volta Redonda (2010) e também em Educação, Governança e Direito Ambiental pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (2009), Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (2004). Advogado, Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 O PROTAGONISMO DO PODER JUDICIÁRIO NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

São temas não só de diversas discussões doutrinárias, como também de revistas e noticiários, o protagonismo do Poder Judiciário, frente às demandas relacionadas a direitos fundamentais. O que nos leva a observar que o ativismo judicial tem causado diversos problemas na sociedade hodierna motivo este que demonstra claramente a crise democrática que o País se encontra.

Han Hirschl traz três principais consequências aos postulados que concorrem para judicialização da política: a) a transferência progressiva de poderes do legislativo para o Judiciário; b) as transformações sociais tendem a formar grupos privilegiados em detrimento de outros; os interesses particulares ou corporativos dos grandes grupos econômicos (HIRSCHL, 2004, p.78.).

A Constituição vigente é clara quanto à função de cada um de seus entes sendo o ativismo judicial um exemplo claro da existência de uma falta grave no cumprimento dessas funções. O Poder executivo tem como prioridade administrar os interesses da sociedade, fornecendo a mesma as garantias dadas pela constituição, sendo isto a sua função típica, de forma mais clara, é dever do Poder Executivo garantir ao povo tudo o que a constituição traz em seu texto como direitos e garantias fundamentais.

Porém, em decorrência de uma possível negligência de tal poder Estatal, a busca pelo judiciário por tais garantias torna-se cada vez maior, fazendo com que o Poder Judiciário por meio de inúmeras demandas acabe se tornando protagonista de uma função atípica, pelo fator de o Estado por meio do poder executivo não cumprir com seus deveres mínimos.

A intervenção do poder judiciário ao longo dos anos tem sido cada vez mais presente no que se trata de direitos e garantias individuais. O cidadão por sua vez, ao não encontrar o amparo necessário nas vias em que deveria encontrar, acaba por recorrer à justiça para a resolução de seus problemas.

Outros países possuem abordagem uma abordagem diferente quanto à saúde como na Alemanha, o financiamento é por aporte e contribuições dos empresários e trabalhadores. Por definição, só cobrem os contribuintes e seu grupo familiar, embora ultimamente exista uma tendência de universalização de cobertura. Todas as obras sociais da Argentina são exemplos deste modelo.

Já nos Estados Unidos, é adotado o sistema de modelo de seguros privados: Este modelo tem uma organização tipicamente fragmentada, descentralizada e com escassa regulação pública, tendência que está sendo mudada. Em comparação com os outros modelos, este limita a ação do estado a uma escassa regulação. Entretanto, o modelo de assegurar a saúde nesses países mesmo não sendo por vias públicas tem sido de modos comparativos totalmente mais eficazes do que o modelo adotado no Brasil.

É de conhecimento geral as filas em hospitais públicos para atendimento médico, a preocupação dos cidadãos na procura de medicamentos e tratamentos hospitalares, e a negligência ou até mesmo a falta de estrutura em diversos hospitais públicos em todas as regiões do país. Desta forma, fica clara a crise democrática na qual o Brasil tem enfrentado, com exemplos reais da falha do Estado na garantia desse direito fundamental.

3 AS DEMANDAS JUDICIAIS DE SAUDE NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO E A CRISE NA DEMOCRACIA: COMPARATIVO DE DOS ANOS DE 2016 E DE 2017

De acordo com dados fornecidos pela SESA (Secretaria Estadual de Saúde), o valor gasto com quem só conseguiu algum serviço médico na Justiça passou de R\$ 80,9 milhões em 2016 para R\$ 107,7 milhões em 2017. Crescimento este que conseguiu chegar a 33% de aumento em comparação entre os anos. Tal crescimento foi e tem sido um grande fator prejudicial ao estado, uma vez que o indivíduo por si só passa por diversas avaliações para obtenção dos serviços de saúde que já se encontram em ponto críticas.

Porém, se valendo das vias judiciais os cidadãos já não passam por nenhum critério se valendo da lide para obtenção de seus tratamentos ou até mesmo O que faz com que a busca já existente por esses direitos sejam cada vez mais dificultadas pela intervenção do Estado juiz, que por muita das vezes acaba por tomar o papel de garantidor e conceder benefícios individuais, aos cidadãos com certa “celeridade”, afetando uma coletividade que busca por suas garantias a quem realmente deveria cumprir com esse papel. As demandas judiciais individualizadas demonstram a falta de efetividade na atuação do Estado para com a coletividade.

4 O DIREITO FUNDAMENTAL A SAUDE NO BRASIL

A Constituição Federal Brasileira de 1988, elaborada após período de diversos conflitos atravessados pelo país, atribuiu aos cidadãos diversos direitos que outrora haviam sido retirados dos mesmos, alguns deles nem mesmo foram concedidos anteriormente, e após ser promulgada apresentando diversas garantias em seu texto, fora até mesmo chamada de “constituição cidadã”.

No entanto, o texto da Carta Magna acompanhado das garantias por ela estabelecidas, também traz consigo a quem compete à prerrogativa de fazer com que esses direitos sejam amparados, sendo este o Estado, por meio do Poder executivo.

Um desses direitos é o direito a Saúde. Os artigos 196 e 197 da Constituição da República definem o direito à saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, serviços e ações que são de relevância pública. (CANOTILHO e MOREIRA, 1984, p. 342).

O Brasil adota um sistema diferente dos outros países para garantia da saúde, sendo este o SUS (Sistema Único de Saúde), um sistema de saúde assegurado pelo governo para todos os cidadãos, isto é, público. Entretanto tal sistema apresenta diversas falhas e ao longo dos anos se torna cada vez mais defasado e precário.

Medicamentos, o que faz com que esses mesmos cidadãos obtenham êxito muita das vezes na frente de outros que precisam mais e não buscaram pelas vias judiciais para resolução de tal problemática.

Segundo o Secretário de Saúde em entrevista, declara que a SESA está à procura de encontrar uma solução para tal problemática sem que haja a judicialização da mesma, uma vez que isso prejudica a sociedade como um todo e põe alguns indivíduos sob outros, de certa forma “furando uma fila” há muito tempo já existente. Em 2016, foram quase 10 mil processos que, ao todo, geraram um gasto de R\$ 80 milhões para o Governo do Espírito Santo.

A judicialização da saúde se tornou, ao longo dos anos, um grande problema dos princípios da república de equidade do SUS. O crescimento das ações está acima do interesse individual ao coletivo, o que impõe custos assistenciais não programados ao gestor e a necessidade de ampliação de custos administrativos para gerenciar prazos e ônus legais das decisões judiciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração esses aspectos, é imprescindível que todos se conscientizem de que, a defesa do direito à saúde e a manutenção dos serviços públicos de qualidade, são intrinsecamente deveres do Estado, por meio do poder Executivo, e a não execução desse dever causa prejuízos não só ao Estado como um todo, mas também a cada um dos cidadãos que recorrem a ele.

O Protagonismo Judiciário é o exemplo mais claro da crise na democracia, a atipicidade deste poder frente às demandas que não o competem, somada a defasagem das políticas públicas na garantia do que é direito concreto e que deveria ser incorporado a cada cidadão, mostram o estado crítico em que se encontra o estado.

A judicialização põe o judiciário frente a questões políticas sociais, reflete o nível pelo qual a legitimidade de um governo é construída perante a percepção da sociedade, a capacidade e credibilidade de se manter o Estado de direito e proteção de direitos

fundamentais. Este cenário faz com que o Judiciário participe cada vez mais dos problemas políticos sociais como intermediadores, o que atrasa a sociedade e faz com que sejam extensas as demandas atrasando ainda mais este Poder, o que interfere diretamente na sua função típica, se este resolve demandas que não o competem, faz com que gere atraso nos interesses que são próprios deste, fazendo com que afete até mesmo a celeridade no que concerne as suas demais demandas.

6 REFERÊNCIAS

CAMARGO JUNIOR, K.R. As armadilhas da “concepção positiva de saúde”. *Physis*, Rio de Janeiro, v.27, n 1. 2007.

CANOTILHO, J.J. Gomes, e MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

HIRSCHL, RAN. *TOWARDS, juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. Harvard University press, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, pesquisa de orçamentos, 2016 e 2017. Espírito Santo, 2018.

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A OPERAÇÃO LAVA JATO

Jaqueline Ribeiro Thiengo
Lucas Ribeiro de Carvalho
Stela Maria Pastore
Thiago Goulart Bergamini¹
Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

O Ministério Público trabalha exercendo funções essenciais à Justiça, como estabelece a Constituição Federal de 1988. Por isso, ele foi estruturado e composto para que pudesse praticar os atos de defesa social, da democracia e do ordenamento jurídico brasileiro.

No exercício de defesa e fiscalização da ordem jurídica, o Ministério Público Federal atuou em favor de uma operação iniciada no ano de 2014 no Brasil denominada Operação Lava Jato, que combate os crimes como corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo grandes empresas e partidos políticos do país.

O presente artigo vem mostrar a atuação do Ministério Público no desdobramento da operação, que visa combater a corrupção e a organização criminosa instalada no Brasil, através de um trabalho seguro e investigatório da Polícia Federal com o auxílio da força-tarefa dos procuradores e promotores federais que atuam nesse trabalho.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos

¹ Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

acadêmicos, artigos que abarquem a questão e fontes de informação dos próprios órgãos estatais.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico

3 NOÇÕES GERAIS REFERENTES AO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL E SUA COMPOSIÇÃO

3.1 Estrutura e Organização

O Ministério público tem por encargo salvaguardar os direitos fundamentais e manter a ordem jurídica. Desta forma, pode-se analisar a aplicação e necessidade do mesmo para o corpo social. Tal assertiva é reforçada pelas palavras de Wilson Neto: “A sociedade brasileira clama e exige segurança pública” (NETO, 2009, p. 52).

Além disso, cabe destacar o papel dos membros que compõe tal órgão, os quais são incumbidos de duas funções imprescindíveis à coletividade, sendo elas: poder atuar de forma livre, dentro da legalidade e de sua consciência, sem vinculação às sugestões emitidas por órgãos superiores da Instituição, com relação a atividades institucionais exercidas e a não responsabilização por atos praticados no estrito cumprimento do dever, tendo completa independência para o exercício da consecução das finalidades que dizem respeito à atuação ministerial (GARCIA, 2007, p. 36).

3.2 Relação Constitucional

São funções autônomas e essenciais do Ministério Público a proposição de Ação Penal Pública, promoção de Inquérito Civil e a Ação Civil Pública. A ação penal é

realizada em forma do oferecimento de denúncia, o Inquérito Civil é um procedimento que é instaurado pelo Ministério Público com caráter administrativo inquisitivo e é levado ao Poder Judiciário através da Ação Civil Pública. (BRASIL, 2019).

4 A OPERAÇÃO LAVA JATO

Na Operação Lava Jato fora descoberta uma astronômica quantia subtraída dos cofres públicos, bem como o envolvimento direto de políticos no esquema de corrupção, como versa o Ministério Público em seu site:

Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. (FEDERAL Ministério Público, acesso em 19 de maio. 2019)

4.1 A Lógica do Esquema de Corrupção

Estavam envolvidos diversos agentes políticos, que foram trazidos para a operação quando o Procurador Geral da República ofereceu diversas petições para instauração de inquérito criminal, onde 49 possuíam foro por prerrogativa de função. O Ministério Público em seu site explica:

São pessoas que integram ou estão relacionadas a partidos políticos responsáveis por indicar e manter os diretores da Petrobras. Elas foram citadas em colaborações premiadas feitas na 1ª instância mediante delegação do Procurador-Geral. (FEDERAL Ministério Público, acesso em 19 de maio. 2019)

Esses agentes tinham como função colocar determinadas pessoas em cargos de muito poder dentro da estatal. Já estes, indicados aos cargos, teriam a responsabilidade de realizar diversos favores aos partidos que os indicaram, como conta Paulo Roberto Costa em sua delação:

Uma vez indicado pelo PP, Costa revelou que passou a ser procurado para prover o PP, o PMDB e o PT, em diferentes momentos, com dinheiro dos cofres da Petrobras. Se não atendesse aos pedidos, isso significaria sair do cargo para a entrada de outro. Ele era mais procurado pelo PP e pelo PMDB e, esporadicamente, pelo PT. Mas também já havia sofrido assédio de integrantes do PSDB pedindo dinheiro para impedir a instalação de uma CPI da Petrobras no Congresso em 2010. (NETTO, 2016, p. 57)

Por sua vez, as empreiteiras formaram um cartel. Deste modo, todos acabavam ganhando licitações, pois não concorriam realmente, mas aparentemente. Os diretores

da Petrobras possuíam a função de garantir que apenas as empreiteiras que fizessem parte do cartel fossem convidadas a participar das licitações, da forma com que o Ministério Público relata:

Segundo levantamentos da Petrobras, eram feitas negociações diretas injustificadas, celebravam-se aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam-se contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, dentre outras irregularidades. (FEDERAL Ministério Público, acesso em 19 de maio. 2019)

Dessa forma, entravam em cena os operadores, que tinham a função não só de intermediar o pagamento da propina, mas também de fazer com que o dinheiro aparentasse ser de boa procedência (NETTO, 2016, p. 58)

4.2 Resultados Da Operação

Soma-se o total de 242 condenações em desfavor de 155 pessoas, além do mais adentram os números 10 ações de improbidade administrativa contra 18 empresas, 3 partidos políticos e 63 pessoas físicas, tendo pedido o valor de R\$ 18,3 bilhões. O valor completo do ressarcimento mais as multas equivalem a R\$ 40,3 bilhões. (FEDERAL Ministério Público, acesso em 19 de maio. 2019).

Conclui-se aproximadamente R\$ 6,4 bilhões de propina, espera-se a recuperação de R\$ 12,3 bilhões por meio de acordos de colaboração, consistindo em 846,2 milhões que são objeto de repartição e R\$ 3,2 bilhões dos bens que estão bloqueados dos réus. (FEDERAL Ministério Público, acesso em 19 de maio. 2019)

5 O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA LAVA JATO

5.1 A Atuação do Ministério Público na Operação

O MPF e a PF trabalharam de forma paralela contra a impunidade da corrupção no país. Sob coordenação do MPF, outros órgãos se uniram para com a investigação e responsabilização dos réus através do afastamento de sigilo fiscal das pessoas jurídicas e físicas. Pode-se citar a seguinte observação:

as respostas ao perigo das organizações criminosas não podem ficar limitadas aos grupos dedicados às atividades violentas, como roubo de cargas e carros-fortes, não podendo ignorar as redes e devendo alcançar também a

criminalidade dos poderosos, cometida nos escritórios e nos gabinetes, nos quais as características de hierarquização, compartimentalização e divisão de tarefas são ainda mais acentuadas. Em outras palavras, as circunstâncias de não se tratar de uma organização com hierarquia rígida, de ser integrada por agentes públicos, de ocultar-se formalmente por detrás de uma fachada empresarial ou tratar-se de uma empresa formalmente constituída não podem servir de anteparo ou empecilho à persecução penal com os instrumentos adequados à criminalidade contemporânea. (JUNIOR, 2010, p.39)

5.2 Os Efeitos Constitucionais Práticos em Relação à atuação do Ministério Público na Operação

Fábio Kerche fala que é algo comum às democracias a presença de um órgão responsável pela ação penal no país, e atribui-se essa função ao Ministério Público. No caso da Lava Jato, essa instituição foi responsável em dar prosseguimento dentro dos limites de sua atuação, para assegurar os direitos e garantias fundamentais da população brasileira que sofre com o desvio de dinheiro público. (KERCHE, 2018, p. 260).

A investigação está inteiramente ligada ao que a Constituição prevê aos cidadãos, por questões óbvias relacionadas à corrupção pelos partidos políticos, deixando a sociedade em situações precárias de saúde, educação, segurança e alimentação, que são direitos fundamentais do ser humano.

5.3 A Eficácia Social e Política da Atuação do Ministério Público na Operação Lava Jato

É cabível evidenciar que apesar de não fazer parte da política partidária, o Ministério Público adentra o campo político. Diante do exposto cabe o entendimento de Cátia Aida Silva:

No contexto da politização crescente da Justiça, o Ministério Público torna-se um ator político singular, pois, situado na esfera jurídica, possui a função de defender interesses de cunho social. A defesa de interesses metaindividuais e de direitos constitucionais, bem como a fiscalização da administração pública, dá lugar a demandas constantemente dirigidas ao poder público. (SILVA: 2001, p. 22).

Acerca de tal atividade política, Rafael de Oliveira Costa aduz:

Desse modo, o Ministério Público vem se tornando – juntamente com o Poder Judiciário – o último reduto político-moral da sociedade. É o que Ingeborg Maus convencionou chamar de “superego da sociedade órfã” no contexto da expansão do papel dos atores judiciais. A instituição insurge com novas atribuições e competências que até então não lhe eram afeitas, aumentando

progressivamente seu espaço de atuação, num movimento em que procura substituir funcionalmente a figura da imago paterna, responsável por ditar os valores morais da sociedade, que o Executivo e o Judiciário até então desempenharam. (COSTA, 2017, p.31).

Em decorrência da operação Lava Jato e, por tal impacto social, é indiscutível que o exercício no combate a corrupção, se perpetuará ao longo do tempo, deixando uma marca no cenário político e social brasileiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo teve como objetivo a observação das funções primordiais do Ministério Público, os fatos ocorridos em decorrência da referida operação, e a tentativa de subsumir sua atuação às suas atribuições constitucionais.

Em primeiro lugar, destaca-se a origem de suas atribuições constitucionais de proteção à democracia, sua formação estratégica e a instrumentalização de forças fiscalizadoras para o mantimento de um sistema democrático de direito. Em segundo lugar, a aplicação e humanização de recursos jurídicos visando o bem comum, aplicados de maneira extremamente lógica na referida operação em parceria com outros membros de ordem protetora da nação, em demanda ao mais egrégio desígnio: garantir a efetivação dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

De mais a mais, conclui-se também que os frutos da Operação Lava-Jato, obtidos através de intensa aplicação de nosso instrumento normativo superior realizado pelo Ministério Público, devem ser observados como forma de incentivo ao contínuo combate à corrupção que assola o Brasil, para que sejam garantidos os nossos direitos da melhor forma possível.

5 REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crime Organizado e Proibição da Insuficiência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF, mar 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mai. 2019.

COSTA, RAFAEL DE OLIVEIRA. **Do Ministério Público como Superego da Sociedade: Sociedade: design institucional e legitimidade na atuação judicial e extrajudicial.** São Paulo, v.38, ago. de 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/seq/n76/2177-7055-seq-76-00115.pdf>> acesso em 19 de maio de 2019.

FEDERAL, Ministério Público. Linha do Tempo. **Caso Lava Jato.** Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/linha-do-tempo>>. Acesso em: 19 maio 2019.

FEDERAL, Ministério Público. **Caso Lava Jato.** Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato>>. Acesso em: 19 maio 2019.

GARCIA, Emerson. **Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Revista Ampliada e Atualizada, 2007.

KERCHE, Fábio. **Autonomia e Discricionariedade do Ministério Público no Brasil.** Rio de Janeiro. V.50, n. 2. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n2/a02v50n2>>.

KERCHE, FÁBIO. **Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas Uma abordagem institucional.** São Paulo, v.105, p.255-256, set/dez de 2018. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n105/1807-0175-ln-105-255.pdf>> acesso em 19 de maio de 2019.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato.** Rio de Janeiro. Primeira Pessoa, 2016.

NETO, Wilson Rocha de Almeida. **Inteligência e Contra – Inteligência no Ministério Público.** 1ª edição. Belo Horizonte: Dictum, 2009.

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Bárbara Debona Ungarato

Eliza Mara dos Santos Silva Gonçalves

Eveline Kobi Neves

Letícia Ferraz da Cunha¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

A Defensoria Pública possui uma grande evolução histórica, ao longo da qual passou a ser reconhecida por todos em razão do amparo fornecido em face da igualdade perante a lei, sendo conhecida pela assistência jurídica. Neste sentido, o trajeto constitucional gerou grande status no que tange ao devido processo legal e à correta defesa das mulheres em situação de vulnerabilidade.

A violência contra a mulher foi marcada no patriarcado, pois, segundo os homens, as mulheres tinham que ser submissas a eles, apenas realizando os afazeres domésticos e sendo castigadas caso não os cumprisse. Deste modo, a Defensoria atua em favor dos vulneráveis, idosos, crianças e adolescentes, assim como age em prol da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

No decorrer do tempo, as mudanças legislativas vêm ocorrendo para que os direitos das mulheres sejam resguardados e, com esse fim, a Lei Maria da Penha foi criada. Assim, a Defensoria Pública tenta justamente reduzir a falta de impunidade, garantindo à vítima que seus direitos sejam respeitados e protegidos.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias, especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico.

3 DESENVOLVIMENTO

A criação da Defensoria Pública está ligada a uma evolução social. Pela Constituição de 1934 a assistência jurídica e gratuita gerou um status constitucional. Diante dos fatos, no Espírito Santo foi percorrido um longo caminho para que a legislação estabelecesse a Defensoria Pública do ES, de modo que o início ocorreu no ano de 1977, quando a justiça gratuita era vinculada à Procuradoria Geral do Estado.

A Defensoria Pública age amparando aqueles que não têm condição de arcar com a custa de um advogado. A partir desta ideia, é notável que a violência contra a sociedade feminina vem aumentando significativamente e a maioria das mulheres agredidas possui baixa condição financeira e, acima de tudo, tem medo de denunciar o companheiro temendo as represálias e o desamparo da lei.

Neste viés, cumpre informar que mais de 500 mulheres são agredidas diariamente no Brasil, sendo que muitas destas agressões levam as vítimas a óbito. Contudo,

algumas ainda sobrevivem para contar o drama vivenciado com o parceiro e, deste modo, temos o dia de conscientização das mulheres vítimas de qualquer tipo de violência doméstica, para que as mesmas denunciem o agressor.

Assim, foi criada uma lei para amparar todas as mulheres com esse tipo de problema, concomitante à realização de tratamentos psicológicos para que o problema possa ser amenizado.

A Lei apresenta uma exceção, quando permite à mulher solicitar as medidas protetivas de urgência, mesmo sem estar acompanhada de advogado. A Lei Maria da Penha também garante a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública, na Delegacia de Polícia e nos Juizados. Na Defensoria Pública, a mulher recebe um tratamento humanizado, recebe atendimento da equipe multidisciplinar e tem seus direitos defendidos pelos Defensores Públicos, que buscam prevenir e resolver questões jurídicas e sociais, de forma isonômica e equilibrada, tanto judicialmente quanto extrajudicialmente. (CARDOSO F.R. A P 12).

Além do espancamento, muitas mulheres sofrem com o abuso sexual, no qual o agressor aproveita que a vítima está impossibilitada de pedir ajuda, assim como se aproveita do fato de que a mulher, simplesmente pelas condições do sexo feminino, é vulnerável. Agressões praticadas nesse nível são repugnantes perante a sociedade, que não aceita esse tipo de violência, ao passo que esta também é praticada contra adolescentes e crianças que não possuem nenhum tipo de raciocínio para evitar o abuso e ainda tem medo de contar a alguém o que está suportando, de forma que as devidas providências pudessem ser tomadas.

Atualmente, é perceptível que um grande número de mulheres sofre violência doméstica. Do mesmo modo, os jornais veiculam diariamente infelizes notícias acerca da morte de mulheres vítimas de violência, como é o caso de Jane Cherubim, que por sorte do destino não veio a óbito.

05 de março: Jane Cherubim, 36 anos, é agredida e abandonada na rodovia, pelo namorado Jonas do Amaral Neto.

O caso aconteceu em uma comunidade conhecida como Forquilha do Rio, que fica entre Dolores do Rio Preto e o município de Espera Feliz, em Minas Gerais. O casal estava em um bar e foram embora discutindo. Após as agressões, Jane foi localizada por dois irmãos que afirmaram que acreditaram que ela estava morta. Jane foi socorrida e levada para um hospital de Carangola, em Minas Gerais. Jonas fugiu.

A mulher foi encontrada com várias marcas de agressão pelo corpo, além de sinais de tortura. O advogado disse que Jane teria sido estuprada. Ela estava seminua, desacordada e não respirava bem. Uma câmera de vídeo monitoramento registrou, às 2h58, o momento exato em que a vendedora e o

namorado deixaram o bar onde os dois trabalhavam pouco antes do crime, na localidade de Forquilha do Rio. O casal estava acompanhado da família que seguiu para Espera Feliz, Minas Gerais, onde moram, mas Jonas e Jane tomaram o caminho contrário. Horas depois, o casal ainda não tinha chegado em casa e a família começou a ficar preocupada. (FOLHA VITORIA 11 de Março de 2019)

A Defensoria Pública atua de forma que possa abranger toda a sociedade, levando em consideração todo tipo de violência praticada na atualidade e zelando ainda pela dignidade da mulher, quebrando os paradigmas da desigualdade, visto que a vítima é assassinada em virtude de motivos banais. Ou seja, o autor comete esse tipo de atrocidade movido por simples ciúmes e paixão banal, na qual falta o respeito, pois não adiantaria agir de modo tão cruel a ponto de levar o cônjuge a óbito.

A Defensoria atua em favor dos vulneráveis que são: o idoso, a criança e o adolescente, o consumidor, a mulher vítima de violência doméstica e familiar, o preso, e as vítimas de tortura, de abusos sexuais, discriminação, ou de qualquer outra forma de opressão e violência. São vulneráveis do ponto de vista organizacional e jurídico, e por isso a Defensoria Pública tem a incumbência constitucional de promover a sua defesa e ampliar na medida do possível os seus direitos (DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DE - GOIAS).

Devem ser observados todos os casos em que a pessoa não tenha condições de arcar com a custa de uma denúncia, optando pelo apoio gratuito da justiça para melhor efeito da lei. Todas as mulheres vítimas de violência têm o direito de não permanecerem caladas, pois a falta de condições não apresenta óbice quando se trata da garantia de um bem tão precioso que é a vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, o papel da mulher na sociedade passou a ter mais amparo perante a justiça, tendo em vista que a Defensoria Pública (justiça gratuita) passou a amparar os que tanto precisavam e necessitava, além de ter passado a ser conhecida por todos. Desta forma, perante a criação dos mais diversos dispositivos legais, observa-se que na atualidade a mulher possui mais proteção e é mais acolhida se comparado a épocas anteriores.

Portanto, a Defensoria Pública atua em favor dos vulneráveis, ou seja, idosos, crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência doméstica, mostrando, assim,

que os ditames normativos são necessários para que a mulher ganhe espaço no mundo e se sinta apoiada quando se trata da denúncia de violência doméstica.

São inúmeras as situações em que as mulheres devem recorrer à justiça visando o efeito da lei em relação a elas, porém nem sempre as medidas tomadas são suficientes para evitar uma possível fatalidade, como a morte. Por mais que a justiça seja feita e dê amparo, há certo desequilíbrio no que diz respeito ao controle das mulheres que sofrem violência de qualquer tipo, pois muitas ainda não têm coragem de denunciar e vivem sob um medo constante perante a ignorância da sociedade.

Assim sendo, o poder legislativo cria meios de apaziguar momentaneamente os efeitos da violência através de medidas protetivas. Neste sentido, as informações acerca do assunto e dos casos concretos ocorridos diariamente deveriam estar ao alcance de todos para que a sociedade possa, juntamente com a justiça, amparar as vítimas e elidir a gravidade da situação.

5 REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL . I .**Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994** Disponível em:<<http://www.defensoriapublica.mt.gov.br/portal/index.php/legislacao/item/8527-lei-complementar-federal-n%C2%BA-80-de-12-de-janeiro-de-1994>>Acesso em:23.mar 2019.

BRASIL. **Senado Federal. I Dos Direitos e Garantias Fundamentais**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp> Aesso em:16 mai. 2019.

_____ **Caso de Jane Cherubim completa uma semana**. Relembre o que aconteceu! Folha Vitoria. 11 de março de 2019 Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/03/2019/caso-de-jane-cherubim-completa-uma-semana-relembre-o-que-aconteceu>> Acesso em:14 abr 2019

BORGE .F.DEZORZI.**Defensoria Pública: uma breve história**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14699/defensoria-publica-uma-breve-historia>>Acesso em:23 mar.2019.

DPEGO. **Vítimas de violência também são atendidas pela Defensoria**. Disponível em:<http://www.defensoriapublica.go.gov.br/depego/index.php?option=com_content&view=article&id=481:vitimas-de-violencia-tambem-sao-atendidas-pela-defensoria&catid=8&Itemid=180>Acesso em: 19 mar.2019

LISBOA. VINÍCIUS **Agência Brasil**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/defensoria-publica-do-rio-apura-falhas-na-protecao-mulher-agredida>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

PAULA. FABIOLA. **Vitória recebe núcleo de combate à violência contra mulher**. TV **Gazeta 13/12/2018 10h 10. Atualizado há 4 meses**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2018/12/13/vitoria-recebe-nucleo-de-combate-a-violencia-contra-mulher.ghtml>> Acesso em 25 mar. 2019.

FIGUEREDO. CARDOSO. A.R. **Orientando e defendendo**. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtksite/CARTILHA2.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2019

SANTIAGO. EMERSON. **Ordem dos Advogados do Brasil**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/direito/oab/>> Acesso em : 19 mar. 2019

BRITO. LEILA. **O poder segundo Foucault**. Disponível em: <<http://www.chacomletras.com.br/2010/03/o-poder-segundo-foucault/>> Acesso em: 16. jun. 2019

ACESSO A JUSTIÇA: DIREITO E GARANTIA CONSTITUCIONAL NA OBTENÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL E DO BEM-ESTAR SOCIAL

Anderson Petilde Lima ¹

Ivy de Souza Abreu ²

1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade implica em relações interpessoais e eventos que o Direito e a proteção jurisdicional devem ser invocados com a finalidade de ilidir contendas, organizar tratativas entre sujeitos e tutelar as pessoas, no sentido de elucidar o que deve ou não ser feito. Neste diapasão, a vedação da autotutela resulta na figura do Estado como aquele que irá dizer o direito, por intermédio do Estado-Jurisdição.

Com efeito, devido à inércia do poder judiciário, aqueles que necessitam da assistência do Estado para dirimir um eventual imbróglio, muitas vezes, se depararam com uma verdadeira odisséia na busca de soluções para os conflitos e problemas que possuem, ou na busca por alguém que possa indicar o procedimento correto a ser tomado, como intuito de que ao menos haja o início de alguma possível resolução.

A ausência de educação básica sobre o direito, o distanciamento dos poderes legislativo e judiciário de uma linguagem mais simples e palpável a população que não possui trato com o direito, a escassez de meios de informação para o acesso ao judiciário, o custo elevado do processo e de sua manutenção, a longa duração para o desfecho de uma demanda, entre outros, são listadas por Araújo (2009) em sua dissertação, bem como por outros doutrinadores, como obstáculos na obtenção de acesso.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (Faculdade de Direito de Vitória; Capes 5); Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV; Especialista em Direito Público; MBA em Gestão Ambiental; Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Biodireito e Direitos Fundamentais"; Membro do BIOGEPE – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito a Saúde e Bioética da FDV; Avaliadora da Revista Opinión Jurídica do Chile (qualis A2); Avaliadora da Revista Brasileira de Políticas Públicas (qualis B1); Licenciada em Ciências Biológicas; Advogada; Bióloga; Professora universitária;

De forma objetiva, o trabalho se destina inicialmente a conceituar o que é o acesso à justiça e quais são os seus desdobramentos para a obtenção da tutela jurisdicional, pois, mesmo sendo este um Direito implícito na Constituição, que deve ser distribuído a todos sem distinção, quais são os infortúnios que cercam a implementação eficaz deste direito. Destarte, como o bem estar social e o mínimo existencial podem ser efetivados pelas demandas judiciais sob a ótica do acesso à justiça?

2 OBJETIVOS

Em um primeiro momento, importa analisar o instituto do acesso à justiça como um Direito Fundamental Constitucional, traçando de assim, de forma conceitual, do que se trata o Direito Constitucional ao acesso à justiça, avaliando quanto a sua aplicação no âmbito jurisdicional.

Do mesmo modo, o presente trabalho, objetiva compilar possíveis entraves ao acesso à justiça no que tange a sua eficácia, bem como debater acerca da efetividade do instituto do acesso à justiça e elencar possíveis mecanismos para a melhor execução da temática abordada.

3 METODOLOGIA

Para realização do presente estudo, será utilizado o procedimento de revisão bibliográfica, que consiste na revisão de artigos e livros relevantes sobre a temática dos assuntos supracitados, sendo esta uma pesquisa de cunho qualitativo, ou seja, que se refere à qualidade da temática, qualificando-a (GIL, 2009). O objetivo é exploratório, buscando familiarização com o tema por intermédio da pesquisa bibliográfica a ser realizada, sendo também a pesquisa de natureza básica, objetivando gerar uma nova aproximação ao tema a partir do esteio proporcionado pelos autores aqui referenciados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Acesso à Justiça Sob o Prisma Constitucional

Na obra de Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1988), a ideia de acesso à justiça era um direito distante da realidade de uma grande parcela da população, que em geral era pobre de recursos financeiros, da mesma forma que no sentido intelectual, o que resultava no desconhecimento do que fazer para acionar o Estado no intuito de solucionar sua lide.

Com efeito, os doutrinadores pontuam a inércia e falta de interesse do Estado, que adotavam o sistema *laissez-fair*, que pela natureza da sistemática adotada, não fazia esforços pela inclusão daqueles que buscavam o judiciário, em verdade, aqueles que possuíam condições de arcar com os custos das demandas recebiam a atenção jurisdicional, quanto aos demais, a justiça era um objeto distante de suas possibilidades econômicas e intelectivas.

Com a ascensão dos Estados quanto ao quantitativo de pessoas, segundo Araújo (2009), a necessidade da ampliação das políticas públicas, o crescimento da complexidade das relações sócio-políticas entre os particulares, entre outros fatores, que levaram também ao desenvolvimento de novos conceitos de direitos humanos e sociais.

Tendo em vista que o homem já não mais vive sobre as diretrizes da autotutela, em que o indivíduo “concretiza” a justiça por seus próprios meios mesmo que de forma violenta e truculenta, o homem agora se torna um cidadão inserido em um Estado moderno em que este se encontra como pessoa de direitos e deveres, e que não mais pode agir de forma autônoma na busca pela justiça, a não ser pelo acesso ao judiciário, como explica Cavalcante (2011), quando aborda a cidadania dentro do escopo da justiça:

É importante então distinguir as formas pré-modernas de cidadania, que abrangem o período da antiguidade clássica e da idade média, para fazer um link com o conceito de cidadania moderna, até porque os direitos e deveres que envolvem o conceito de cidadania assumem uma configuração específica em cada período histórico (CAVALCANTE, p.5, 2011).

Nesta esteira, possibilitar que o cidadão alcance a tutela jurisdicional, não só leva ao gozo do Estado democrático de Direito, como também, culmina no saneamento de lides que anteriormente não eram levadas as instancias do Estado, e que resultava na ausência da fruição de Direitos (CAVALCANTE, 2011). Outro desdobramento que

importa ser mencionado é quanto à diminuição do alcance do monopólio Estatal na aplicação de suas leis e do Direito, o que para o Estado moderno seria inadmissível, pois, segundo Theodoro Júnior (1997) ao Estado, em suas atribuições, cabe a este criar leis, concretizar o Direito, e disciplinar as relações jurídicas.

Inseridos neste contexto de Evolução político-social que os autores Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1988) buscaram formas de viabilizar o acesso à justiça, para tal, estes elencaram três pontos, chamados de “ondas”, que possibilitariam uma maior efetividade que seriam, em primeiro momento, com relação ao aspecto econômico, quanto ao acesso gratuito para aqueles que não possuam condições de arcar com o custo do processo; em um segundo momento, é proposta a problemática envolvida na representação dos interesses difusos e coletivos, que se trata da coletivização de demandas; e como terceiro ponto, os doutrinadores expõe a necessidade do acesso à justiça por métodos que não necessariamente envolvam o ajuizamento, prevenindo lides, ou processando-as de maneira específica.

Contudo, para Junqueira (1996) as motivações que levaram a implementação do acesso à justiça no Brasil, que ocorre inicialmente nos anos 80, diferem das quais foram experimentadas e embasaram o estudo de Cappelletti e de Garth, pois, no Brasil o instituto não apenas se tratava da ampliação do nicho ao que o judiciário passaria a prestigiar e ter o alcance de novos direitos na seara dos direitos sociais, para os cidadãos brasileiros significava, além dos anteriormente citados, o alcance da grande parte da população a direitos sociais básicos (saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros) (JUNQUEIRA, p. 390, 1996).

Deste modo, como assevera Santos (2012) o conceito de justiça que era, e ainda é objetivado pelo Direito brasileiro implica em garantir que direitos subjetivos sejam distribuídos de forma igualitária, a justiça então neste ponto passa do escopo da aplicação do devido processo legal e da letra da lei, quanto a sua duração, eficácia, materialidade e formalidade, a aplicação da qual Junqueira (1996) e Santos (2012) ambas em suas respectivas obras, se referem chega ao cerne de problemas políticos e sociais, que só podem ser sanados quando direitos fundamentais e o direito a dignidade da pessoa humana são efetivados.

Assim, o acesso à justiça de fato é um direito constitucional, por uma construção que vai além da letra da lei, mas que atinge a própria confecção do texto constitucional, que elege o povo como daquele qual emana seu poder, e do contexto histórico vivido no regime militar de 1964 (JUNQUEIRA, 1996).

4.2 A Aplicação do Acesso à Justiça e a Mitigação da Sua Eficácia

O Brasil por meio de seus representantes legislativos, e a formação de um novo governo pós-ditadura concretizou na Constituição Federal de 1988, bem como na construção de leis infraconstitucionais, primou pelo maior acesso à justiça, seja em um sentido de satisfação judicial ou de busca por direitos subjetivos (JUNQUEIRA, 1996).

Para tal, Carneiro (1999) cita que os primeiros passos dados com esta finalidade surgiram com a ampliação da tutela jurisdicional constitucional de, ao mesmo tempo em que busca uma sociedade que seja justa e solidária com a redução das desigualdades sociais existentes (artigo 3º da Constituição de 1988), ela também declara que o Estado por meio de seu poder judiciário não excluirá aquele que venha em busca de sua tutela (BRASIL, 1988).

Do mesmo modo, elenca ainda Santos (2012) a assistência judiciária gratuita (artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição de 1988) como um mecanismo que propicia a manutenção da equidade entre os desiguais, pendendo para aquele que necessita da tutela jurisdicional, porém, que não possui condições financeiras, ou que mesmo que o fizesse isto afetaria a seu sustento e de sua família.

A Constituição de 1988 sofreu ainda a inovações ao longo de sua vigência, e uma em especial chama atenção a Emenda Constitucional número 45, que suas atribuições, tem o fito de proporcionar um melhor acesso à justiça com uma duração de tempo razoável, que seja feita a sua distribuição imediatamente, bem como a inauguração do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que tem o fito de fiscalizar a atuação do judiciário e da conduta dos magistrados (RIBEIRO, 2008).

O segundo Carneiro (1999), vai além e lista outras medidas, que partem da terceira onda, e que envolvem a criação dos Juizados Especiais que tem o cunho de simplificar

e trazer o judiciário para mais próximo da população, julgando causas de pequena monta; a previsão da criação da justiça de paz, com o intuito de realizar casamentos, processos de habilitação, conciliações, e outras atividades previstas em lei; a criação de instrumentos processuais que permita o ajuizamento para a defesa de interesses coletivos, como a ação civil pública (artigo 129, inciso III, da Constituição de 1988), o mandado de segurança coletivo (artigo 5º, inciso LXX, da Constituição de 1988) e o mandado de injunção (artigo 5º, inciso LXXI, da Constituição de 1988); entre outros institutos desenvolvidos.

Para a aplicação o acesso à justiça, o Estado vem buscando a criação de instâncias que possam de fato executar a lei e proporcionar um primeiro contato entre o judiciário e a população, ademais, importa salientar que a expansão do judiciário, no que tange sua presença física em diversas comarcas, e também de outros órgãos estatais, são medidas iniciais e essenciais para a dissolução de barreiras e entraves (OLIVEIRA, 2018).

Os autores Oliveira e Cunha (2016), por meio de pesquisas que envolveram dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ICJ Brasil (Índice de Confiança na Justiça Brasileira) projeto que foi coordenado por Luciana Gross Cunha na FGV Direito de São Paulo (2010-2014), e a partir destes dados fora apontado como pontos principais a: correlação entre “vencer-perder” a ação como motivo de descontentamento com a justiça; a morosidade do poder judiciário; a falta de informações, e o próprio desconhecimento da lei. Entretanto, apesar da insatisfação, foi observado por Oliveira e Cunha (2016) que o judiciário ainda é a via eleita com a maior quantidade de adeptos.

Todavia, pela ótica do acesso ao judiciário é patente que a uma incredibilidade por parte do poder judiciário quanto ao seu acesso, e como efeito colateral ao fato é possível notar os efeitos de uma *baixa constitucionalidade* no que tange a aplicação do texto constitucional e quanto à interpretação que prejudica o instituto (STRECK, p.90, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido o estudo do acesso à justiça, e de seus desdobramentos dentro do escopo constitucional de é de suma importância para a criação de medidas que sejam de fato efetivas para a aplicação do mesmo, a fim de proporcionar um relacionamento pautado na equidade entre os tutelados pelo de instituto, e, do mesmo modo, em relação ao Estado e os que usufruem do acesso à justiça.

Isto posta, mesmo que seja patente a mitigação da eficácia do acesso à justiça, sob a ótica da pesquisa, é perceptível que o campo a ser explorado pode gerar frutos, desde que haja o empenho de se pesquisar e estudar como o ponto Estado, povo, e justiça, podem se ajudar para uma melhor interação entre eles, e que possa levar verdadeiramente a justiça, como já fora realizado com o pontapé dado pela Constituição cidadã de 1988.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thicianna da Costa Porto. Acesso à justiça e a efetividade do processo. **TEMA-Revista Eletrônica de Ciências** (ISSN 2175-9553), v. 8, n. 12, 2009. Disponível em: < <http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/view/17>> Acesso em: 29 de Maio de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 19 set. 2019.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Safe, 1988.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Acesso à Justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo**, Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CAVALCANTE, Tatiana Maria Naufel. **Cidadania e Acesso à Justiça**. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina-PR, Portal E-GOV, inclusão digital e sociedade do conhecimento, pag. 01 a 22, postado em 04 de março de 2011. Disponível em:<
<http://www.jfpr.gov.br/arquivos/office/a48d9d36b2601c7c856951037a224311.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 21 de Maio de 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 12. reimpr. **São Paulo: Atlas**, v. 6, n. 1-1, 2009.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, p. 389-402, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2025/1164>> Acesso em: 25 de Maio de 2019.

OLIVEIRA, Eduardo Matos. Aonde chega o Judiciário? Uma avaliação da expansão da Justiça do Trabalho no Brasil (2003-2010). **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 456-485, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8653392>> Acesso em: 25 de Maio de 2019.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA, Luciana Gross. **Medindo o acesso à Justiça Cível no Brasil**. Opin. Publica, Campinas, v. 22, n. 2, p. 318-349, ago. 2016.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000200318&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 maio 2019.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. A Emenda Constitucional 45 e a questão do acesso à justiça. **Revista Direito GV**, v. 4, n. 2, p. 465-491, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/35160>> Acesso em: 22 de Maio de 2019.

SANTOS, Luana Angélica dos. **Acesso à justiça e gratuidade da justiça no Brasil**. 2012. 21f. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) - Faculdade do Norte Novo de Apucarana, Paraná, 2012. Disponível em: <<http://www.facnepar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2017-06-14-14974735097995.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2019.

STRECK, Lenio Luiz. **A baixa constitucionalidade como obstáculo ao acesso à justiça em TerraeBrasilis**. Sequência (Florianópolis), Florianópolis, n. 69, p. 83-108, dez. 2014.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 maio 2019.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**, Volume I, 22.^a edição, Rio de Janeiro: Forense, 1997. Campina Grande.

O AUMENTO DE CASOS DE FEMICÍDIO NO ESPÍRITO SANTO E A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES CAPIXABAS¹

Marcelo de Freitas Mota Filho²

Ivy de Souza Abreu³

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cenário de violência praticada contra as mulheres capixabas tem se tornado da vez mais preocupante. O presente resumo tem como objetivo analisar o aumento do número de casos de homicídios de mulheres no estado do Espírito Santo entre os anos de 2015 a 2018. No ano de 2015, a lei nº 13.104, incluiu a figura do feminicídio no Código Penal Brasileiro, como qualificadora do crime de homicídio, inserida do inciso VI do artigo 121.

É oportuno salientar a imprescindibilidade de políticas públicas que promovam o enfrentamento dessa violência crescente, de tal modo que haja a redução dos índices através da intervenção dessas políticas. Um exemplo é a implementação de programas institucionais como a Patrulha Lei Maria da Penha de visitas tranquilizadoras, realizadas pela Polícia Militar do ES, um projeto implementado através da SESP (Secretaria Estadual de Segurança Pública), como uma importante ferramenta de monitoramento e prevenção da violência doméstica praticada contra mulheres capixabas.

Em um primeiro momento, é notória a intenção do legislador em proteger a mulher dos recorrentes episódios fatais de violência que são registrados de forma crescente. No

¹ Artigo desenvolvido no grupo de pesquisa "Biodireito e Direitos Fundamentais" da faculdade MULTIVIX, campus de Cachoeiro de Itapemirim-ES, coordenado pela professora doutora Ivy de Souza Abreu.

² Graduando do 7º período do curso de direito da faculdade Multivix Cachoeiro.

³ Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (Faculdade de Direito de Vitória; Capes 5); Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV; Especialista em Direito Público; MBA em Gestão Ambiental; Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Biodireito e Direitos Fundamentais"; Membro do BIOGEPE – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito a Saúde e Bioética da FDV; Avaliadora da Revista Opinião Jurídica do Chile (qualis A2); Avaliadora da Revista Brasileira de Políticas Públicas (qualis B1); Licenciada em Ciências Biológicas; Advogada; Bióloga; Professora universitária; autora de capítulos de livros e artigos.

entanto, a lei do feminicídio também conseguiu reduzir a impunidade dos autores desse tipo de crime, punindo-os de forma mais severa.

De forma paralela, um preocupante e inesperado dado estatístico tem ido de encontro à expectativa de redução de mortes de mulheres vítimas de violência: o Espírito Santo tem a maior taxa de feminicídios da região Sudeste e a terceira maior do país. Esses dados são públicos e já veiculados pela imprensa.

É o que demonstra a imprensa estadual. Uma reportagem do jornal A Gazeta, no portal de notícias G1, veiculada em 2018, informa um registro de 41 crimes de feminicídios no ano de 2017 no ES, maior índice desde 2016, quando a conduta foi tipificada.

O Espírito Santo registrou a maior taxa de feminicídios do Sudeste e a terceira maior do Brasil em 2017. Foram 41 mulheres mortas em razão de gênero. A taxa no estado foi de 2 mortes a cada 100 mil mulheres, quatro vezes maior do que a taxa do país, de 0,5. No Brasil, 946 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2017. (A GAZETA, 2018)

Um outro gráfico com dados da delegacia da mulher, divulgado em reportagem do site do jornal online Folha Vitória, do portal R7 (FOLHA VITÓRIA, 2019), traz os números de registros de ocorrências, medidas protetivas, prisões em flagrante e inquéritos policiais instaurados nos anos de 2017 e 2018, evidenciando um aumento substancial da violência contra as mulheres:

	Boletins de ocorrência	Medidas protetivas	Prisão em flagrante	Inquéritos policiais instaurados
2017	14.395	5.583	435	6.714
2018	14.991	6.785	1.109	7.068

Fonte: Infogram

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para que o presente resumo fosse realizado, foi imprescindível a utilização da internet como principal ferramenta de pesquisa e reunião de dados informativos. Através de consultas online a endereços eletrônicos oficiais dos veículos de imprensa e órgãos governamentais (Planalto), foi possível realizar o levantamento de matérias jornalísticas com fonte de procedência e demais consultas ao ordenamento jurídico vigente; a fim de reforçar o argumento de que a lei necessita de ações políticas

(políticas públicas) para garantir a amplitude de sua aplicação e resultados na prevenção e redução de crimes.

3 DESENVOLVIMENTO

Em síntese, políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos, federal, estadual ou municipal, com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados. Sendo o alvo das ações sempre o cidadão, isto é, o bem estar social; visando assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para algum segmento. De acordo com o SEBRAE MG (2008, p.5):

Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade. Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Sem uma política pública implementada, o alcance da lei pode ficar limitado à punição, quando é possível que haja uma intervenção abrangente nesse cenário, tanto na redução quanto na prevenção de um determinado delito, gerando resultados sociais consideráveis desde que a relação lei x política pública coexista em uma atuação coordenada por parte do poder público. Neste sentido, Patrícia Helena Massa Arzabe traz a importante relação entre a lei, o direito e a política quando escreve:

A ação do Estado por políticas se faz vinculada a direitos previamente estabelecidos ou a metas compatíveis com os princípios e objetivos constitucionais, de forma que, ainda quando aqueles a serem beneficiados não tenham um direito a certo benefício, a provisão deste benefício contribui para a implementação de um objetivo coletivo da comunidade política (ARZABE, 2006, p. 54).

Tem-se ainda, os exemplos dos programas promovidos por prefeituras em bairros, como o combate a insetos transmissores de doenças, é uma política pública sendo aplicada, bem como outras ações em prol da cidade, como campanha contra poluição do meio ambiente, agindo sob o pano de fundo das leis ambientais.

De modo geral, a política pública tem um viés político e administrativo, pode ser uma política de estado, que não se vincula a um mandato político-partidário, ou pode ser uma política de governo, alinhada com os posicionamentos dos cargos eletivos, portanto, depende de cada governante.

Sobre o tema, escreve José Afonso da Silva, em uma análise da importância do papel da lei e de um instrumento social (política pública) que promova os efeitos sociais para os quais esta foi criada, ou a fim de reduzir a reprodução da conduta que a norma penal descreve que é a prática da violência, que ceifa a vida de uma mulher, intervindo de forma preventiva nas relações sociais:

Tem que estar em condições de realizar, mediante a lei, intervenções, que impliquem diretamente uma alteração na situação da comunidade. Significa dizer que a lei não deve ficar numa esfera puramente normativa, mas deve influir na realidade social. Isto é, não pode ser simplesmente lei de arbitragem, lei que arbitra, simplesmente, os conflitos interinos individuais ou intersubjetivos, como ocorria no Estado liberal, apenas visando à manutenção da ordem. Há, também, que ser lei de transformação, lei destinada a interferir na direção da economia e realizar o desenvolvimento nacional. Ela é, por isso, reconhecida como o instrumento institucional de maior importância no controle social. "(SILVA, 2010).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Espírito Santo, uma importante política pública foi desenvolvida para acompanhar e monitorar a violência sofrida pelas mulheres capixabas no âmbito familiar. Em 2014, a SESP (Secretaria Estadual de Segurança Pública), desenvolveu um projeto piloto que visava obter o diagnóstico da vítima em contato com a violência: Patrulha Maria da Penha.

O programa é focado em executar as visitas às mulheres que sofrem violência familiar a doméstica, e que em decorrência de tais episódios, obtiveram medidas protetivas de urgência por parte do Poder Judiciário. Uma equipe, geralmente composta por dois ou mais policiais militares, realizam a visita tranquilizadora e levam consigo um formulário contendo perguntas atinentes ao caso de violência sofrido pela vítima. Em posse desses dados, os agentes lavram um boletim de ocorrência para registrar a atividade, e proporcionam assim um acompanhamento monitorado a fim de evitar um novo caso de violência.

Em recente matéria publicada no site Folha Online. es (2019), a equipe de reportagem traz à leitura uma ideia da importância deste tipo de programa realizado pela polícia capixaba:

Dentre os resultados apresentados, a patrulha da Lei Maria da Penha realizou este ano 201 visitas tranquilizadoras às mulheres vítimas de violência. “A continuidade do programa e o empenho dos vários setores da rede de Segurança Pública são importantes. Todos estão trabalhando como uma “engrenagem” para alcançar o sucesso”, disse um oficial responsável pela execução do programa na região. A reunião também teve um papel importante e abriu espaço para os Militares que fazem parte da Patrulha Maria da Penha ao opinarem sobre as dificuldades que encontram nas ruas ao realizarem as visitas. “Muitas mulheres ainda têm vergonha de denunciar, mas essas visitas tranquilizadoras ajudam no empoderamento das mulheres para elas se sentirem mais seguras”, completou outra militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do preocupante crescimento da violência contra a mulher, não só na região Sudeste, mas em todo o país, é primordial que o poder público se empenhe em promover políticas públicas diversificadas e inovadoras para prevenção, proteção e cuidado das vítimas.

Uma vez que a tipificação do feminicídio não reduziu o índice de violência contra as mulheres. Isto evidencia que a edição da lei conjugada com a majoração da punibilidade, não se mostra suficiente para atuar na redução da ocorrência de crimes. É necessária a utilização de políticas públicas como instrumento acessório da lei para promover a proteção da mulher.

Seja estabelecendo parcerias públicas x privadas, seja mobilizando as instituições, para que contribuam neste sentido a fim de ampliar a proteção feminina, encorajá-las a denunciar os abusos, investir em canais como o 181 de denúncia anônima de crimes e toda forma de violência, onde quer que ela se manifeste.

Como elucidado anteriormente, as políticas públicas atuam também como propulsoras da lei, ampliando seu alcance, garantindo sua aplicação, de modo que o crime não ocorra por meio da conscientização, dos canais de mídias, através de campanhas, ou mesmo através da visitação às vítimas realizadas por instituições públicas. Como já exemplificado, a Patrulha da Maria da Penha no estado do Espírito Santo, que atua tanto para colher dados e orientar quanto para prevenir os crimes e possibilitar segurança, e ainda para oferecer amparo a essas mulheres.

6 REFERÊNCIAS

ARZABE, Patrícia Helena Massa. Direitos Humanos e políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

FOLHA ONLINE ES, PM faz mais de 200 visitas tranquilizadoras contra violência doméstica em Guarapari, 08 set. 2017. Disponível em: <https://www.folhaonline.es/pm-faz-mais-de-200-visitas-tranquilizadoras-contraviolencia-domestica-em-guarapari/>. Acesso em 20/09/2019

INFOGRAM, Espírito Santo bate recorde de feminicídios no início de 2019; 07 mar. 2019. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/03/2019/a-violencia-espírito-santo-bate-recorde-de-feminicídios-no-início-de-2019>> Acesso em: 20/09/2019

SEBRAE MG, Políticas Públicas: conceitos e práticas; LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. V.7 2008, p.5

SESP, ES tem a maior taxa de feminicídios do Sudeste e a 3ª maior do país. Manoela Albuquerque, G1 ES. 07 mar. 2018.. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/es-tem-a-maior-taxa-de-feminicídios-do-sudeste-e-a-3-maior-do-pais.ghtml>> Acesso em: 20/09/2019

SESP ES, Proteção à mulher > Visitas Tranquilizadoras, 05 jul. 2019. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/historico>>

SILVA, José Afonso da. Estrutura e funcionamento do poder legislativo. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 47, n. 187, p. 137-154, jul. /set. 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198698/000897822.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>>

ARMA DE FOGO COMO POTENCIAL FATOR DE RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL¹

Marcelo de Freitas Mota Filho²

Ivy de Souza Abreu³

1 INTRODUÇÃO

A realidade cotidiana enfrentada pela mulher brasileira é árdua, em especial, no que diz respeito à violência doméstica. A maioria dos casos ocorre dentro do relacionamento afetivo: abuso emocional, ameaças, agressões físicas, várias são as formas pelas quais a violência se manifesta.

Quando um desentendimento entre um casal toma grandes proporções, a ponto de culminar na agressão física seguida de lesão corporal, a morte, que seria o ápice do resultado, não ocorre, na maioria das vezes, pela ineficácia do meio empregado. É notório que causar a morte de uma pessoa com as próprias mãos, um pedaço de madeira ou até mesmo uma faca, exige um esforço bem maior quando comparado a uma arma de fogo.

O fator preocupante é justamente o livre acesso à arma quando a estabilidade da relação ficar comprometida diante das crises e atritos na relação familiar. Como já citado, os casos de violência contra a mulher no Brasil são alarmantes. De acordo com dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), tramitam 1.273.398 de processos nos tribunais de todo país (Agencia CNJ de notícias). Mais de um milhão de casos estão na justiça, fora os dados não oficiais.

¹ Artigo desenvolvido no grupo de pesquisa "Biodireito e Direitos Fundamentais" da faculdade MULTIVIX, campus de Cachoeiro de Itapemirim-ES, coordenado pela professora doutora Ivy de Souza Abreu.

² Graduando do 7º período do curso de direito da faculdade Multivix Cachoeiro.

³ Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (Faculdade de Direito de Vitória; Capes 5); Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV; Especialista em Direito Público; MBA em Gestão Ambiental; Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Biodireito e Direitos Fundamentais"; Membro do BIOGEPE – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito a Saúde e Bioética da FDV; Avaliadora da Revista Opinião Jurídica do Chile (qualis A2); Avaliadora da Revista Brasileira de Políticas Públicas (qualis B1); Licenciada em Ciências Biológicas; Advogada; Bióloga; Professora universitária; autora de capítulos de livros e artigos.

Não se trata de questionar acerca da constitucionalidade do decreto presidencial nº 9.685/2019, de 15 de janeiro de 2019, e da facilitação para a posse de arma de fogo, mas promover uma reflexão sobre a real dimensão dos riscos, consequências e possíveis resultados que irão sobrevir na realidade de mulheres vulneráveis que são vítimas de violência doméstica em todo o país.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do presente trabalho, a pesquisa documental e bibliográfica foi a principal opção metódica. Foram utilizadas distintas fontes de informação disponíveis, dentre as quais a internet se sobressai como principal ferramenta de pesquisa. Por meio de consultas a endereços eletrônicos oficiais, foi viabilizado o acesso e o levantamento de informações atinentes à legislação atual e vigente em sites governamentais (Planalto), à agência de notícias vinculada ao poder judiciário (CNJ), que forneceram os números e as estatísticas processuais que transmitem a dimensão dos casos de violência contra a mulher registrada no país, fatais e não fatais, embasando o argumento defendido de que com o advento do decreto, tais casos poderão ser multiplicados.

3 DESENVOLVIMENTO

O decreto presidencial nº 9.685/2019, de 15 de janeiro de 2019, tornou menos rígida a aquisição de armas de fogo no Brasil por civis, desburocratizando alguns procedimentos normativos para a posse e facilitando o acesso a todo aquele indivíduo que desejar obter uma arma de fogo, desde que manifeste interesse e atenda às exigências do texto.

É notório que, apesar do armamento da população civil ser um tema controverso no meio social, a alegação do executivo para tal medida é que se trata de um direito do cidadão ter acesso a uma arma de fogo para defesa de sua vida e de seu patrimônio, quando devidamente preenchidos os requisitos legais para que a posse seja concedida.

Entretanto, há um ônus sinuoso a ser assumido não só pelo governo, mas principalmente pela sociedade diante de tal medida, com consequências que precisam ser refletidas. Além da questão a violência doméstica, há outros âmbitos em que a violência se manifesta proporções que vão além da ideia da autodefesa e da defesa do patrimônio, como uma clara possibilidade de aumento nos números de casos de suicídio e mortes por acidente envolvendo armas de fogo.

A lei Maria da Penha, lei nº 11.340/2006, estabelece as formas de violência que atingem a mulher no âmbito familiar, bem como discorre sobre as medidas protetivas que visam coibir e proteger a vítima de novos episódios de violência física, psicológica, verbal, moral e patrimonial.

Evidentemente, a presença de uma arma dentro da residência não apresenta uma ameaça direta à mulher, mas uma possibilidade subjetiva de que essa seja vítima de, no mínimo, uma grave lesão. É sabido que divergências são inerentes à convivência humana, e que casos de violência nascem de forma geral dessas discussões.

Com a presença de uma arma de fogo no lar, qualquer evolução de uma simples discordância para uma exaltação de ânimos que resulte em agressão, cada briga de casal se tornará uma propícia cena de crime de feminicídio, maximizando os riscos à mulher.

Por um lado, o decreto restringe os requerimentos a uma análise criteriosa, elencando as razões que geram o indeferimento ou cancelam a posse do indivíduo que possui antecedentes criminais ou mantém vínculo com grupos criminosos. Por outro lado, o objeto de preocupação é exatamente a ocorrência do primeiro episódio de violência, em um lar sem antecedentes, diante do risco de morte que uma arma de fogo irá oferecer.

A Defensoria Pública de Santa Catarina, em matéria veiculada na imprensa, ratifica o mesmo posicionamento em relação ao risco maximizado pela arma de fogo. De acordo com o órgão, é grande a possibilidade de aumentarem os casos de femicídio, que já apresenta uma média de 3 casos por trimestre no estado, sendo registrados

42 casos de feminicídio em Santa Catarina apenas no ano de 2018, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública. (DEFENSORIA, 2019)

Diante do grave quadro de violência contra a mulher, é de suma importância para a vítima, que se faça conhecer a respeito das medidas protetivas elencadas na Lei Maria da Penha, que resguardam e proporcionam amparo e proteção à mulher, que, além de impedir a aproximação do acusado e promover o afastamento do lar, pode inclusive, destituir a posse de arma do agressor. Trecho do texto da lei nº 11.340/2006 elencando algumas das medidas protetivas:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios. (BRASIL, 2006)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No quadro a seguir, é possível observar os preocupantes dados que evidenciam um crescimento gradual de processos envolvendo casos de violência doméstica que tramitam na justiça estadual, em âmbito nacional, nos anos de 2016, 2017 e 2018. O informativo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ traz também um aumento significativo dos casos de feminicídio nos respectivos anos, principalmente nos dois primeiros anos analisados.

Figura 1 – Femicídio e violência doméstica no Brasil



Fonte: CNJ, 2019

Diante de dados concretos, que expõem o sinistro e silencioso cenário hostil ao qual a mulher brasileira está exposta, o questionamento que surge acerca do decreto que, provavelmente, irá armar de forma letal os violentadores, é que se, sob pretexto de fortalecer a autodefesa do cidadão, facilitando na forma da lei com que este obtenha uma arma de fogo, seria razoável que isso ocorresse à custa de uma majoração dos riscos para o lado mais vulnerável, em face de uma realidade violenta que já submete uma considerável parcela feminina na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro grave de violência contra a mulher no Brasil, é imprescindível que toda e qualquer medida por parte do governo, que possa significar uma maximização de riscos à população, venha acompanhada também da tutela legal viabilizada pelo Poder Legislativo.

Isto é, junto a um decreto como este aqui discutido, que na prática irá armar a população, seria ideal que houvesse uma proposta de agravamento de penas sobre os crimes que emergem da violência doméstica. O enfoque deve ser direcionado a responsabilização do detentor da posse da arma, na ocorrência de um crime em que este se aproveita do poder intimidatório da arma de fogo para praticar uma violência, seja ela em maior ou menor proporção.

É necessária a conscientização da população quanto aos riscos oferecidos por um armamento letal dentro de casa, riscos estes que, ainda em uma região de penumbra, só serão elucidados de fato quando sobrevierem os resultados, com a produção dos números e as reais consequências do decreto após um determinado período de tempo.

Este trabalho foi desenvolvido antes das seguintes alterações: O decreto presidencial nº 9.685/2019, de 15 de janeiro de 2019, foi revogado por um novo decreto de nº 9.785, de 07 de maio de 2019; que por sua vez foi revogado pelo decreto de nº 9.847, de 25 de junho de 2019. Contudo, substancialmente, o conteúdo do decreto precursor foi mantido.

Ao contrário do que está previsto no Estatuto do Desarmamento, que estabelece como limite da posse de arma o âmbito interno da residência, a nova redação ampliou o alcance da permissão, redefinindo o entendimento de residência para fins de posse, para toda a extensão que compreende o terreno onde está situada a edificação, e não somente a área construída, incluindo-se o imóvel rural.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019. Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9685.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 01 jan. 2019.

CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA). Cresce o número de processos de feminicídio e de violência doméstica em 2018. 08 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88539-cresce-numero-de-processos-de-feminicidio-e-de-violencia-domestica-em-2018>> Acesso em: 02 mai.2019

_____. Uma mulher entre 100 vai à Justiça contra violência doméstica. 12 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86320-uma-mulher-entre-100-esta-na-justica-contra-violencia-domestica>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DEFENSORIA Pública de Santa Catarina diz que decreto de posse de arma pode aumentar número de feminicídios. 22 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/01/22/defensoria-publica-de-sc-diz-que-decreto-de-posse-de-arma-pode-aumentar-numero-de-feminicidios.ghtml>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

Para PRG decretos que tratam sobre posse de armas de fogo são inconstitucionais. 19 set. 2019 Disponível em: <<https://tudorondonia.com/noticias/para-pgr-decretos-que-tratam-sobre-porte-e-posse-de-armas-de-fogo-sao-inconstitucionais,37382.shtml>>. Acesso em: 09 de out. 2019.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: ESTUDO SISTEMÁTICO A PARTIR DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Graziely Vargas Veronez¹

1 INTRODUÇÃO

É notório que a sociedade necessita de um conjunto de normas que estejam voltadas para disciplinar a forma como o Estado resolverá uma lide, tendo assim a participação dos litigantes para que esta ocorra. Para tanto, dá-se o nome de Jurisdição o dever/poder do Estado de resolver todos os conflitos que lhe fora ostentado. O Direito Processual Civil surge para a regulamentação da jurisdição ao disciplinar os poderes e deveres dos sujeitos da relação processual, quais sejam: juiz, autor, réu e advogados.

Outrossim, o direito processual civil passou por várias fases metodológicas, tendo como fase atual o neoprocessualismo ou formalismo, no qual este sofreu uma leitura constitucional por criar o modelo constitucional de processo. Dessa forma, através dessa nova fase o processo passou a ter um conjunto de princípios e garantias constitucionais processuais a fim de garantir o devido processo legal.

Desta maneira, o trabalho em tela, apresentará tópicos importantes acerca do direito processual civil, razão pela qual esta emana da vontade de se resolver uma lide por uma necessidade social, política e jurídica.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho tem como finalidade promover a disseminação de um conhecimento aprofundado sobre o direito processual civil ao considerar os diversos benefícios que tal aprendizagem proporciona para a sociedade acadêmica.

Sendo assim, buscou-se através de livros e artigos científicos publicados, e

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

também, com o auxílio dos conhecimentos já adquiridos para a construção do presente trabalho, e assim fazer a interdisciplinaridade, a fim de introduzir da melhor forma possível o trabalho em tela.

3 DESENVOLVIMENTO

A jurisdição é exercida por meio de uma atividade criativa, possui uma decisão de controle externo, não sendo passível de discussão uma vez que se trata de coisa julgada, é atribuído a terceiros imparciais submetidos a um processo com razoável duração, nesse caso, é possível visualizar a produção de uma tutela jurisdicional justa. Por melhor conceituar, a jurisdição assim como a ação e o processo são regulamentados pelo ramo do direito processual civil, através de normas jurídicas com o objetivo de se ter a composição da lide.

São relações jurídicas, por exemplo, o nexos existente entre credor e devedor e também o que interliga os membros de uma sociedade anônima. O processo também, como complexa ligação jurídica entre os sujeitos que nele desenvolvem atividades, é em si mesmo uma relação jurídica [...], a qual vista em seu conjunto, apresenta-se composta de inúmeras posições jurídicas ativas e passivas de cada um dos seus sujeitos: poderes, faculdades, deveres, sujeição, ônus (CINTRA, 2003:282-283)

De acordo com o dito, Cintra afirma que a relação jurídica processual se dá sobre alguns aspectos, tais como os sujeitos, os pressupostos processuais e pelo seu objeto, este último é a relação jurídica de direito material levada ao Estado-Juiz para julgamento. Dessa forma, a natureza jurídica do processo é pública e corresponde ao procedimento do contraditório realizado pela relação jurídico processual. Esta adota a teoria triangular, isso quer dizer que os direitos e deveres de um processo são estabelecidos tanto para o juiz, como para o autor e réu, esta relação sempre será tríplice mesmo que o processo não apresente autor ou réu. Vale lembrar, que o juiz, o autor e o réu configuram a relação processual de forma mínima, uma vez que outros sujeitos poderão configurar no processo.

Na relação processual, pode ocorrer um fenômeno caracterizado pela existência de sujeitos com uma configuração maior do que a mínima, esta recebe o nome de pluralidade e que se divide em duas formas: o litisconsórcio, quando se tem mais

de um autor, mais de um réu ou mais de ambos, é quando as partes se unem para litigar em conjunto; e intervenção de terceiros, ocorre quando um terceiro ingressa na relação processual.

Em regra, a sentença que for proferida pelo juiz deverá atingir somente as partes, mas quando a sentença observar situações específicas haverá a possibilidade de um terceiro intervir, porém para que isso ocorra, é necessário um vínculo do objeto litigioso com esse terceiro, este intervêm porque de alguma forma o seu direito foi violado, a intervenção poderá ser de forma espontânea ou provocada. A intervenção de terceiro no novo código de processo civil pode ser aplicada a todos os procedimentos comuns, porém no código civil de 1973 a intervenção de terceiros só poderia ocorrer no processo de conhecimento comum ordinário quando tivesse restrição no procedimento comum sumário, ou nos especiais de execução.

Por outro lado, os sujeitos da relação processual serão as partes, o juiz, auxiliares da justiça, Ministério Público e procuradores. As partes são aqueles que provocam o judiciário para defender seus interesses, mas para que isso ocorra, o artigo 77 do CPC/2015 estipula deveres a serem seguidos não só por aquelas mas por todos que participam do processo:

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;

II - não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;

III - não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;

IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;

V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva;

VI - não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

O juiz, na relação processual é aquele que representa o Estado-Juiz, e sob esse prisma, é possível observar que este também é quem direciona o processo com o

objetivo de garantir às partes igualdade de tratamento, tendo como base legal o artigo 139, inciso I e artigo 7º do NCPC. Deve-se observar que o Juiz na condução do processo precisa ser imparcial, e isso se dá em razão da equidistância em relação às partes.

Já o processo de conhecimento, tem por conceito clássico o *jus dicere, ou seja*, é dizer o direito, é neste que se tem o Estado de direito nos domínios da ciência jurídica. É um procedimento comum possuindo quatro fases: a fase postulatória, de saneamento, instrutória e por fim, a fase decisória. Por melhor definir cada uma delas, a fase postulatória como o próprio nome diz vai do momento da proposição da ação até o momento da réplica; a fase de saneamento se dá por todo processo para manter organização processual; a fase instrutória tem seu ápice na audiência de instrução e julgamento; e a fase decisória é quando se tem uma sentença podendo esta ser constitutiva, condenatória ou declaratória.

Os processos devem observar o procedimento a ser utilizado, quando não houver hipótese para um procedimento especial, usar-se-á o procedimento comum por se tratar de um procedimento residual, tendo uma aplicação subsidiária aos processos de execuções e aos demais processos especiais. A nova sistemática adotada pelo NCPC é o procedimento comum, ou seja, a partir deste não se faz necessário o uso do rito ordinário, sumário ou sumaríssimo.

Art. 318. Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei.

Parágrafo único. O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.

Vale destacar a importância de se diferenciar o processo do procedimento. O processo é um instrumento utilizado pela jurisdição no qual a legislação dita atos processuais com o objetivo de ter no fim uma prestação jurisdicional. Dessa forma, após provocação da jurisdição feita pela parte o juiz examina o preenchimento de todos os pressupostos processuais para que assim possa examinar o mérito. Ademais, o procedimento é a forma, através do qual, atinge-se a finalidade do processo através da organização dos atos processuais.

A formação do processo se inicia quando a parte provoca a jurisdição por meio do

direito de ação, isso ocorre porque a jurisdição é inerte segundo o princípio da inércia, em um sentido mais casual, o processo civil se inicia a partir da protocolização da petição inicial. Todavia, é necessário observar as causas de suspensão do processo previsto no artigo 313 do NCPC, porque caso a suspensão ocorra os atos processuais não poderão ser praticados. Já a extinção do processo, segundo o artigo 316 NCPC, é aquela que ocorre através de uma prolação de sentença, porém se a sentença for de mérito, esta colocará fim apenas a uma fase do processo de conhecimento, mas se a sentença for sem mérito, acaba-se com o processo.

4 RESULTADOS

A partir do estudo, observou-se que com a nova aplicação do código de processo civil em março de 2016, que este trouxe muitas alterações e com isso se fez necessário a urgência pela absorção por este novo instituto.

Nesse diapasão, o trabalho acadêmico em questão, buscou a apresentar pontos importantes com o objetivo de passar para o leitor uma leitura capaz de fornecer conhecimentos necessários acerca do novo CPC/2015. Se torna assim, o primeiro passo para o iniciante desta matéria uma vez que se trata da parte geral do Código de Processo Civil de 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos apresentados no presente trabalho, conclui-se que é indispensável o aprendizado pelo processo civil uma vez que este apresenta os procedimentos processuais necessários para a formação de um processo. Além disso, também deve ser mencionado que, como tais substâncias estão cada vez mais acessíveis e presentes no âmbito jurídico, os professores devem trabalhar e discutir acerca do assunto com os educandos, para que a vida profissional, no pós graduação, não seja uma afronta aos iniciantes da carreira jurídica.

Ademais, as faculdades devem promover palestras, visitas técnicas acerca do assunto para que os graduandos em direito possam se familiarizar cada vez mais

com assunto em tela. O professor, que diariamente tem contato com o aluno, desenvolve um papel de grande poder de influência na vida do aluno por ser um formador de opinião, e tem por principal objetivo passar seus conhecimentos adiante.

6 REFERÊNCIAS

CHAVES, Roberto de Souza. **Introdução ao estudo do processo: conceito, natureza jurídica e princípios fundamentais** < Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,introducao-ao-estudo-do-processoconceito-natureza-juridica-e-principios-fundamentais,51509.html>> último acesso em 29 abril 2019).

Portal da Legislação, Brasília, mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 29 abril. 2019.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo Civil Sistematizado**, 2. Ed., editora método, São Paulo, 2017.

A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES) EM RELAÇÃO AO ARTIGO 225/C.R.F.B. 1988

Marcela de Oliveira Marques

Natássya Neves Carvalho

Vilma de Oliveira Lima¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

Garantir que a sociedade assuma um sólido compromisso com a responsabilidade ambiental, resgatando a motivação intrínseca de defesa e celebração do meio ambiente, é um desafio vibrante para quem está na linha de frente da causa ambiental. Há muitas práticas que não corroboram com a sustentabilidade dos relacionamentos humanos, e esta realidade reflete na maneira como humanos se relacionam com o meio ambiente como um todo. Em prol da preservação do que sustenta a existência e o equilíbrio da vida, é essencial o investimento em ações nucleares, agindo localmente pensando globalmente. A partir desse princípio, o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) conta com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) que trabalha na defesa e preservação ambiental atravessando eixos de atuação conforme as demandas locais. O presente texto aborda as principais atuações da SEMMA em cumprimento ao Artigo 225 da C.F.R.B./1988, alguns de seus desafios e possíveis alternativas para expandir a consciência em torno da responsabilidade ambiental dos munícipes.

Viver em um planeta sadio e salvá-lo da destruição é um direito e dever de todos que nele habitam. É com urgência que os poderes públicos e munícipes assumam de fato essa responsabilidade, aderindo à causa não como uma opção, mas como uma condição de sobrevivência. A partir da consciência em torno da situação do meio ambiente como um reflexo exterior do que há no meio interno de cada ser, o

¹ Graduando do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, vrainha@hotmail.com;

² Professor orientador Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

sentimento de pertencimento ao meio, é capaz de alcançar o maior número de pessoas engajadas enquanto agentes transformadores do meio em que vivem (TRIGUEIRO 2017).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico.

3 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Para atender a normativa constitucional do Artigo 225, a prefeitura da cidade de Cachoeiro de Itapemirim (ES) centraliza a responsabilidade ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), cuja principal missão é a formulação e coordenação de políticas ambientais na sede do município e nos distritos. Nessa secretaria, há departamentos que atuam em diferentes eixos, que podem ser conferidos no site oficial da prefeitura: Subsecretaria de Gestão Ambiental; Gerência Administrativa; Gerência de Recursos Naturais; Gerência de Educação Ambiental; Gerência de Licenciamento Ambiental; Gerência de Fiscalização Ambiental; e Gerência de Controle de Resíduos. Da emissão de licenciamentos e fiscalização de infrações ambientais, passando pelo desenvolvimento de projetos de proteção e

recuperação dos recursos naturais no município, até a promoção de ações educativas, a SEMMA também é responsável pelo desenvolvimento de intervenções que fomentam áreas verdes em vias públicas, parques jardins e áreas de lazer. (PMCI, 2019)

“Art. 225. IV exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (BRASIL, 1988). No site oficial da prefeitura, servidores e munícipes, podem encontrar elencadas uma (1) lei, dois (2) decretos, duas (2) instruções normativas e duas (2) portarias que regulam o licenciamento ambiental no município no cumprimento da norma constitucional. (SEMMA, 2019)

Art. 225. III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. (BRASIL, 1988)

Art. 225. § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988)

A lei que coroa o rol de informações é a Lei nº 7.349/30.12.2015, que dispõe sobre a instituição das taxas devidas para o licenciamento ambiental e outros serviços afins no município. Já o Decreto nº 26.082/28.04.2016, regulamenta a Lei nº 7.348/30.12.2015 e define procedimentos para o licenciamento ambiental municipal de combate à poluição; enquanto que o decreto seguinte, nº 26.083/28.04.2015, alerta sobre as infrações e sanções administrativas decorrentes de atos lesivos ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo para apuração destas infrações, e dá outras providências. (SEMMA, 2019)

Nas instruções normativas, encontra-se a nº 001/12.02.2016, que existe para estabelecer procedimentos para o licenciamento de postos de combustíveis, para fins de integração do licenciamento ambiental e licenciamento urbanístico, frutos do Plano Diretor Municipal; o nº 002/02.05.2016, que estabelece os procedimentos e a documentação necessária para a execução do licenciamento ambiental e demais serviços relacionados. (SEMMA, 2019)

As portarias, por sua vez, determinam critérios para adequação de empreendimentos que realizem diagnóstico por imagem, radiologia e tomografia para efeitos de licenciamento e fiscalização (Portaria nº 1.009/30.12.2015); e definem o rol de documentos necessários ao licenciamento e estabelece critérios técnicos e administrativos para a apresentação dos planos e projetos ambientais para “Loteamento predominantemente residencial ou para unidades habitacionais populares ou para Condomínios Horizontais”, incluindo tratamento de resíduos líquidos, tratamento e disposição de resíduos sólidos e outros passivos ambientais (Portaria nº895/21.11.2013). (SEMMA, 2019)

3.1 Preservação e Restauração

Com o propósito constitucional de proteger os recursos hídricos, a SEMMA, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Interior (SEMAI), mantém o Projeto Nascentes Vivas, cujo objetivo é recuperar 1.500 nascentes no município. O projeto iniciou em 2018 e já conta com 32 nascentes recuperadas em 26 propriedades. Como condicionante processual, os proprietários das localidades onde se encontram os olhos d'água receberam kits para o cerceamento dos mesmos, além de Educação Ambiental para expandir os conhecimentos quanto à preservação e conservação dos recursos (SEMMA, 2019). “Art. 225. VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (BRASIL, 1988).

Entre Ipês, Flamboyants, árvores frutíferas e outras espécies nativas, a SEMMA atua em prol do bem-estar da população e qualidade do meio ambiente, tornando espaços públicos mais conectados com sua natureza através do Projeto Cachoeiro Mais Verde. Por meio deste projeto, áreas urbanas são revitalizadas e emolduradas com plantio de árvores, cujas mudas são doadas pela própria secretária e iniciativas privadas. Atualmente cerca de 17 locais da cidade foram contemplados com o projeto, entre eles estão: Comunidade São Simão e EMEB Reverendo Jader (Bairro IBC); Bairro Waldir Furtado Amorim (BNH de Baixo); CEMURF – Centro Municipal de Reabilitação Física; Centro de Referência da Juventude na Praça de Fátima

(Bairro Guandu); Recanto da Criança – SEMDES; Bairro Coramara; CIE - Centro Interescolar Áttila de Almeida Miranda (Bairro Vila Rica); Linha Vermelha, Praça das Rosas, Praça Jerônimo Monteiro e Rua 25 de Março (Bairro Centro); Rua João Sasso (Bairro São Geraldo); Bairro Independência; Escola VIVA (Antigo Liceu Muniz Freire); Cooperativa de Laticínios Selita; Bairro Nossa Senhora Aparecida; e Casa de Cultura Roberto Carlos (Recanto). (SEMMA, 2019)

3.2 Sustentabilidade

No que tange a sustentabilidade do município, a SEMMA promove a coleta seletiva de resíduos sólidos com o Projeto Vem Reciclar. Este projeto ambiental de fomento a conscientização da reciclagem do lixo gerado por munícipes e empreendimentos, assume seu viés social apoiando a ASCOMIRIM - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Cachoeiro de Itapemirim, devidamente registrada com CNPJ e cartório, onde ocorre a triagem dos supracitados resíduos, cujo lucro da venda para empresas de reciclagem é dividido entre os catadores associados. (SEMMA, 2019).

O município ainda dispõe de mais de 170 pontos para que munícipes descartem adequadamente materiais recicláveis, os PEVs - Ponto de Entrega Voluntária. A distribuição dos coletores de recicláveis acontece também na rede de ensino municipal urbana, bem como em condomínios e empresas, localizados em mais de 30 bairros da sede do município e distritos. Cerca de 20 toneladas de resíduos coletados são destinadas à ASCOMIRIM, que realiza o tratamento adequado para a que o material possa ser comercializado, gerando renda familiar para cerca de 13 integrantes da associação. (SEMMA, 2019)

Atualmente, os serviços de coleta seletiva estão suspensos, devido a um incêndio que acometeu o galpão da ASCOMIRIM em março de 2019, que se encontra interditado para o exercício das atividades. Segundo a secretária da pasta, Andressa Colombiano, os danos provocados pelo incidente passam pela avaliação de sua extensão, e não há prazo para a retomada. Enquanto isso, os associados estão recebendo assistência social e cursos de capacitação profissional e cuidados de higiene e segurança no trabalho. Quanto o transporte de materiais recicláveis, está

sob os cuidados da SEMMA, que dispõe de um caminhão para coleta, e para empresa concessionária da cidade, responsável pela coleta de resíduos sólidos no município (PMCI, 2019).

3.3 Educação Ambiental

Sobre a defesa do meio ambiente, anualmente, a prefeitura municipal realiza três eventos que englobam uma série de ações de defesa e conscientização coletiva e defesa ambiental. Todos eles recebem o apoio de secretarias parceiras, como a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Polícia Ambiental, AGERSA, e a iniciativa privada Odebrecht Ambiental. (SEMMA, 2019)

No mês de março, a SEMMA promove o evento "Cachoeiro no Caminho das Águas", cujo foco principal é o uso sustentável da água. Palestras de sensibilização, material audiovisual, workshops e caminhadas são desempenhadas na disseminação da importância do consumo consciente de água e formas de aproveitamento.

Em função do Dia Mundial do Meio Ambiente, no mês de junho, acontece o "Cachoeiro Meu Ambiente" quando ocorrem atividades alusivas à preservação e sustentabilidade, como o incentivo de reaproveitamento de materiais recicláveis, oficinas de compostagem, passeios ecológicos, plantios e apresentações lúdicas relacionadas ao tema. Há também intervenções de limpeza de córregos do município, através do Projeto "Nossos Córregos mais Limpos".

O Dia da Árvore, celebrado em setembro, não poderia ficar de fora dos eventos impulsionados pela SEMMA. O "Planeta Cachoeiro", que acontece na semana de comemoração, reúne munícipes em ações de plantio na cidade, proporcionando a arborização que resulta na amenização da temperatura local, e que se tornam mais agradáveis esteticamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todo o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o município de Cachoeiro de Itapemirim ainda enfrenta desafios em

relação à proteção animal, principalmente cachorros e gatos em situação de rua; supressão ilegal de árvores; o Rio Itapemirim e córregos com níveis significativos de poluição; construções irregulares em áreas de APP (Área de Preservação Permanente); a reciclagem sistêmica de resíduos sólidos; e a Educação Ambiental massiva da população. A urgência de celeridade no processo de Educação Ambiental massiva perpassa pela necessidade do despertar da consciência individual sobre o meio ambiente, que se encontra adormecida perante a própria responsabilidade. A SEMMA deve ser a principal ponte que conectam munícipes a um ganho de consciência sobre o a exploração daquilo que sustenta a vida humana, o local da convivência, que é o meio ambiente. Essa postura perante a vida em sociedade e sobrevivência pode ser desenvolvida e estimulada pela secretaria, sob a perspectiva de valores calcados na ética.

Há a importância de expansão de programas que introduzam a abordagem da ética e responsabilidade ambiental, promovendo uma agenda de debates permanentes em bairros, em que se discuta sobre o comportamento ético do indivíduo. A união de metodologias e a frequência de encontros, pode ser um grande passo para iniciar uma mudança massiva da mentalidade de indivíduos e empresários que ainda não se responsabilizam pelo meio ambiente através da sustentabilidade. A existência de iniciativas de eventos como esses, pode impactar positivamente na adesão e reeducação da população, agindo por bairros, ajudando na expansão da consciência; na propagação da responsabilidade civil; enquanto questiona comportamentos e hábitos cotidianos do indivíduo.

A consciência e responsabilidade ambiental é uma tendência cada vez mais forte e ser adotada por municípios, cujas muitas iniciativas defendem, por exemplo, boas práticas de descartabilidade de sólidos e líquidos, campanhas para o apoio do comércio local, legislações específicas sobre o uso de descartáveis, poluição de vias públicas fluviais, programas de reciclagem e permacultura, hortas comunitárias, construções civis sob a ribalta da sustentabilidade, entre outros. Outra maneira da era da sustentabilidade se instalar no município holisticamente pode ser através de programas que movimentam o consumo consciente; a economia circular; a redução sobre desperdícios sólidos e líquidos; reforçando o poder de agir localmente pensando globalmente. Dessa forma acontece uma recodificação nas estruturas

sociais, hábitos e costumes começando a partir das escolas e eventos frequentes em bairros. Os princípios da economia colaborativa, pautados na ideia de repartir, partilhar e compartilhar a convivência e os recursos do meio ambiente pode nortear projetos e programas que fomentem com a sustentabilidade do município.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 28. ed. atual. [S. l.]: Rideel, 2019. 123 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Espírito Santo). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **SEMMA**: Cachoeiro Mais Verde. [S. l.], 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/meio-ambiente-semma/cachoeiro-mais-verde/>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Espírito Santo). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **SEMMA**: Eventos. [S. l.], 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/meio-ambiente-semma/eventos/>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Espírito Santo). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **SEMMA**: Nascentes Vivas. [S. l.], 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/meio-ambiente-semma/nascentes-vivas/>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Espírito Santo). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **SEMMA**: Institucional. [S. l.], 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/meio-ambiente-semma/>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Espírito Santo). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **SEMMA**: Licenciamento Ambiental. [S. l.], 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/site-pmci/wp-content/uploads/2019/09/lei.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Espírito Santo). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **SEMMA**: Vem Reciclar. [S. l.], 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/meio-ambiente-semma/vem-reciclar/>. Acesso em: 27 ago. 2019.

TRIGUEIRO, André. **Sustentabilidade nas Empresas**. Gravação de Green City. [S. l.]: Green City, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SQBSXZfwakA>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASÍLIA: O INÍCIO DO SONHO

David Rabelo

Maria Vitória Bedim dos Santos

Thais Custódio Biazatti¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

É indiscutível a evolução na cultura de Brasília e inegável o tamanho de sua história. Nosso trabalho vai além de detalhar esses dois fatores, mostramos em nossa pesquisa todo processo histórico que ocorreu desde a idealização de Brasília até a sua construção definitiva. Respondemos essa questão e ainda tratamos sobre economia e administração de Brasília.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um

¹Graduanda do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thais.c.biazatti@gmail.com
²Professor orientador Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico

3 DESENVOLVIMENTO

Com a Independência do Brasil, em 1822 os defensores da interiorização ganharam novas esperanças, no ano seguinte, na Assembleia Constituinte, José Bonifácio defendeu a construção de uma nova capital, apresentando um documento intitulado “Memória sobre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova capital”, Bonifácio também idealizou o nome para a futura capital, Brasília. (BONIFÁCIO, 1822)

Desde 1810, havia a proposta para fixação do governo no interior, longe de portos, para garantir a segurança da capital do País. Porém, somente em 1891, com a promulgação da Primeira Constituição Republicana do Brasil, que as primeiras atitudes oficiais para a construção da nova capital, foram tomadas, com o artigo 3º, que demarcava, no Planalto Central, uma área de 14.400 km² para a construção da futura capital. Já em 1892 é formada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Com a dificuldade principalmente de transporte, os planos para a futura capital ficaram parados por um bom tempo. (BRASIL, 2019)

Em 1922, o sonho da nova capital volta a ser lembrado pelo presidente Epitácio Pessoa, que lança a pedra fundamental da futura capital do Brasil. A constituição de 1934 previa a construção da nova capital e ordenava que “concluídos os estudos, serão apresentados à Câmara dos Deputados, a qual tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança”, porém tal texto acabou por ser esquecido na constituição de 1937 e só voltou a ser lembrado na constituição de 1946. Com a eleição de Juscelino Kubitschek foi retomada a ideia de se construir Brasília.

Deste planalto central desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino. (KUBITSCHKEK, 1956)

Colocando em prática a promessa de construir a nova capital, Juscelino Kubitschek

cria a Companhia de Urbanização da Nova Capital (Novacap) e coloca o arquiteto Oscar Niemeyer no comando do projeto, chefiando o Departamento Urbanístico. Com a construção de Brasília iniciada diversos trabalhadores do Brasil inteiro, sobretudo do norte e nordeste, chegavam aos montes ficaram conhecidos como candangos, expressão de origem africana com significado de ordinário ou ruim, porém tal expressão com o tempo acabou-se por se tornar o símbolo dos pioneiros que se aventuraram para trabalhar na construção de Brasília.

Durante os três anos que levaram a construção de Brasília, a futura capital viveu de forma frenética, diversos veículos cortavam o cerrado, enquanto os operários trabalhavam dia e noite, com sol ou chuva, e sem feriados ou finais de semana. levou apenas um ano para ser construído o Palácio da Alvorada, do qual, graças a suas colunas aéreas, trouxe atenção internacional para Brasília, com até mesmo o ministro da cultura francês André Malraux, ressaltando a importância da obra com a seguinte declaração, “É o elemento arquitetônico mas importante desde as colunas gregas”. Também inaugurados no mesmo ano que o Palácio da Alvorada, os prédios gêmeos do Congresso Nacional, a praça dos Três Poderes, o Palácio do Planalto e edifícios dos ministérios, tudo isso em 1958. (MALRAUX, 1958)

Determinado a não falhar, Juscelino Kubitschek inaugura Brasília em 21 de abril de 1960. Após três anos e sete meses de trabalho intenso, finalmente a capital havia sido construída e no mesmo dia de sua inauguração, Brasília recebe oficialmente a transferência da capital do Brasil, junto aos três poderes.

De magnitude arquitetônica, Brasília não é apenas um marco na história do Brasil, é um marco na história do mundo. Construída com ideias modernistas integradas à infraestrutura, Brasília é a única cidade construída no Século XX titulada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1987. Em três anos, foi construída a estrutura básica do Plano Piloto, e hoje constata-se que o desenho original, embora acrescido de pequenas alterações aprovadas pelo autor, deu certo e funciona conforme planejado. (RAMOS, 2017).

As regiões administrativas do Distrito Federal funcionam como típicas cidades, mas com a particularidade de não possuir prefeitos nem vereadores e sim

administradores regionais e secretários indicados pelo Governador do Distrito Federal.

O Distrito Federal pode ser considerado como uma figura híbrida entre dois entes da Federação (Estados e Municípios). Essa condição de figura híbrida se dá por suas características ora municipais ora estaduais.

Art. 32 O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias [...] Art. 29 O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias[...]" (BRASIL, 2019)

Quanto sua administração, como Brasília, a cidade se auto organiza por lei orgânica, que tem efeitos internos para manutenção, e, sua organização político-administrativa da cidade, assim como nos municípios. O que os difere são os órgãos que criam e aprovam as leis, no Distrito Federal, esse trabalho é realizado pela Câmara Legislativa composta por deputados distritais, e, nos Municípios, pela câmara municipal, integrada por vereadores.

Essa diferença se dá por Brasília não pertencer a um estado, logo, não há necessidade como nos estados comuns, de que as sedes dos estados e dos municípios tenham Câmaras divergentes para a criação das leis. Visto que, Brasília, não precisa criar dois tipos de leis estadual/municipal. Por essa mesma razão que não possui vereadores, e sim, deputados municipais, que desempenham o trabalho de ambos.

Art. 32, §2º- A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art.77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração. Art. 77- A eleição do Presidente e do Vice-Presidente realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente. (BRASIL, 2019)

Na época a construção de Brasília proporcionou uma melhoria urbana e econômica em suas regiões limítrofes, realizando movimentações monetárias impulsionando a economia do centro, norte e nordeste do país. Ao fim dos três anos de construção da cidade, constatou-se a existência de cem mil trabalhadores de todas as partes do país na cidade, porém, seus limites geográficos não comportavam esses

trabalhadores que pretendiam ali continuar a residir. Mediante isso, a população começou a desenvolver suas moradias e comércio ao redor de Brasília, passando a ser considerada histórica e geograficamente como cidades satélites. “Elas não têm autonomia política e, por isso, são dirigidas por administradores nomeados pelo governador local”. (REVISTA ESCOLA, 2016).

Por não possuírem autonomia política, as cidades satélites, são conhecidas no campo político, administrativo e jurídico como regiões administrativas por serem isentas de eleições municipais, e sim, serem regidas por administradores escolhidos no ato administrativo do governador do Distrito Federal.

O polo que sempre se destacou na economia de Brasília é o ramo da construção civil, de acordo com o Governo no Distrito Federal, mas, por volta dos anos 90 foi perdendo sua força de potencial, dando lugar aos comerciantes, prestadores de serviços e servidores públicos, com destaque para estes, visto que Brasília é uma cidade predominantemente ocupada por órgãos do governo, ou seja, a demanda por servidores é aumentada.

Outra esfera econômica que vem crescendo e ganhando destaque é a economia criativa que tem como base os serviços de música, mídias sociais, teatro, artesanato, moda sustentável, e, ainda, o turismo, já que Brasília é considerada patrimônio da humanidade pela UNESCO. Destacando-se por sua arquitetura inovadora para o século 20, para o qual foi criado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto, o tema central desse artigo foi elucidar que Brasília é caracterizado como híbrido uma vez que sua organização político social se dá ora com característica municipal e ora com características estaduais. Sua carga histórica bem como sua relevância atual, pelos fatos pontuados ao longo de todo o texto, conclui-se que a construção da capital da República Federativa do Brasil foi um divisor de águas, no campo econômico, comercial e populacional para a região central do país, e também, histórica visto que os prédios que sediam as bases do governo foram uma inovação para a arquitetura da época e são admiradas até hoje.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 agosto 2019.

BRASIL. **Setor de Turismo do Distrito Federal**. Disponível em: <<https://www.setur.df.gov.br>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.

GOVERNO DO DISTRÍTO FEDERAL. **Economia de Brasília**. Disponível em: <<https://www.df.gov.br/economia/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

RAMOS, Vera. **Brasília, Patrimônio Nacional e Mundial**. Disponível em: <<http://www.ihgdf.com.br/brasilia-patrimonio-nacional-e-mundial/>>. Acesso em 05 de set 2019.

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E AS RELAÇÕES DE CONSUMO VIRTUAIS

Arthur Áquila Macedo¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

As relações de consumo mostram-se presentes diariamente no cotidiano da sociedade brasileira. Para garantir a segurança das relações de consumo foi promulgado, em 1990, o atual Código de Defesa do Consumidor (ou CDC), contudo, em meio a um mundo rodeado por tecnologia, em que a internet se consagra como uma excelente ferramenta para aquisição de produtos, é importante saber a maneira pela qual um código antigo, de quase três décadas atrás, consegue cumprir com seus objetivos e a devida proteção ao consumidor em uma realidade tão diferente da que fora elaborado.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

¹ Graduando do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, arthur_aquila@hotmail.com;

² Professor orientador Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Panorama

O Código de Defesa do Consumidor é utilizado como fonte primária para fundamentação e reconhecimento de direitos no âmbito de consumo. Em comparação com demais códigos é relativamente pequeno, contando com pouco mais de 110 artigos. Aos que não simpatizam com essa importante ferramenta, ainda há pontos desconhecidos a respeito de seus mecanismos e diplomas legais, especialmente se pensarmos sobre a grande evolução tecnológica e ascensão do mercado eletrônico em tão pouco tempo. A dúvida sobre a aplicabilidade da devida tutela jurídica nas relações de consumo virtuais possui uma forte tendência a permanecer, com isso, faz-se a necessidade da compreensão dos princípios basilares que revestem o próprio Código de Defesa do Consumidor, com o intuito de garantir sua devida eficácia, já que não deteremos um compilado de comandos normativos que discorram e ditem os procedimentos que devem ser adotados em uma relação de consumo por meio da internet.

3.2 Princípios

Os princípios servem como o norte da tão magnífica bússola do Direito, seja qual for. É com base neles que os textos legais são produzidos, inspirando ao legislador e julgador.

3.3 A proteção ao consumidor através dos princípios

Ao alvorecer, é importante dar foco ao aspecto que, em se tratando de relações de consumo, o consumidor é considerado vulnerável. Essa vulnerabilidade decorre da falta de conhecimento técnico sobre o produto ou serviço. O consumidor, em maioria

das vezes, não possui aptidão para compreender as capacidades e características, teóricas e práticas, daquilo que está comprando, ao menos em comparação com o próprio fornecedor. Dito isto, consagram-se no Código de Defesa do Consumidor uma série de princípios que, em resumo, visam equilibrar essa relação, tornando-a um momento paritário com o fornecedor.

O princípio da boa-fé objetiva demonstra-se como um dos essenciais do Direito privado, em especial na seara contratual. As partes, em tese, deverão agir de acordo com os padrões sociais de honestidade e lealdade.

Para Leonardo de Medeiros Garcia (2008, p. 41), configura-se em: “[...] um conjunto de padrões éticos de comportamento, aferíveis objetivamente, que devem ser seguidos pelas partes contratantes em todas as fases da existência da relação contratual, desde a sua criação, durante o período de cumprimento e, até mesmo, após a sua extinção”.

Hoje o contrato é informação, daí a importância de sua interpretação sempre a favor do contratante mais fraco e das expectativas legítimas nele criadas por aquele tipo de contrato. Neste momento, o elaborador do contrato e aquele que o utiliza no mercado de consumo [...] devem ter em conta o seu dever próprio de informar, que inclui o dever de redação clara e com destaque, além do dever de considerar a condição leiga do outro, evitando dubiedades na redação contratual (MARQUES, 2008, p. 229).

O princípio da informação, por sua vez, impera as partes que, de maneira mútua, prestem todas as devidas informações que possam tornarem-se relevantes, em concordância com o princípio da boa-fé, em que ocorrerá a lealdade fatídica. O CDC ressalta essa importância, ao elencar o direito à informação no artigo 6º, III do próprio compilado. Tal direito demonstra-se vital falando-se do comércio eletrônico, tendo em vista que o consumidor não terá acesso físico ao produto, ou seja, quanto mais informações a seu respeito tiver (imagens e descrições), melhor, já que o fornecedor estará cumprindo com seu dever de informe vinculado aos produtos ou serviços prestados. Contudo, não basta apenas o informe, ele deverá se concretizar por meios claros e perceptíveis mesmo antes da contratação, a informação então constará de maneira nítida, não vinculada a uma situação ardilosa em que o consumidor só terá ciência após a contratação.

3.4 Direito de arrependimento

O direito de arrependimento, previsto no artigo 49º do código de defesa do consumidor, confere ao consumidor que utiliza-se de meios virtuais, grandes vantagens e segurança, tendo vista que, independente da vontade das partes, o adquirente possuirá tal revestimento legislativo que o permite desistir da compra a qualquer momento sete dias após o seu recebimento. O mesmo artigo prevê o direito de arrependimento para os casos em que a contratação é celebrada fora do ambiente comercial do vendedor, desta forma, atinge também as vendas de porta em porta, por e-mail, telefone e, como bem nos importa a própria internet. Discorrendo também sobre a obrigatoriedade do vendedor em ressarcir todas as quantias despendidas pelo comprador, se exercitado tal direito, com correção monetária.

Em mais palavras: o consumidor também gozará da falta de motivação, não sendo obrigado, para tanto, justificar o motivo da desistência, sendo aceito o simples regresso. Para complementar, Ada Pellegrini Grinover et al (2007, p. 563) alegam o seguinte: “O fornecedor que opta por práticas comerciais mais incisivas, como as vendas em domicílio ou por marketing direto, isto é, fora do estabelecimento comercial, corre o risco do negócio, de modo que não tem nem do que reclamar se a relação jurídica é desfeita em virtude do arrependimento do consumidor. Essa situação de arrependimento e resolução do contrato de consumo é ínsita aos negócios estabelecidos mediante essa prática comercial.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento da internet moldou, em cerca de uma década, um faminto e voraz mercado em ascensão: o comércio virtual. Como fora vislumbrado durante a elaboração deste texto a proteção ao consumidor está garantida mesmo em se tratando de um código referente a uma realidade dessemelhante com a presenciada atualmente. É importante que os fornecedores tenham a devida consciência de se adequar ao código vigente, afinal é ele quem regulamenta e define as características da relação de consumo, direitos e deveres na oferta, na aquisição e fixados imperiosamente na relação entre o consumidor e os fornecidos e que os órgãos

administrativos competentes apurem as delações de violações de direitos, em concorrência com o sistema judicial, para que tais infrações não carreguem o estigma de impunidade.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. O direito do consumidor nas relações de consumo virtuais. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. I, nº 194, 2012.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do consumidor: código comentado e jurisprudência**. 4. ed. Niterói: Impetus, 2008.

BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto**. 9. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

CONGRESSO NACIONAL E AS IMPARCIALIDADES DE SUAS DECISÕES: UMA ANÁLISE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Kessia Paixão Garbrecht

Carlos Eduardo Rody

Jaildo Faria Piva

Dara Quirino Moreira¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

O Congresso Nacional é o titular do Poder Legislativo Federal, e o exerce por meio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cabendo-lhe legislar sobre as matérias de competência da União bem como fiscalizar as entidades da administração direta e indireta, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Divide-se com o Executivo e o Judiciário a tarefa de conduzir o país. É formado pela Câmara dos Deputados e o Senado, com a função de elaborar, aperfeiçoar, debater e aprovar as leis. O projeto de lei é aprovado pela Câmara, que é revisado pelo Senado. Em seguida passa pela votação dos deputados e enviada à sanção da Presidência da República para virar lei.

Para entender melhor, o Legislativo que reúne os deputados, vereadores e senadores, tem a função de elaborar as leis. O Executivo, chamado de governo, executa essas leis e propõe normas jurídicas para atender as necessidades da sociedade. E o Judiciário garante o equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo, que é exercido pelos juízes e possui capacidade e prerrogativa de julgar.

¹Graduanda do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, daraquirino19@hotmail.com;

²Professor orientador Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. victor_rizo_schiavo@hotmail.com. Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2019.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico

3 CONGRESSO NACIONAL

O papel do Congresso Nacional no processo de tomada de decisão da política externa brasileira ainda suscita divergências quanto a sua definição, uma vez que poucos estudos analisaram essa relação em profundidade. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 orientou a divisão das atribuições dos poderes em termos da formulação da política externa, dando primazia ao Poder Executivo em diversos processos.

Conforme o art. 44 da Constituição Federal (CF/1988) "Art. 44 O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Parágrafo único.** Cada legislatura terá a duração de quatro anos." (BRASIL, 1988)

O Regimento Comum do Congresso Nacional foi criado com a promulgação da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1970, à qual se somam diversas outras

resoluções e normas conexas, estabelecendo regras para as sessões conjuntas e para a atividade legislativa mista, quando atuam, conjuntamente, Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Além disso, o art. 151 do Regimento Comum estabelece a chamada subsidiariedade regimental, determinando que nos casos omissos aplique-se o Regimento do Senado e, se este ainda for omissivo, o Regimento da Câmara dos Deputados. (2019 Congresso Nacional)

De acordo com a Resolução Nº 1 de 8-5-2002, dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências. "Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional." (BRASIL, 2002). Atualmente a mesa do Congresso Nacional está composta por:

Presidente: Davi Alcolumbre

- 1º Vice Presidente: Marcos Pereira
- 2º Vice Presidente: Lasier Martins
- 1º Secretário: Soraya Santos
- 2º Secretário: Eduardo Gomes
- 3º Secretário: Fábio Faria
- 4º Secretário: Luis Carlos Heinze

3.1 Senado Federal

O Senado Federal é a câmara alta do Congresso Nacional do Brasil e, ao lado da Câmara dos Deputados, faz parte do Poder Legislativo da União. A atual legislatura é a 56ª.

Segundo o cientista político e professor da PUC, Ricardo Ismael, em países que adotam o federalismo, ou seja, que é politicamente dividido em Estados, como é o caso do Brasil, o Senado existe para igualar a representatividade de todos os Estados da Federação, já que no Senado Federal todos os Estados têm 3 representantes e na Câmara dos Deputados, o número de parlamentares é proporcional à população de cada unidade

federativa, o que poderia fazer com que os interesses dos Estados com mais habitantes prevalecessem nas decisões do país.

As principais competências exclusivas do Senado Federal estão expostas no artigo 52 da CRFB:

- Processar e julgar, nos crimes de responsabilidade;
- Aprovar a nomeação de autoridades indicadas pelo Presidente da República;
- Autorizar operações externas de natureza financeira;
- Fixar por proposta do Presidente da República limites globais.

3.2 Câmara dos Deputados

A função de representar o povo brasileiro nós explicamos anteriormente. É o ponto que difere a função da Câmara em relação à do Senado, que representa os interesses das unidades federativas. Por termos um sistema com unidades federativas autônomas, é preciso um espaço onde cada um dos estados possua a mesma representação, para garantir um equilíbrio entre eles. Assim, os senadores atuam também como defensores dos seus estados. A Câmara, tendo o poder de representar diretamente a população, acaba sendo espaço de discussão sobre os principais debates políticos nacionais, especialmente aqueles mais polêmicos.

As funções da Câmara dos Deputados se classificam em três: representar os interesses do povo brasileiro, legislar sobre assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação de recursos públicos. (SOUZA, 2018).

A função de legislar consiste no processo de elaboração, revisão e aprovação de leis sobre diversos temas de interesse da população brasileira. Por isso, cabe aos deputados federais estarem atentos às demandas populares e procurarem soluções legislativas que sejam benéficas à população, respeitando os limites da Constituição.

4 A IMPARCIALIDADE NA TOMADA DE DECISÕES PELOS CONGRESSISTAS E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

4.1 A Reforma da Previdência Social

O Congresso Nacional divide com o Executivo e o Judiciário a tarefa de conduzir o país. É formado pela Câmara dos Deputados e o Senado, com a função de elaborar, aperfeiçoar, debater e aprovar as leis. O projeto de lei é aprovado pela Câmara, que é revisado pelo Senado. Em seguida passa pela votação dos deputados e enviada à sanção da Presidência da República para virar lei. (*Julaina Steck e Tatiana Beltrão, da Agência Senado*).

Para entender melhor, o Legislativo que reúne os deputados, vereadores e senadores, tem a função de elaborar as leis. O Executivo, chamado de governo, executa essas leis e propõe normas jurídicas para atender as necessidades da sociedade. E o Judiciário garante o equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo, que é exercido pelos juízes e possui capacidade e prerrogativa de julgar. (*Julaina Steck e Tatiana Beltrão, da Agência Senado*).

A Reforma da Previdência é um exemplo de atuação do poder executivo na tomada de decisões pelos Congressistas, pois apresentou ao Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição prevendo mudanças a servidores públicos, militares e trabalhadores na iniciativa privada, com a intenção de adotar um regime de capitalização no país. A proposta de reforma da Previdência foi entregue, no dia 20 de fevereiro de 2019, por Bolsonaro aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, visando uma mudança de idade mínima para a aposentadoria de mulheres e homens. A proposta está sendo analisada pelo Congresso, para logo ser aprovada e sancionada pelo chefe do executivo. (G1, 2019)

4.2 Resultado da Reforma da Previdência

Segundo o, e consta José Mendonça de Barros, a Reforma levará o ano inteiro para ser aprovada pelo Congresso. (*declaração dada na Revista Veja*)

A proposta continua em análise pelo Congresso, sem data estipulada para aprovação, trazendo grandes mudanças no sistema de aposentadoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que no âmbito Federal o Congresso Nacional é um órgão constitucional responsável e aprovar/elaborar as leis e fiscalizar o Estado brasileiro num todo, ou seja, é competência dele todas as funções do Poder Legislativo. O número de Senadores independe do tamanho da população, sendo eles 3 senadores por cada Estado e o Distrito Federal. Diferente da Câmara dos Deputados como exemplo São Paulo, devido ao tamanho da população, chega a eleger 70 Deputados. Há controvérsias que no Acre elegem apenas 8 deputados. O presidente do Congresso Nacional e o presidente do Senado Federal, já que o Presidente da Câmara é o segundo na linha de sucessão presidencial, após o vice-presidente do Brasil. São funções típicas do poder legislativo legislar e fiscalizar. A Câmara dos Deputados foi criada pela 1ª Constituição Brasileira em 1824, a Câmara dos Deputados se subdivide em: presidente, plenário, mesa diretora, secretaria geral da mesa, diretoria-geral e comissões temáticas.

O Congresso Nacional é extremamente importante para o funcionamento de forma eficaz do nosso país. De acordo com José Mendonça de Barros, a reforma levará o ano inteiro para ser aprovado pelo Congresso. A proposta continuará em análise, sem data estipulada para aprovação da mesma, esperando toda a população que traga grandes mudanças positivas no sistema da aposentadoria.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Regimento Interno: Resolução nº 93, de 1970. -Brasília: Senado Federal.2019. TEBET, R. S. (8 de MAIO de 2002). RESOLUÇÃO. Nº1, DE 2002-CN .

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: DESAFIOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Kely Fraga Fornazier
Edinilson Henrique de Menezes
Geana Silva Viana
Mariana Vieira¹
Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como pressupostos, perspectivas e desafios encontrados para o combate da violência contra a mulher através de planos e ações. O debate, as ações e programas que tratam da violência contra a mulher, tem se tornado cada vez mais necessário, principalmente devido ao grande aumento de casos e de processos relacionados à violência de gênero.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um órgão que integra a estrutura do Poder Judiciário brasileiro, tendo como funções típicas inspecionar a atuação administrativa e financeira do Judiciário, conforme assegura a Constituição Federal. Tal órgão foi elaborado com a intenção de fixar conceitos essenciais no atual sistema, bem como a obtenção da Justiça e a agilidade processual. Atua também no desenvolvimento de ações e programas que tem por objetivo transpor desafios enfrentados pela sociedade no âmbito da justiça.

Nesse sentido, buscamos investigar a atuação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), diante dessa problemática, e sua contribuição para a defesa dos direitos das mulheres.

¹Graduandos em Direito na Faculdade do Espírito Santo.

² Professor orientador, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pós-Graduando em Direito Ambiental. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico.

3 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão que integra a estrutura do Poder Judiciário brasileiro que foi criado em 31 de Dezembro de 2004 e inserido no país em 14 de Junho de 2005, cujo sua sede está localizada em Brasília, mas atua em todo território nacional.

O CNJ responsabiliza-se pela independência do Poder Judiciário e pela efetivação do Estatuto da Magistratura, decidir estratégias, metas e planejamentos de avaliações institucionais. Compete ao CNPJ conjecturar procedimentos disciplinares e aperfeiçoar pratica e celeridades, divulgando semestralmente exposições estatísticas referentes à ocupação de autoridade em todo país.

Todo e quaisquer indivíduo pode demandar ao CNJ para realizar alguma contestação contra integrantes ou órgãos públicos do Poder Judiciário, até mesmo contra seus servidores, auxiliares e órgãos que prestam serviços notariais e de registros. Não é necessário ser ou ter um jurista para requerer ao CNJ. (CNJ, 2019).

É notório que com o passar dos anos tem aumentado o número de violência no nosso país, e dentro desse contexto temos a violência contra a mulher, que pode dar de forma física, sexual, moral, patrimonial e psicológica, podendo a violência ocorrer no âmbito familiar. Ainda vivemos em mundo em que as mulheres lutam pelo direito fundamental de viver sem violência, conforme assegura art. 5º da CF/88.

No intuito de erradicar e prevenir a violência contra a mulher no Brasil, tendo como base o previsto nos termos do art. 226 § 8º da CF/88 que diz “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”, em 07 de agosto de 2006 foi sancionada a lei 11.340/2006, Lei Maria Da Penha.

Em 09 de março de 2015 foi sancionada a lei 13.104/2015 que prever o crime de feminicídio, sendo o assassinato de uma mulher por conta do seu gênero, pelo fato de ser mulher, considera-se praticado o crime por razões de gênero quando este envolve violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação a condição da mulher. (LEI 13.104, 2015).

E também foram criadas várias medidas de proteção para prevenir esses tipos de violência, que com o passar dos anos vem sendo aperfeiçoadas e se tornando cada vez mais eficazes, produzindo os efeitos esperado, não menos importante do que a lei e as medidas protetivas é a contribuição da sociedade para que juntamente com o estado possa ajudar na tutela desse bem jurídico tão importante que é o direito à vida.

5 AS ATUAÇÕES DO CNJ NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O tema violência contra a mulher é discutido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) desde 2007, e acompanhado mais de perto desde 2016, através da

execução de vários movimentos e ações que têm a finalidade de promover a aplicabilidade e o cumprimento da Lei que trata a violência contra a mulher. As ações são realizadas para movimentar o Poder Judiciário tanto de forma interna quanto externa, no efetivo combate e prevenção da violência contra a mulher, no domínio dos tribunais.

A atualidade está marcada pelo grande número de feminicídios tentados ou consumados, bem como, casos de violência contra a mulher que chegam diariamente aos tribunais, aumentam-se, portanto, necessidade de promover ações que informam, discutam e estabeleçam políticas de enfrentamento a causa.

Entre as principais ações do CNJ destaca-se: A Jornada Lei Maria da Penha, a atualização do Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, um projeto idealizado a partir da necessidade de padronização das rotinas de trabalho nas unidades judiciárias. “A ideia é que o Manual torne-se um instrumento vivo de aprimoramento da qualidade e da eficiência na prestação de um serviço importante.” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

Destaca-se também a campanha Justiça pela Paz em Casa, “A campanha tem por objetivo discutir estratégias para promover a cultura da paz e prevenir violência contra a mulher.” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

Além de instituir portarias, desenvolvem palestras, monitoramento, Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, realiza pesquisas, lançou o formulário de risco, promoveu a divulgação de como as mulheres vítimas de violência doméstica podem denunciar a agressão, através do canal de atendimento, a tradução para o Português a Cartilha Internacional sobre a violência de gênero, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja função típica do Conselho Nacional de Justiça, este órgão vem atuando em diversas causas ligadas a violência doméstica, dentre algumas de suas

ações destaca-se a Jornada Lei Maria da Penha e diversos outros movimentos coordenados pela comissão de cidadania e justiça.

Toda atuação em prol do combate à violência tem sido de suma importância para o enfrentamento da problemática, assim como os programas de apoio e acolhimento às vítimas, tratamento dos agressores, bem como conscientização da sociedade.

Em meio às discussões frente ao tema, o Conselho Nacional de Justiça vem cumprindo severamente o que para este é um desafio, atuar de forma relevante e eficaz em ações que é iminente para a sociedade. Através das ações do CNJ os casos de violência contra a mulher estão sendo tratados com a urgência e a cautela necessária, protegendo com dignidade um dos bens jurídicos mais importantes “a vida”.

Portanto, fica evidenciado que a atuação do CNJ ultrapassa os limites de suas funções típicas, e sendo de suma importância sua atuação para o combate e erradicação da violência contra a mulher.

7 REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Regina. **CNJ monitora combate à violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87525-cnj-monitora-combate-a-violencia-contra-a-mulher>> Acesso em: 20 de março de 2019.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

_____. **LEI Nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 9 de março de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

BRASIL. **Portaria 15/2017**. Conselho Nacional de Justiça. Centro Gráfico, 2017.

_____. **Portaria 54/2016**. Conselho Nacional de Justiça. Centro Gráfico, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Programas e ações**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/lei-maria-da-penha>> Acesso em: 25 de março de 2019.

_____. **Quem somos**. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos-visitas-e-contatos>>; Acesso em: 02 de abril de 2019.

_____. **Composição Atual**. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/composicao-atual>>; Acesso em: 03 de abril de 2019.

_____. **Como Peticionar ao CNJ**. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/como-peticionar-ao-cnj>>; Acesso em 06 de abril de 2019.

_____. **CNJ divulga dados do judiciário sobre violência contra mulher**. Disponível em < <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85640-cnj-publica-dados-sobre-violencia-contra-a-mullher-no-judiciario> >; Acesso em: 06 de abril de 2019.

CUNHA, Dirley Jr. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Juspodivm, 2013.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. São Paulo: Método, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

O GLOGO. **Comissão de Direitos Humanos da OEA diz que taxa de feminicídio no Brasil é alarmante**. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/comissao-de-direitos-humanos-da-oea-diz-que-taxa-de-feminicidio-no-brasil-alarmante-23428360>>; Acesso em: 06 de abril de 2019.

TOLEDO, Maria Fernanda R. **A Reforma do Poder Judiciário: Análise do Papel do STF e do CNJ**, 1º Edição. ed. Atlas. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) EM UM DESAFIO TECNOLÓGICO CHAMADO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)

Ana Elisa Sabatini

Esther da Silva Baptista

Stefany Soares Dias Veiga

Verônica Rodrigues Mendes¹

Victor Rizo Schiavo²

1. INTRODUÇÃO

É público e notório como o Judiciário brasileiro é burocrático, possui sistema complexo e extenso de Leis e é altamente dependente de operação humana. Diante de toda complexidade inerente ao Poder Judiciário, crescimento exponencial de processos e Ineficiência do Estado em garantir oferta de atendimento Judicial satisfatório, após a reforma do Judiciário em 2004, foi criado o Conselho Nacional de Justiça. Veremos que o CNJ foi criado com o grande objetivo de controlar a ética e a disciplina do Poder Judiciário, assim como aperfeiçoar o sistema. Narraremos alguns fatos relevantes a origem, instalação e funcionalidade do CNJ, apontando suas principais características, atribuições e as diretrizes para o apontamento do PJE. (CNJ, 2019)

Na perspectiva de garantir a celeridade processual, foi encarado o desafio para o desenvolvimento de um software jurídico, a partir da criação de uma comissão de tecnologia no CNJ. Veremos que o caminho entre a idealização do projeto até a implementação do PJE, na tentativa de garantir direitos constitucionais como, a duração razoável do processo e o devido processo legal; Muitos foram os desafios, assim como continuam existindo, pois com alguns objetivos como: automatizar o Judiciário, permitir a prática de atos processuais e acompanhamento dos processos, de forma eficiente e independente de Jurisdição, veremos que ainda são muitos os

¹Graduando do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor orientador, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pós-Graduando em Direito Ambiental. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

desafios, uma vez que a conectividade é precária, pois com a autonomia dos Tribunais hoje o que percebemos é um número grande de software distintos e sem conexão. (CNJ, 2019)

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico.

3 DESENVOLVIMENTO

A origem do Conselho Nacional de Justiça remonta a E-C nº 45-2004, essa emenda é muito conhecida por ter sido a reforma do Poder Judiciário brasileiro, buscou aperfeiçoar o sistema Judiciário, e dentre as inúmeras medidas que ela implementou tivemos a criação do CNJ, que buscou por óbvio aperfeiçoar e ter o controle ético e disciplinar sobre o Poder Judiciário, um controle administrativo sobre os órgãos, os membros do CNJ vêm com essa missão, ele é responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, o CNJ é responsável também para assegurar o cumprimento dos deveres funcionais pelo Juiz. Portanto, a natureza do

CNJ é a de um órgão de controle interno, integra o poder Judiciário, mas apesar de fazer parte da estrutura do Poder Judiciário, o mesmo não exerce jurisdição, ou seja, ele não julga. O CNJ busca: assegurar que o Poder Judiciário tenha autonomia em seus atos, também procura observar se a magistratura em geral está genuinamente cumprindo seu papel; em sua administração, procura avaliar os planos, as metas, a fim de avaliar seu funcionamento.

Recebe as reclamações contra membros do Poder Judiciário, e também seus serviços auxiliares, na pratica em comarcas menores isso é mais raro, só se efetiva pela idoneidade dos próprios servidores e magistrados, sem essa notável qualidade, não haveria como controlar tantas questões burocráticas que surgem no cotidiano; devem julgar os processos que se instauram, dando oportunidade de ampla defesa, e caso se comprove sanções são aplicadas. (CNJ, 2019)

Quanto à escolha dos 15 membros, com mandato de 2 anos, admitindo-se uma recondução, os membros do CNJ, são nomeados pelo Presidente da República, após aprovado pelo Senado Federal, com maioria absoluta, são estes: nove magistrados (sendo 06 externos e 02 do Ministério Público), dois Advogados, e dois cidadãos. Destaca-se, por fim, que o CNJ foi pioneiro nos passos para a era dos processos eletrônicos em sistemas de intranet e internet que permitem amplo e rápido acesso do jurisdicionado à Justiça; corroborando valores constitucionais de economia, eficiência, publicidade e moral, se tornando um, órgão do judiciário que incentiva a Democracia e preza a Sociedade. (LENZA, 2009)

A expansão das formas de comunicação sempre moveu a humanidade, preocupada em melhorar seu padrão de vida, suas relações interpessoais e em conferir rapidez e eficiência aos métodos de produção e prestação de serviços. E se a informação determina a atividade humana, a tecnologia propicia um meio mais rápido dela se realizar. Justamente por isso, um dos campos mais significativos do progresso tecnológico, a serviço das pessoas e das instituições, foi (e continua sendo) a fusão entre a computação e as telecomunicações; que viabilizou uma convergência na tecnologia dos aparelhos, meios e também uma ampliação no acesso e no número de usuários, do que são exemplos a internet e seus “sites”, as ferramentas de “e-mails”, comunicadores instantâneos, redes sociais, a telefonia por IP, a rádio pela

internet, dentre outros. “Sobre estes avanços, discorre Manuel Castells no livro " A sociedade em rede”. (CNJ, 2019)

O CNJ tem desempenhado um papel baluarte da probidade, não só na esfera Judiciária brasileira, mas também com reflexos para todos os demais poderes do Estado, assegurando o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Destaca-se, por fim, que o CNJ foi pioneiro nos passos para a era dos processos eletrônicos em sistemas de intranet e internet que permitem amplo e rápido acesso do jurisdicionado à Justiça; corroborando valores constitucionais de economia, eficiência, publicidade e moral, se tornando um, órgão do judiciário que incentiva a Democracia e preza a Sociedade.

A expansão das formas de comunicação sempre moveu a humanidade, preocupada em melhorar seu padrão de vida, suas relações interpessoais e em conferir rapidez e eficiência aos métodos de produção e prestação de serviços. E se a informação determina a atividade humana, a tecnologia propicia um meio mais rápido dela se realizar. Pensando na morosidade do judiciário na prestação jurisdicional, o conselho nacional de justiça (CNJ) trouxe para si essa incumbência e desenvolveu um inovador sistema de gestão de fluxo processual. Lançado oficialmente em 21 de junho de 2011, pelo presidente do CNJ, Cezar Peluso, em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). (SILVA, 2009)

O evento foi transmitido ao vivo pelo portal do CNJ e contou com 1.315 acessos. A resolução 185/2013 do CNJ, que instituiu o sistema processo judicial eletrônico (PJE), com objetivo principal da automação das atividades do Judiciário e a eliminação de tarefas burocráticas.

O funcionamento do processo judicial eletrônico. Desde o ano de 2006, com o advento da Lei 11.419, que trata especificamente da informatização do processo judicial. A legislação autorizou normativamente aos órgãos do Poder Judiciário o desenvolvimento independente de soluções informatizadas. Trata-se da tramitação dos processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais em meio eletrônico. (CNJ, 2019)

O conselho nacional de justiça buscou uma forma para a solução dos conflitos, padronizando e unificando os atos processuais, em fase do número de processos em tramitação pelo País. A utilização do sistema exige a certificação digital de advogados, magistrados, servidores ou partes que precisarem atuar nos novos processos. As ações tramitam de forma virtual, eliminando o papel e desenvolvendo técnica racional de acesso à Justiça. Vale ressaltar que cada Tribunal possui uma resolução que regulamenta a tramitação interna dos processos por meio digital. Como exemplo, a Resolução n 94 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 23 de março de 2012, e suas posteriores alterações que regulamentou o PJE-JT no âmbito daquela justiça especializada (CNJ, 2019).

O Doutor em Direito Comercial pela USP, Carlos Henrique Abrão, lista algumas das vantagens de utilizar esta ferramenta: a) encerramento do processo papel; b) agilidade na tramitação; c) custo-benefício do procedimento; d) tráfego e trânsito do informe, sem congestionamento; e) redução do número de incidentes; f) consubstanciação dos elementos probatórios indispensáveis; g) redução do número de recursos; h) harmonia entre as instâncias e do judiciário como um todo; i) redução do custo de transporte e deslocamento de pessoal. (CNJ, 2019)

Cinco anos após a reforma do CPC, finalmente, em 21 de junho de 2011 o CNJ lança oficialmente o Processo Judicial eletrônico. Presidentes de todos os tribunais do País participaram da apresentação detalhada do sistema e receberam manual de instalação do Software. Doze e sete anos, respectivamente após a Lei permitindo o desenvolvimento de sistema e o lançamento oficial do Processo Judicial eletrônico pelo Conselho Nacional de Justiça, o que se percebe são dezenas de versões do PJE devido à falta de governança na implementação do sistema. Os Tribunais possuem orçamento autônomo para gerir seus projetos de tecnologia da informação, e o pior com subsidio legal, conforme o artigo 18 da Lei 11.419/2016, ou seja, cada tribunal de cada Federação é livre para adotar seus padrões tecnológicos. (ABRAÃO, 2015, p. 238)

Em decorrência destes fatores é que os tribunais optam em regra, por adotar padrões tecnológicos diferentes, pois cada um decide implantar um sistema automatizado de tramitação de autos com requisitos próprios e ainda deliberam sobre práticas processuais desarmônicas via edição de normas hierárquicas inferiores.

Como resultado, uma prática processual simples como transmissão de peças processuais chega a ter mais de 50 variações de padrões regidas por normas distintas pelos noventa e dois Tribunais existentes para regulamentar o mesmo ato. (ATHENIENSE, 2014, p.34).

Com a implantação do PJe, mesmo que por caminhos duvidosos, uma coisa está clara: a introdução da tecnologia ao Judiciário, como em todo segmento, é um caminho promissor e sem volta. Porém, como já citado, nem todos os tribunais operam 100% através de rede. Inúmeros são os tribunais, principalmente nos Municípios do interior das Federações que utilizam o “velho e bom papel”. (ATHENIENSE, 2014, p.34).

Arrisca-se dizer que petição eletrônica e assinatura digital alguns advogados desconhecem. Se de um lado tem-se o grande desafio estrutural (rede, máquinas, software, etc.) para implementação com sucesso do PJe em 100% do Judiciário, do outro lado temos um outro desafio, se não na mesma proporção, maior: Quebrar Paradigmas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em “quebrar paradigmas” isso significa que o modelo e padrão que seguíamos até então não nos serve mais. Quebrá-los, ou seja, deixar de seguir esses padrões e modelos é fundamental para nosso desenvolvimento e crescimento. É necessário deixar o velho para dar espaço ao novo e isso nem sempre é fácil, pois nos obriga a mudar. Sair da nossa zona de conforto, como dizia Charles Darwin “Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta as mudanças.” Percebe-se que o Desafio PJE foi eficaz na idealização do projeto, uma vez que a ferramenta visa uma maior integração do poder Judiciário, assim como um enorme potencial a celeridade processual e transparência, mas falho no planejamento de execução do projeto, uma vez que não criou regras taxativas aos tribunais para seu desenvolvimento, fator de essencial importância para a implementação do PJE, eliminando qualquer possibilidade de múltiplos softwares. Conclui-se que devido à multiplicidade de Tribunais e ausência de taxatividade aos Padrões a serem utilizados na construção de Software tornou a implementação do PJE quase desastroso. O CNJ deveria defender e fiscalizar

padrões claros e pré-estabelecidos. Garantindo a total integralidade entre os Tribunais com a implementação da ferramenta, eliminando qualquer possibilidade de ineficácia na implementação. Os esforços devem ser direcionados para que os inúmeros sistemas implementados em todo Brasil, convertam para um sistema único tornando possível a total conectividade entre todos os Tribunais.

5 REFERÊNCIAS

ABRÃO, C. H. **Processo eletrônico: processo digital**. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015. XIV, 238 p.

ATHENIENSE, Alexandre. **A Governança em tecnologia da informação com solução para mitigar as vulnerabilidades das práticas processuais por meio eletrônico**. Disponível em: <<https://emporiododireito.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Processo-judicial-eletr%C3%B4nico.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2019.

CNJ. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/processo-judicial-eletronico-pje>, acesso em 19 de setembro de 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 13.ed.rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, J.A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32^a. São Paulo: Malheiros, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE 5ª GERAÇÃO: O DIREITO À PAZ E SEUS REFLEXOS NO MUNDO DO TRABALHO - INÉRCIAS, AVANÇOS E RETROCESSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEGISLAÇÃO

Erik Machado de Araujo Dias

Thaynande Freitas Bernardes Cordeiro

Amanda Oliveira Stefanato

Melissa Mota Morés¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

Um primeiro problema que se coloca para que bem se possa introduzir o assunto é o da pacificação da semântica dos direitos humanos, vale dizer, o da definição de qual nomenclatura seria não só mais correta como mais oportuna para se abordar os diferenciados tipos de direitos humanos recepcionados no estudo do Direito Constitucional Moderno. Qual parte da doutrina, a exemplo Romita, acha mais pertinente o emprego da expressão “família” (Romita, 2007), outros, do porte de Paulo Bonavides, inicialmente denominaram tais direitos advindos de lutas e conquistas como sendo direitos humanos de gerações, para, em seguida, conceituarem de direitos humanos de dimensões. Um só direito poderia possuir várias dimensões, à medida que fosse encarado sob determinado diapasão, como o direito de propriedade, a princípio absolutamente privatista, que o diga o Código Civil anterior ao vigente, direito de propriedade esse que depois, com o atual Álbum Material Civil, passou a dever cumprir uma função social para, por derradeiro, ter que cumprir uma função ambiental.

Da nossa maneira de ver não concordamos que a expressão “família de direitos humanos” seja a mais precisa. É que, nada obstante seja a família por demais valorizada na ordem constitucional, não há uma implicação necessária e suficiente

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES

²Professor orientador, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Pós-Graduando em Direito Ambiental. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

para que uma família se comunique com a outra, ou seja, as famílias existem de forma autônoma e independente, ainda que inseridas numa mesma sociedade. Não há uma conexão, a menos que exista um parentesco entre os grupos familiares, seja genética, seja de origem geográfica com outra família.

Ainda a título de introdução deste trabalho, de se dizer que, mesmo que possa a princípio parecer óbvio, todos os direitos aqui tratados, independente da geração sob a qual se configurem, ou que somente de forma oblíqua se enxergue a figura do indivíduo, da pessoa humana, são direitos que têm por destinatário o homem.

2 METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (LAKATOS & MARCONI, 2011).

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico

3 A PAZ ENQUANTO 5ª. GERAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE PAULO BONAVIDES

Em que pese doutrinadores de escólio enquadrarem os direitos humanos de quinta geração como sendo os que envolvem a cibernética e a informática, considerando que o presente trabalho como que incorpora e segue a corrente de Paulo Bonavides,

que vêna quinta geração o espaço para o direito à paz. A dignidade jurídica da paz advém do reconhecimento universal que lhe é devido enquanto requisito da convivência humana, o que, por sua vez, conserva a espécie e dá segurança aos direitos, justificando que somente se efetivará tal dignidade se a paz vier a ser elevada a direito de quintageração.

E chega então a indagar como se daria a entronização da paz em tal patamar, respondendo ele mesmo que seria através da colocação da mesma nas declarações de direitos, nas cláusulas das constituições, no ensino do Direito Constitucional, até que vingue a aceitação de seu status de direito fundamental de quinta geração. Assim, hodiernamente, a paz teria a mesma importância que tivera anteriormente o desenvolvimento, pois, a paz ainda pode e deve ser erguida como direito fundamental de quinta geração.

A ideia seria a bola da vez, trazendo do ponto de vista jus político uma ética capaz de governar e conduzir o comportamento da classe dirigente, legitimando seus atos de autoridade e presidindo suas relações depoder. E diz literalmente Bonavides:

Estuário de aspirações coletivas de muitos séculos, a paz é o corolário de todas as justificações em que a razão humana, sob o pálio da lei e da justiça, fundamenta o ato de reger a sociedade, de modo a punir o terrorista, julgar o criminoso de guerra, encarcerar o torturador, manter invioláveis as bases do pacto social, estabelecer e conservar por intangíveis as regras, princípios e cláusulas da comunhão política (BONAVIDES, 2008).

Assim, o direito à paz seria o direito natural dos povos. Dessa forma, aquele que perturbar referida paz, violentando-a ou a negando estará cometendo crime contra a própria sociedade humana. O direito a paz já está positivado em nosso ordenamento jurídico, no inciso IV, do art. 4º, da Carta da República, sendo um princípio tem a mesma força normativa dos direitos fundamentais. O que falta agora é somente universalizá-lo, inseri-lo em todas as constituições.

Assim, o que antes fora um conceito filosófico é hoje um conceito jurídico, tanto mais jurídico quanto maior a força principiológica de sua acolhida nas constituições. É a paz que aparelha a democracia, enquanto a guerra é administrada pela ditadura. Se de um lado a paz constrói valores, de outro a guerra os destrói. A paz é sempre

jurídica, enquanto a guerra é sempre criminosa. É o poder constituinte moral hodierno que, reconhecendo a paz, cria um novo direito que corrobora para a sobrevivência do homem no planeta de artefatos nucleares e explosão tecnológica. Assim, é a paz o grande axioma da democracia participativa e o supremo direito da humanidade.

4 OS REFLEXOS DOS DIREITOS HUMANOS DA 5ª. GERAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO – INÉRCIAS, AVANÇOS E RETROCESSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEGISLAÇÃO

Estabelecido, como visto, que o direito à paz é constitucionalmente garantido em nossa ordem jurídica, paz que há de se entender não só em nível internacional, mas também na seara coletiva e mesmo individual, de se concluir que a observância de comandos constitucionais e infraconstitucionais de proteção ao trabalho são geradores da paz social e, via contrária, a não implementação e mesmo a lacuna por omissão do legislador infraconstitucional de regramento de situações de proteção ao trabalhador são geradoras do conflito social, vereda antagônica ao pleno estabelecimento da paz social.

Contudo, o que se tem observado nas últimas quadras é a cada vez mais a busca pela flexibilização das leis trabalhistas, sentença do neoliberalismo, que prega o “enxugamento” de gorduras, como forma de tornar o estado competitivo, quando, no fundo, pouco se preocupa com a soberania das nações, posto que o que impera é o soberano mercado, que dita as regras e com a força da grana “ergue e destrói coisas belas”.

Neste breve panorama, que é o que permite este sucinto trabalho, não há como não fazer menção inicial ao inciso primeiro, do artigo 7º, da Carta Política, que foi o que ceifou de vez a estabilidade no emprego. A realidade não mais comportaria tamanho engessamento, tamanho retrocesso, a competitividade financeira e a empresa estancariam. Contudo, a maior ânsia do ser humano, em qualquer de suas frentes, é a da segurança, da estabilidade, inclusive no âmbito das relações de trabalho, posto que é do pleno emprego donde tira o seu sustento e o de sua família.

E é dessa sensação de estabilidade que vem a paz, enquanto direito fundamental de 5ª Geração, comovisto.

Como forma de minimizar tal lacuna o Poder Executivo vem de propor Projeto de Lei que tem por escopo reavivar a Convenção 158 da OIT, que embora não garanta efetivamente uma estabilidade no emprego, cria mecanismos de maior rigidez para o rompimento da relação de emprego por parte do empregador, o qual, doravante, há que ficar atento a critérios mais objetivos relacionados a má conduta do empregado ou claro comprometimento financeiro da empresa, para só então denunciar o contrato de trabalho. Sabe-se que tal Convenção já fez parte do cenário jurídico brasileiro à época do governo Fernando Henrique, o qual depois retirou a adesão brasileira a tal norma internacional. Embora ainda fique manca a questão da indenização compensatória pela despedida imotivada, cuja deliberação o constituinte deixou para o legislador infraconstitucional, alguns, diferente de nós, entendendo ser a própria multa do FGTS tal indenização, de uma forma ou de outra, ainda que pela via transversa, que não a dita lei de complemento à constituição, traz a Convenção 158 da OIT um refrigério à hoje tênue relação de trabalho, bálsamo este o mais ansiado pelo trabalhador, a saber, uma permanência mais duradoura no emprego, cujos índices no Brasil não chegam a 03 anos, enquanto em países outros, que nem por isso deixam de ser a 3ª potência mundial, como é o caso da Alemanha, propiciam a seus trabalhadores uma permanência média de 10 anos na mesma empresa.

Com isso se estaria prestigiando o trabalhador com mais tempo de casa, o qual sendo desligado involuntariamente e sem justa causa da empresa deveria receber paga maior que trabalhador outro de pouco tempo de contrato, o que estaria em plena consonância, dentre outros, com o princípio da isonomia, que determina que sejam tratados igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Assim, ficaria a questão do aviso prévio na seara do avanço, no sentido de que foi uma conquista trabalhista, já que antes da Carta de 1988 inexistia tal previsão de proporcionalidade entre o tempo de serviço e o valor da paga, mas também se encaixaria na inércia, já que mesmo após 20 anos da Constituição Federal nada se efetivou em tal sentido.

Da mesma forma injustificável que até o presente momento não haja sido

regulamentada a noção do que venha a ser o trabalho penoso, ou pelo menos a indicação de quais atividades se enquadrariam em referida condição de trabalho paulificante. Noção do que seja trabalho penoso todos temos, como por exemplo, o daquele que labuta limpando fossas, ou manejando britadeira de perfuração de asfalto, mas sem a regulamentação não há como ser deferido, em juízo, referido acréscimo salarial, cujo quantum igualmente é desconhecido, gerando uma venda mais barata da força de trabalho daquele que pena mais que outro de diferente categoria para garantir seu sustento e o de sua família.

Avanço evidente foi o estabelecido pela CLT como gerador da paga de hora extra quando do desrespeito patronal ao intervalo intrajornada. Não se pode aqui deixar de registrar como avanço, outrossim, o fato de a exigência de experiência prévia no ato da seleção para o emprego não mais poder extrapolar o período de 6 meses. Sem dúvida que, principalmente para o jovem trabalhador que se lança no mercado de trabalho, exigir experiência superior é o mesmo que fadá-lo ao desemprego, pois todos um dia tiveram um primeiro emprego, para o qual inexistia experiência prévia.

Outro avanço que merece nota se refere ao labor da pessoa de mais idade. É que é inegável que em nossa realidade de trabalho, de cedo o laborista começa a ser discriminado por conta de contar com mais anos de vida, muita vez iniciando-se a discriminação na faixa dos quarenta anos de idade, o que configura verdadeira impropriedade, pois inexistente nexos, para a grande maioria das atividades laborativas, entre o contar com mais anos de idade e ser incapaz para o trabalho. Assim, em boa hora veio a norma infraconstitucional fazer coro com o princípio constitucional geral da isonomia, inclusive com a isonomia no mundo do trabalho, especificamente através do Estatuto do Idoso, que cuida de forma específica do trabalho de tal longe em seus artigos 26 a 28.

De se considerar não necessariamente um avanço ou retrocesso, mas sim uma inércia, tudo em atendimento ao título do presente tópico, o fato de o lazer haver sido incluído na Carta de 1988 como um dos bens e serviços que o trabalhador poderia garantir com o ganho do salário mínimo e tal aquisição ser absolutamente surreal, pois se sequer o essencial é propiciado ao trabalhador que auferir o mínimo salário, que dizer sobrar dinheiro para seu entretenimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se que o direito à paz é direito fundamental, direito humano de 5ª. geração, devidamente positivado na Constituição Federal Brasileira. Paz, como se viu, em nível internacional, mas também em nível coletivo e de igual sorte em nível individual. Não se pode querer, pois, a plena efetivação da paz se expressiva parte do texto constitucional que protege a classe trabalhadora, por razões quer de omissão do legislador infraconstitucional, quer pela ausência de eficácia, não vieram a ser cumpridos, em grande e expressivo prejuízo para o polo mais fraco do contrato de trabalho.

Não é chavão, nem muito menos frase de efeito a que assevera que a paz é fruto da Justiça. Assim, onde há Justiça, preparado está o cenário para a paz, que de fato se efetiva. Ora, se a construção constitucional é a manifestação da *volksgeist*, vale dizer, da vontade popular, que se calca na Justiça, construção que culminou na edificação dos institutos jurídicos que acima mencionamos, e tais institutos não vêm a ser efetivados por quaisquer das razões igualmente declinadas, de se dizer que ferida de morte está a paz, o direito humano à paz, postulado de nossa Carta Política e do estado democrático de direito.

6 REFERÊNCIAS

BONAVIDES, P. (2008). **Congresso Estados Constitucionais. II Congresso Latino-Americano dos Estados Constitucionais**. Fortaleza/CE.

LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. d. (2011). **Metodologia Científica**. (p. 83). Sao Paulo: Atlas.

ROMITA, A. S. (2007). **Direitos Fundamentais nas relações de trabalho**. (p. 99). São Paulo: LTe.

DITADURA MILITAR DE 1964: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS VIOLADOS

Amanda Fiorio

Isabella Verissimo Ribeiro Bordoni

Juliana Mapelli Martins

Micaela Batista Gomes Ferreira¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata sobre a ditadura militar que ocorreu no Brasil no período de 1964 a 1985 e teve como principais características a falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Define-se a ditadura como o período da política brasileira em que os militares governavam.

Dessa forma, nesse artigo será abordada a importância dos meios de comunicação e como ocorreu a censura desses meios. A censura foi um dos principais marcos dessa época considerada tão severa, onde músicas, jornais, programas de rádio e de televisão entre outros sofriam censura.

Falar-se-á também sobre os princípios básicos dos direitos humanos que foram violados com tamanha repressão retirados do direito ao voto, a falta de liberdade e como principal característica a falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime.

¹ Graduandos em Direito do 4º. Período da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES.

² Professor orientador, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós Graduado em Direito Processual Civil. Pós Graduando em Direito Ambiental. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto. Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições.

Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico. Assim, a pesquisa teórica será importante para a análise do Momento Histórico e Cultural da época, levando em consideração o contexto social, político e econômico e, além disso, ensejará uma discussão sobre assunto que tem bastante importância dentro da sociedade.

3 A DITADURA MILITAR DE 1964 E A CENSURA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A ditadura militar começou realmente a engrossar quando começam a expurgar todas as forças da oposição dentro do governo. Durante os anos (1964 a 1969), ocorreu o começo dos famosos “Atos Institucionais”. Esses atos institucionais foram mecanismos editados para impor decisões garantidoras do governo, onde acabaram sendo adotadas pelos militares (1967). (SOARES, 2018)

Após essa adoção dos militares a esses atos institucionais, um deles gerou o conhecido “Anos de Chumbo” pelos cidadãos que acompanharam e estiverem presentes nesses anos. Sendo um dos períodos mais repressivos da ditadura militar, os anos de chumbo se entrelaçaram com o 5º ato institucional onde começaram a engrossar de verdade. (SOARES, 2018).

Esse engrossamento gerou exatamente grandes problemas e retirou vários direitos sociais dos cidadãos, como a tecnologia que antigamente não era conhecida apenas por telefones ou computadores como são conhecidos mundialmente. Mais

especificamente, essa tecnologia, na época da ditadura militar eram os rádios, televisões e músicas. (SOARES, 2018)

A censura foi um dos principais marcos nessa época severa do regime autoritário que governava o país. Com o ato institucional número 5 já utilizado em vigor, foi criado um conselho superior de censura, baseado em um modelo norte-americano (1939), para julgar comunicações que infringiam o regime naquela época. (SOARES, 2018). Músicas, programas de rádio, cinema e todos os meios de tecnologias, eram todos avaliados antes de qualquer publicação, pois temiam com que a população se conecta realmente com o que estava acontecendo. A censura esteve presente em qualquer possibilidade que pudesse constatar de fato notícias contra o posicionamento naquela época para os cidadãos. (JUNIOR, 2018)

A censura colocou em sua mira não somente os programas de rádio, juntamente com esses programas vinham à música, o teatro e até mesmo o cinema. Esses meios de comunicação serviam de fato para a formação da opinião pública. Uma das principais censuras foi pela escuta telefônica que mundialmente conhecemos como uma grande forma de tecnologia entre cidadãos. (JUNIOR, 2018)

A escuta telefônica, possuiu o principal objetivo de obter informações dos cidadãos que não eram dadas. A censura foi um pouco mais rígida com as peças de teatros e com livros considerados “Suspeitos” A censura na ditadura militar trouxe bastantes consequências, dentre elas a negar devidas informações aos cidadãos e com isso acaba ocorrendo uma manipulação podendo trazer grandes mudanças drásticas na sociedade e em outros meios. (JUNIOR, 2018)

Os jornais, televisões, rádios e vários outros meios de comunicação são colocados como uma troca de informações. O meio tecnológico na época da ditadura ia muito além da tecnologia mundial, pois ela possuía diversos meios e a censura desses meios de informações, não evitaria soluções futuras. A censura acabou passando por três fases durante a ditadura militar, onde só teve seu término em 3 de agosto de 1988. (JUNIOR, 2018)

4 OS DIREITOS HUMANOS VIOLADOS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Podem perceber em relatos de jornais, livros, revistas e até mesmo depoimentos de famílias vítimas desse período marcante na vida da população, que a ditadura militar é um dos pontos marcantes dessa época brutal. Foi um período com grande violação dos direitos humanos, e têm-se como exemplos as torturas sofridas, a prisão de quem ia contra o governo e suas ideias, a morte de inocentes, a falta do direito político entre outros.

A menina Ana Lídia Braga tinha 7 anos de idade quando foi sequestrada, torturada, estuprada e morta em Brasília, em setembro de 1973. ““ Foi encontrada enterrada, nua, nas proximidades da UnB “““““. A investigação do caso foi rapidamente abafada quando começaram a vir à tona suspeitas de que o filho do então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, estaria envolvido no crime.” (BRUM, 2018)

O mais brutal desse cenário da Ditadura Militar no Brasil foi a crueldade exercida pelos próprios donos do Poder, aqueles que estavam dentro do Estado. Pode-se perceber que, conforme expressa Foucault:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede, produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2003, p. 8).

Esse é o perigo de deixar o Poder sem a liberdade de expressão do povo. Direitos foram violados nesse período, simplesmente pelo fato da tomada do poder pelos militares e a proibição da recusa de informações. O mais grave desse período histórico é que grande parte desses conteúdos ficam de forma obscura enclausurados nos porões históricos e não são levados ao conhecimento de grande parte da sociedade.

Outro ponto marcante que pode ser destacado dessa época foi a criação do ato institucional (AI-5) que suspendia a garantia do habeas corpus, que era um mecanismo que ajudava a garantir a vida e, em algumas vezes, liberdade de presos do regime. (MOREIRA, 2018)

Um estudo feito pelo cientista político Marcus Figueiredo aponta que no período de 1964 e 1973, uma estimativa de 4.841 foi punida com a perda de seus direitos políticos, os políticos que tiveram seus mandatos cassados, aposentadoria e demissão. Cerca de 513 políticos, sendo senadores, deputados e vereadores. Também tiveram 35 dirigentes sindicais que perderam seus direitos políticos e 3.783 funcionários públicos, entre eles 72 professores e 61 pesquisadores científicos, foram aposentados ou demitidos. (MOREIRA, 2018)

Os direitos humanos que são todos os direitos relacionados à garantia de uma vida digna com garantias a todas as pessoas. São direitos e liberdades básicas, que consideramos fundamentais para dignidade de cada cidadão sem qualquer tipo de discriminação, como cor, religião, nacionalidade, gênero, orientação sexual e política. (MOREIRA, 2018)

De acordo com a organização das Nações Unidas (ONU) os direitos humanos são garantias de proteção das pessoas contra ações ou falta de ações dos governos que possam colocar em risco a dignidade humana. Dessa forma, atualmente, recorre-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 com a finalidade de apresentar o direito à vida como direito natural do homem que deve ser respeitado desde já.

Logo no artigo terceiro da Declaração vê-se que “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”³. Diante desse pequeno fragmento, podemos considerar que o Direito a vida é uma prerrogativa universal – garantia esta também ratificada pela Constituição Federal de 1988.

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, consagra a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, confirmada, portanto, a premissa de que o Estado existe em função da pessoa humana, isto é, a dignidade da pessoa humana é o fim do Estado e da sociedade.⁴

³ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>. Acesso em 28 set. 2018.

⁴LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Manual de Direitos Humanos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 45.

Na CF/88 tem-se o Direito a vida e a outros tantos direitos e garantias fundamentais da Pessoa Humana. Nesse contexto vale-se destacar o amplo direito a informação e a imprensa que é concedida a sociedade:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; (BRASIL, 1988)

Com isso o governo empreendeu a censura, assim então censurando qualquer meio de informação que poderia circular através de livros música, revistas que iam contra o governo ou que poderia desestabilizar tal poder. Foram 21 anos de ditadura até a volta de um país democrático e livre com direitos e garantias firmados na nossa constituição então vigente de 1988. (MOREIRA, 2018)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A censura na ditadura militar foi, sem dúvida, o principal marco de supressão de direitos desse período, com o Ato inconstitucional 5 (AI-5,) já em vigor, foi criado um conselho superior de censura, que colocou em mira alguns programas de rádio, por exemplo, músicas, cinemas, e prejudicou muito pelo fato de hoje ser um dos meios de comunicação mundial.

Houve prejuízo da dos meios de comunicação também, pelo fato de ocultar muitas informações dos cidadãos e isso acabou ocorrendo à manipulação da própria sociedade, suprimindo o direito do cidadão de opinião nos assuntos internos, sem que percebessem que estavam sendo influenciados. Foi um período com grande violação dos direitos humanos, e tem como exemplo a tortura sofrida e quem ia contra o governo e suas ideias. O mais brutal na ditadura militar no Brasil foi quando ocorreu à crueldade exercida pelos próprios donos do Poder, os que estavam dentro do Estado.

O que foi vai agravante nesse período histórico é que grande parte desses conteúdos ficaram obscura e não foram levados ao conhecimento da sociedade.

Caso marcante foi quando ocorreu a criação do Ato constitucional 5 (AI-5), que suspendeu a garantia de *habeas corpus*, que era um mecanismo que ajudava a garantir a vida, e algumas vezes a liberdade de presos do regime.

6 REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 30 de set 2019.

BRUM, Mauricio. **6 crimes hediondos cometidos contra crianças durante a Ditadura Militar**. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2016/04/6-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-cometidas-pelo-regime-militar-no-brasil.html/>> Acesso em: 30 de setembro de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. Censura no regime Militar. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/censura-no-regime-militar/>> . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de Direitos Humanos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MOREIRA, Isabela. 6 fatos que você precisa saber sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo regime militar no Brasil. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2016/04/6-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-cometidas-pelo-regime-militar-no-brasil.html/>> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>. Acesso em 02 set. 2019.

SOARES. Glaucio Ary Dillon. Censura durante o regime autoritário. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm> . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

ESTADO DE SÍTIO: UMA ANÁLISE DO GOVERNO ARTUR BERNARDES

André Lugão Mendes
Fabrício da Costa Oliveira Gomes
João Pedro Moreira Ferreira
Thiago Costa Almeida¹
Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

Artur Bernardes foi presidente da República federativa do Brasil dentre os anos de 1922 a 1926. Esses quatro anos foram marcados por um período de instabilidade econômica e política no país. Essa instabilidade fez com que Bernardes optasse por tomar uma medida provisória de proteção do Estado, chamado de “Estado de Sítio”. Para ganhar tempo e organizar o país, pois as revoltas e conflitos estavam causando insatisfação por parte da população para com Artur.

No primeiro capítulo é mostrado de forma mais detalhada o que é o Estado de Sítio, mostrando com é feito e qual é o objetivo desse regime emergencial e suas previsões legais. Logo após é mostrado como foi o governo de Artur Bernardes, dando ênfase aos vários conflitos armados que aconteceram nessa época e mostrando a instabilidade entre ele e uma parcela dos militares devido a uma suposta declaração que o mesmo deu.

Já no terceiro capítulo o foco é na implementação do regime de Estado de sítio no governo de Arthur, mostrando o motivo dele ter tomado essa decisão e mostrando se essa decisão realmente surtiu efeito.

¹ Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Professor orientador, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós Graduado em Direito Processual Civil. Pós Graduando em Direito Ambiental. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

2 METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico

3 DO ESTADO DE SÍTIO

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada no ano de 1988 prevê, em seu conteúdo, a decretação do estado de sítio como uma competência da União Federal (art. 21, V, CRFB/88) na figura do Presidente da República (art. 84, IX, CRFB/88). O estado de sítio consiste em uma medida ou instrumento utilizado para a defesa do Estado, tanto em relação ao território como em relação à soberania nacional; bem como proteger as instituições democráticas para assegurar a ordem constitucional.

Quando o chefe de Estado – no caso do Brasil, o presidente – decreta o estado de sítio, alguns direitos e garantias dos cidadãos ficam suspensos e os outros dois poderes – Legislativo e Judiciário – se submetem ao Executivo. Não obstante, esse procedimento só pode ser realizado nas situações de: comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida

tomada durante o estado de defesa; e declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, conforme art. 137, CRFB/88. Além disso, precisa submeter-se a determinados requisitos e não pode ser utilizado para implantar medidas de cunho totalitário e nem para praticar abusos de poder. Dentre os requisitos sobreditos, incluem-se: excepcionalidade, taxatividade, temporariedade, determinação geográfica, sujeição a controles, publicidade, regramento constitucional e proporcionalidade.

Excepcionalidade está relacionada ao fato de que o estado de sítio só pode ser decretado em situações específicas, isto é, situações emergenciais nas quais outras medidas não são suficientemente eficazes. Logo, essa medida não poderá ser utilizada em quaisquer situações, dentre as quais poderá ocorrer abuso de poder.

A *taxatividade* refere-se à impossibilidade de se desviar dos princípios constitucionais na decretação do estado de sítio. Embora determinados direitos sejam suspensos, o Presidente da República não pode ir além daquilo que a Constituição prevê.

A *temporariedade* é um importante requisito, haja vista que se o estado de sítio se prorrogar por um período demasiado longo, estará se aproximando dos moldes de um governo ditatorial. Está prevista no art. 138, § 1º, CRFB. Conforme prevê o art. 138, caput, o decreto deverá indicar a *determinação geográfica*, bem como a sua duração.

Sujeição a controles consiste na condição em que os poderes Legislativo e Judiciário se submetem durante o estado de sítio, ficando sujeitos ao Executivo.

A *publicidade* é também um requisito exigido, ou seja, de acordo com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos em seu art. 4º, n. 3, “Os Estados Partes do presente Pacto que fizerem uso do direito de suspensão devem comunicar imediatamente aos outros estados, partes do presente pacto, por intermédio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, as disposições que tenham suspenso, bem como os motivos de tal suspensão.”

O *regramento constitucional* é uma forma de assegurar o respeito aos princípios constitucionais, isto é, evitar que o estado de sítio tome medidas que sejam precedentes para uma ditadura.

O princípio da *proporcionalidade* é deveras relevante, pois, as ações realizadas devem estar na medida do necessário em meio a determinadas circunstâncias, ou seja, eventuais crises não podem justificar abusos de poder.

As diversas Constituições promulgadas ou outorgadas no Brasil ao longo da história continham em seu bojo os requisitos para a decretação do estado de sítio. A Carta constitucional de 1824 tinha previsão sobre o Estado de Sítio em seu art. 179, XXV.

A medida de defesa prevista deveria ser remetida ao poder Legislativo, como uma garantia de segurança jurídica, isto é, em conformidade com o sistema de freios e contrapesos da tripartição dos poderes. Da mesma forma, o Governo deveria prestar contas quanto aos abusos praticados.

A Constituição de 1891, por sua vez, previa sobre tal medida em seu Art 80, tendo como pressupostos a urgência e a relevância como requisito para a decretação do estado de sítio, para evitar abusos de poder.

Na Constituição de 1934, previa o art. 56 § 13 que a medida deveria ser remetida ao poder legislativo. A Carta de 1937 possuía em seu bojo disposição sobre o Estado de Sítio em seu art. 166, cujo texto permitia que o Presidente declarasse a medida em caso de relevância e urgência sem autorização do Legislativo; contudo, necessitaria disso se quisesse suspender garantias fundamentais.

A Constituição promulgada em 1946 dizia que: “O Congresso Nacional poderá decretar o estado de sítio nos casos de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar à mesma a irromper; de guerra externa.” De acordo com o art. 206, I e II. E seu art. 208: “no intervalo das sessões legislativas, era da competência exclusiva do Presidente da república a decretação ou a prorrogação do estado de sítio, havendo posterior controle político pelo Congresso Nacional” Nesse caso, a

competência para decretação do Estado de Sítio era atribuída ao Congresso Nacional e ao presidente da República.

A Carta Constitucional de 1967 previa que: “Compete privativamente ao Presidente decretar o estado de sítio” conforme seu art. 83, XIV. Semelhantemente, dizia em seu art 154 que:

Durante a vigência do estado de sítio e sem prejuízo das medidas previstas, no art. 151, também o Congresso Nacional, mediante lei, poderá determinar a suspensão de garantias constitucionais.

Parágrafo único - As imunidades dos Deputados federais e Senadores poderão ser suspensas durante o estado de sítio, pelo voto secreto de dois terços dos membros da Casa a que pertencer o congressista. (BRASIL, 1967)

A Emenda Constitucional de 1969, outorgada durante a ditadura militar, constava em seu art. 81, XVI o seguinte: “Compete privativamente ao Presidente da República: decretar o estado de sítio”. Percebe-se, sobretudo no art. 151, § 1º, que durante o período da Ditadura Militar, o Executivo tinha mais poder que o Legislativo.

A Constituição Federal promulgada em 1988, e ainda vigente nos dias atuais, possui em seu texto as seguintes disposições sobre o estado de sítio:

Em relação à competência para que tal medida seja decretada, prevê em seus artigos 21, V e 84, IX, atribuição ao Presidente da República e à União:

Art. 21. Compete à União: V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal; Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

A respeito das hipóteses em que se poderá ser decretado o estado de sítio, o documento as trazia descritas em seu art. 137, ao passo de que as condições para essa medida, por sua vez, são constadas nos arts. 138, 139, prevendo a duração, a execução, o tempo de vigência e as medidas tomadas.

Outrossim, a Constituição da República Federativa do Brasil também dispõe nos arts. 140 e 141 a fiscalização de 5 (cinco) membros do Congresso durante a vigência da medida e que seus efeitos cessariam após o seu fim.

O Estado de Sítio, no atual ordenamento jurídico caracteriza-se como uma medida de segurança que só pode ser decretada em situações de relevância e urgência, devendo ser ouvidos o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República, além de ser remetido ao Congresso Nacional para votação por maioria absoluta. É necessária a prévia indicação das garantias que serão tomadas, do tempo de duração e das normas que serão utilizadas, e, ao cessar o Estado de Sítio, deverão tais providências ser justificadas. Vale ressaltar que as medidas que poderão ser tomadas no período de vigência do Estado de Sítio estão previstas em rol taxativo. (MORAES, 2006).

3 ESTADO DE SÍTIO NO GOVERNO ARTUR BERNARDES

O Estado de Sítio é utilizado como uma decisão temporária e um último recurso para “organizar” o país, em meio às revoltas promovidas pelo movimento tenentista e a contestação a política do café com leite que colocou Bernardes no poder, ele se viu obrigado a usar para controlar a situação no Brasil, ele utilizou de seus poderes para neutralizar seus opositores políticos por meio de leis repressivas que restringiram a liberdade de imprensa e os direitos individuais. No geral, Arthur adotou medidas autoritárias para combater os focos de revoltas pelo país, deixando marcado seu mandato como um governo repressivo. (LENZA, 2018)

No quesito econômico Artur Bernardes também não obteve sucesso, apresentou um desequilíbrio das contas públicas federais durante seu governo, e para enfrentar este problema ele aumentou os impostos e adotou uma política de corte de gastos. Na tentativa de acabar com a crise financeira houve um aumento na dependência econômica externa, Artur realizou vários empréstimos em instituições estrangeiras.

Bernardes também criou uma política de valorização do café, financiou safras, construiu armazéns para fazer estoques reguladores de preços. Além de criar ações voltadas para a diversificação da produção e exportação de produtos nacionais, para diminuir a dependência da importação de manufaturados e incentivar o comércio nacional. Arthur também incentivou a indústria extrativista, principalmente de ferro e carvão mineral.

Apesar de ter criado tantas medidas para conter a crise financeira, nenhuma delas foi 100% e seu governo não obteve muita aprovação por parte da população brasileira e 15 de novembro de 1926 terminou seu mandato, dando lugar ao presidente Washington Luís.

4 CONCLUSÃO

Em síntese, o estado de sítio consiste em uma medida prevista na Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, e também era previsto nas Constituições e Cartas Constitucionais que precederam aquela – ainda em vigor. Nos casos em que o estado de sítio é decretado, alguns Direitos e Garantias ficam suspensos e os poderes Legislativo e Judiciário submetem-se ao Executivo, e isso pode ocorrer unicamente em situações excepcionais. A exemplo disso tem-se o governo do ex-Presidente Artur Bernardes, que, inobstante o uso de medidas autoritárias, o estado de sítio fora decretado em uma situação de iminente perigo, havendo ameaças por parte de revoltas armadas e uma crise política afetando o país.

5 REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018;

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.

ESTADO DE SÍTIO: UMA ANÁLISE DA REVOLTA DA VACINA NOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 1904

Beatriz Guimarães Dutra

Enzo Menezes Rosseto

Marcella Rodrigues Meneguzzo

Maria Eduarda Fraga Carvalho¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

Falar-se-á sobre Estado de Sítio, sendo este uma ferramenta usada pelo Presidente, no caso do Brasil, onde estarão suspensas, temporariamente, as garantias e os direitos da população. Além disso, os poderes Judiciário e Legislativo são submetidos ao Executivo, para visar à ordem pública. Para ser decretado Estado de Sítio no Brasil, o presidente respaldado pelo conselho da república e conselho de defesa, solicitará a autorização do congresso para que o decreto seja efetivado.

Como o país passou por uma situação de difícil controle, A Revolta da Vacina, devido à obrigação que a população sofreu perante as autoridades para se vacinarem. As pessoas ficaram revoltadas, com isso precisou recorrer, o presidente Rodrigo Alves, à Intervenção Federal, sendo esta o Estado de Sítio.

Faz-se necessário, a distinção entre Estado de Defesa e Estado de Sítio, porque possuem uma correlação que permite, senão explicadas, confundi-las. Sendo essas explicitadas de acordo com o Doutrinador Pedro Lenza.

¹ Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Professor orientador, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós Graduado em Direito Processual Civil. Pós Graduando em Direito Ambiental. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa do presente trabalho, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto, assim buscar-se-á fontes secundárias especialmente publicações como livros, estudos acadêmicos, artigos que abarquem a questão e os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro. (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 83)

Para tanto, será utilizado o método dialético, o qual é caracterizado, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições. Dessa forma, o resultado da pesquisa demonstrará justamente que a realidade é contraditória e, por isso, sempre se está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social, político e econômico.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Estado de Sítio no Brasil

Estado de sítio é uma burocracia política em que o presidente suspenderá temporariamente a atuação dos poderes, assim sendo, é um recurso de emergência que agiliza as ações do governo.

Decretar estado de sítio no Brasil não é algo simples e fácil. Existem fases, a primeira delas é que o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional devem ser consultados; a segunda é que o congresso nacional deve aprovar a ação por maioria absoluta. Porém isso só se realiza em situações em que o estado de defesa for ineficaz, e que tiver repercussão em todo país. Para entender melhor como se realiza o estado de sítio, acompanhe um trecho da CF:

Art. 137 – O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II - declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

Parágrafo único. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta. (BRASIL, 2019)

Quando esse chega ao fim, chegam também seus efeitos. Assim sendo, o chefe de Estado deve relatar ao Congresso Nacional tudo que aconteceu durante este período.

O estado de sítio designa sua duração, as normas necessárias e as garantias constitucionais que ficarão suspensas. Conforme o artigo 138 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mesmo que seja uma medida adotada pelo presidente é necessária a aprovação, pelo congresso, que terá cinco dias para apreciar tal ato, para que seja efetivado. A partir desse decreto ele mesmo indicará sua duração.

3.2 Estado de Sítio X Estado de Defesa

O estado de defesa é decretado para que se preserve a ordem pública e a paz social que são ameaçadas por grave instabilidade ou calamidade da natureza em locais restritos e determinados. O estado de sítio é uma medida mais extrema que é decretado quando o estado de defesa não resolveu o problema, sendo aquele o que atinge todo o país. A situação de emergência é muito menos grave do que o estado de calamidade pública. Ambos são pedidos pelo presidente da república. Entretanto, Estado de Sítio é mais grave.

3.3 A Revolta da Vacina no Rio de Janeiro em 1904

O Rio de Janeiro passou por modificações urbanas, no mandato do prefeito Pereira Passos e do diretor da Saúde Pública e médico sanitário, Oswaldo Cruz – tomou posse no dia 23 de março de 1903, e disse “Deem-me liberdade de ação e eu exterminarei a febre amarela dentro de três anos” (Cruz, 1903) – este queria, com

seus projetos, acabar com a doença que se encontrava na população. Apoiados pelo presidente Rodrigues Alves, as execuções de Passos e Cruz permitiram a ocorrência de muita insatisfação popular.

Um dos desgostos é devido à reurbanização da cidade, sendo que não foram proporcionadas casas para que os indivíduos residissem, sendo a forma pela qual eles começaram a habitar nos morros, dando início a formação de aglomerados conhecidos como “Favelas”. E, ainda, não tinha saneamento básico, o que favoreceu a reprodução de ratos e mosquitos transmissores de doenças. A consequência disso são os males como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica, resultando no sofrimento da população.

(...) esse governo só tem o rótulo de republicano, porque isto que nós temos como forma de governo é uma república falsificada e deve haver a repulsa porque à Nação assiste o direito de repelir a força pela força (...). Essa lei iníqua, arbitrária e deprimente provoca a reação, que deve ser feita por toda expressão. Talvez nunca mais se repita, devido às mudanças ocorridas na sociedade brasileira, e ao fato de que temos vastas massas inermes de miseráveis e deseducados, que sempre se submetem passivamente a todos os tipos de indignidades que ocorrem diariamente na área da Saúde. Mas, até quando? (SODRÉ, 2019)

Conforme Sodré, os indivíduos estavam sendo indignados pelo que ocorria na área da saúde. O sanitarista, Oswaldo Cruz, criou as “Brigadas Mata-Mosquitos”, sendo este, um grupo de funcionários sanitários públicos que eram acompanhados por policiais. Eles invadiam as casas das pessoas para exterminar mosquitos transmissores de febre amarela e, em caso de que a moradia desta pessoa fosse uma ameaça para a cidade era autorizado derrubá-la. Para matar os ratos que propagavam a peste bubônica, foram jogados raticidas pelo Rio de Janeiro e os lixos produzidos eram todos recolhidos, como forma de não proliferar os animais portadores da enfermidade.

Os métodos usados para combater febre amarela e peste bubônica foram eficazes, mas a da varíola teve forte reação popular. E ela é uma doença que é transmitida por um vírus através do ar, sendo difícil de ser combatida, assim sendo, para cessá-la foi imposta a vacinação obrigatória à população. A vacinação foi o estopim para que a população revoltada fosse à rua protestar contra o que estava ocorrendo.

Em junho de 1904, Oswaldo apresentou ao Congresso projeto com cláusulas rigorosas para vacinação e revacinação das pessoas, consoante a Lei Nº 1.261, de 31 de Outubro de 1904. Tal projeto exigia atestados para viajar, casar, matricular em escolas, acesso aos empregos públicos e, até, multa caso se não os tivessem. Os opositores alegaram terem pouca confiança nos soros e vacinadores. Aqueles não eram contra a vacinação, mas sim a imposição dela para a população, conforme o senador e coronel reformado Lauro Sodré, que afirmava que seria uma lei prepotente e autocrática, que não permite a liberdade de consciência das pessoas, impondo a elas a vacinação.

Em 05 de novembro de 1904, surgiu a Liga contra a Vacina Obrigatória, dirigida por Vicente de Souza. Nesse período, Cruz tentava controlar a epidemia por meio de desinfecção e isolamento. A imunização só era feita se a pessoa enferma ou sua família permitisse. Nesse intervalo de tempo o número de vacinação caiu de 23 mil para 6 mil. No ano de 1910, teve, apenas, um caso de varíola no Rio de Janeiro, passando a ser considerada a “Cidade Maravilhosa”, de acordo com Coelho Neto.

3.4 O Estado De Sítio Como Garantia Constitucional Fundamental Para a Proteção Da População

A origem da Revolta da Vacina se deu pela publicação no jornal A Notícia, em 09/11/1904, porque foi este meio que informou a população sobre o que estava para ocorrer, sendo que, efetivamente, a revolta se consolidou quando começou a obrigar as pessoas se vacinarem e invadiram suas casas, deixando muitas destruídas.

Quando se é detectado estado sítio de acordo com o art. 137, I da Constituição Federal /88 haverá comoção grave de repercussão nacional ou ineficácia das medidas tomadas durante o estado de defesa, sendo assim as medidas coercitivas (artigo 139 CF/88) poderão ser tomadas contras pessoas durante esse tempo.

Através da lei extraordinária, o estado de sítio terá a duração que não poderá passar mais de 30 dias e, nem irá poder ser prorrogada a cada vez; as garantias constitucionais serão adiadas até que se cumpram com os deveres editados no art. 139 CF/88, de acordo com Rodolfo F. Alves Pena, o chefe de Estado tem o total

poder de tomar qualquer medida contra os cidadãos do seu país, sendo que só algumas ações irão ser tomadas de acordo com os direitos individuais.

No dia 16 de novembro de 1904, foi decretado o Estado de Sítio pelo o presidente Rodrigues Alves, assim como a suspensão da vacina obrigatória e derrubada a tentativa de Golpe de Estado lideradas por alguns setores civis e grupo de militares florianistas e positivistas apoiados pelo povo, porque estes estavam descontentes com o governo e serviços por ele oferecidos. Mesmo com a obrigatoriedade da vacina sendo revogada, precisava-se de atestados de vacinação para que as pessoas ingressassem suas vidas em escolas, trabalhos, hospedagens em hotéis, alistamento militar, fizessem viagem e quisessem casar-se.

Seria preciso não conhecer a vida da cidade do Rio de Janeiro, mesmo nos seus dias anormais, para não compreendermos os acontecimentos de ontem que encheram de pânico e pavor toda a população. Houve de tudo ontem. Tiros, gritos, vaias, interrupção de trânsito, estabelecimentos e casas de espetáculos fechadas, bondes assaltados e bondes queimados, lâmpíões quebrados à pedrada, árvores derrubadas, edifícios públicos e particulares deteriorados. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 2019)

De acordo com a situação que se passava na cidade do Rio de Janeiro, com grupos quebrando lojas, queimando bondes e depredando a cidade por causa da insatisfação com a vacinação obrigatória, o Governo declarou o Estado de Sítio e suspendeu a obrigatoriedade da vacina, conforme explícito a cima. A Revolta da Vacina ocasionou em muitas mortes, as pessoas que participaram do movimento foram presas e quatro civis foram processados, sendo esses: Alfredo Varela, Vicente de Souza, Pinto de Andrade e Arthur Rodrigues.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas, em especial, da Doutrina Direito Constitucional Esquemático, de Pedro Lenza, e informações sobre a Revolta da Vacina, elaborou-se o presente artigo com a finalidade de justificar o porquê do uso de Estado de Sítio no Movimento que ocorreu, em 1904, na cidade do Rio de Janeiro.

Assim sendo, afirma-se que o Estado de Defesa e o Estado de Sítio são decretos

parecidos obtêm a maioria das medidas são diferentes de uma para outra, sendo que ambas necessitam de um período de processo para a sua aprovação.

O Estado de Sítio é uma medida de extrema urgência, com diversas regras e fases para sua aprovação, conforme foram citados os artigos 137, 138 e 139 da Constituição Federal. O Estado de Sítio designa sua duração verificando a situação. Sendo esta precária, o povo revoltado e destruindo a cidade, porque além de terem suas casas postas ao chão, estavam sendo obrigados a tomarem vacina por força da Lei Nº 1.261, de 31 de Outubro de 1904. Essa insatisfação fez com o Presidente, Rodrigo Alves, decretasse Estado de Sítio na Cidade do Rio de Janeiro, portanto, teve a suspensão da imunização forçada.

5 REFERÊNCIAS

AQUINO e MITTELMAN, Tania. A revolta da vacina. Vacinando contra a varíola e contra o povo. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2003.

BRASIL. Constituição da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. Edição 18º. Ano 2014.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. Edição 16º. Ano 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Estado de Sítio"; Brasil Escola. Disponível em Acesso em 20 de maio de 2019.

INTERVENÇÃO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY - ES

Jorgian de Lima Gomes

Luiz Sérgio Silva Jordão

Jaqueline dos Nunes Quirino Santos

Vynicius Silveira Olios¹

Victor Rizo Schiavo²

1 INTRODUÇÃO

A intervenção é uma medida excepcional que visa garantir o cumprimento do princípio da indissolubilidade da federação. Assim, esta, por meio da União, vem com o objetivo de restabelecer a união indissolúvel, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ela se encontra prevista nos artigos 34 ao 37 da Constituição Federal, e também na Constituição do Estado do Espírito Santo em seus artigos 30 e 31, onde estão previstos os pressupostos materiais e formais, respectivamente, para sua decretação.

O presente artigo científico restringiu seu campo de estudos às hipóteses de intervenção federal e estadual nos municípios, buscando discorrer sobre tais, que se encontram elencadas nas Constituições supracitadas e o seu procedimento.

O assunto intervenção dos Estados nos municípios imponha uma investigação mais focada nos limites da autonomia dos entes federados á luz da Constituição. Uma visão mais inclusiva do tema urge a necessidade de relembrar, mesmo que panoramicamente.

¹ Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix

² Professor orientador, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV). Pós Graduado em Direito Processual Civil. Pós Graduando em Direito Ambiental. Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética – BIOGEPE. Advogado. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

Esse artigo encontra-se dividido em duas partes, abordando-se, inicialmente, o conceito de federalismo, enquanto elementar basilar, pois é deste que advém a intervenção, para em seguida, tratar das hipóteses de cabimento de intervenção federal ou estadual nos municípios e o procedimento para que tal se concretize.

Busca ainda, retratar especificamente da intervenção estadual no município de Presidente Kennedy no ano de 2012, onde foi decretado pelo Estado a intervenção que perdurou no município durante seis meses.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Determina a Constituição Federal, em seu artigo 1º, que o Estado brasileiro se constitui da união indissolúvel entre Estados-membros, Distrito Federal e Municípios. Esse texto constitucional consolidou a forma federativa de Estado.

A Constituição da República, em seu artigo 18, que trata da organização político-administrativo do Estado, complementa o seu artigo 1º, acima mencionado. Este prevê, expressamente, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal como os entes federativos responsáveis pela política administrativa da República, sendo salvaguardado a estes sua autonomia. Ela “caracteriza-se pela denominada tríplice capacidade de auto-organização e normatização, autogoverno e auto administração” (MORAES, 2005, p.248).

No artigo 1º da CRFB/1988 não é mencionado a União pelo fato de esta ser o Estado Brasileiro em seu âmbito interno, sendo, nas palavras de José Afonso da Silva:

“[...] a entidade federal formada pela reunião das partes componentes, constituindo pessoa jurídica de Direito Público interno, autônoma em relação aos Estados e a que cabe exercer as prerrogativas da soberania do Estado Brasileiro” (2005, p.100).

O princípio adotado pelo constituinte de 1988 é o da não intervenção, caracterizando assim a excepcionalidade desse ato. Caberá essa medida política nos casos previstos nos artigos 34 e 35 da Constituição da República. A regra por ela estabelecida é a de que a União intervém nos Estados, no Distrito Federal e nos

Municípios localizados nos territórios; e os Estados nos seus Municípios. A recíproca não possui valia por serem entes de menor dimensão na federação. Nesse sentido posiciona-se o Supremo Tribunal Federal:

[...] o mecanismo de intervenção constitui instrumento essencial do próprio sistema federativo, e, não obstante o caráter excepcional de sua utilização – necessariamente limitada às hipóteses taxativamente definidas na Carta Política -, mostra-se impregnado de múltiplas funções de ordem político-jurídico, destinadas (a) tornar efetiva a intangibilidade do vínculo federativo; (b) a fazer respeitar a integridade territorial das unidades federadas; (c) a promover a unidade do Estado Federal e (d) a preservar a incolumidade dos princípios fundamentais proclamados pela Constituição da República. (STF – Intervenção federal nº 591-9/BA – Rel. Ministro-Presidente Celso de Mello, Diário de Justiça, Seção I, 16 set. 1998, p.42)

É de se notar, então, que nesse julgado encontram-se expostas as principais ideias que envolvem os objetivos da intervenção, a de conservar a forma federativa de Estado e preservar os princípios sensíveis tanto da Constituição da república (art. 34, VII), quanto da Constituição Federal.

Compete aos Chefes do Poder Executivo, Federal ou Estadual, decretar a intervenção nos municípios, observando o devido processo legal, especificando a sua duração, extensão e condições de execução e, observado o caso, nomeará interventor, autoridade federal ou estadual, estando sujeito á responsabilidade civil na forma do parágrafo 6º, do artigo 37, da Constituição Federal.

3 DESENVOLVIMENTO

A intervenção estadual no Município de Presidente Kennedy – ES se deu por representação interventiva estadual ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo. Alegando violações sensíveis, com fundamento legal no artigo 35, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, artigos 30 e 31 da Constituição do Estado do Espírito Santo, artigo 29, II da Lei nº 8.625/1993, artigo 27, II e artigo 30, II, todos da Lei Complementar Estadual nº 95/1997 e artigo 117 e seguintes do RITJES (Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo) e artigos 350 a 354 do RISTF (Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Em sua petição inicial o requerente relata que está em trâmite no Departamento da Polícia Federal o inquérito nº 502/2011, tendo como objetivo investigar crimes

praticados por organização criminosa que atuou de forma ordenada e contumaz em fraudes em licitações públicas no Município de Presidente Kennedy, cidade localizada no litoral sul do Estado do Espírito Santo. Expõe que essa operação policial revelou provas robustas da ramificação da referida organização criminosa para além das fronteiras do Município objeto das investigações, sendo constatada a existência de índices de desvio de verba pública.

Para o chefe do Ministério Público Estadual, esses fatos comprovam verdadeira crise institucional, sem precedentes no município de Presidente Kennedy, caracterizada pelo comprometimento do exercício regular dos poderes constituídos, e o descumprimento literal dos princípios sensíveis, tais como o uso irresponsável dos recursos públicos, a transparência na administração pública, a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a publicidade, a eficiência, a razoabilidade e a finalidade. “[...] democracia é um processo de convivência em que o poder emana do povo, há de ser exercido, direta ou indiretamente, pelo povo e em proveito do povo”. (SILVA, 2006, p.40)

Por outro lado, preconiza CANOTILHO, que o Estado Democrático de Direito se estrutura “como uma ordem de domínio pelo povo. A articulação do ‘direito’ e do ‘poder’ no estado deve organizar-se e exercer-se em termos democráticos. O princípio da soberania popular é, pois, uma das traves mestres do Estado Constitucional. O poder político deriva do poder dos cidadãos”. (CANOTILHO, 1999, p.94)

Se examinarmos esses princípios constitucionais, torna-se evidente que as autoridades acusadas de engendrar esquema de corrupção macularam, por certo, a representatividade e responsabilidade que os titulares dos poderes executivo e legislativo municipais devem preservar no exercício de suas atribuições institucionais.

Entretanto, a excepcionalidade da intervenção (medida jurídico-político) impõe verificar se as circunstâncias concretas que ensejaram a propositura da representação interventiva foram, ainda que muito graves eficientemente combatidas por outros poderes e por instituições que também sustentam o Estado Democrático

do Direito ou, se permanecendo, ainda exigem a decretação dessa medida extrema como condição de estabilidade e rigidez do Estado do Espírito Santo.

[...] a intervenção federal e estadual pode ser conceituada como medida política (com contornos jurídicos bem definidos) de afastamento limitado (específico e temporário) da autonomia do ente federado que a sofre (Estado, Distrito Federal ou Município), com ingerência do ente que a promove (União ou Estado) na esfera de competência daquele. (ROTHERBUNG. 2007, p.196)

Vislumbramos a intervenção dos Estados nos Municípios como procedimento político-administrativo de interferência temporária do Estado no Município, com o fim específico de resguardar a ordem federativa, bem como fazer prevalecer à lei e a ordem judicial, para restaurar a plena autonomia municipal em defesa dos municípios. A natureza jurídica da intervenção é, em parte, política, porque visa à manutenção da estrutura federativa cujo cerne é eminentemente a organização política do Estado, a federação e seus componentes, e também administrativa, porque trata-se de uma situação especial, que visa oferecer proteção à estrutura do Estado, sendo deflagrada mediante procedimento administrativo.

Com a decretação da intervenção estadual no município de Presidente Kennedy no ano de 2012, o município vivenciou um dos seus piores momentos tanto politicamente, juridicamente e economicamente. Isto porque o município ficou em verdadeiro caos, apesar de ser um município novo, onde teve sua emancipação política em 04 de Abril de 1964, o município é um dos maiores produtores de petróleo do país, chegando a ficar em primeiro lugar inúmeras vezes em arrecadação de royalties, compensação paga ao município pela exploração. O que muitas das vezes traz uma má impressão, isto por ser um município muito rico e ao mesmo tempo muito pobre, tendo com altos índices de pobreza e analfabetismo, e ao mesmo tempo muita ganância de muita politicagem o que faz com o município fique manchado em sua história, e vivenciando insegurança política, econômica e jurídica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo restringiu-se ao campo de estudos às hipóteses de intervenção federal e estadual nos municípios, buscando esclarecer, de forma inicial, quais são suas hipóteses e o procedimento judicial acerca da matéria.

A dificuldade em explorar o presente tema foi o de não encontrar na doutrina muita explanação acerca da intervenção estadual nos municípios, restringindo-se a maior parte da doutrina a mencionar, apenas, que as disposições acerca da intervenção federal nos Estados serão aplicadas no que lhe couber. Outro fator encontrado foi à omissão do constituinte em certos pontos, não deixando de forma clara como ocorreria a intervenção nos municípios e como se daria a aplicação dos respectivos pressupostos formais, haja vista ele ter mencionado apenas os pressupostos formais para a intervenção federal nos Estados.

A intervenção, seja ela federal ou estadual, é sempre medida excepcional com a finalidade de validar o pacto indissolúvel que forma a República Federativa do Brasil, sendo expressada essa excepcionalidade no texto constitucional, que estabelece um rol taxativo.

Também foi esclarecido o procedimento interventivo, que pode se dar pela representação do Tribunal de Contas da União, se a intervenção for federal, ou pela representação interventiva ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, como é o caso do Município de Presidente Kennedy – ES, que teve ajuizada representação interventiva pelo Procurador-Geral de Justiça junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo no ano de 2012, sendo decretada no mesmo ano, e sendo nomeado um interventor para o município.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. STF. IF nº 591-9 – Rel. Min. Pres. Celso de Mello. DJ 13.03.1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

LENZA. Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. Ed. 17. Rev., Atual. São Paulo: Saraiva 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 18. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SAÚDE BUCAL: REALIDADES E DIFICULDADES ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS

Emilly Martins Camargo

Larissa Fim Paqueli

Maria Fernanda Souza Santiago

Renata Scaramussa Tosta Puppim

Wendel Grolla¹

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti²

1 INTRODUÇÃO

A saúde física é em primeiro lugar a preocupação de grande parte da população, muitas vezes deixando a deriva a saúde bucal e os cuidados diários e necessários com os dentes e todo o conjunto bucal. (Saliba e Unfer, 2019) Contudo, o aparecimento de várias doenças na população é essencialmente ligado a fatores biológico, sociais, econômicos, educacionais, morais e culturais. Cada sociedade enfrenta de forma distinta o combate às doenças e a busca pela saúde e bem estar.

Segundo Lopes et al. (2011), o bem estar de pessoas que se encontram com algumas necessidades de tratamento como, por exemplo, doenças conhecidas por gengivite, periodontite crônica, pesquisa com pessoa que são diabéticos, e pessoas com Síndrome de Down também entram em debate e interesse de como é enfrentado por eles o acompanhamento e a busca por se sentirem melhores.

Tem-se como objetivo geral por meio de pesquisas, terem o conhecimento sobre as dificuldades, necessidades e falta de conhecimento das pessoas frente ao tratamento odontológico. Bem como, o resultado da influencia de fatores sociais, econômicos e culturais.

¹ Graduandos do 2º período no curso de Odontologia, Faculdade Multivix campus II, Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestre em Ciência da Informação (PUC-CAMPINAS). Especialista em Informática na Educação (IFES). Graduada em Pedagogia (FAFIA). Professora e Coordenadora de Pesquisa e Extensão da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Os profissionais da saúde, em específico da área de odontologia, visando à satisfação futura das pessoas constroem um trabalho de prevenção às doenças periodontais, cárie dentária e as doenças mais presentes no dia a dia. De acordo com Saliba e Unfer (2019), ainda assim existem pessoas que não são alcançadas, o motivo claro que demonstra a necessidade social, econômica, educacional e entre outras, justificando que não é um fator apenas biológico responsável pelo desenvolvimento e evolução da placa bacteriana.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para incentivar e proporcionar conhecimento dos riscos e dificuldades encontradas no dia a dia pelas pessoas que buscam bem estar e o cuidado da saúde bucal, tendo como princípio a valorização da qualidade de vida. A fonte de dados utilizada foi: Scielo, Google pesquisar, Sites, artigos científicos, apostilas de metodologia científica disponibilizada no portal acadêmico dos alunos da faculdade Multivix.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Cuidados e Preocupações Entre as Mulheres e os Homens

O tratamento odontológico em alguns países é oferecido gratuitamente por métodos de saúde coletiva, tendo como finalidade o bem estar e o desenvolvimento positivo de sua população. Bulgareli et al. (2018) mesmo que as diferenças nas necessidades em saúde não se reduzam apenas com a utilização dos serviços de saúde, o acesso a serviços de qualidade pode melhorar as condições desfavoráveis de saúde nas populações e, gerar impacto positivo.

Da mesma forma, há países com custo absurdo para com o tratamento aumentando o índice de doenças periodontais e o desconforto com a estética, bem como, o sorriso em si. Entretanto, a boca, os dentes, o hálito e todo o conjunto bucal são considerados importantes para a beleza das pessoas, porém, não é um tratamento que chega a todas as pessoas e em especial afeta mais as mulheres do que aos homens.

Por muito tempo, as mulheres desenvolveram um papel cultural de responsabilidade e cuidado familiar; portanto, estariam mais preocupadas com a sua saúde bucal. Já os homens apresentam menor preocupação com o impacto das condições bucais na sua qualidade de vida, ao ponto de relatarem o problema apenas quando a condição já se apresenta bastante avançada, com alteração física e dor, tornando-se mais significativa. (Bulgareli apud Borrell e Artazcoz, p. 6. 2018).

Portanto, entre as mulheres e os homens é divergente o enfrentamento e a busca pelo tratamento devido à preocupação a mais que as mulheres têm, por serem também as responsáveis pelo cuidado familiar e estético. Segundo Bulgareli et al. (2018) as mulheres apresentam maior exigência na aparência bucal, e a presença de carie no sorriso ou até mesmo doenças sistêmicas que podem influenciar na saúde bucal é insatisfatório para elas.

2.2 Acessibilidade ao Serviço Odontológico

O acesso à informação e conhecimento é fundamental para a sobrevivência, assim como a auto responsabilidade, o fato de não esperar chegar ao pior estado para procurar ajuda e saber utilizar da prevenção para alcançar um resultado melhor. O serviço odontológico é de custo altíssimo, mas, não implica no cuidado pessoal com a boca evitando males graves, mesmo em situação de baixa renda é possível o acesso a esse serviço de forma básica, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com Coelho et al. 2011, p. 7:

A atuação do cirurgião-dentista no serviço público de saúde consistiu tradicionalmente em somente proceder ao atendimento clínico da população nos antigos Postos de Saúde, hoje denominados Unidades Básicas de Saúde (UBS). Isto é uma tradição, pois desde os primórdios da profissão o enfoque era o trabalho isolado no ambiente restrito do consultório. Desse modo, a exigência do trabalho em equipe no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) tornou-se um desafio a ser enfrentado pelo cirurgião-dentista.

A insegurança das pessoas em acreditar no SUS devido à fama de incapaz, desfalcado, baixa qualidade, entre outras, é de extrema importância quando deixam utilizar a oportunidade de seu direito ao serviço/atendimento. Em alguns casos acontece do tratamento precisar de uma contribuição ou até mesmo metade do valor de um tratamento que é realizado nas clínicas privadas. Mas, isso ocorre para benefício do paciente e bem estar de poder ter um equipamento/aparelho de segurança e confiável em sua boca.

Em uma pesquisa realizada por Fonseca et al. (2015), existem relatos de pessoas que só conheceram a necessidade do cuidado bucal quando adulta, durante a infância viviam em famílias carentes e numerosas. O contato com um profissional da área foi tardio considerando a saúde bucal já prejudicada, mas, o cuidado bucal é individual e valorizado por algumas pessoas. No caso das mulheres é difícil encontrar um grande número de satisfeitas, sempre se queixam por ter dentes “tortos”, “amarelado”, ou seja, descrevem a boca com tristeza.

2.3 Influência Familiar e Cultural no Cuidado da Saúde Bucal

A influência pela limpeza e preservação da saúde bucal começar logo no início da infância com o desenvolvimento dos dentes, onde as crianças tendem a sentir dor com o nascimento dos primeiros dentes e a formação da boca. Sendo assim, as mães sempre estão atentas e preocupadas com o desenvolvimento e limpeza da boca da criança. É fundamental ressaltar o cuidado e o modo ensinado pelas famílias, como o uso de um creme dental de qualidade e escova de dente (PEREIRA, 2010).

É possível ressaltar que é na infância que ocorre o consumo de alimentos prejudiciais que podem afetar na proliferação de cáries e outras doenças. Entretanto é dever da família orientar e ajustar esses consumos na criança, ajudar no controle excessivo dos mesmos, preservando também a saúde física. Criando esse hábito desde a infância é possível acreditar no consumo menor de alimentos prejudiciais.

Pereira (2010) apud Cavalcanti (1988), na adolescência as relações com estéticas ficam mais afloradas pelo convívio social e também relações afetivo-sexuais, é a fase onde acontecem as mudanças corporais e adaptações novas. A estética se encontra em um nível elevado.

Tendo em vista, todo o trabalho de prevenção às doenças e cuidado realizado nas escolas, postos de saúde comunitária, campanhas de saúde, entre outros, buscando garantir o conhecimento dos riscos aos adolescentes. Sendo assim, é a fase onde o beijo é bem explorado e a preocupação dos adolescentes com o mau-hálito, sorriso cativante, dentes certos, o charme da boca é importante, sem esquecer-se das

preocupações com outros fatores como problemas relacionados à halitose. (ELIAS apud PEREIRA, 2001).

Compreende-se por meio dessas afirmações que esses períodos do desenvolvimento são essenciais para ter o hábito de cuidar da saúde bucal e ter compromisso e responsabilidade, independente de condições socioeconômica, pois é o cuidado diário que irá refletir direta ou indiretamente no futuro da saúde bucal.

3 CONCLUSÃO

É comum encontrar pessoas que falam e conhecem as consequências das doenças que são acometidas pela má limpeza bucal e o descuido, e o que pode gerar deixar restos de comida acumulados no dente, não fazer o uso correto do fio dental e não escovar os dentes, porém, quando aparece à situação problema pode já ser tarde (muitas vezes) e doloroso a resolução. Por isso, é indicado desde cedo que cuidem e valorizem a saúde bucal e limpeza, por ser considerado um tratamento de custo alto.

A individualidade de cada um influencia diretamente nessa estética e bem estar de vida, a qualidade de vida é de suma responsabilidade própria. Tendo uma saúde bucal prejudicada dificilmente a pessoa consegue ser satisfeito, perde muitas vezes a vontade de sorrir, falar, com receio da situação bucal. E entende-se que as mulheres são as mais afetadas e as mais preocupadas, a maioria relata com tristeza sobre qualidade de sua boca e todo o conjunto bucal.

Compreende-se com base nesses escritos que a saúde bucal esta relacionada com tudo em nossas vidas, desde a infância até a idade avançada. O mau cuidado com a boca pode ser consequência por muito tempo, e muitas pessoas não conseguem acesso ao tratamento ou tem repulsa ao profissional, por entender que o melhor é feito em clínica particular, sendo que é ofertado gratuitamente pelo SUS também.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Renato de Vasconcelos. CIMÕES, Renata. GUSMÃO, Estela Santos. LOPES, Manuela Wanderley Ferreira. **Impacto das doenças periodontais na qualidade de vida**/Revista Gaúcha de Odontologia. – vol 59. Porto Alegre, jan./jun. 2011. Disponível em: Scielo (http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-86372011000500006) Acesso em: 07/09/19

AMBROSANO, Glaucia Maria Bovi. BULGARELI, Jaqueline Vilela. CORTELLAZI, Karine Laura. FARIA, Eduardo Tanajura de. FRIAS, Antonio Carlos. GUERRA, Luciane Miranda. MENEGHIM, Marcelo de Castro. PEREIRA, Antonio Carlos. **Fatores que influenciam o impacto da saúde bucal nas atividades diárias de adolescentes, adultos e idosos**/Revista de Saúde Pública. 2018. Disponível em: Scielo (http://www.scielo.br/pdf/rsp/v52/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872018052000042.pdf) Acesso em: 08/09/19

BONAN, Paulo Rogério Ferreti. COELHO, Mânia de Quadros. COSTA, Simone de Melo. FRANCY, Sâmia. JUNIOR, Hercílio Martelli. MARTELLI, Daniella Reis Barbosa. **A Odontologia no contexto do Sistema Único de Saúde de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil**/Revodonto. – Vol. 47. Belo Horizonte; abr./jun. 2011. Disponível em: Scielo (http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-09392011000200002&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 14/09/19

BORREL C, ARTAZCOZ L. **Las desigualdades de género en salud: retos para el futuro** [editorial]. Rev Esp Salud Publica, 2008 [citado 27 mar 2016];82(3):245-9. Disponível em: (<http://scielo.isciii.es/pdf/resp/v82n3/editorial.pdf>) Acesso em: 08/09/19

FONSECA, Luciara Leão Viana. MOTA, Joaquim Antônio César. NEHMY, Rosa Maria Quadros. **O valor social dos dentes e o acesso aos serviços odontológicos**/artigo. Ciênc. Saúde colet. 20 – out. 2015. Disponível em: (<https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n10/3129-3138/>) Acesso em: 14/09/19

SALIBA, Orlando. UNFER, Beatriz. **Avaliação do conhecimento popular e práticas cotidianas em saúde bucal**/Revista de Saúde Pública. Disponível em: Scielo (https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000200014). Acesso em: 07/09/19

PEREIRA, Ana Luiza. **Influência da condição de saúde bucal na qualidade de vida dos indivíduos**. – Campos Gerais/MG. 2010. Pdf; Disponível em: (<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0986.pdf>) Acesso em: 14/09/19.

ESTIMULANDO A CRIATIVIDADE COM O DESAFIO DE IMPLANTAR UMA NOVA FÁBRICA

Débora Cristina de Souza Silva

Luzia de Fátima Souza

Aline Juriatto Fagundes¹

Alair Diório Costa Junior²

1 INTRODUÇÃO

A criação de um projeto de layout de uma fábrica está vinculada a estratégia organizacional, ou seja, ao planejamento da organização. A ideia é iniciar um projeto de fábrica, definindo o melhor fluxo de trabalho e definindo o layout ideal com base num fluxograma. O intuito é criar algo que otimize o tempo, ajuste os processos, e que proporcione o menor custo e qualidade. A ideia não é simplesmente criar um layout, mas, principalmente, justificar as decisões tomadas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste resumo, foram utilizadas pesquisas em livros da biblioteca acadêmica da Faculdade Multivix, e em leitura de artigos e matérias jornalísticas para obtenção de informações encontradas na internet. Além destes materiais, contamos com a direção dos professores Aline Juriatto Fagundes, orientado na disciplina de Planejamento Estratégico e Empreendedorismo e com Alair Diório Costa Júnior, na disciplina de Projeto de Fábrica.

3 DESENVOLVIMENTO

A implantação de uma organização, na contemporaneidade, tem se tornado algo mais frequente e mais simples em relação há tempos atrás. Com uma ideia inovadora, logística, gestão, planejamento e controle de produção, e demais áreas

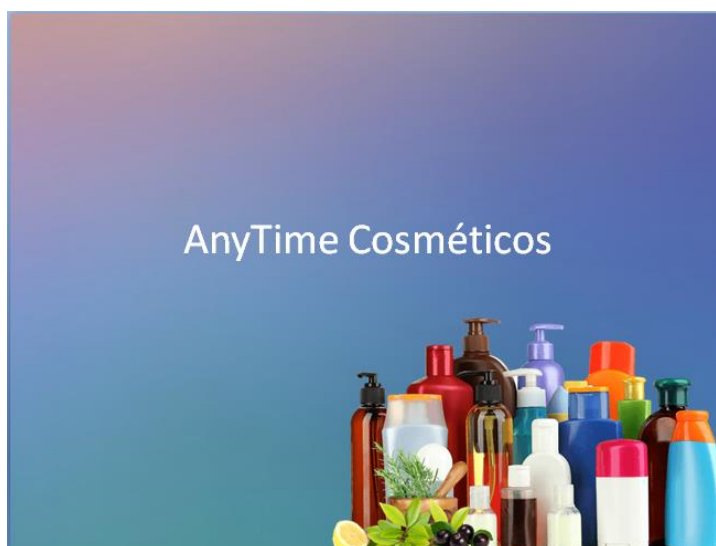
¹ Professor orientador: titulação, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, juriattoaline@gmail.com;

² Professor orientador: titulação, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, alaircostajr@gmail.com
Cachoeiro de Itapemirim-ES, outubro de 2019.

formando um conjunto de operações, contribui para uma boa administração de empresas. Segundo Slack, Chambers e Johnston (2002), a estratégia da produção diz respeito ao padrão de decisões e ações estratégicas que define o papel, os objetivos e as atividades da produção. Como em qualquer tipo de estratégia, podemos considerar seu conteúdo e seu processo separadamente. Ainda com Slack, Chambers e Johnston (2002, p.33) teoricamente, a administração da produção envolve o mesmo conjunto de atividades para qualquer tamanho de organização. Entretanto, na prática, administrar a produção em organizações de pequeno e médio porte possui seu próprio conjunto de problemas.

O nome da fábrica a ser criada neste trabalho é *Anytime* Cosméticos. Ela foi inspirada na empresa já existente (*Natura Cosméticos S/A*), e consiste em uma fábrica de cosméticos naturais, feitos de sementes e ervas da Amazônia, para terapia estética e com características aromáticas, que não contém aditivos químicos em sua composição e também não contém as matérias-primas proibidas, como corantes, fragrâncias, conservantes sintéticos, amônia, silicone ou até mesmo não realizando testes em animais.

Figura 1: Slogan da fábrica.



Fonte: Any Time, s.d.

A fábrica fica localizada na região Norte do país, mais precisamente na Zona Franca de Manaus, pela diversidade da floresta Amazônica, os ingredientes serem extraídos diretamente de lá, pela Zona Franca de Manaus ser um modelo de desenvolvimento

econômico e ter o objetivo de realizar uma integração econômica, produtiva e social na região da Amazônia e devido à isenção de impostos de importação e exportação, que são vantagens que beneficiam as indústrias.

Quando a alta administração está comprometida com uma determinada localização, muitos custos já estão estabelecidos, e torna-se difícil reduzi-los. Por exemplo, se a localização de uma nova fábrica é uma região com altos custos de energia, mesmo um bom gerenciamento com uma excelente estratégia de energia já vai começar com desvantagem. A gerência tem um problema semelhante com a estratégia de recursos humanos se a mão de obra na localização escolhida for cara, mal treinada, ou tiver uma ética de trabalho desfavorável. Em consequência, um trabalho cuidadoso na determinação da localização ótimas da instalação é um bom investimento (HEIZER e RENDER, 2001, p.212).

Figura 2: Mapa da macrorregião Norte

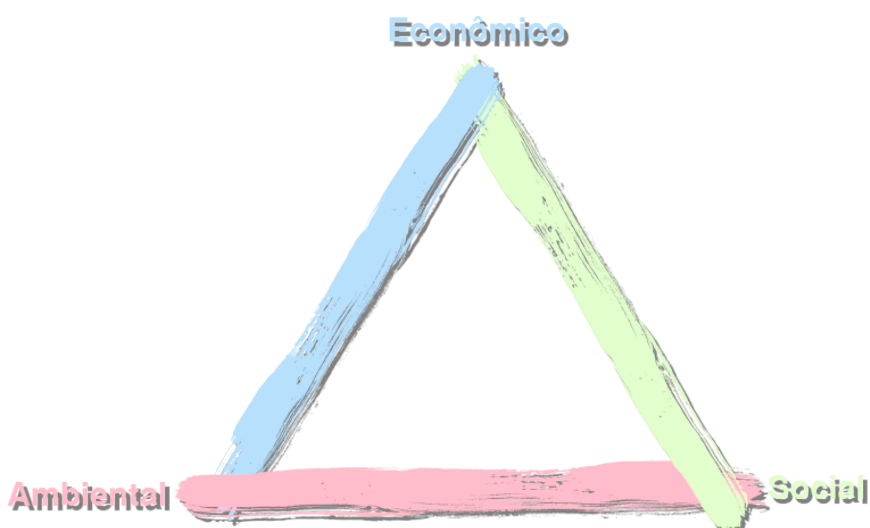


Fonte: Brasil, s.d.

Segundo Paoleschi (2012, p. 190), o modal rodoviário representa no Brasil 62% da carga transportada. Algumas rodovias ainda apresentam estado de conservação muito ruim, o que aumenta os custos com manutenção dos veículos. Porém, ainda de acordo com o autor, este modal possui maior frequência e disponibilidade de vias de acesso, maior agilidade e flexibilidade na manipulação da carga, facilidade na substituição do veículo no caso de quebra, ideais para viagens de curta e média distância.

A Missão da *Anytime* Cosméticos é oferecer produtos cosméticos de aplicação corporal e de higiene, respeitando a qualidade, o meio ambiente e a comunidade. “O objetivo de projetar produtos e serviços é satisfazer aos consumidores, atendendo as suas necessidades e expectativas atuais e/ou futuras.” (SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2002, p.139). A visão é ser a organização reconhecida pela preocupação com o Desenvolvimento sustentável (Tripé da Sustentabilidade). O Tripé da Sustentabilidade corresponde aos resultados de uma organização medidos em termos sociais, ambientais e econômicos. O capital humano leva em conta os atributos que um colaborador adquiriu através de experiência, educação. O capital natural designa o estoque de recursos naturais renováveis e não renováveis na terra, e o resultado econômico positivo de uma empresa, com o lucro.

Figura 3: Tripé da Sustentabilidade



Fonte: PAOLESCHI, 2012

De acordo com Heizer e Render (2001, p.233), os projetos de layout precisam cada vez mais ser encarados como algo dinâmico. Isso significa pensar em equipamentos pequenos, móveis e flexíveis. Eles ainda afirmam que os displays das lojas devem ser moveis, as mesas dos escritórios e as divisórias devem ser modulares, e as prateleiras dos depósitos, pré-fabricadas. Para executar mudanças rápidas e fáceis nos modelos de produtos e nas taxas de produção, os gerentes de operações devem projetar flexibilidade nos layouts. E segundo, Chambers e Johnston (2002,

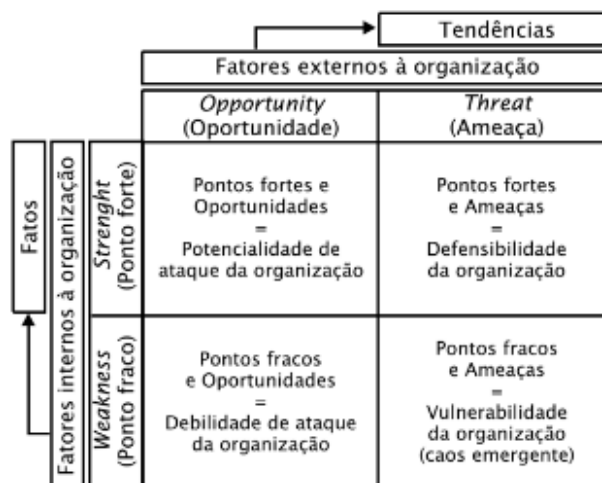
p.200), o arranjo físico de uma operação produtiva preocupa-se com o posicionamento físico dos recursos de transformação.

O objetivo do layout de depósitos e de armazéns é encontrar o balanceamento ótimo entre o custo de manuseio e o espaço de depósito. Conseqüentemente, a tarefa da administração é maximizar a utilização da cubicagem total do depósito – isto é, utilizar o seu volume total e manter baixos os custos de manuseio do material (Heizer e Render, 2001, p.243).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O grande objetivo da análise ambiental através da matriz SWOT é a identificação dos rumos que a organização deverá seguir e quais os passos para que ela atinja seus objetos estratégicos. Portanto, o resultado da análise ambiental através da matriz SWOT é a definição dos objetivos estratégicos e metas para a organização. (MATOS; MATOS; ALMEIDA, 2007, p. 157).

Figura 4: modelo da matriz SWOT e os tipos de direcionamento estratégico.



Fonte: MATOS; MATOS; ALMEIDA, 2007

Na análise realizada através do esboço do projeto, encontramos os seguintes fatores:

Forças: ingredientes vegetais, gestão ambiental, relacionamento com envolvidos;

Fraquezas: distância dos usuários, distribuição, escassez de recursos;

Oportunidades: recuperação econômica, programas sociais, crescimento do setor, reconhecimento da marca;

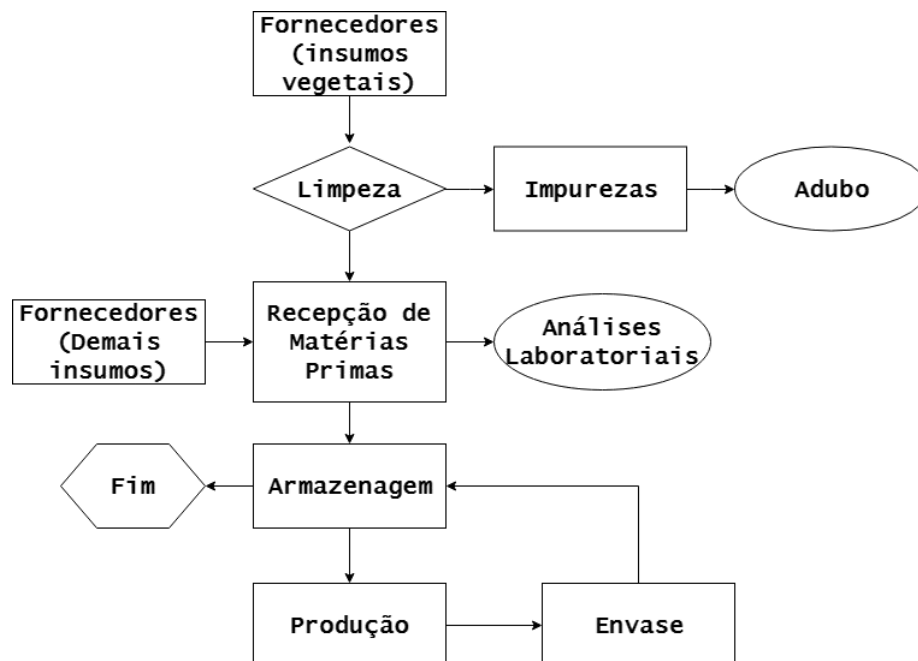
Ameaças: concorrência nacional/internacional, alterações culturais.

O arranjo físico escolhido para a criação desta organização é o layout por processo, pois nele há flexibilidade de movimentação ou manutenção de máquinas sem que interrompa os demais processos produtivos.

O arranjo físico por processo é assim chamado porque as necessidades e convivência dos recursos transformadores que constituem o processo na operação dominam a decisão sobre o arranjo físico. No arranjo por processo, processos similares (ou processos com necessidades similares) são localizados juntos um ao outro. A razão pode ser que seja conveniente para a operação mantê-los juntos, ou que dessa forma a utilização dos recursos transformadores seja beneficiada. (SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2002, p.204).

Para representar a rotina de trabalho, criamos um fluxograma, que é essencial no dia a dia das organizações. Nele é possível esclarecer processos e a transição entre um e outro da forma mais simples possível.

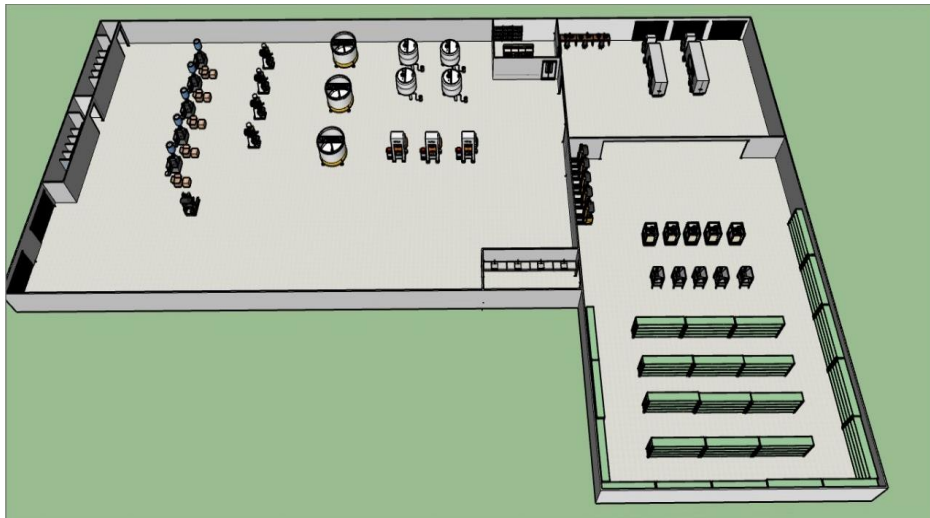
Figura 5 : Fluxograma da rotina de trabalho



Fonte: SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2002

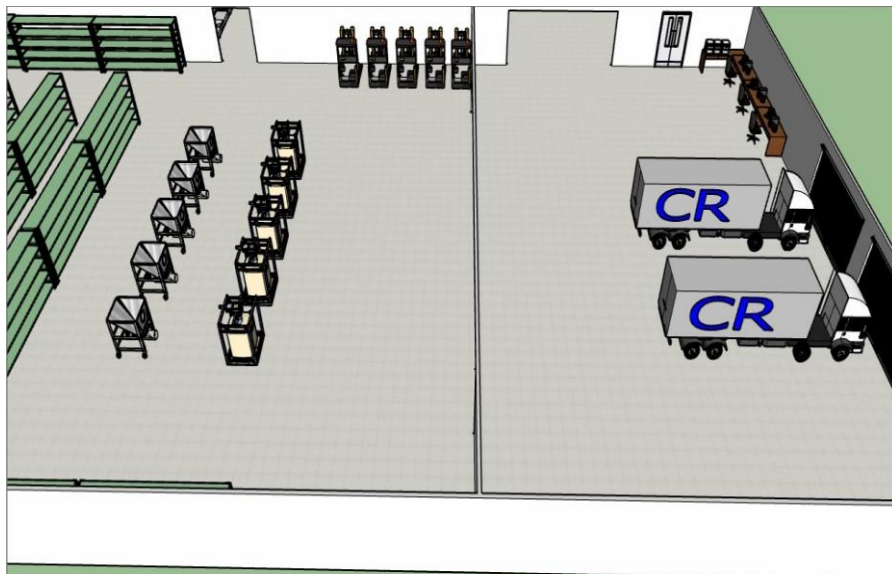
“O layout orientado para o processo pode simultaneamente lidar com uma ampla variedade de produtos ou serviços. Essa é maneira tradicional para dar suporte a uma estratégia de diferenciação de produto.” (HEIZER e RENDER, 2001, p. 235). Além disso, de acordo com Paoleschi (2012), o controle da produção deve ser feito separadamente em todos os setores produtivos com o fechamento dos turnos de produção e diariamente, mostrando a eficiência das máquinas, mão de obra e refugos gerados. A melhor disposição encontrada para a fábrica está representada nos projetos realizados pelo grupo, como mostram as figuras a seguir.

Figura 6: Layout de fábrica



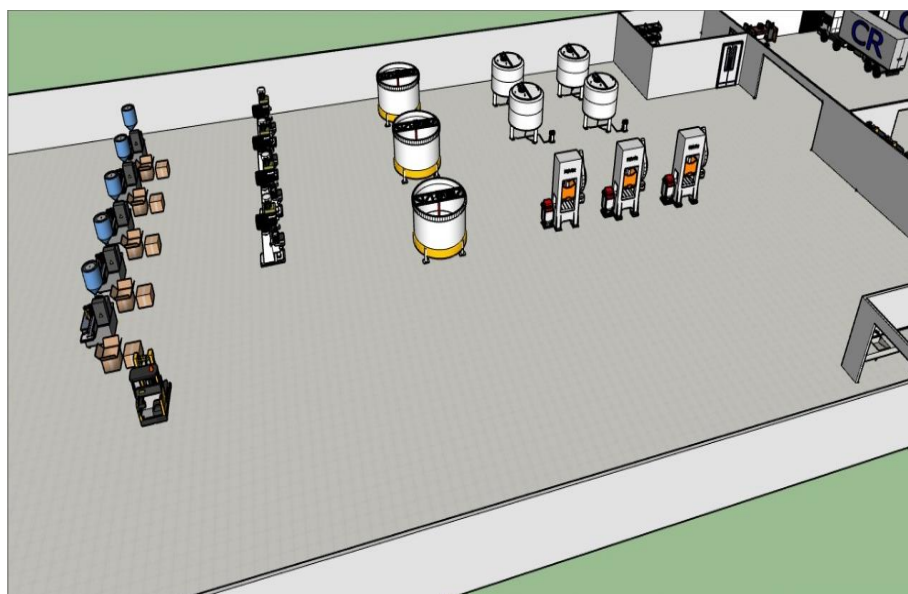
Fonte: pesquisa dos autores

Figura 7: Layout com vista para recepção de materiais e armazém.



Fonte: pesquisa dos autores

Figura 8: Área de produção



Fonte: pesquisa dos autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo se propôs a elaborar um conjunto de ideias para criação inovadora e estratégica de uma nova empresa/fábrica que atendesse aos critérios propostos e aprendidos em sala de aula, mas que também fosse possível aproveitar em uma situação real, ou do nosso convívio. O objetivo geral do trabalho é o de melhorar o desempenho dos alunos em formação para exercer suas atividades em sua rotina de trabalho.

6 REFERÊNCIAS

HEIZER, Jay; RENDER, Barry. **Administração de Operações: Bens e Serviços**. 5 Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

MATOS, José Gilvomar R.; MATOS, Rosa Maria B.; DE ALMEIDA, Josimar Ribeiro. **Análise de ambiente corporativo: Do caos organizado ao planejamento estratégico das organizações**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

PAOLESCHI, Bruno. **Logística Industrial Integrada: Do planejamento, produção, custo e qualidade à satisfação do cliente**. 3 Ed. São Paulo: Érica Ltda, 2012.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 2 Ed. São Paulo: ATLAS, 2002.

TESTE DE HIPÓTESE PARA A TOMADA DE DECISÕES

João Pedro Pinto Brandão

Lucas Barina Eler

Tayná Martins Bravin¹

Frirlei Cardozo dos Santos²

1 INTRODUÇÃO

Um teste de hipótese é regra que especifica se deve aceitar ou rejeitar uma alegação sobre uma população de acordo com as provas fornecidas por uma amostra de dados.

Um teste de uma hipótese estatística é o procedimento ou regra de decisão que nos possibilita decidir por hipótese nula (H_0) ou hipótese afirmativa (H_a), com base a informação contida na amostra.

Um teste de hipótese examina duas hipóteses opostas sobre uma população: a hipótese nula e a hipótese alternativa. A hipótese nula é a declaração que está sendo testada. Normalmente, a hipótese nula é uma declaração de "nenhum efeito" ou "nenhuma diferença". A hipótese alternativa é a declaração que você quer ser capaz de concluir que é verdadeira com base em evidências fornecidas pelos dados da amostra (SCUDINO, 2008).

Desta maneira, o trabalho tem como objetivo mostrar qual das hipóteses é correta (nula ou afirmativa). Apresentando tópicos importantes acerca do teste de hipóteses.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho tem como finalidade promover a disseminação de um

¹Graduandos em Engenharia de Produção na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Doutoranda em Engenharia e ciências dos Materiais pela UENF. Mestrado em Engenharia e Ciências dos Materiais pela UENF. Graduação em Engenharia de Petróleo e Gás pela Faculdade do espírito Santo. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

conhecimento sobre uma técnica para tomada de decisões de uma população por meio de uma análise estatística de uma amostra, o teste de hipótese.

Sendo assim, buscou-se através de artigos e livros, com o auxílio dos conhecimentos para a construção do presente trabalho, e através do Excel foi apresentado da melhor forma o assunto.

3 DESENVOLVIMENTO

Com base nos dados amostrais, o teste determina se devemos rejeitar a hipótese nula. Você usa um valor-p para fazer a determinação. Se o valor de p for menor que o nível de significância (denotado como α ou alfa), então você pode rejeitar a hipótese nula (BARBOSA, 2014).

Um equívoco comum é que os testes de hipóteses estatísticas são projetados para selecionar a mais provável de duas hipóteses. No entanto, na concepção de um teste de hipótese, montamos a H_0 como o que queremos desaprovar. Como nós corrigimos o nível de significância para ser pequeno antes da análise (geralmente, um valor de 0,05 funciona bem), quando rejeitamos a hipótese nula, temos a prova estatística de que a alternativa é verdadeira. Por outro lado, se deixarmos de rejeitar a hipótese nula não temos prova estatística de que ela é verdadeira. Isto é porque nós não corrigimos a probabilidade de aceitarmos falsamente a hipótese nula de sermos pequenos.

Exemplos de perguntas que podem ser respondidas com um teste de hipótese:

- A altura média de mulheres universitárias difere de 1,55 m?
- O desvio padrão dessa altura é igual ou menor do que 12,5 cm?
- Os estudantes do sexo masculino e feminino diferem na altura, em média?
- Os estudantes de graduação do sexo masculino apresentam proporção significativamente maior do que a proporção de estudantes do sexo feminino de graduação?

Os procedimentos necessários para a construção de um teste de hipótese são:

- Passo 1: Formular as hipóteses nulas e afirmativas;
- Passo 2: Escolher a distribuição amostral adequada;
- Passo 3: Dado o nível de significância, determinar os valores críticos, ou seja, a região crítica (ou região de decisão);
- Passo 4: Calcular a estatística que definirá a decisão;
- Passo 5: Rejeitar a H_0 , se a estatística segue os valores críticos, caso contrário não rejeitá-la. As fórmulas utilizadas para o cálculo do teste de hipótese são apresentadas da seguinte forma:

$$Z = \frac{\bar{X} - \mu_0}{\sigma / \sqrt{n}}$$

Estudo de caso hipotético:

Considere que uma indústria compra de certo fabricante, pinos cuja resistência média à ruptura é especificada em 60 kgf (valor nominal da especificação). Em um determinado dia, a indústria recebeu um grande lote de pinos e a equipe técnica da indústria deseja verificar se o lote atende as especificações. Sendo o tamanho da amostra $n=16$.

H_0 : O lote atende as especificações → (Hipóteses nula)

H_1 : O lote não atende as especificações → (Hipóteses afirmativa)

Seja a variável aleatória X : resistência à ruptura $X \sim N(\mu; 25)$

H_0 : $\mu = 60$ (Hipóteses simples)

H_1 : $\mu \neq 60$ (Hipóteses Composta bilateral)

4 RESULTADOS

Para resolução da tomada de decisões do caso relatado à cima no desenvolvimento por meio dos testes de hipótese é necessário que a equipe técnica da indústria retire uma amostra aleatória com o tamanho representativo da população do lote recebido,

realize a medição da resistência de cada pino e calcule a resistência média X (estimador de μ).

Extraindo os parâmetros necessários para uma distribuição normal:

$$X \sim N(\mu, 25/n)$$

Para quais valores de X a equipe técnica deve rejeitar H_0 e, portanto não aceitar o lote?

É necessário definir a região crítica (R_c), que consiste no conjunto de valores assumidos pela variável aleatória ou estatística de teste para os quais a hipótese nula é rejeitada.

Se o lote está fora de especificação, isto é, $H_1: \mu \neq 60$, espera-se que a média amostral seja inferior ou superior a 60 kgf.

Suponha que equipe técnica tenha decidido adotar a seguinte regra: rejeitar H_0 se X for maior que 62,5 kgf e/ou menor que 57,5 kgf.

$$R_c = \{X > 62,5 \text{ ou } X < 57,5\} \Rightarrow \text{Região de rejeição de } H_0$$

$$R_c = R_a = \{57,5 \leq X \leq 62,5\} \Rightarrow \text{Região de aceitação de } H_0$$

Procedimento (teste):

Se $x \in R_c \Rightarrow$ Rejeita -se H_0

Se $x \notin R_c \Rightarrow$ Aceita -se H_0

Encontrando o valor de Z observado:

$$Z = \frac{62,5 - 60}{\frac{5}{\sqrt{16}}} = 2$$

$$Z = \frac{57,5 - 60}{\frac{5}{\sqrt{16}}} = -2$$

Após análise da região criticado por meio do nível de significância, 5%, obteve-se o resultado de Z critico igual a 1,96. Portanto conclui-se que este valor pertence à região crítica, rejeitando a hipótese nula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da técnica de inferência estatística foi possível definir a média de lotes que não estavam de acordo com as especificações. Após os cálculos serem realizados, concluiu-se que a hipótese afirmativa foi a mais adequada dentro dos parâmetros utilizados na pesquisa, sabendo que não se pode obter um resultado 100% correto, pois sempre terá uma margem de erro dentro do problema.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. M. Testes de Hipótese e aplicações. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Estatística). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, Campina grande, 30p, 2014.

CASELLA, G., BERGER, R. L. **Statistical inference**. Duxbury Press, 2008.

SCUDINO, P.A.; **A Utilização de Alguns Testes Estatísticos para Análise da Variabilidade do Preço do Mel nos Municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro**. Seropédica-RJ, 2008.

TESTE DE HIPÓTESE PARA A TOMADA DE DECISÕES PARA A MÉDIA POPULACIONAL

Carlos Eduardo Gomes Cardoso

Christovão Pina Guimarães

Moises Pereira Cunha¹

Frirlei Cardozo dos Santos²

1 INTRODUÇÃO

Além dos intervalos de confiança os testes de hipótese são utilizados como métodos de inferência estatística aplicando informações de uma amostragem sobre aspectos desconhecidos da população. Devido ao tamanho da população ser normalmente muito grande e a dificuldade de abordar todos itens da grade, o teste de hipótese ou estatístico permite tomar decisões para uma dada hipótese ou não sempre abordada pela informação fornecida pelos dados amostrais (BARBOSA, 2014).

O objetivo da inferência estatística é realizar uma escolha a respeito de uma população com base nos dados amostrais desta população. Para a tomada de decisões as hipóteses são propostas sobre os parâmetros da distribuição de uma ou mais variáveis aleatórias (v.a) com opções e são avaliadas.

Desta maneira, o presente trabalho apresentará tópicos importantes a respeito da teoria do tema principal testes de hipótese, ressaltando os conceitos fundamentais, e apresenta um caso hipotético para aplicação do teste de hipótese.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho tem como finalidade promover a disseminação de um conhecimento sobre uma técnica para tomada de decisões de uma população por meio de uma análise estatística de uma amostra, o teste de hipótese.

¹ Graduandos em Engenharia de produção pela Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Doutoranda em Engenharia e ciências dos Materiais pela UENF. Mestrado em Engenharia e Ciências dos Materiais pela UENF. Graduação em Engenharia de Petróleo e Gás pela Faculdade do espírito Santo. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Sendo assim, buscou-se através de artigos e livros, com o auxílio dos conhecimentos para a construção do presente trabalho, e por meio do MS Excel buscou se a melhor forma de introduzir o assunto.

3 DESENVOLVIMENTO

O procedimento básico de teste de hipóteses relativo ao parâmetro θ de uma população, será decomposto em 4 passos (SCUDINO,2008).

a) Definição as hipóteses:

$H_0 : \theta = \theta_0$ (Hipótese nula)

$H_1 : \theta < \theta_0$ ou $\theta > \theta_0$ ou $\theta \neq \theta_0$ (Hipótese alternativa)

b) Identificação da estatística do teste e caracterização da sua distribuição;

c) Definição da regra de decisão, com a especificação do nível de significância do teste;

d) Cálculo da estatística de teste e tomada de decisão.

Para um teste de hipóteses para uma média populacional pode se considerar uma amostra aleatória de tamanho n de uma população normal com média μ (desconhecida) e variância σ^2 (conhecida). Inicialmente, pode-se considerar o caso do teste unilateral esquerdo. Suponha que se tem interesse em verificar as seguintes hipóteses (GUIMARÃES, 2008):

$H_0 : \mu = \mu_0$

$H_1 : \mu < \mu_0$

A estatística do teste é a média amostral X . Se população é normal (ou se amostra é grande $n \geq 30$, mesmo que a população não é normal) a distribuição de X é $N(\mu, \sigma^2/n)$ e a variável aleatória sob H_0 .

$$Z = \frac{\bar{X} - \mu_0}{\sigma / \sqrt{n}} \sim N(0,1)$$

É razoável, rejeitar H_0 em favor de H_1 , se a média amostral \bar{X} é demasiadamente pequena em relação μ_0 . A região crítica, então poderia ser obtido, selecionando um k da média amostral, de maneira que $R_c = \{ \bar{X} \leq k \}$ onde k é tal que $P(\bar{X} \leq k \mid H_0 : \mu = \mu_0) = \alpha$, Ou seja sob H_0 é:

$$P\left(\frac{\bar{X} - \mu_0}{\sigma / \sqrt{n}} \leq \frac{k - \mu_0}{\sigma / \sqrt{n}}\right) = P\left(z \leq \frac{k - \mu_0}{\sigma / \sqrt{n}}\right) = \alpha$$

Então para o cálculo da região crítica (R_c):

$$\Rightarrow \frac{k - \mu_0}{\sigma / \sqrt{n}} = z_\alpha \Rightarrow k = \mu_0 + z_\alpha \times \frac{\sigma}{\sqrt{n}}$$

$$\Rightarrow R_c = \left\{ \bar{X} \leq \mu_0 + z_\alpha \times \frac{\sigma}{\sqrt{n}} \right\}$$

Conclusão: se $\bar{X} \in R_c$, rejeita-se H_0 em caso contrário não se rejeita H_0 .

Estudo de caso hipotético:

Um comprador de tijolos acha que a qualidade dos tijolos está diminuindo. De experiências anteriores, considera-se a resistência média ao desmoronamento de tais tijolos é igual a 200 kg, com um desvio padrão de 10 kg. Uma amostra de 100 tijolos, escolhidos ao acaso, forneceu uma média de 195 kg. Ao nível de significância de 5%, pode-se afirmar que a resistência média ao desmoronamento diminuiu?

Seja μ o peso médio da resistência dos tijolos ao desmoronamento

4 RESULTADOS

Para resolução da tomada de decisões do caso relatado a cima no desenvolvimento por meio dos testes de hipótese é necessário que:

- A estatística do teste é a média amostral (X). Já que $n = 100 \geq 30$, tem-se que sob H_0 $X \sim N(200, 10/\sqrt{100})$.
- A região crítica, então poderia ser obtido, selecionando um k da média amostral, de maneira que $R_c = \{ X \leq k \}$ onde k é tal que $P(X \leq k | H_0 : \mu = \mu_0) = \alpha = 0,05$.

Então é possível extrair da situação os dados para aplicação nas formulas de distribuição Normal.

- A resistência média ao desmoronamento = 200 kg,
- O desvio padrão (σ) = 10 kg
- O tamanho da amostra = 100 tijolos
- A média (\bar{x}) = 195 kg
- Nível de significância = 5% = 0,05

Então estabelecemos as hipóteses para uma média populacional:

- $H_0: \mu = 200$
- $H_1: \mu \leq 200$

Com a variância conhecida aplica-se os dados para obtenção do valor observado (Z_{obs}) na formula padronizada:

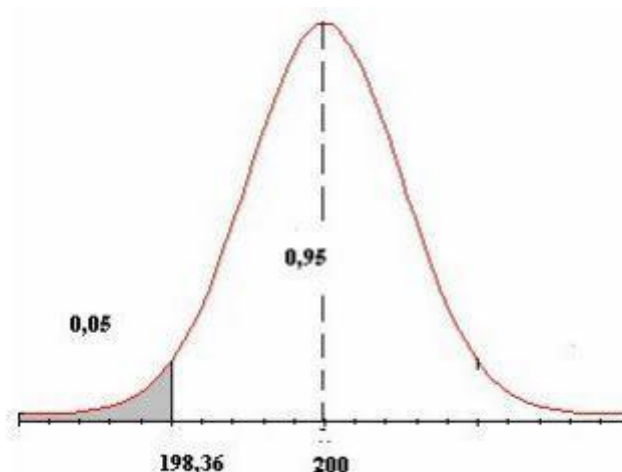
$$Z = \frac{(\bar{x}) - (\mu_0)}{\frac{\sigma}{\sqrt{n}}} \sim N(0, 1)$$

$$Z_{obs} = \frac{195 - 200}{\frac{10}{\sqrt{100}}} = -5$$

É necessário determinar a região crítica para um nível de significância fixado $\alpha=0,05$ usando o gráfico formulado, onde é capaz de demonstrar a região crítica, na qual será analisado o valor observado:

$R_c = \{z \in R; R \leq -1,64\}$ para um nível de significância de 5%

Assim temos que, o valor observado $-5 \in$ a R_c , isso significa que, rejeita-se H_0 ao nível de significância de 5%, por tanto, pode-se afirmar que a resistência média ao desmoronamento diminuiu.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse trabalho, no qual foi utilizado o teste de hipótese como inferência estatística, a média da população de um conjunto de itens por meio das informações coletadas a partir de uma amostra de tamanho representativo.

Foi possível averiguar e concluir por meio da análise do valor observado e da região crítica que o valor observado pertence à região crítica, então foi possível afirmar que a resistência dos tijolos foi menor do que a média da resistência de desmoronamento. E por meio da análise de teste de hipótese, se a média pertencer a Região crítica (R_c) rejeita-se H_0 ao nível de 5% de significância.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. M. Testes de Hipótese e aplicações. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Estatística). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, Campina grande, 30p, 2014.

CASELLA, G., BERGER, R. L. **Statistical inference**. Duxbury Press, 2008.

GUIMARÃES, P.R.B. **Métodos Quantitativos Estatísticos**. 1ª ed. Curitiba: Iesde, 2008.

SCUDINO, P.A. **A Utilização de Alguns Testes Estatísticos para Análise da Variabilidade do Preço dos Mesmos Municípios de Angra do Reis e Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro**. Seropédica-RJ, 2008.

TESTE DE HIPÓTESE PARA A TOMADA DE DECISÕES PARA UMA PROPORÇÃO POPULACIONAL

Mateus Faria Silva
Maycon Maraga Souza
Vitor Raimundo Peixoto¹
Fririllei Cardozo dos Santos²

1 INTRODUÇÃO

Uma hipótese estatística é considerada uma suposição referente a um parâmetro de uma população, com o objetivo de apresentar a opção mais aceita ou verdadeira, o que constitui uma suposição aceitável. De forma geral todas as opções ou hipóteses de um evento podem ser distribuídas com uma ou mais variáveis aleatórias, onde está estipulado todos os valores de variáveis possíveis, seja de aceitação ou rejeição, de uma análise estatística sob a hipótese nula ou zero.

Para seleção de uma alternativa ou tomada de decisões relacionada a uma população de itens ou indivíduo, na estatística inferencial pode se realizar o teste de hipótese como alternativa para tomada de decisões. Esse método estatístico é baseado na análise de uma amostra, de tamanho proporcional ao da população de interesse, onde há parâmetros desconhecidos da população de interesse (GUIMARÃES, 2008).

Uma das principais informações para realização dos testes de hipóteses é a região crítica (R_c), que constitui um conjunto de valores de variáveis aleatórias para os quais a hipótese nula é aceita ou rejeitada (Barbosa, 2014). Assim a região de rejeição é definida como a probabilidade de algo não ocorrer, como o nível de significância da ocorrência.

Os métodos de inferência estatística apresentam como objetivo a realização de

¹ Graduandos em Engenharia de Produção pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Doutoranda em Engenharia e ciências dos Materiais pela UENF. Mestrado em Engenharia e Ciências dos Materiais pela UENF. Graduação em Engenharia de Petróleo e Gás pela Faculdade do Espírito Santo. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

tomada de decisões de uma população somente com informações extraídas de uma amostragem. Desta maneira, o presente trabalho apresentará tópicos importantes a respeito da teoria do tema principal testes de hipótese, ressaltando os conceitos fundamentais, além de uma análise de um caso hipotético.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho tem como finalidade promover a disseminação de um conhecimento sobre uma técnica para tomada de decisões de uma população por meio de uma análise estatística de uma amostra, o teste de hipótese.

Sendo assim, buscou-se através de artigos e livros, com o auxílio dos conhecimentos para a construção do presente trabalho, e por meio do excel buscou se a melhor forma de introduzir o assunto.

3 DESENVOLVIMENTO

Para iniciar o processo de análise e teste de hipótese Scudino (2008) relata os principais conceitos aplicáveis nos testes de hipótese, tais como:

- Hipótese nula(H_0)- alegação dita como verdadeira para a montagem de um teste de hipótese, mencionado como a alternativa que se quer analisar, a hipótese nula pode ser rejeitada ou aceita, com o intuito de favorecer a hipótese alternativa, sempre que a evidencia sugerir que H_0 seja falsa.
- Hipótese alternativa (H_1) – alegação contraria a H_0 , aborda a opção quando a hipótese nula não apresenta evidencia verdadeira.

Assim como a inferência estatística realizada por meio do Intervalo de Confiança (IC), os testes de hipótese podem ser realizados para parâmetros como a média (μ), proporção (p), a variância (σ^2) e desvio padrão (σ), todos parâmetros relacionados à população, calculados a partir de uma amostra da população de interesse, de tamanho representativo.

Para a utilização do teste de hipótese e necessário seguir alguns passos;

- 1º. Formular as hipóteses nulas e alternativas
- 2º. Escolher a distribuição amostral adequada
- 3º. Dado o nível de significância, determinar os valores críticos, ou seja, a região crítica (ou região de decisão);
- 4º. Calcular estatística que definirá a decisão;
- 5º. Rejeitar a hipótese nula se a estatística excede os valores críticos, caso contrário não rejeitá-la.

O caso hipotético analisado no presente trabalho exige que a equipe realize a tomada de decisões da população por meio da proporção amostral analisada. A situação a ser analisada é descrita abaixo.

No ano de 2018 foi realizada uma pesquisa em uma indústria de fabricação de carros e constatou-se que apenas 60% dos trabalhadores estavam satisfeitos com a infraestrutura oferecida pelo gerenciamento corporativo. Com o intuito de aumentar essa proporção a os gerentes realizaram melhorias em toda indústria e no início 2019, um ano depois, resolveram verificar se as modificações estavam produzindo o efeito desejado. Para isso entrevistou 150 trabalhadores de diferentes setores da indústria.

Para essa situação a equipe de planejamento deve resolver algumas questões:

- a) Formulação do problema como um teste de hipóteses.
- b) Quais são os significados dos erros tipo I e tipo II?
- c) Qual é a região crítica para um nível de significância de 10%?
- d) Se 111 dos 150 trabalhadores entrevistados estavam satisfeitos com a infraestrutura oferecida, qual é a sua conclusão?

Para cálculo da proporção de trabalhadores satisfeitos com o ambiente é necessário extrair os dados e as condições dos testes de hipótese.

- p : proporção de trabalhadores satisfeitos com a infraestrutura oferecida.

Hipótese Nula $H_0 : p = 0,60$

Hipótese Alternativa $H_1 : p > 0,60$

Nesse caso trabalha-se com teste de hipótese unilateral ou unicaudal à direita.

Os erros devem ser estipulados de acordo com as alternativas do teste de hipótese:

- Erro tipo I: Rejeitar H_0 quando H_1 é verdadeira (afirmar que a proporção de trabalhadores satisfeitos com a infraestrutura oferecida é maior que 0,60 quando, na verdade, ela é 0,60).
- Erro tipo II: Não rejeitar H_0 quando H_1 é falsa (afirmar que a proporção de trabalhadores satisfeitos com a infraestrutura oferecida é 0,60 quando, na verdade, ela é maior que 0,60).

Com resultado alcançado pode se observado quer o resultado está localizado acima do z crítico

4 RESULTADOS

Como resultado espera-se que para termos uma significância de 0,10 ou 10% precisa-se que a região crítica (R_c), $P(X \geq R_c)$. Assim como o valor de $K = 111$, deve ser analisado e verificado se pertence à Região Crítica, se pertencer logo a hipótese nula (H_0) deverá ser rejeitada.

Para calculo da proporção da população satisfeita com a infraestrutura da indústria é necessário realizar o calculo do valor observado por meio das informações retirados do caso relatado.

A região crítica deve dimensionada graficamente por meio do nível de significância, considerando sempre para o modelo do gráfico a condição da hipótese alternativa.

O valor observado calculado por meio da distribuição normal Z foi de 3,5, já o valor da região critica dimensionado na curva galsaniana foi de 2,68. Então pode-se

concluir que o valor observado encontra-se dentro da região crítica. Com a condição da hipótese nula estipulada, pode-se rejeitar a H_0 .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho foi possível averiguar que o teste de hipótese pode ser aplicado como técnica inferencial estatística para determinação de qualquer parâmetro relacionado a população.

No entanto por se tratar de uma amostragem e não de uma pesquisa com 100% da população, os valores atribuídos como parâmetros podem apresentar erros, a análise tem como objetivo aplicar a técnica sempre com o menor erro possível.

Como avaliação do caso mencionado no corpo do trabalho foi possível concluir que o resultado alcançado pela reforma da infraestrutura industrial, foi aceita de forma positiva, onde mais de 60% dos trabalhadores estão satisfeitos por isso hipótese nula foi rejeitada, pois o resultado observado pertence à região crítica.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. M. Testes de Hipótese e aplicações. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Estatística). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, Campina grande, 30p, 2014.

CASELLA, G., BERGER, R. L. **Statistical inference**. Duxbury Press, 2008.

GUIMARÃES, P.R.B. **Métodos Quantitativos Estatísticos**. 1aed. Curitiba: les de, 2008.

SCUDINO, P.A. **AUtilização de Alguns Testes Estatísticos para Anãse da Variabilidade do Preço do Menos Municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro**. Seropádica-RJ,2008.

DETERMINAÇÃO DO TEOR DE ÁLCOOL NA GASOLINA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES

Luís Henrique Nascimento da Silva

Lucas Miranda Simões

Ronildo P. de Souza Longo¹

Fernanda Souza Silva²

Frirlei Cardozo Santos³

1 INTRODUÇÃO

Com o estilo de vida que a maioria da população tem diariamente, a utilização de combustível fóssil tem sido cada vez maior. Dentre a variedade de combustíveis mais utilizados, seja de forma individual ou coletiva, a gasolina tem sido o mais utilizado.

Segundo Santos (2005) a gasolina vem a ser um combustível derivado do petróleo, sua composição se dá através de hidrocarbonetos, produtos oxigenados, porções de enxofre, nitrogênio e metais, o consumo da gasolina comparado ao século passado teve um grande aumento e é considerado além de mais popular, o mais utilizado no Brasil.

A regulamentação e a fiscalização para que esse produto seja comercializado e utilizado de forma apropriada e segura é feita pela Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomustível (ANP) e ela classifica a gasolina em três tipos: A B e C.

Já Nascimento (2008) relata que no mercado há quatro tipos de gasolina tipo C, a comum, aditivada, premium e podium. A gasolina comum não recebe nenhum tipo de aditivo ou corante em sua composição, fazendo assim com que ela seja a mais

¹Graduandos em Engenharia de Produção pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Doutoranda em Engenharia e ciências dos Materiais pela UENF. Mestrado em Engenharia e Ciências dos Materiais pela UENF. Graduação em Engenharia de Petróleo e Gás pela Faculdade do Espírito Santo

³Doutoranda em Engenharia e ciências dos Materiais pela UENF. Mestrado em Engenharia e Ciências dos Materiais pela UENF. Graduação em Engenharia de Petróleo e Gás pela Faculdade do Espírito Santo. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

simples sua coloração é amarelada, na aditivada são adicionados aditivos multifuncionais que tem por característica fazer a limpeza do sistema por onde o combustível circula esse tipo recebe corante e sua coloração é esverdeada,

Para que seja de bom uso, a gasolina deve seguir algumas especificações e uma delas determina um percentual obrigatório de 25% de álcool etílico anidro presente na gasolina, onde sua função é aumentar a octanagem do combustível.

Como uma forma de aumentar os lucros, muitos empresários adicionam uma porcentagem de álcool maior do que a autorizada de ANP, então com o objetivo de avaliar a quantidade de álcool adicionada na gasolina de diferentes postos da região, o presente trabalho explora por meio da avaliação qualitativa quais gasolinas estão dentro do padrão estipulado pela agencia reguladora.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Com a finalidade de avaliar de forma qualitativa a qualidade da gasolina de diferentes postos da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, o presente trabalho buscou através de artigos normativos e conhecimentos práticos, realizar o experimento de avaliação do teor de álcool em diferentes amostras de combustíveis (gasolina) de diferentes fornecedores (postos). O experimento foi realizado de acordo com o estipulado na normatização da ANP.

O experimento foi realizado pelos alunos do curso de Engenharia de Petróleo e Gás, com a orientação das professoras Firllei e Fernanda, e com o apoio dos alunos do 6º período de Engenharia de Produção.

Os materiais utilizados para o experimento foram 5 amostras de 50 ml de gasolina de diferentes postos, álcool etílico, cloreto de sódio, agua destilada, além das vidrarias como proveta, bastão de vidro e backer, além de equipamentos como balança analítica.

3 DESENVOLVIMENTO

O trabalho foi realizado com base nos postos da região de Cachoeiro de Itapemirim, foram coletados dados de 5 postos da região, dos quais foram atribuídos letras aleatórias para preservar o nome de cada fornecedor, e examinados da seguinte forma no laboratório de química da faculdade Multivix.

Inicialmente, foi adicionado 50ml de água no Becker, em seguida foi adicionado e dissolvido o cloreto de sódio (NaCl) (sal) em 50ml de água (Figura 1). Em seguida foram adicionados 50 ml de gasolina em uma proveta, onde adicionou-se em seguida as 50ml de água salina na proveta. Após juntar as substâncias na mesma proveta, agitou-se e repousou a mistura durante 10 minutos. O mesmo procedimento foi realizado com todas as amostras de gasolina.

Figura 1 - Amostras



Fonte: Pesquisa dos autores

O tempo de decantação das amostras foi essencial, para que houvesse um padrão e tempo suficiente, para separação de praticamente todo álcool presente na gasolina, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 2 - Decantação



Fonte: Pesquisa dos autores

A solução água + sal apresentará uma polaridade maior, a qual apresenta maior afinidade com o álcool contido na gasolina, isso é possível devido à presença do OH presente no etanol, fazendo com que sejam atraídas pelas moléculas de água que também são polares, como pode ser observado na Figura abaixo.

Figura 3 - Resultados



Fonte: Pesquisa dos autores

Para todas as amostras foram realizadas o calcula de porcentagem volumétrica da quantidade de gasolina inicial e após a mistura com água, onde é possível observar a diferença nos valores antes e após a mistura com uma solução mais polar. Abaixo se encontra a tabela com os resultados encontrados.

Quadro1 - Resultados

PONTOS	VOLUME INICIAL (mL)	VOLUME FINAL (mL)	TEOR (%)
Posto 1	50	37	26
Posto 2	50	37	26
Posto 3	50	37	26
Posto 4	50	37	26
Posto 5	50	39	22

Fonte: Pesquisa dos autores

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para que seja de bom uso, a gasolina deve seguir algumas especificações e uma delas determina um percentual obrigatório de 25% de álcool etílico anidro presente na gasolina, onde sua função é aumentar a octanagem, diante disso fizemos essa análise para estudo da gasolina ofertada em Cachoeiro de Itapemirim.

Após a realização das análises, observou-se que a gasolina da região está dentro do padrão estipulado pela ANP.

Quadro 2–Resultados e Padrões

PONTOS	VOLUME INICIAL (mL)	VOLUME FINAL (mL)	TEOR (%)
Posto 1	50	37	26
Posto 2	50	37	26
Posto 3	50	37	26
Posto 4	50	37	26
Posto 5	50	39	22

Fonte: Pesquisa dos autores

Todo material utilizado durante o experimento foi destilado e armazenado para o descarte adequado, como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 3 - Resultados



Fonte: Pesquisa dos autores

5 CONCLUSÃO

A realização da experiência trouxe um melhor entendimento sobre a força energética do combustível, além de poder entender melhor seu funcionamento. Através deste conhecemos também os perigos da utilização de uma gasolina adulterada. Após a realização do experimento.

Utilizando um método de análise simples e prático em que a separação é realizada devido à diferença de densidade e a miscibilidade da água e do álcool, feita de maneira rápida e eficiente, foi possível concluir que as amostras estudadas não estavam adulteradas, estando assim todas dentro dos padrões estabelecidos pela ANP.

6 REFERÊNCIAS

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/wwwanp>. Acesso em: 20 jul. de 2017

NASCIMENTO, E. C. L. Um Fotômetro Microcontrolado Led-Nir, Portátil e de Baixo Custo para Análise Screening de Gasolina Tipo C. Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba-UFPB: João Pessoa, 2008.

SANTOS, D. C. Estudo Teórico do Desenvolvimento dos Combustíveis no Brasil e Perspectivas para Produção e Utilização do Biodiesel. Monografia de graduação. Universidade Estadual da Paraíba-UEPB: Campina Grande, 2005.

MOMENTO DE INÉRCIA – UM MOMENTO NA CADEIRA

Bruno Gomes Rodrigues

Cristóvão Pina Guimarães

Erika Cristina Sabino

Moisés Pereira Cunha¹

Leonardo Teixeira Mardegan²

1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi feito para ser um auxílio teórico para um experimento, que tem como principal foco o momento de inércia. O experimento é feito com uma cadeira giratória e duas garrafas de água, então uma pessoa é colocada sentada na cadeira de modo que seus pés não encostem-se ao chão e que ela consiga segurar os dois litros de água cada um em uma mão. Depois de feito isso uma segunda pessoa gira a cadeira e pede para a pessoa esticar os braços e quando o movimento circular da cadeira estiver diminuindo fechar os braços, neste momento a velocidade da cadeira volta a aumentar.

Esse ensaio feito tem várias grandezas físicas, porém o foco principal é o momento de inércia. Antes de explicar o momento de inércia é preciso entender a primeira lei de Newton, ou inércia. A inércia é a tendência que um corpo tem de se manter parado ou em movimento uniforme a não ser que exista uma força exterior. Por exemplo, quando se está dentro de um carro a uma certa velocidade os corpos dos passageiros e tudo que está dentro do carro está indo na mesma velocidade e quando por algum motivo há uma redução de velocidade brusca os corpos dos passageiros são jogados para frente, isto é, o corpo tendia a continuar na mesma velocidade que estava, porém o carro já estava numa velocidade menor, por isso os passageiros são jogados para frente e segurados pelo cinto de segurança.

¹ Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Especialista em Matemática e Física. Graduação em Matemática e Física pelo Centro Universitário São Camilo. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

O momento de inércia pode ser definido como a dificuldade que um corpo tem para rotacionar em relação ao seu eixo, ou seja, para sair do repouso e começar a girar, um corpo necessita de uma força externa atuando no mesmo. Quanto maior o momento de inércia maior será sua resistência para sair do repouso e ir para rotação.

O momento de inércia depende da distribuição da sua massa de um corpo, quanto mais distante do eixo de rotação maior será o momento de inércia e também sua resistência rotacional. Suponha que existe um eixo de rotação com dois discos sendo um com raio maior que o outro, e se aplica a mesma força de rotação nos dois. O disco com raio maior terá uma dificuldade maior para ser rotacionado que o menor, pois o seu momento de inércia é maior, ou seja, o disco menor girará por mais tempo.

Outro termo que está relacionado ao experimento é o momento angular. O momento angular é o produto entre o momento de inércia e sua velocidade angular, a partir do momento angular é possível saber sua conservação, melhor dizendo, o quanto de rotação o corpo possui. O Objetivo é compreender através do experimento como se comportam os efeitos físicos aplicados na prática, com intuito de aperfeiçoar conhecimentos é assimilar no dia a dia, o momento de inércia, momento angular e torque.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho tem como finalidade promover a convergência entre o conhecimento teórico com a prática, sobre o tema momento de inércia, momento angular e torque, com assimilando no dia a dia.

Sendo assim, buscou-se através de uma pesquisa a demonstração por experimento, com o auxílio dos conhecimentos para a construção do presente trabalho, e por meio de uma cadeira giratória, dois litros de garrafa pet cheias com água e uma pessoa.

3 DESENVOLVIMENTO

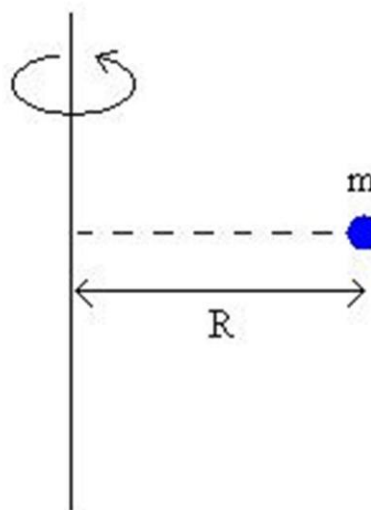
O procedimento básico para compreender o movimento da cadeira se faz necessário conhecer momento de inércia, momento angular e torque, 3 elementos importante para compreensão no dia a dia, sendo assim, momento de inércia é quando corpo massivo apresenta sua tendência de permanecer em seu estado inicial de movimento com uma velocidade constante, que inclusive pode ser zero, no caso em que o somatório das forças atuantes é nulo.

O momento de inércia também pode ser relacionado à primeira lei de Newton, a inércia. Newton foi um grande físico, que contribuiu e contribui para o entendimento dessa ciência.

Lei I: Todo corpo continua em seu estado de repouso ou de movimento uniforme em uma linha reta, a menos que seja forçado a mudar aquele estado por forças aplicadas sobre ele. (NEWTON, 1687, p. 34)

Figura 01: representação de um corpo a uma Distância R de seu eixo de

Fonte: O Autor (2019)



Previamente ao entendimento do cálculo do momento de inércia é fundamental conhecer alguns termos que o antecedem. Primeiramente a velocidade angular. A velocidade angular é dada pelo quociente entre a variação do ângulo que foi percorrido pelo tempo. Também representada pela equação:

$$\omega = \frac{\Delta\theta}{\Delta t}$$

E há uma relação entre a velocidade linear com a velocidade angular.

$$V = \omega \cdot r$$

Sabendo que a energia cinética é dada pela equação:

$$E = \frac{mv^2}{2}$$

Sendo assim para relacionar energia cinética com a velocidade angular substitui-se a velocidade linear pelo produto entre velocidade angular e o raio.

$$E = \frac{(mr)\omega^2}{2}$$

Desta forma o termo entre parênteses representa a energia cinética rotacional em uma só partícula. O somatório de todas as energias cinéticas rotacionais é o momento de inércia.

$$I = mr^2$$

Se existir um intervalo contínuo no corpo rígido, I pode ser encontrado pela seguinte integral:

$$I = \int r dm$$

Então pode-se definir a energia cinética potencial e o momento de inércia com:

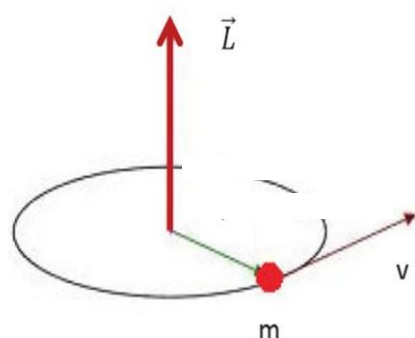
$$E = \frac{I\omega^2}{2}$$

Por outra forma pode-se associar ao movimento da terra em torno do sol, nessa situação, tem um corpo com massa realizando um movimento, no entanto de rotação ao eixo fixo, no caso o Sol ou como as pessoas conseguem se equilibrar andando de bicicleta com uma facilidade, porém não tem essa mesma facilidade quando a mesma está parada. Dessa forma, esse movimento tem uma determinada velocidade angular, essa relação de massa e velocidade angular que gera um momento angular.

Além disso existe uma resistência à mudança no movimento rotacional, chamado de momento angular, a dificuldade de alterar o movimento da rotação de um corpo também depende de sua velocidade de rotação, também conhecida como velocidade angular. O produto do momento de inércia de um corpo por sua velocidade angular dá origem a uma importante medida, conhecida o momento angular.

O vetor momento angular tem o vetor perpendicular a velocidade linear, ele ajuda a compreender, por exemplo, como uma pessoa consegue se equilibrar com a bicicleta andando e não faz o mesmo com ela parada. Abaixo há uma representação gráfica do momento linear.

Figura02: Representação dos vetores momento angular(L) e velocidade linear(V) e o raio(r).

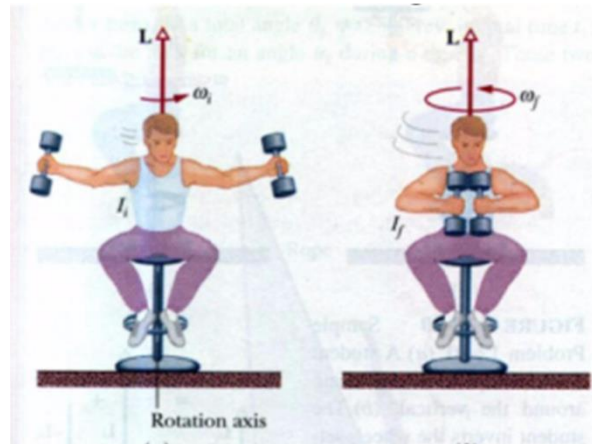


Fonte: O Autor (2019).

Torque, ou momento de uma força, é a tendência que uma força tem de rotacionar um corpo sobre o qual ela é aplicada. O torque é um vetor perpendicular ao plano formado pelos vetores força e raio de rotação. O vetor torque pode ser calculado por meio do produto vetorial entre força e distância (HELERBROCK, 2019, p.1)

Já o torque dinâmico ocorre quando faz o objeto adquirir aceleração angular, ou seja, no momento em que o eixo tem um menor raio, distribuído por massa, a velocidade angular naquele instante é maior, pois é necessário menos força, no momento em que o eixo tem uma distribuição de massa maior em seu raio é necessário aplicação de força maior, com isso, a velocidade angular é menor.

Figura 03: Representação do momento de torque

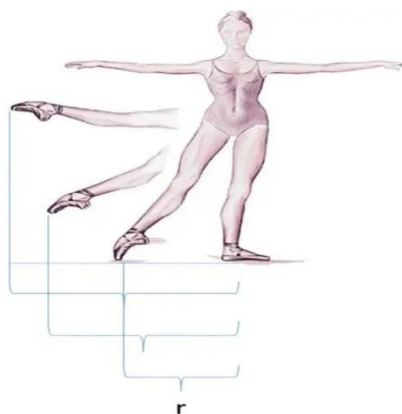


Fonte: O Autor (2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma pesquisa foi desenvolvida comparando a semelhança entre o momento da cadeira e as piruetas de uma bailarina. As piruetas são definidas através de seu raio (nesse caso o tamanho do raio corresponde ao comprimento da perna da bailarina ou os braços abertos).

Figura 04: Raio de acordo com que a bailarina abre a perna



Fonte: O Autor (2019).

Quando o raio do movimento é maior, o momento de inércia é maior, resultando em uma melhor resistência rotacional. Caso o raio for menor, o inverso acontecerá.

O momento da cadeira é semelhante a pirueta de uma bailarina quando os braços estão abertos ou as pernas estão fazendo um movimento semelhante ao compasso seu giro é mais lento, porém seu momento de inércia é maior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante da pesquisa apresentada dando base teórica ao experimento, percebe-se que os efeitos mecânicos momento de inércia, momento angular e torque, estão presentes no cotidiano, dessa forma através do estudo o momento da cadeira tem a finalidade de fazer a junção do conhecimento prático e teórico.

A análise observada faz jus à teoria, ou seja, a distribuição de massa em relação ao eixo é um fator que altera o momento de inércia e sua conservação. Já o torque é o inverso, pois, o cálculo do torque é o produto entre a força e a distância, sendo que o torque é inversamente proporcional à distância.

6 REFERÊNCIAS

Momento Angular. Disponível em:

<<https://www.infoescola.com/mecanica/momento-angular/>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

Momento de Inércia. Disponível em:

<<https://www.infoescola.com/mecanica/momento-de-inercia/>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

NEWTON, I. Princípios matemáticos da filosofia natural, 1957.

HELERBROCK, Rafael. "Torque" Brasil Escola. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/fisica/torque-uma-forca.htm>. Acesso em 06 de novembro de 2019.